



REVISTA ELETRÔNICA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: COLETÂNEA DE ESTUDOS DE CASOS



Volume 1, Número 2, dezembro de 2008 - Semestral



PUC Minas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia



PUC Minas
1958 | 2008

“O CASO É O SEGUINTE...”

“O CASO É O SEGUINTE...”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: COLETÂNEA DE ESTUDOS DE CASOS

Revista Eletrônica

Versão Digital

Belo Horizonte, novembro de 2008

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão Chanceler
Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor
Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-Reitora
Profª Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria
Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor
Prof. Paulo Roberto de Sousa

Pró-Reitores:

Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Carlos Francisco Gomes

Graduação: Profª. Maria Inês Martins

Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. João Francisco de Abreu

Extensão: Prof. Wanderley Chieppe Felipe

Gestão Financeira: Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Infra-Estrutura: Prof. Rômulo Albertini Rigueira

Recursos Humanos: Prof. Alexandre Rezende Guimarães

Logística: Prof. Sérgio de Moraes Hanriot

Secretário Geral: Prof. Flávio Augusto Barros

Secretário de Ação Comunitária: Prof. José Chequer Neto

Consultor Jurídico: Prof. Oscar Vieira da Silva

Secretário de Comunicação: Prof. Mozahir Salomão Bruck

Diretor de Relações Institucionais: Prof. Djalma Francisco Carvalho

Secretário de Relações Internacionais: Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Ouvidoria: Prof. Miryam Weinberg

“O CASO É O SEGUINTE...”
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: COLETÂNEA DE ESTUDOS DE CASOS

Revista Eletrônica

Versão Digital

Belo Horizonte, novembro de 2008

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Prof^á. Maria Salete Chaves

COORDENADORA DO CURSO PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM ENSINO RELIGIOSO

Prof^á. Nilza Bernardes Santiago

COORDENADORA DO CURSO PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Prof^á. Sheilla Alessandra Brasileiro de Menezes

EDITOR

Prof. Sérgio de Freitas Oliveira

PRODUÇÃO GRÁFICA

Reginaldo Quirino de Almeida

CAPA: Reginaldo Quirino de Almeida

EDITORAÇÃO DE TEXTO: Prof. Sérgio de Freitas Oliveira

FORMATO: 21,59 x 27,94 cm

NÚMERO DE PÁGINAS: 204

FICHA CATALOGRÁFICA PROVISÓRIA

Revista Eletrônica: “O Caso é o Seguinte...” / Coordenação Pedagógica: Coletânea de Estudos de Casos / Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – v. 1, n. 2 (ago./dez. 2008-). – MG/Belo Horizonte: ICH – PUC Minas, 2008.

Semestral.
ISSN

1. Educação - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Educação. Curso de Pedagogia.

CDU 37.013 (047.3)

Dedicatória

Dedicamos este trabalho aos alunos que necessitam da atenção especial dos professores e dos pedagogos. Sem essa atenção, talvez não seja possível que eles superem suas dificuldades e conquistem seu direito de se desenvolverem como seria de se esperar.

Ter dificuldade não é o problema. O problema é não se fazer nada diante dela!

Agradecimentos

O resultado deste trabalho deve ser creditado, mais uma vez, ao empenho de nossos alunos, graduandos em Pedagogia pela PUC Minas, nas ênfases em Ensino Religioso e Necessidades Educacionais Especiais.

Agradeço ao pedagogo e nosso ex-aluno Reginaldo Quirino de Almeida que, com seus dons e sua competência, mais uma vez tornou possível a publicação da revista.

Um agradecimento especial à Profa. Sheilla Alessandra Brasileiro de Menezes, Coordenadora do Curso de Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais, pelo seu entusiasmo, nos incentivando a levar avante esse empreendimento, apesar dos tropeços e embaraços.

Era um sonho... tornou-se realidade e agora já se apresenta como sonho de nossos alunos, que se vêem diante da possibilidade de terem seu trabalho publicado! Acreditando e nos empenhando, somos capazes de conseguir muita coisa. Espero que a experiência desta revista possa servir de inspiração quando os desafios da profissão se apresentarem. É preciso sonhar, acreditar e fazer!

*Prof. Sérgio de Freitas Oliveira
Curso de Pedagogia ● ICH ● PUC Minas*

Sumário

Editorial	13
Apresentação.....	15

ARTIGOS

Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso

Artigo 1

A prática de uma coordenadora como fator determinante no avanço de uma criança com Transtorno de Déficit de Aprendizagem / Hiperatividade . . 19
Adrielle Tatiane Duarte Araújo

Artigo 2

Distúrbios de aprendizagem: dislexia 21
Alcione Maria José Vieira

Artigo 3

Um caso, entre tantos, de abandono afetivo... 23
Alessandra Fonseca de Melo

Artigo 4

Como lidar com o aluno problema: uma lição de vida.....25
Alexandra Fortes Vilaça

Artigo 5

Drogas: a necessidade da parceria familiar e escolar27
Anally Valentim Assis de Oliveira

Artigo 6

Traumas emocionais vs ritmos diferenciados de aprendizagem 31
Andréia Ferreira da Silva Arantes

Artigo 7

Um caso de hiperatividade35
Clei Magna Paiva de Oliveira

Artigo 8

A dislexia é coisa séria37
Cleide Lima dos Santos

Artigo 9

Um caso de inclusão na Rede Pública de ensino: Estamos mesmo incluindo?39
Cynthia Loureiro Amorim

Artigo 10

Hiperatividade - TDAH43
Daniela Helena Dutra

Artigo 11

Hiperatividade: pais resistentes a esse transtorno45
Edna Rodrigues dos Santos Dourado

Artigo 12

A escola e a família.....47
Eliane Conceição Braga Narciso

Artigo 13

TDAH: uma justificativa confortável e inconstante49
Elisângela Patrícia Correa Lopes

Artigo 14

O autista na escola regular..... 51
Janaína Duarte Andrade de Oliveira

Artigo 15

A Dislexia na escola.....53
Lilian Maria Reis da Silva

Artigo 16

Déficit de atenção e hiperatividade: um estudo de caso57
Lucimary Marçal Pereira

Artigo 17

Crianças com dificuldades de aprendizagem: desafios e conquistas 61
Maria Auxiliadora de Lima

Artigo 18

O aluno portador da Síndrome de Down pode aprender a ler e a escrever63
Maria de Fátima dos Santos

Artigo 19

Relatos de experiência positiva em um caso de hiperatividade.....67
Marilda Nunes de Oliveira

Artigo 20

Dificuldade de aprendizagem, o que fazer?....69
Mônica Beatriz Viegas Mendes Silva

Artigo 21

Um caso para estudo.....73
Natália Padilha Martins

Artigo 22

Transtorno Emocional: análise de um estudo de caso75
Paula Ramos de Oliveira

Artigo 23

Caso clínico de TDAH77
Renata Racquel Marçal Mendes

Artigo 24

Relato de Hiperatividade - TDAH79
Rita André de Souza Oliveira

Artigo 25

A ética no cotidiano escolar 81
Rosângela Adriana de Abreu

Artigo 26

Comportamento afetivo-emocional85
Roseli Aparecida Alves Campos

Artigo 27

Hiperatividade – Conhecer e se conscientizar . .87
Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

Artigo 28

A co-responsabilidade educativa do coordenador pedagógico: quando o caso é dislexia 91
Rosemeire dos Santos Gonçalves

ARTIGOS

Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais

Artigo 1

Dificuldade de aprendizagem: um desafio no contexto escolar95
Adriana Camargos de Figueiredo

Artigo 2

A inclusão de alunos com síndrome de Down: desafios97
Aline Augusta Carvalho

Artigo 3

O percurso de um aluno com TDAH na escola. .99
Amanda dos Santos Ferreira

Artigo 4

Intervenção pedagógica para aluno com problemas de concentração e auto-estima..... 103
Ana Gabriela Aguiar de Carvalho

Artigo 5

O que anda acontecendo com a educação 105
Ana Izabelli França Pinheiro

Artigo 6

Perspectivas educacionais para alunos com autismo 107
Ana Júlia de Oliveira Moura Vilela
Paulinnie Jassie Vilela Machado

Artigo 7

A importância do apoio familiar na formação escolar 109
Ana Maria Arruda Silva

Artigo 8

Atuação profissional: a importância de se ter compromisso e dedicação 111
Caroline Costa Nascimento Andrade

Artigo 9

Déficit de atenção e mudanças repentinas de humor prejudicam a aprendizagem..... 113
Daniella Araújo da Rocha

Artigo 10

Uma criança com dificuldade de aprendizagem e/ou déficit de atenção 115
Eliane Machado de Matos

Artigo 11

A parceria escolar para fortalecer o trabalho pedagógico 119
Erlaine Soares Mota

Artigo 12

Os benefícios da estimulação para o aprendizado de alunos com Síndrome de Down 123
Fabiana dos Santos Ferreira

Artigo 13

Indisciplina e Agressividade 125
Fernanda de Sousa Rodrigues

Artigo 14

Histeria 127
Flávia Barros Sá Santos

Artigo 15

TDAH, DDA ou falta de limites? 131
Flávia de Oliveira Dias Amaral

Artigo 16

O valor da afetividade no processo de aprendizagem..... 133
Gislaine Linhares Sabino Batista dos Santos

Artigo 17

Dificuldades na leitura e na escrita associadas à indisciplina 137
Irani Vieira Ilário

Artigo 18

Como trabalhar com a dificuldade de aprendizagem..... 139
Jaqueline Justino de Moraes

Artigo 19

O olhar de um educador: a descoberta de um aluno 141
Jéssica Rodrigues Romualdo

Artigo 20

Família, escola e dificuldade de aprendizagem..... 143
Joyce Mary Patrício de Novais

Artigo 21

A importância da atuação do coordenador pedagógico no estudo de caso 145
Juliana Mara Castro Diniz

Artigo 22

Possibilidades para um aluno com TDAH. 147
Keila Mara Magalhães

Artigo 23

A ação pedagógica em busca de um diagnóstico 149
Kênia Figueiredo Campos Rodrigues

Artigo 24

Dificuldade de aprendizado: um estudo de caso 151
Lilian Geralda de Oliveira

Artigo 25

A hiperatividade (TDAH), o grande desafio escolar 153
Lilian Grazielle Ferreira de Souza

Artigo 26

A inclusão na escola plural..... 157
Luciana Olinda de Oliveira

Artigo 27

Escola ativa contra a violência familiar que dá origem à dificuldade de aprendizagem. 159
Manoela Pinto Bezerra

Artigo 28

A história de uma aluna com TDAH no contexto escolar 161
Mara Rúbia Mendes de Oliveira

- Artigo 29**
Um processo de Inclusão bem sucedido 163
Márcia das Graças de Assis Reis
- Artigo 30**
A violência escolar e o desafio da escola. 165
Maria Oliveira Costa
- Artigo 31**
Hiperatividade 167
Marilda da Silveira
- Artigo 32**
Alunos com Necessidades Especiais, em Escolas inclusivas 169
Michele Cinthia de Souza Macedo Passos
- Artigo 33**
Relação Família e Escola: uma parceria indispensável para o desenvolvimento do educando 171
Nayara Maria Gomes da Costa
- Artigo 34**
A importância da intervenção pedagógica no cotidiano escolar 173
Patrícia Aparecida da Silva
- Artigo 35**
Dificuldade de aprendizagem 175
Patrícia Rodrigues Rosa
- Artigo 36**
As mudanças de comportamento do educando e o olhar atento do supervisor escolar. 177
Poliana Caetana da Silva
- Artigo 37**
Transtorno F70: um estudo de caso 179
Pollyanna Barbieri Pazzini
- Artigo 38**
Recebendo aluno com baixa visão 181
Regiane Rodrigues Cristino
- Artigo 39**
Desafios enfrentados pela escola nos dias atuais 183
Renata Alves Marçal
- Artigo 40**
Problemas disciplinares e na aprendizagem: refletindo o olhar e a prática educativa 185
Rosângela Andréia Araújo dos Santos
- Artigo 41**
Intervenção pedagógica para aluno com problema disciplinar e cognitivo. 187
Rosilene Patrícia dos Santos Assumpção
- Artigo 42**
O cotidiano de uma criança com dificuldades de aprendizagem numa escola privada 191
Sabrina Ferreira de Souza
- Artigo 43**
As escolas e as deficiências auditivas 193
Shirley Talise Santos de Erédia
- Artigo 44**
Dificuldades na aprendizagem: desafio da escola 197
Silvana Lúcia Gomide dos Santos
- Artigo 45**
O fracasso escolar e o comportamento anti-social 199
Thaiana Carolina Alves de Moraes Campos
- Artigo 46**
Educação Infantil: importância do olhar atento do professor 201
Vanessa Aparecida de Souza
- Artigo 47**
Abuso sexual cometido pelo pai. 203
Vanessa Betônico de Oliveira

Editorial

Sempre esteve presente em nossas discussões a questão da publicação, a importância de nossos alunos produzirem e publicarem textos que apresentassem suas reflexões acerca das temáticas presentes no desenvolvimento das diversas disciplinas do curso.

O problema era: Onde publicar? Onde estão os espaços acessíveis aos alunos?

Foi pensando nisso que, a partir da análise dos estudos de caso feita pelos alunos na disciplina Estágio de Supervisão Educacional, nos propusemos criar um espaço para que os alunos pudessem publicar o resultado de seu trabalho.

A Revista Eletrônica Coordenação Pedagógica: Coletânea de Estudos de Casos é esse lugar. E já podemos ver nossos alunos produzindo e publicando, vivendo a experiência de produzir e publicar, aplicando seus conhecimentos e observando as normas que regulam as publicações acadêmicas.

Nesta segunda edição, contamos novamente com artigos dos nossos alunos do 8º Período do Curso de Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais e do 9º Período do Curso de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso.

Vale a pena ver o resultado!

Prof. Sérgio de Freitas Oliveira
Curso de Pedagogia • ICH • PUC Minas

Apresentação

A empolgação dos nossos alunos com o lançamento da 1ª edição da Revista Eletrônica **Coordenação Pedagógica: Coletânea de Estudos de Casos** nos motivou a trabalhar neste segundo semestre para construirmos a 2ª edição. É ela que colocamos nas suas mãos e na sua tela. O objetivo da revista é publicar os artigos produzidos pelos alunos dos Cursos de Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais e em Ensino Religioso, da PUC Minas, a partir dos estudos de caso analisados no Estágio Supervisionado de Supervisão Educacional.

No dia-a-dia do nosso trabalho, como pedagogos, somos desafiados com problemas das mais diversas ordens – da indisciplina às dificuldades de aprendizagem. E não podemos ignorar o que acontece com os nossos alunos.

Se existe problema, existe a necessidade de conhecê-lo e compreendê-lo para que possamos promover alguma forma de intervenção. Afinal, superar as situações que comprometem o desenvolvimento dos nossos alunos deve ser sempre o objetivo do educador, o compromisso do professor e do pedagogo.

Para isso, nós, pedagogos, recorreremos ao estudo de caso, para fazermos um diagnóstico do problema, conhecermos seu alcance e suas implicações e sugerirmos intervenções – de curto, médio e longo prazo – que possam resultar em benefício para os nossos alunos.

Entre as nossas atividades de estágio, trabalhamos o *estudo de caso*, estudamos e relatamos um estudo de caso realizado pelas escolas, observando os passos para a sua elaboração. Às vezes, é difícil a realização da tarefa. Em muitas escolas, não se formaliza um estudo de caso. As informações estão na memória dos coordenadores e surgem por meio de depoimentos orais. Recolhemos as peças, como se fosse para montar um quebra-cabeça. Aí fica a questão: ao estagiário não se dá a oportunidade de ver e vivenciar a prática do estudo de caso, do trabalho com os problemas que interferem no desempenho escolar de nossos alunos e nas suas relações. Como será quando esse estagiário for o profissional? Será que só a literatura, a teoria, dará a ele condições de realizar uma prática eficaz?

Apesar das dificuldades, como na edição anterior, muita coisa boa se conseguiu. Insistindo, “incomodando” os coordenadores, muitas histórias foram levantadas. E, a partir desses relatos e depoimentos, nossos estagiários conseguiram reconstituir os casos e fazer os seus relatórios, expressos nos artigos que compõem esta 2ª edição da revista.

Prof. Sérgio de Freitas Oliveira¹
Curso de Pedagogia • ICH • PUC Minas

1. Licenciado em Letras e em Pedagogia, com especialização em Coordenação Pedagógica e mestrado em Educação, é professor orientador de Estágio Supervisionado dos cursos de Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso e Pedagogia com ênfase em Necessidades Educacionais Especiais da PUC Minas.

Artigos

Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso

REVISTA ELETRÔNICA - “O CASO É O SEGUINTE...” COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: COLETÂNEA DE ESTUDOS DE CASOS

ARTIGO I

AUTORA:

Adrielle Tatiane Duarte Araújo

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

A PRÁTICA DE UMA COORDENADORA COMO FATOR DETERMINANTE NO AVANÇO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE APRENDIZAGEM / HIPERATIVIDADE

Resumo

Este caso demonstra a importância e a eficácia do trabalho realizado por uma coordenadora pedagógica ao detectar, assistir e acompanhar uma criança com Transtorno de Déficit de Aprendizagem / Hiperatividade.

Bruna¹ é uma criança de 8 anos, está cursando a segunda série do ensino fundamental em um colégio particular de Belo Horizonte onde estuda desde os três anos de idade.

No ano de 2006, a professora pediu assistência à coordenadora pedagógica, pois Bruna estava tendo dificuldades em prestar atenção nas tarefas. Mesmo em atividades prazerosas, não se mantinha assentada quando devia, tinha dificuldades para se relacionar com seus colegas, sua leitura era segmentada e, em função disso, tinha dificuldade para concluí-la. Em algumas avaliações, necessitou de um tempo maior para realizá-las. E, como se sabe, se torna impossível o professor resolver isso sozinho, uma vez que seu tempo e sua função na escola é a docência. Assim, o professor precisa contar com o pedagogo para, juntos, compreenderem o caso do aluno e buscarem uma solução.

A coordenadora então reservou alguns minutos nas reuniões individuais que tinha com a professora para começar a investigar o caso. Primeiramente, anotou, em seu caderno, todos os sintomas apresentados pela aluna e levantou, com o auxílio da professora, hipóteses de que a menina poderia estar passando por um momento difícil na família, as atividades elaboradas não lhe estariam chamando a atenção ou a aluna teria transtorno de déficit de atenção. Diante dessas possibilidades, pediu para que a

1. Nome fictício para preservar a identidade da aluna

professora descobrisse, no dia-a-dia, o que chamava a atenção da aluna e relacionasse com as atividades dela para ver se Bruna conseguiria ficar atenta ao fazê-la. Elaborou um bilhete convocando a presença dos pais na escola para que pudesse descobrir se estava acontecendo alguma coisa em casa que pudesse estar afetando o comportamento da menina.

Como os sintomas apresentados envolviam alguns aspectos que não eram da área pedagógica, ela pediu que a psicóloga da escola a ajudasse, passou todas as informações já obtidas e a criança foi acompanhada também por essa profissional. Ao pedagogo cabe discernir a necessidade ou não de ajuda de especialistas. Durante todo o processo, elas trabalharam juntas passando informações sobre a criança.

Os pais da criança descartaram a possibilidade de ela estar passando ou presenciando uma fase difícil em casa. Depois de um mês, a coordenadora perguntou à professora se a estratégia utilizada estava tendo resultado e ela disse que a criança permanecia com os mesmos sintomas. Reuniu-se com a psicóloga e pediu o diagnóstico da menina, sendo constatado o transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade. A coordenadora chamou os pais, novamente, para uma reunião e esclareceu, juntamente com a psicóloga, o resultado diagnosticado da aluna. Explicaram sobre o transtorno para os pais, pediram a eles que procurassem um médico para a criança, explicaram a importância de ela ter um acompanhamento psicopedagógico e pediram aos pais que esses profissionais pudessem sempre informar a escola sobre o acompanhamento da menina.

A coordenadora pesquisou vários materiais informativos e passou para a professora, para que conhecesse melhor o que estava se

passando com sua aluna e pediu que ela se reunisse semanalmente com a psicóloga da escola para discutirem maneiras adequadas de intervenção. Segundo Vermes (2002), felizmente, o reconhecimento dos professores, neurologistas, psicólogos, etc. sobre o TDAH como um problema de origem neurológica, mas permeado de intervenções efetivas, tem trazido, recentemente, boas chances de superação dos problemas identificados naqueles que apresentam esse problema.

A criança, por orientação médica, passou a utilizar remédio e foi acompanhada pela coordenadora da escola juntamente com sua professora e a psicóloga e seus pais a encaminharam para atendimento psicopedagógico. Esses profissionais permanecem acompanhando-a e, por relato de ex-professoras, da atual e dos pais, Bruna demonstrou grande avanço em suas relações interpessoais e na área pedagógica desde o momento em que começou a ser tratada.

REFERÊNCIA:

VERMES, Joana Singer. Sobre livros: Terapia cognitivo-comportamental no transtorno de déficit de atenção / hiperatividade (manual do terapeuta e manual do paciente). **Revista Brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, Campinas, v. VI, n. 1, p. 71-72, 2002.

ARTIGO 2

AUTORA:

Alcione Maria José Vieira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: DISLEXIA

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar o estudo de caso de uma criança de 8 anos, em que foi detectado um distúrbio de aprendizagem: a dislexia, e evidenciar na prática do cotidiano escolar como professores e coordenadores entendem e lidam com esse assunto.

De acordo com o sistema educacional atual, as nossas escolas estão mais acostumadas a trabalhar com crianças consideradas “normais”, ou seja, alunos com um bom desempenho, um bom rendimento na aprendizagem e um bom comportamento. Existe uma espécie de problema que assombra hoje as salas de aulas, e atende pelo nome de dislexia sendo co-responsável pelas dificuldades de crianças, principalmente nas séries iniciais. É evidente que esse distúrbio é um grande obstáculo que impede o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita. No entanto, não seria esse um distúrbio que está sendo usado para justificar o fracasso escolar?

Diante de tais considerações, parte dos estudantes que escrevem as letras invertidas na alfabetização ou cometem erros ortográficos agem assim porque essas ocorrências são normais no processo de ensino-aprendizagem. Se elas têm pouco interesse pela leitura e pela escrita isso não pode ser visto como uma doença, talvez seja falta de incentivo e de oportunidades para ler e escrever no seu dia-a-dia.

Como todo ser, o aluno está apto para aprender, por esse motivo me interessei em pesquisar o caso de um aluno que tivesse muita dificuldade na escrita e na leitura. Esse aluno tem 8 anos, está na 2ª série, em uma escola pública de Belo Horizonte, e vive com seus pais.

O aluno, por apresentar dificuldades na escrita e na leitura, foi submetido a uma avaliação psicológica, a pedido da professora, e, em conversa com os pais, constatou-se o quanto o aluno tem dificuldades de leitura e escrita, o que pode ser uma das causas da dislexia.

Mas o que muito acontece hoje é o professor rotular seu aluno em vez de se interessar pela forma como ele aprende, ou seja, criança que troca letras é disléxica? Não, pois se o foco for a expressão escrita calcada na oralidade (escrever como se fala), trocar tipos de letras como T e D, F e V, parecidos foneticamente e juntar letras de forma aleatória são ações normais do processo de alfabetização. Estudos comprovam as várias hipóteses da escrita e alfabetizar, hoje, está longe de ser uma tarefa fácil, num processo complexo de que as idéias dos pequenos nem sempre são as idéias dos adultos.

Observar a relação do aluno com a própria escrita é mais importante do que apontar erros e muito mais efetivo do que rotulá-lo com um portador de um distúrbio, com diz Gisele Massi, especialista em fonoaudiologia e linguagem.

Com tudo isto, vale lembrar que os professores muitas vezes não apresentam conhecimento claro sobre o assunto, e quando detectado um aluno com esse tipo de dificuldade, os professores ficam impacientes, chamando atenção da criança em tom mais alto de voz.

Deve-se fazer um exame cuidadoso: as informações médicas, pedagógicas e comportamentais devem ser reunidas, organizadas e avaliadas, pois, se a criança apresenta dificuldades de escrita e leitura, pode ser por motivo de os pais a não valorizarem a leitura ou de o acesso a livros e jornais ser insuficiente ou até inexistente, o que pode

influenciar diretamente no desenvolvimento percebido em sala de aula.

A dislexia é uma dificuldade na leitura, mas também uma alteração na vida normal do aluno por ela atingido. O professor deve estar atento para a situação do aluno disléxico e assim, numa atitude mais tolerante e carinhosa, ajudar a ultrapassar suas dificuldades. Nesse contexto, o coordenador terá suma importância para ajudar na orientação, na assistência e no acompanhamento ao professor e ao aluno em intervenções que devem ser realizadas como:

Na sala de aula, o professor deve recorrer com frequência a estratégias didáticas diferenciadas que, com o apoio do coordenador, serão desenvolvidas para uma assistência ao aluno com dificuldade;

Ter atenção em verificar se o aluno que apresenta a dificuldade está acompanhando ou não os conteúdos trabalhados;

Os comportamentos de todos na escola deverão ser reforçados positivamente, de modo que aumente o auto-conceito escolar do aluno e a sua auto-estima;

É preciso elogiar o aluno sempre que conseguir cumprir suas tarefas escolares.

A dislexia tem estudos recentes que apontam para uma descoberta neurofisiológica que seria capaz de justificar a falta de consciência fonológica do disléxico, mas as principais instituições de estudos da doença aceitam, atualmente, a teoria de uma origem genética, no entanto, oficialmente, a dislexia ainda é um distúrbio sem causa definida. Como os mecanismos de funcionamento da dislexia ainda são um mistério para a medicina, só os sintomas é que conduzem a um diagnóstico e esses sintomas podem apontar caminhos equivocados.

Por este motivo, é necessário muito cuidado ao diagnóstico de um aluno disléxico. Nem sempre é fácil detectar a dislexia, pois o tema é bastante controverso e percebe-se que não se esgota aqui, não há conclusões definitivas sobre ela, ou seja, suas causas, seus sintomas, sua ligação com o ambiente escolar. O que se sabe é que todo aluno com dificuldade tem o direito de ter um acompanhamento que contribua para sua formação, respeitando o seu tempo de aprendizagem e as suas limitações.

REFERÊNCIAS:

CYPEL, Saul. **Neurologia Infantil**. São Paulo: Ed. Atheneu.

MASSI, Gisele. **A dislexia em questão**. São Paulo: Ed. Plexus.

ARTIGO 3

AUTORA:

Alessandra Fonseca de Melo

Endereço eletrônico: alessandrafmelo@gmail.com

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

UM CASO, ENTRE TANTOS, DE ABANDONO AFETIVO

Resumo

O presente artigo trata de um fenômeno muito presente entre crianças, adolescentes e jovens dos nossos dias, tanto da escola pública quanto da particular, que tem causado uma série de dificuldades e transtornos na vida dessas pessoas e no cotidiano escolar: o abandono afetivo.

Educar, nos dias atuais, não é tarefa fácil. Embora se tenham aberto novas e múltiplas possibilidades para a educação, em razão mesmo do crescimento e do amadurecimento das ciências humanas, biológicas, exatas, contribuindo também para o avanço da tecnologia, cresceram em número e complexidade os desafios que a escola enfrenta.

Um destes desafios é consequência direta das mudanças pelas quais tem passado a família, na sua formação, estrutura e dinamicidade. A mulher aponta como uma das responsáveis pelo sustento do lar, precisando ausentar-se de casa e do convívio com os filhos. O trabalho exige uma dedicação maior e uma formação individual contínua. São cada vez mais numerosos os casos de pais separados, o que significa, em muitos casos, que outras pessoas se tornam responsáveis pela educação da criança e do jovem, ao mesmo tempo em que os limites ficam alargados, ou mal definidos.

São muitos os que hoje são educados ou “cuidados” por padrastos, madrastas, avós, tios ou tias, entre outros. Esses outros responsáveis, muitas vezes, já se encontram também ocupados, envolvidos com outras realidades anteriores à chegada desse menino ou menina cujos pais, por algum motivo, se ausentaram.

Este é o caso de André¹, 13 anos, que recentemente veio para a escola particular.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Perdeu sua mãe com 1 ano e meio, por causa de anos de depressão, e posterior suicídio.

Seus avós paternos já haviam falecido antes mesmo de seu nascimento. Seu pai, com quem passou a maior parte do seu tempo até os dias de hoje, é uma pessoa instável, emocionalmente falando, que sobrevive basicamente da pensão que a mãe deixou para o filho.

Logo após o falecimento de sua mãe, André foi para a casa de seus avós maternos, onde permaneceu pouco tempo. O pai reivindicou o direito à guarda do menino, com quem ficou desde então. A visita aos avós ficou restrita a uma vez a cada quinze dias.

O menino, que antes ficava em uma escolinha do bairro para que a mãe pudesse trabalhar, foi colocado, então, na escola pública. Sem critério, sem acompanhamento, André foi para a escola, o que para muitos de seus familiares indicava que o mesmo estava sendo bem cuidado, e que estava se desenvolvendo.

Algumas de suas tias, percebendo que ele, por vezes, não estava sendo alimentado adequadamente, encontrava-se sujo, com roupas menores que seu tamanho, rasgadas, entre outras coisas, intervinham esporadicamente de modo a aliviar o abandono que passou a viver após a morte de sua mãe.

Em 2006, veio a falecer seu avô paterno, e a avó, preocupada com o futuro do menino, resolveu matriculá-lo em uma escola particular. Foi neste período, então, que ficou evidente o sofrimento da criança, resultado de inúmeros descuidos, desatenções e ausências de todo tipo.

Os familiares foram surpreendidos com a primeira “bomba” de André que, ao final do ano, conseguiu não mais que uma média de 30 pontos na maioria das disciplinas (em um total de 100 pontos), insuficiente mesmo

para que ele pudesse fazer alguma recuperação. O menino “mais inteligente de sua sala” revelou uma fragilidade que ninguém parecia esperar.

Logo se apegaram a algumas justificativas tais como “é o choque da escola pública com a particular”, ou “é por causa da 5ª série, que é muito difícil”. O ano seguinte seguiu com algumas modificações, em que se acreditava dar conta do problema.

André permaneceu na mesma escola, podendo agora contar com apoio pedagógico e psicológico, três vezes por semana. No início do ano, teve notas muito boas, fazendo com que todos acreditassem que o problema, em parte, deveria ser resolvido. Da segunda etapa em diante, as notas caíram, “choveram” chamadas da coordenação pedagógica ao pai, que quase nunca estava presente, reclamações de professores, colegas, e um nítido sentimento de “fracasso” foi tomando conta de André e de seus familiares mais próximos.

Recentemente, ele tem ficado a maior parte do tempo com algumas tias, que resolveram unir esforços diante da possibilidade de ele vir a tomar bomba outra vez. Cogitou-se a possibilidade de procurar o Conselho Tutelar ou de abrir um processo reclamando a guarda da criança, o que ainda não está definido, porque sua tia, irmã de seu pai, teme a reação deste após a abertura de algum processo. A psicóloga identificou um alto grau de ansiedade e dispersão no menino. O mesmo foi levado ao psiquiatra e, atualmente, está fazendo uso de antidepressivo.

O futuro de André ainda é incerto, mas muitas vezes o sentimento que se tem é de que ele precisa, mais do que qualquer coisa, é de cuidado, é de uma família.

REFERÊNCIAS:

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 9. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2003, 199 p.

TELES, J. S. de Sá. **Pedagogia familiar: os pais na educação dos filhos**. Salvador: Ed. Ianamá, 1993, p.78-81.

ARTIGO 4

AUTORA:

Alexandra Fortes Vilaça

Endereço eletrônico: alexandrafortes20007@hotmail.com

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

COMO LIDAR COM O ALUNO PROBLEMA: UMA LIÇÃO DE VIDA

Resumo

A violência protagonizada pelos jovens nas escolas é uma realidade inegável. A sociedade terá que se organizar e insurgir ativamente contra esse fenômeno. De igual modo, a escola terá que ajustar os seus conteúdos programáticos e acercar-se mais das crianças. Devido às exigências, as famílias muitas vezes destituem-se da sua função educativa, delegando-a à escola. No meio de toda essa confusão, estão as crianças, que atuam conforme aquilo que observam e agem consoante os estímulos do meio que, por vezes, oferece modelos de conduta e referências questionáveis.

Este artigo relata uma história de lição de vida, não só para o educador, mas para todos aqueles que se preocupam com o futuro da educação, em qualquer lugar do mundo.

Era o primeiro dia de aula na Escola Municipal Sales Pereira¹, em um pequeno distrito da Grande BH. Era uma turma de 7ª série, com 80% dos alunos considerados de bom rendimento escolar e boa disciplina. Alguns alunos tinham perfil diferenciado e um deles em especial, com 16 anos.

Alisson² é seu nome. Mora na região com sua família: pai, mãe e 4 irmãos menores. A mãe é lavadeira para a comunidade e seu pai trabalha na capina de roça e é alcoólatra.

Quando cheguei à escola, já fui alertada do comportamento de Alisson: agressivo, rebelde, usuário de drogas leves e uma observação muito importante: tinha boas notas e péssimo conceito em disciplina.

Ele era visto por todos como o encrenca da turma. Era o líder do grupo e todos aprovavam suas idéias, suas gírias, seus rap's.

Meu primeiro contato com ele não foi dos melhores. Durante a aula, manteve-se agitado e falante; cantava, falava alto, chamava

um e outro, atrapalhando a concentração da turma. Tratei-o com firmeza e meio ríspida. Questionei seu comportamento e pedi que ele não se comportasse assim durante minhas aulas, senão teria que solicitar sua saída da sala de aula. Ele, agressivamente, me respondeu: “- Não me importo com nada, não me interessa essa “p...” (palavrão) de escola, muito menos aulas de português.”

Argumentei com ele sobre a importância de se aprender o português para facilitar sua comunicação com o mundo, para se dar bem em uma entrevista de trabalho e para saber colocar suas idéias aos outros. Sugeri que ele levasse os estudos a sério e que, com apenas mais dois anos, ele poderia estar em um CEFET, fazendo um curso técnico, com colegas de sua idade, com certeza se destacando no mercado de trabalho, nas áreas de seu interesse. Como resultado desse estudo, poderia dar um futuro melhor à sua família, ajudando seus pais.

A sua reação foi agressiva e dizia que a família dele não precisava de ajuda e que ele estava na escola por ser obrigado por sua mãe, já que tinha outras maneiras mais “fáceis” de ganhar dinheiro.

Nos contatos seguintes seu comportamento não mudou. Continuou atrapalhando a turma. Sentava-se de costas para o professor, cantando e fazendo barulho. Quando era chamado a mudar o comportamento, chutava carteira, falava palavrões e assim permanecia até que lhe pedia que saísse de sala e procurasse a coordenação.

Após 2 meses de convivência com esse aluno, resolvi tomar um posicionamento, pois eu não conseguia mais levar a situação da maneira como se encontrava.

Fiz uma sondagem com outros professores e todos disseram que ele era assim mesmo e me aconselharam a não me incomodar com

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

ele. Sugeriam que deixasse de lado, que o ignorasse. A direção e os pedagogos da escola diziam que ele tinha problemas familiares: o pai era alcoólatra e a mãe, submissa, era espancada freqüentemente.

Alguns dias depois, fui informada de que ele havia colocado seu pai para fora de casa, depois atos violentos contra sua mãe e que o pai andava perambulando pelas ruas, bebendo e comendo o que lhe era oferecido como esmola pela comunidade.

Um dia, chegando à escola, deparei com uma cena: um homem deitado em frente à escola, desmaiado de tanta bebida. Indaguei quem poderia ser o homem e fui informada de que seria o pai do Alisson, que fora à escola falar com ele e não conseguiu sequer ficar de pé. Imediatamente, juntou uma multidão de alunos em volta dele e todos curiosos para saber onde estava o Alisson e que providência seria tomada. Informaram-me que, quando ele viu o pai ao chegar à escola, voltou imediatamente para casa e não quis saber do que se tratava.

Dias depois, voltando na mesma turma, não pronunciei nenhuma palavra em relação ao fato e conduzi minha aula naturalmente.

A partir desse dia, mudei meu comportamento com ele. Parei de “forçar a barra” para que ele se dedicasse ao estudo: se começava a cantar, eu fingia que não ouvia e comecei a usá-lo como uma espécie de monitor em sala de aula. Determinei e deleguei algumas funções para alguns alunos e ele era um deles.

Suas funções, a partir daquela data, seriam:

- Organizar os livros na biblioteca após o horário de literatura;
- Coordenar e representar as equipes da ginástica da escola e distribuir as tarefas;
- Organizar a eleição do vereador/escola apoiando os candidatos e panfletando chapas para a eleição;

Selecionar e organizar o material dos times de futebol e voleibol da escola, acompanhando-os nos jogos até o final do campeonato.

Através de uma parceria da Prefeitura com empresas privadas e profissionais (artesões, professores de música, capoeira e teatro) foi possível inserir os alunos em cursos de música e capoeira, e Alisson se saiu muito bem.

Depois dessa conquista, chamamos sua mãe à escola. Ela já estava separada do pai,

que fora encaminhado ao Centro de Apoio a Alcoólatras – AA. Mostramos a ela o resultado do trabalho e o sucesso alcançado com seu filho. O aluno ainda ficou mais um ano na escola e hoje está encerrando o 1º ano do ensino médio em uma escola pública. Hoje consigo encontrá-lo em qualquer espaço, público e escolar, e sou tratada com muito respeito e admiração por ele.

Neste resultado de sucesso, todos somos vitoriosos: alunos, escola, família e comunidade. Através de pequenos gestos de confiança e acreditando que ele fosse capaz, conseguimos resgatar sua auto-estima e respeito pelas pessoas que o cercam.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1988.

Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <http://www.giea.net/legislacao.net/internacional/convencao_direitos_crianca.htm>. Acesso em 13/11/08.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3. ed. Porto: Edições Asa, 1996.

FERMOSO, P. **A Violência na Escola: El educador – pedagogo social escolar**. In PANTOJA, L. (Org.). *Nuevos espacios de la educación social*. Bilbao: Universidad de Deusto.

FERNANDES, **Cadi Crianças sem referências positivas**. Diário de Notícias, disponível em: <<http://www.dn.pt.>>.

MATOS, M.; CARVALHOSA, Susana F. **A violência na escola: vítimas, provocadores e outros**. Tema 2, n.º 1. Faculdade de Motricidade Humana/ PEPT – Saúde/GPT da CM Lisboa.

ARTIGO 5

AUTORA:

Anally Valentim Assis de Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

DROGAS: A NECESSIDADE DA PARCERIA FAMILIAR E ESCOLAR

Resumo

Este artigo relata o caso de um aluno do Ensino Fundamental II de uma escola da rede privada que apresentava mau desempenho em termos de socialização e cognição devido ao uso de drogas. A necessidade da parceria entre a família e a escola é o cerne dessa discussão.

O presente artigo baseia-se em um estudo de caso que objetiva analisar o significado da presença efetiva da família e da escola no trato com educandos usuários de drogas.

Cerca de quarenta dias antes do término do primeiro semestre de 2007, ingressava na Escola Sonho Meu¹ o aluno João Porto². Conforme a mãe e o padrasto, o aluno, com quinze anos, estaria prestes a repetir mais uma vez a 7ª série se continuasse na antiga escola da rede pública. Relataram que, devido ao fato de saírem cedo para trabalhar e retornarem somente à noite, não tinham muito tempo com o garoto e o mesmo ficava a maior parte do tempo sozinho. A mãe relatou que João era um bom menino em casa, mas não tinha muito interesse pelos estudos e, ultimamente, estava se envolvendo com um grupo de alunos que também não viam com bons olhos a Escola. Informaram também que não sabiam das constantes advertências e ocorrências recebidas pelo filho. As causas das ocorrências foram as seguintes: ser surpreendido por um servente enquanto bebia vinho e fumava um cigarro no banheiro, desacatar professores, atrasar constantemente para as aulas, ter desempenho insatisfatório em todas as disciplinas.

Infelizmente, os pais tomaram conhecimento da situação tardiamente. A coordenação da escola anterior ligou para o trabalho

da mãe e questionou o fato de ela não comparecer quando solicitada às reuniões e encontros escolares. A partir de então, descobriu-se que assinaturas foram falsificadas, bilhetes, comunicados e até avaliações não foram entregues. Com certa lástima, a mãe revelou que brigou com o filho principalmente pela bebida e pelo cigarro e, ao questionar o aluno sobre o porquê de não comunicar à mãe sobre os recados, o menino simplesmente disse que não adiantaria avisá-la, uma vez que ela nunca tinha tempo para ele.

Bahls e Ingbermann, ao citarem Kumpulainem e Roine, elucidam:

O baixo desempenho escolar em estudantes pode excluí-los, em algum grau, do grupo de estudantes que têm mais sucesso, levando-os ao envolvimento com pares que apresentem problemas em aspectos escolares. O impacto do grupo de pares é um fator que interfere no uso de substâncias, e os autores evidenciam que, quanto maior a associação com pares desviantes, maior a probabilidade de desvio e uso de drogas. (KUMPULAINEM; ROINE apud BAHLS; INGBERMANN, 2005, p. 396).

Mediante a complexidade desse caso, a coordenação do Sonho Meu conversou seriamente com os responsáveis pelo educando. A proposta pedagógica e as normas básicas de conduta e comportamento exigidos foram expostos. A coordenadora ressaltou que semestralmente a Instituição convida um psicólogo especializado para palestra sobre a temática das drogas e que tal palestra estaria agendada novamente para o mês de agosto. A idéia de que a prevenção é a melhor forma de conscientizar e alertar os jovens foi ressaltada. O acompanhamento e a assistência pedagógica no caso do garoto fo-

1. Nome fictício para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício para preservar a identidade do aluno.

ram garantidos, seja através de observações constantes, seja através de metodologias e recursos didáticos que propiciem um melhor aprendizado.

A estudiosa Regina Lúcia Brandão Alencar explica:

Na ação preventiva, é necessário que haja o reconhecimento de que o problema das drogas precisa ser tratado delicadamente, por ser complexo e ambíguo. Observa-se que as informações e os materiais pedagógicos precisam ser adaptados às características e às exigências de grupos distintos e que a divulgação seja de modo seletivo, dirigindo-se a diferentes grupos: crianças, jovens, pais, funcionários, professores, de forma que a educação preventiva influa de maneira significativa sobre a forma como são percebidas as drogas e a problemática que elas acarretam no ser humano, na sua família e na sociedade. (ALENCAR, 1997, p. 6).

A importância da presença efetiva e diária dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos filhos merece destaque na erradicação e prevenção às drogas e também em situações em que os alunos não possuem um desenvolvimento considerável e satisfatório em termos de aprendizado, conseqüentes desses e de outros problemas. Muitos aspectos e questões em termos de cognição, afetividade e socialização estão diretamente relacionados à ausência dos pais e/ou responsáveis pelo educando; a omissão por parte das escolas em relação a tais aspectos é também fator considerável.

O doutor e pesquisador José Elias Murad esclarece:

A família é a base da formação e do desenvolvimento do indivíduo. Daí a necessidade de pais ou responsáveis estarem sempre em contato com seus filhos, dando amor, compreensão e carinho, participando de sua vida, estimulando atitudes positivas, dando força no desenvolvimento de talentos, dando bons exemplos, estabelecendo limites, direitos e deveres. (MURAD, 2003, p. 20).

Ciente da monitoria específica a esse aluno, a coordenadora solicitou que todos os funcionários a mantivessem informada, especificamente a equipe docente. Pediu que os professores dialogassem e chamassem o menino para participar e opinar sobre

os conteúdos programáticos ministrados e que desenvolvessem com maior constância trabalhos em grupo, principalmente para propiciar um contato maior entre o novato e os demais alunos. Caso observassem qualquer comportamento suspeito associado aos extremos calma e indisciplina, deveriam comunicá-la.

Principalmente no início da segunda quinzena na nova escola, o garoto apresentava uma sonolência incomum. Esse comportamento foi apresentado inclusive nas aulas de Educação Física e durante o intervalo do recreio, períodos em que os alunos normalmente podem extravasar e descarregar suas energias. Praticamente um mês havia se passado e, infelizmente, nenhum avanço notado. O garoto não conversava com os colegas e tampouco atrapalhava as aulas. Seus cadernos continham alguns poucos rabiscos e desenhos; praticamente nenhuma matéria registrada. Enfim, não participava, permanecia indiferente, praticamente estático. Em uma dada situação, o aluno foi encontrado dormindo próximo ao parquinho da Escola. Sem hesitar, a coordenação decidiu agendar uma reunião urgente com os responsáveis. A coordenadora não fez nenhuma exposição de conclusão precipitada, apesar de presenciar semelhante situação com um aluno de outra escola onde havia trabalhado durante considerável tempo; o parecer em tal escola não foi nada aprazível: uso de drogas ilícitas.

Murad estabelece distinção entre drogas lícitas e ilícitas:

As drogas lícitas são as drogas legais, ou seja, aquelas que são aceitas socialmente. Como exemplo, podemos citar o tabaco, as bebidas alcoólicas e alguns medicamentos. As drogas ilícitas são produtos ilegais. Seu uso não é aprovado socialmente. O uso, porte ou tráfico são considerados crimes. Como exemplo, podemos citar a maconha, o crack, a LSD-25 e o ecstasy. (MURAD, 2003, p. 16).

Cerca de quarenta dias após o primeiro encontro, a mãe compareceu à Escola. A coordenadora foi direta e relatou que sem a presença dos pais não conseguiria trabalhar e ajudar o João. Sugeriu também que consultassem um psicólogo e que fosse realizado um trabalho conjunto. As suspeitas quanto ao uso de drogas ilícitas mais tarde foram confirmadas pelo padrasto que, em

uma das reuniões agendadas, compareceu juntamente com a mãe do aluno.

Bahls e Ingbermann, ao mencionarem Syder e Stoolmiller, salientam:

Quando o comportamento de uma criança não é mais monitorado pelos pais e professores, está estabelecido o estágio de aprendizagem para atos clandestinos, tais como roubar, mentir, cabular aulas e usar drogas. O fracasso escolar recorrente e a rejeição pelos pais, professores e colegas convencionais induzem as crianças inábeis a buscarem colegas que sejam imagens refletidas delas mesmas. São crianças tristes e com pouca habilidade escolar, esportiva e social. Por volta dos doze ou treze anos, os pais e professores podem prontamente identificar quais grupos de crianças são desviantes. (SYDER; STOOLMILLER apud BAHLS; INGBERMANN, 2005, p. 397).

O desfecho deste caso não foi o esperado pela Escola e por todos os profissionais que, de alguma forma, se envolveram na recuperação daquele aluno, mesmo com o pouco tempo de convívio. Antes mesmo que a equipe pedagógica e educativa conseguisse minimizar os déficits em termos cognitivos e sociológicos e ajudasse no tratamento do garoto, mais uma vez o João Porto foi transferido. Os responsáveis alegaram mudança residencial e se comprometeram a procurar um tratamento para o filho assim que chegassem na nova cidade.

Diante desse caso, pode-se perceber que pais e educadores são sujeitos formadores de valores e opiniões, são referências a serem seguidas e não podem camuflar questões tão delicadas que necessitam de reflexões e de algumas ações sem delongas. O adiamento de certas decisões pode comprometer e piorar o quadro do educando vítima das drogas e vítima de uma série de elementos que as envolvem e lhes permitem parecer tão atraentes e indispensáveis. Quando essas referências são colocadas em planos inferiores, perdem-se valores fundamentais na formação de qualquer ser humano. O indivíduo torna-se um ser mais vulnerável e o fracasso escolar, aliado ora à indiferença, ora à agressividade, ora à passividade, é indício considerável que revela que algo está errado. Esse fracasso nunca está isolado, juntamente a ele há o fracasso como ser social que poderia agir e interagir com seus pares, mas

não age; que poderia almejar e lutar por um ideal que realmente valha a pena e que faça sentido para e na sua vida, mas essa luta inexistente para aqueles que não encontram na escola e, especificamente, na família um incentivo, uma motivação e um sentido.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Regina Lúcia Brandão. Informação e cidadania contra as drogas. **AMAE educando**, Belo Horizonte, n. 271, p.6-11, out. 1997.

BAHLS, Flávia Rocha Campos; INGBERMANN, Yara Kuperstein. Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência. **Estudos de Psicologia** (Campinas), Campinas (SP), v. 22, n. 4, p. 395-402, out. 2005.

MURAD, José Elias. O que é preciso saber sobre as drogas. **AMAE educando**, Belo Horizonte, v. 35, n. 313, p. 16-20, mar. 2003.

ARTIGO 6

AUTORA:

Andréia Ferreira da Silva Arantes

Endereço eletrônico: andreiafarantes@hotmail.com

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

TRAUMAS EMOCIONAIS VS RITMOS DIFERENCIADOS DE APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo relata o estudo de caso de uma aluna da 4ª Série/9 de uma escola privada, com dificuldades cognitivas devido a trauma emocional desencadeado por uma professora. A importância de uma intervenção adequada.

Em 2008, o Colégio Semear¹ recebeu a aluna Ana² que foi matriculada na 4ª Série/9 (antiga 3ª Série). No início do ano letivo, ao realizar a sondagem diagnóstica, a professora constatou dificuldades cognitivas significativas, principalmente na aquisição da escrita, na leitura, na compreensão de textos em geral e no raciocínio lógico-atemático. As principais dificuldades encontradas serão relatadas sucintamente a seguir:

- Na aquisição da escrita, Ana escreve textos sem coesão, clareza e pontuação. Apresenta constantes erros ortográficos, demonstrando não ter muito conhecimento sobre a sonorização das letras, escrevendo, na maioria das vezes, como se fala.
- Com relação à leitura, lê silabando, troca letras, omite sons, confunde as linhas do texto e às vezes separa ou aglutina as palavras erroneamente.
- No que diz respeito à interpretação dos textos, demonstra não compreender o que lê, realizando somente a decodificação dos códigos da escrita.
- No que se refere ao pensamento matemático, apresenta grandes dificuldades na compreensão, no raciocínio e no desenvolvimento das atividades em geral, fazendo ainda o uso contínuo de material concreto para a realização das atividades.

Além dessas dificuldades cognitivas, Ana se mostra retraída, constantemente se isola da turma e demonstra ter uma baixa autoestima.

Tão logo a professora percebeu a gravidade do caso de Ana, comunicou à supervisão pedagógica para, juntas, buscaram alternativas para sanar as dificuldades, tentando evitar que essas prejudicassem ainda mais o desenvolvimento de Ana.

Foram realizadas reuniões com os pais de Ana para obter informações sobre o seu histórico de vida. Após alguns encontros com a família, descobriu-se que Ana sempre foi uma criança desejada e amada pelos pais, é filha única, sempre teve muitos amigos, estudou em uma única escola da rede privada até que foi matriculada no Colégio Semear e os pais são sempre presentes em sua vida. Ao perguntar sobre o relacionamento de Ana com seus colegas e professores na escola anterior, os pais comentaram, dentre outros fatos, um episódio ocorrido, mas que acreditavam que em nada ajudaria no caso, entretanto relataram: “Ana sempre foi muito extrovertida, brincalhona, esperta e participativa. Certa vez, a professora fez Ana passar a maior vergonha na frente de sua turma. Quando estava na 2ª Série/9 (antiga 1ª Série), ela produziu um pequeno texto e ficou com vergonha de ler a sua produção na frente de seus coleguinhas. A professora colocou tanto defeito na leitura de Ana e na sua produção, que ela começou a chorar e chegou a fazer xixi na calça e, por este motivo, ficou de castigo na sala, em pé, até sua roupa secar. Todos riram muito dela, mas acreditamos que ela já se esqueceu desse caso, pois nunca mais comentou nada sobre esse assunto. Gostávamos muito da escola, mas, infelizmente, tivemos que conter algumas despesas e, por isso, procuramos uma

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

escola mais em conta para nossa filha. Mas não está adiantando pagar escola particular para Ana, pois parece que ela não gosta mais de estudar e tem muita dificuldade de aprender!”

Após esta relevante descoberta, foi possível detectar mais facilmente as possíveis origens dos problemas de Ana que, conforme Patto (1990), “são conseqüências de perturbações relacionadas com os processos psicológicos: percepção, memória, linguagem e pensamento” ou devido a “transtornos afetivos da personalidade, gerados por perturbações no estado sócio-afetivo e não por déficits cerebrais ou cognitivos”. Essas dificuldades ou ritmos diferentes de aprendizagem podem ser gerados não por uma inibição intelectual, mas por um conflito invasor consciente ou inconsciente. A escola deveria ser um espaço de acolhimento da diversidade, de trocas de experiências e respeito às características individuais de cada um. Assim, o aprendizado seria uma ação humana, criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição física ou intelectual.

Segundo Baquero (1998), Vygotsky afirma que a “convivência social é fundamental para transformar o homem de ser biológico a ser humano social, e a aprendizagem que brota nas relações sociais ajuda a construir os conhecimentos que darão suporte ao desenvolvimento mental”. Para que isso seja possível, torna-se necessária uma reestruturação das formas de agir, sentir e pensar a educação, de modo a desenvolver nos estudantes as competências necessárias para sua emancipação, levando em conta a diversidade em que estão inseridos, considerando o sujeito em primeiro plano e não suas dificuldades.

Buscando alternativas, a supervisora e a professora criaram estratégias diferenciadas para atender Ana, uma vez que, de acordo com Mantoan (2006), “tratar igualmente aqueles que são diferentes nos leva à exclusão”. A maioria dos professores da 4ª Série/9 não são alfabetizadores e não conseguem identificar as etapas do processo de aquisição da escrita vivenciado pelos estudantes, o que dificulta ainda mais a correção desse processo. Esteban (1992) afirma que “construir uma prática pedagógica capaz de reverter o fracasso escolar vincula-se à possibilidade de os professores debruçarem-se sobre sua própria prática, fazendo uma

releitura das atividades cotidianas”.

Nesse propósito, professora e supervisora pesquisaram diferentes autores tais como Piaget, Vygotsky e Emilia Ferreira entre outros, elaboraram e organizaram uma série de situações de aprendizagem, oficinas, trabalho com jogos, dinâmicas que elevavam a sua auto-estima, promoviam o aprendizado, além de envolver a família de Ana neste processo. O êxito deste processo foi a curto prazo e, portanto, excluiu-se a possibilidade da intervenção de outro profissional como um psicopedagogo, por exemplo. Ana avançou bastante em suas limitações e está em contínuo processo de melhorias.

Conclui-se, assim, que uma intervenção adequada do professor e supervisor, que se tornaram sensíveis às necessidades da aluna, acreditaram em seu potencial, trabalharam com sua auto-estima e investiram tempo para que ela pudesse superar suas dificuldades, foi de extrema importância para que Ana deixasse a condição de “aluna rotulada como problema” e passasse à condição de uma aluna vencedora, que superou suas dificuldades e que, bem provavelmente, trilhará seus passos na educação com total êxito, pois aprendeu a acreditar em si própria.

“O diferente de nós não é inferior. A intolerância é isso: é o gosto irresistível de se opor às diferenças.” (Paulo Freire)

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.

ARANTES, Valéria Amorim; MANTOAN, Maria Teresa Égler; PRIETO, Rosângela Gavioli; (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COLL, César. **Piaget, o construtivismo e a educação escolar: onde está o fio condutor?**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ESTEBAN, Maria Teresa. Repensando o fracasso escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 28, 1992.

FERREIRO, Emília. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, fev.1985.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

ARTIGO 7

AUTORA:

Clei Magna Paiva de Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

UM CASO DE HIPERATIVIDADE

Resumo

Este artigo relata o caso de um aluno hiperativo e as ações empreendidas para diagnosticar o quadro.

O foco deste estudo de caso é o aluno Manoel¹, 9 anos. Ele apresenta comportamento desatento, é agitado e impulsivo, com atitudes inadequadas. Não faz as atividades sugeridas em sala e incomoda os colegas de turma o tempo todo, ficando mais em pé do que sentado. A professora, através de suas observações e intervenções, notou que tinha algo estranho, ele não conseguia se concentrar em uma atividade, sempre estava atrasado em comparação aos seus colegas de classe. Por que só aquele aluno agia de forma tão diferente dos outros? Como lidar com um aluno que atrapalha suas aulas o tempo todo? Como prender sua atenção?

O presente estudo de caso surgiu a partir da sugestão da professora do aluno que já observara há algum tempo. Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas com o próprio aluno, professores, colegas, família e profissionais que atendem e atenderam ao aluno. Também foram considerados materiais produzidos pelo aluno na escola, considerados significativos para a compreensão do estudo; atestado, laudos e exames... O responsável pela dinâmica do estudo de caso é a coordenadora.

Segundo ela, nem sempre precisará de um profissional técnico como, por exemplo, um psicólogo, um orientador, um médico... No entanto, se for possível contar com um desses profissionais, talvez o trabalho flua mais, por serem alguém que já lida, no dia-a-dia, com esse tipo de "material". No caso

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

deste aluno, foi de suma importância a participação de um neurologista. Após toda a investigação, ficou comprovado que a criança é hiperativa. Neste caso, só o médico é quem pode diagnosticar.

O papel do coordenador é muito importante, pois a ele caberá reunir dados e pessoas, com o objetivo de organizar as informações e com isso contextualizar o "problema". Ele também coordenará as reuniões nas quais estarão presentes as pessoas envolvidas, para a apreciação dos dados obtidos.

Nessas reuniões, todo o grupo tem possibilidade de opinar sobre o que pensa do caso em estudo, pode sugerir material teórico para leitura, utilizar seus conhecimentos e sua sensibilidade na busca de uma compreensão mais abrangente dos fatos em discussão. Essas reuniões poderão se estender por algum tempo, ou seja, serão tantas quantas forem necessárias até que se tenha clareza suficiente para propor alternativas, soluções, encaminhamentos...

Neste estudo de caso, espera-se que não só o "organismo com mau funcionamento" tenha sido beneficiado, mas que todos os participantes desse estudo tenham se beneficiado dele. Cada um ao seu modo sentiu que cresceu ao discutir sobre o problema estudado. Dessa forma, os professores, os colegas, a família, a escola, todos se enriqueceram a partir do momento em que pararam para compreender o que estava acontecendo e, através disso, entender qual o papel de cada um naquela situação. Fica claro que falar sobre o outro é também falar da gente. Dessa forma, perceberam que compreender o que acontece com o outro é compreender o que acontece também conosco.

Muitas vezes a escola "acusa" a família do aluno, ou o professor, ou o próprio aluno e, quando ela se envolve num estudo de caso,

pode acabar percebendo que ela própria pode estar sendo uma das molas propulsoras para a ocorrência daquele “mau funcionamento do aluno”.

Num estudo de caso dessa amplitude, não quer dizer que o problema acabou totalmente: o sujeito continua hiperativo, mas com um diferencial – os profissionais a sua volta saberão como lidar com um aluno que apresenta esse quadro. O professor saberá, por exemplo, que essa criança deverá ficar longe de portas e janelas e longe de qualquer coisa que lhe tire a atenção em sala de aula.

ARTIGO 8

AUTORA:

Cleide Lima dos Santos

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

À DISLEXIA É COISA SÉRIA

Resumo

O artigo retrata a realidade de uma aluna da 5ª série do ensino fundamental com muitas dificuldades de aprendizagem e essas dificuldades são devidas ao diagnóstico de dislexia.

A aluna Clara¹ é estudante de uma escola pública, tem 13 anos, está na 5ª série do ensino fundamental, e apresenta muita dificuldade em Língua Portuguesa. Essa dificuldade de aprendizagem já é percebida desde as séries iniciais, de acordo com seus registros escolares. Mas eram consideradas normais, devido a sua imaturidade escolar. Sempre foi uma aluna agitada, dispersa e desinteressada, principalmente nessa matéria, em que apresenta mais dificuldade.

Como a aluna já se encontra na 5ª série e não tem coerência na sua produção de texto, a professora informou a situação à supervisora, pois estava preocupada, porque assim a aluna iniciaria mais uma série sem saber produzir um texto, além do seu mau comportamento dentro da sala de aula. Decidiram, então, investigar mais sobre as dificuldades de aprendizagem da aluna.

Verificaram que a aluna também apresentava dificuldades em Matemática e Inglês, e um desempenho baixo nas outras matérias. A professora de Língua Portuguesa começou a reparar mais na aluna, pediu para que lesse um texto e ela recusou, dizendo que não gosta de ler, principalmente em público, e recusa fazer ditados. A professora percebeu que a sua caligrafia é desorganizada, sem coordenação, com movimentos incompletos e desiguais e apresenta alguma dificuldade de manter a escrita na linha do caderno. Diante dessas percepções, a professora levantou

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

a hipótese de que poderia ser um caso de dislexia, pois a dislexia² é uma das mais comuns deficiências de aprendizado. Pessoas disléxicas – e que nunca se trataram – lêem com dificuldade, pois é difícil para elas assimilarem palavras. Disléxicos também soletram muito mal. Isto não quer dizer que crianças disléxicas são menos inteligentes; aliás, muitas delas apresentam um grau de inteligência normal ou até superior ao da maioria da população.

Com isso, a supervisora e a professora decidiram chamar os responsáveis pela aluna para ver se ela apresenta essas dificuldades de leitura também em casa, se ela lê alguma revista, gibis, jornais. E se em casa também ela é teimosa, insegura e agressiva.

Quem compareceu foi a mãe, e ela relatou que a filha não gosta de ler, informa que já faz leitura demais na escola. Às vezes percebe que a filha troca muito as letras e pronuncia alguma letra, mas quer dizer outra. Ela já apresentava essa dificuldade quando estava na escola primária. Agora não tem muito tempo para acompanhar a filha nas suas atividades de casa porque a filha já possui autonomia e diz que não precisa da ajuda da mãe.

Diante do relato da mãe, a supervisora e a professora já estavam quase certas de que o caso da aluna fosse mesmo dislexia, mas resolveram buscar um diagnóstico efetivo e encaminharam a aluna para um fonoaudiólogo e um neurologista.

De acordo com o diagnóstico médico, Clara, realmente, possui dislexia. Segundo os autores pesquisados, a dislexia pode

2. Dislexia: A significação intrínseca do termo: dys, significando imperfeito, como disfunção, isto é, uma função anormal ou prejudicada; e lexia que, do grego, dá significação mais ampla ao termo palavra, isto é, Língua em seu sentido abrangente.

ser neurobiológica ou genética. A dislexia é herdada e, portanto, uma criança disléxica tem pai, avô, tio ou primo que também é disléxico. Diferentemente de outras pessoas que não sofrem de dislexia, disléxicos processam informações em uma área diferente de seu cérebro; não obstante, os cérebros de disléxicos são perfeitamente normais. A dislexia parece resultar de falhas nas conexões cerebrais. Felizmente, existem tratamentos que curam a dislexia. Esses tratamentos buscam estimular a capacidade do cérebro de relacionar letras aos sons que as representam e, posteriormente, ao significado das palavras que elas formam.

Com esse diagnóstico, foi preciso fazer intervenções pedagógicas com a aluna para que o seu desempenho não fosse prejudicado pela dislexia. A aluna, a princípio, ficou arredia, dizendo que era normal e que não precisava de nenhum acompanhamento médico ou especializado pela escola. Disse que já tinha feito os exames e pronto, acabou.

Com essa rejeição, a escola promoveu para as turmas uma palestra sobre a dislexia e explicou para a Clara que seria necessário um tratamento específico, senão ela poderia encontrar muitas dificuldades na vida, tanto na área escolar como profissional. Na palestra, a psicopedagoga explicou que a maioria dos tratamentos enfatiza a assimilação de fonemas, o desenvolvimento do vocabulário, a melhoria da compreensão e a fluência na leitura. Esses tratamentos ajudam o disléxico a reconhecer sons, sílabas, palavras e, por fim, frases. É aconselhável que a criança disléxica leia em voz alta com um adulto para que ele possa corrigi-la. É importante saber que ajudar disléxicos a melhorar sua leitura é muito trabalhoso e exige muita atenção e repetição. Mas um bom tratamento certamente rende bons resultados. Alguns estudos sugerem que um tratamento adequado, administrado ainda cedo na vida escolar de uma criança, pode corrigir as falhas nas conexões cerebrais ao ponto que elas desapareçam por completo. Como Clara já está na adolescência, o trabalho deve ser contínuo, o que não impede que ela também recupere por completo.

Este estudo de caso da aluna Clara foi de aproximadamente 8 meses. Hoje ela está fazendo um tratamento com um fonoaudiólogo e com uma psicopedagoga. E já fez alguns progressos na sua aprendizagem.

O ideal seria que toda criança fosse testa-

da para detectar se ela sofre de dislexia. Porém, o sistema educacional brasileiro é deficiente e há uma falta de recursos na maioria das escolas do país. Portanto, é importante que pais e professores fiquem atentos aos sinais de dislexia para que possam ajudar seus filhos e alunos.

REFERÊNCIAS:

BAUER, J.J. **Dislexia**: Ultrapassando as barreiras do preconceito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LANHEZ, M. E.; NICO, M.A. **Nem sempre é o que parece**: Como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. São Paulo: Alegro, 2002.

MORAES, A.M.P. **Distúrbios da aprendizagem**: Uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: EDICON, 1997.

NUNES, T.; COLS. **Dificuldades na aprendizagem da leitura**: Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ARTIGO 9

AUTORA:

Cynthia Loureiro Amorim

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

UM CASO DE INCLUSÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: ESTAMOS MESMO INCLUINDO?

Resumo

O presente artigo apresenta o caso de um aluno matriculado na Rede Estadual de Ensino, em Belo Horizonte, o seu percurso, o movimento de alguns profissionais que o acompanharam, bem como a constatação da falta de recursos que os profissionais da Rede vivenciam.

Em tempos em que o discurso governamental¹, no que tange à educação, vem sendo sobre a necessidade de se alcançar uma supremacia da qualidade, tanto na formação de docentes quanto no sistema de ensino; em que os cursos de pedagogia e, conseqüentemente, os professores são freqüentemente avaliados, pode-se, ocasionalmente, ter a impressão de que muitos subsídios estão sendo oferecidos a esses profissionais no exercício de suas profissões, bem como aos alunos que utilizam o sistema público de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, em seu capítulo V, sinaliza que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino e aponta uma nova concepção na forma de entender a educação e a integração dessas pessoas. No entanto, a constatação desse capítulo não garante que as pessoas com necessidades especiais terão os seus direitos respeitados.

José¹ foi matriculado em janeiro de 2007, na 6ª série do Ensino Fundamental, em uma Escola da Rede Estadual de Ensino em Belo Horizonte. Ao ser matriculado, apresentou um diagnóstico médico do qual consta que o aluno apresenta leve comprometimento cognitivo, motor e da fala, decorrente de um

acidente no qual perdera massa encefálica. Anteriormente, estava matriculado em uma Escola da Rede Municipal de Ensino, recebendo formação de acordo com os métodos e processos da Escola Plural, concluindo, assim, o primeiro ciclo de formação do Ensino Fundamental I, fora da faixa etária regular. Por apresentar necessidades educacionais especiais, fora encaminhado a uma Escola Particular de Ensino², onde foi reclassificado para a 5ª série do Ensino Fundamental.

À medida que transcorria o ano letivo, percebeu-se que o aluno apresentava também grande defasagem em termos de aprendizagem, além de dificuldades de interação com o grupo de alunos da sala. Segundo a professora que o acompanhava, ele era muito disperso e, às vezes, se isolava não querendo participar das atividades propostas ou demonstrava desânimo em relação às aulas.

Visando cumprir o que a própria LDB dispõe em seu capítulo V, art. 58, parágrafo 1º: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”, a Supervisora Pedagógica verificou junto à Inspetora Escolar e à Secretaria Municipal de Educação sobre como proceder com esse aluno em termos de processo ensino-aprendizagem e de sua avaliação.

Tendo em vista a dificuldade em se obter apoio e soluções junto aos órgãos competentes, o aluno, conforme orientações da Inspetora Educacional, passará a freqüentar o Projeto Aluno em Tempo Integral³ que

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno. O aluno é filho de pais de idade mais avançada e oriundos de uma camada social desprivilegiada. Atualmente, o pai é vendedor ambulante e a mãe dona de casa.

2. O aluno foi matriculado nessa Escola Particular devido a uma bolsa que o aluno conseguira, mas que teve somente um ano de validade. Trata-se de uma escola que propicia um atendimento mais individualizado, com turmas reduzidas.

3. O Projeto Aluno em Tempo Integral não visa ao aten-

acontece na escola no período da manhã. Segundo a Inspetora, no período em que ele estivesse no Projeto, este receberia suporte e acompanhamento escolar em relação a leitura, interpretação e raciocínio lógico, teria a possibilidade de participar de atividades que permitem interação e socialização, como a dança de rua e a prática esportiva, e de desenvolver hábitos saudáveis, como organização pessoal, higiene, etc.

Por iniciativa da Supervisora Pedagógica e em acordo com a Inspetora, buscou-se o encaminhamento do aluno a um serviço de psicologia que se dispôs atendê-lo, gratuitamente, para uma avaliação e possível acompanhamento. Contudo, a família não demonstrou interesse em propiciar ao aluno estar presente nos horários marcados pela clínica. O aluno acabou sendo retido na 6ª série.

Segundo relatório da professora do Projeto, que acompanhou o aluno até o final do 1º semestre deste ano, ele ainda apresenta dificuldades em relação à aprendizagem, mas percebe-se algum avanço em relação ao ano passado, tendo em vista que ele tem realizado algumas das tarefas escolares propostas, fato que não ocorria anteriormente. O aluno necessita de um prazo muito longo para realizar algumas atividades, principalmente as de Matemática, tendo havido momentos em que teve a necessidade de contar os dedos, mas não se nega em ir ao quadro e fazê-la diante da turma. Quando alguns colegas o auxiliam, ele as faz em tempo hábil, porém já ocorreu passar toda a manhã (3 a 4 horas) realizando uma mesma tarefa que foi programada para 50 minutos. Isso se dá não só pelas dúvidas em relação ao conteúdo, mas pelo fato de ele ficar conversando e brincando com os outros, deixando a tarefa de lado. Os textos por ele produzidos contêm muitos erros ortográficos, muitas palavras são escritas exatamente como ele as pronuncia; no entanto, apresentam seqüência lógica (ele não “desvia” do assunto e os textos apresentam princípio, meio e fim).

Em relação à disciplina e ao comportamento, apresenta-se quieto e, muitas vezes, apático. Não participa de jogos e outras atividades em grupos maiores. Prefere unir-se

dimento a alunos com necessidades educacionais especiais. O atendimento deste aluno neste Projeto, segundo informações da Supervisora, consiste somente numa forma paliativa, com o objetivo de minimizar o problema.

a dois outros colegas e ficar correndo pelo pátio da escola. Envolve-se com freqüência em discussões, usando palavras de baixo calão para ofender as colegas.

Em conversa informal, a Professora que o acompanha no Projeto Escola Integral acredita que o aluno, em seu tempo, esteja amadurecendo; porém, como se trata de um processo lento, pensa ser necessário contar com a ajuda de um profissional competente para que José não perca a motivação e o interesse pela aquisição de novos saberes.

Segundo Charlot (2000),

O aluno é também, e primeiramente, uma criança ou um adolescente, isto é, um sujeito confrontado com a necessidade de aprender e com a presença, em seu mundo, de conhecimentos de diversos tipos. Um sujeito é um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos; um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto da família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade [...]. Estudar a relação com o saber é estudar esse sujeito enquanto confrontado com a necessidade de aprender e a presença de “saber” no mundo. (CHARLOT, 2000, p. 34)

Atualmente, o aluno encontra-se na escola repetindo a 6ª série e em vias de não ser aprovado. A Supervisora e a Professora que o acompanhou mostraram-se preocupadas com a situação do aluno, no entanto, sentem-se impotentes diante da falta de providências institucionais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**, 20 dez.1996. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 01 nov.2008.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

ARTIGO 10

AUTORA:

Daniela Helena Dutra

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

HIPERATIVIDADE - TDAH

Resumo

A hiperatividade ainda é assunto polêmico e que muito se confunde com falta de limite ou agitação do aluno em sala de aula bem como com indisciplina. Mas, afinal, o que retrata a hiperatividade de fato? Este artigo relata o caso de um menino que apresenta essas características.

Rogério¹ é um menino que iniciou a sua trajetória escolar em uma creche conveniada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aos 3 anos de idade, onde desde então apresentava dificuldades de concentração nas brincadeiras, expressava agressividade com os colegas e ficava isolado num canto, tinha dificuldade de socializar e, em suas brincadeiras individualizadas, expressava formas de conduta agressivas, se colocava em situações de perigo, não tinha limite e desobedecia qualquer regra e combinados.

Atualmente, a criança se encontra matriculada em uma escola no ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte, cursando a 4ª série. Desde o seu ingresso nessa instituição, inúmeros relatórios foram feitos para compreender melhor suas atitudes e comportamentos.

Rogério provém de uma família de classe média baixa mal estruturada, havendo indícios de violência doméstica, maus tratos e uso de entorpecentes pelo seu irmão e grande suspeita de essa criança ser também vítima de abuso sexual. É o segundo filho e sua mãe apresenta medo, resistência em denunciar ou aceitar qualquer um desses fatos ou evidências.

Durante este estudo de caso, foi observado que inúmeras vezes a coordenadora da creche buscou acompanhamento da família, teve várias cobranças e até indicações para

acompanhamento especializado em clínicas psicológicas, mas sempre a mãe resistiu alegando que a criança era normal.

Hoje, na escola atual em que a criança se encontra matriculada, a família foi chamada várias vezes e a mãe insistia em alegar que Rogério era uma criança normal, negando qualquer forma de violência praticada contra a criança e contra si mesma.

Rogério apresenta um comportamento cada vez mais alterado. Partiu para a prática de obscenidades com seus amigos dentro do banheiro, tendo sido surpreendido. Novamente a mãe foi chamada à escola e forçada a levá-lo a um psiquiatra e a um psicólogo.

A escola já está decidida a fazer denúncias aos órgãos competentes, já que há também indícios de reações de uso de entorpecentes, marcas de queimaduras entre os dedos, lábios escurecidos e momentos de alucinações e olhos avermelhados. A mãe rebateu dizendo que a escola estava errada e que seu filho era normal e que, de forma alguma, nada de errado estava acontecendo. As suspeitas foram claramente evidenciadas e confirmadas quando a mãe foi para casa e voltou com o pai e o irmão, que ameaçaram a coordenadora de morte caso ela denunciasse e ordenaram que ela sumisse da escola. No outro dia, apareceu um carro roubado que foi incendiado atrás do muro que ficava bem próximo ao complexo da sala de Rogério. A coordenadora entendeu que seria um aviso e pediu afastamento, transferência e nunca mais retornou para a instituição.

A criança continuou pior porque sente que tem poder, quebra todas as regras, impõe ameaças, furta seus amigos, não concentra nas suas atividades, está altamente agressiva.

Outra coordenadora assumiu o caso e determinou que, se os pais não se propuses-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

sem a buscar ajuda e tratamento para Rogério, ele não poderia ficar mais na escola. Exigiu um laudo médico de psicólogos e pediatras. A mãe foi forçada a buscar recursos, porque Rogério oferecia riscos para os alunos e contra si mesmo. Inúmeras vezes tentou pular da janela do 2º andar, se enforçar com a própria blusa, subir na carteira e pular, além de agredir violentamente os colegas. A mãe procurou por especialistas e apresentou um relatório do qual consta que esta criança apresenta hiperatividade considerada leve. O relatório foi emitido por um psicólogo da rede pública de Belo Horizonte que faz atendimento ao Centro de Referência da Infância e do Adolescente (CRIA).

Entende-se que Rogério, apesar do distúrbio, não tem limites em casa, vive em um ambiente hostil, presencia violência de várias formas e comportamentos inadequados que se refletem também em suas ações em sala de aula ou fora dela.

São inúmeras as queixas de todos os professores que não conseguem trabalhar com a questão da hiperatividade e da indisciplina, além de temerem ameaças que a família possa fazer diante de certas situações e em suas intervenções.

Rogério não tem o material organizado, gesticula o tempo todo, agride, grita, atenta contra a própria vida, furta os colegas, transforma todas as aulas em um caos. Atualmente, estava sendo assistido por uma estagiária, mas que se afastou porque sofreu várias agressões físicas causadas por ele. Das poucas atividades que consegue fazer, é visível a falta de concentração, a irritabilidade e o nervosismo; os trabalhos são apresentados com baixíssima qualidade cognitiva. Gosta apenas de uma professora que procura dar-lhe mais carinho, atenção e afeto, permitindo com que o aluno crie maior interesse em fazer alguma atividade em sua aula, mas nem sempre isso é possível.

A coordenação já tentou várias vezes fazer intervenções que pudessem auxiliar no desenvolvimento de Rogério, mas pouco pode intervir, porque a mãe não aceita.

Quase todos os dias Rogério é encaminhado à coordenação para fazer suas atividades e também para que os seus colegas não sejam prejudicados por sua indisciplina e falta de limite.

A coordenadora pedagógica muito insiste em compreender o universo da criança, em buscar novas estratégias de trabalho que

possam, de alguma forma, desenvolver suas habilidades motoras, perceptivas, em levantar a sua auto-estima. É feito um trabalho para incluir este aluno no ambiente escolar.

A escola cobra dos órgãos competentes parcerias e busca interlocução com especialistas no ramo da medicina que possa favorecer o desenvolvimento do aluno, e melhor compreender o seu universo, já muitos professores ainda apresentam despreparo para lidar com alunos com distúrbios hiperativos associados com falta de limite e indisciplina.

Cabe à família compreender e apoiar as intervenções, valorizar a aprendizagem e proporcionar uma parceria com a escola para a educação e reeducação comportamental de seu filho, para que assim ele consiga ter avanços cognitivos mais significativos.

À coordenação cabe buscar sua auto-formação e a formação dos docentes em relação à hiperatividade, orientar e promover a busca de conhecimentos específicos que reatrem também a inclusão dessas crianças com TDAH² e outros distúrbios mentais.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Rubem. **Educação dos sentidos e mais...** Campinas (SP): Ed Verus, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e pre-conceitos na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Ed. Summus, 1998.

MORAES, A.M.P. **Distúrbios da aprendizagem:** Uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: EDICON, 1997.

2. TDAH - Transtorno Déficit de Aprendizagem e Hiperatividade. A Hiperatividade não é uma doença, é um transtorno neurobiológico, inicialmente vinculado a uma lesão cerebral mínima, caracterizando-se como uma síndrome de conduta, tendo como sintoma primordial a atividade motora excessiva. Existe também o Distúrbio do déficit de atenção sem hiperatividade. O transtorno nasce com o indivíduo e já aparece na pequena infância, quase sempre acompanhando o indivíduo por toda a sua vida.

ARTIGO II

AUTORA:

Edna Rodrigues dos Santos Dourado

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

HIPERATIVIDADE: PAIS RESISTENTES A ESSE TRANSTORNO

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso realizado em uma escola pública, com um aluno na fase introdutória que faz acompanhamento especializado desde os 3 anos, com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Os pais têm muita resistência em aceitar que o filho sofra desse distúrbio.

Conrado¹ tem 7 anos, frequenta a fase introdutória do Ensino Fundamental em uma escola pública da rede municipal de Contagem. Numa conversa informal com a tia do aluno, em setembro deste ano, fui informada de que ele está em acompanhamento psicológico desde os 3 anos de idade, tendo sido encaminhado pela coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil Pequeno Aprendiz (CEPA)², pois apresentava os seguintes sintomas: freqüente dificuldade em manter a atenção em tarefas e jogos; não escutava quando lhe falavam diretamente; dificuldade em organizar tarefas e atividades; distraía facilmente por estímulos externos, abandonava sua cadeira em sala de aula, ou em outras situações nas quais se esperava que permanecesse sentado; corria e escalava em demasia, nas situações inapropriadas (sensação de inquietação); apresentava dificuldade para brincar ou se envolver silenciosamente em atividade de lazer e dificuldade para aguardar sua vez.

A partir desses relatos, me interessei em estudar o caso do aluno, pois percebi que, provavelmente, se tratava de TDAH. Segundo Rohde (2006, p. 235-250), o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, que passaremos a designar apenas pela sigla TDAH, é um problema de saúde mental que tem três características básicas, a desatenção, a agi-

tação (ou hiperatividade) e a impulsividade.

Procurei saber da professora regente do aluno se ela tinha conhecimento dessas informações sobre o Conrado. A professora relatou que, desde abril deste ano (2008), os pais do aluno foram convocados várias vezes pela coordenadora pedagógica a comparecer à escola para conversar sobre o comportamento de Conrado, não tendo obtido nenhuma resposta positiva dos pais. A professora ressalta que a tia era sempre resistente a dar qualquer informação sobre ao aluno.

A coordenadora pedagógica, no entanto, insatisfeita com o descaso e a ausência dos pais, procurou o Centro de Educação Infantil Pequeno Aprendiz, onde o aluno havia estudado, para saber informações ao seu respeito. De posse das informações, a coordenadora pedagógica da escola municipal acionou o Conselho Tutelar para juntos dialogarem com os pais e tentarem ajudar o Conrado.

Logo após a visita ao Conselho Tutelar, a mãe do aluno compareceu na escola, com todos os relatórios médicos do aluno. A partir desse momento, a escola teve conhecimento de que os pais tinham resistência em aceitar que o filho tem o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, que fora diagnosticado por uma avaliação interdisciplinar envolvendo neurologista infantil, psicólogo, pediatra e um psicopedagogo que, dentro dos seus conhecimentos e práticas, traçaram metodologias para minimizar o transtorno em prol da saúde do Conrado. Porém, os pais não estavam levando o filho regularmente às consultas especializadas, desde março de 2007. O que agravou o estado aluno.

Diante disso, a coordenadora pedagógica, a professora regente e eu, após observações feitas do Conrado e estudos sobre o diagnóstico de TDAH, esclarecemos para mãe

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

2. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

que, segundo o autor Kunrath, Wagner e Jou (2006), cerca de 5 a 8% das crianças em idade escolar (mais ou menos de 5 a 10 anos de idade), apresentam hiperatividade e/ou déficit de atenção. E que, antes de quatro ou cinco anos, não se deve fazer o diagnóstico, pois o comportamento das crianças nesse período é muito variável, e a atenção não é tão exigida quanto de crianças mais velhas. Mesmo assim algumas crianças desenvolvem o transtorno precocemente. E que, em termos de gênero, o sexo masculino é de quatro a nove vezes mais afetado do que o feminino.

A mãe do Conrado, logo após os esclarecimentos sobre o transtorno que o filho sofre, se emocionou e pediu ajuda para saber como trabalhar o problema sofrido pelo filho. A coordenadora juntamente com a professora, disse que primeiro ela tinha que aceitar as dificuldades e limitações do filho, pois todos nós temos limitações, e que a organização escolar iria proporcionar procedimentos para minimizar as dificuldades do aluno, mas que ela teria que assumir a responsabilidade de levar o Conrado nas consultas, regularmente.

Diante, do caso, fica claro que tanto o professor quanto o coordenador devem estar preparados para orientar, seja com os procedimentos com o aluno seja na orientação à família. Os profissionais precisam atualizar sempre seus conhecimentos para desenvolverem bom trabalho, que é de extrema importância por se tratar de “pessoas”, de algo que terá grande repercussão num futuro bem próximo, ou seja, no crescimento e no desenvolvimento do sujeito. Por isso, quanto mais cedo ocorrerem às intervenções melhor será para o aluno. Dessa forma, a partir de Prety (1999), foram sugeridas algumas ações à professora regente do Conrado, para que se construa uma relação mais positiva com elogios e valorizações e se possa ajudar nas situações de dificuldades: trabalhar a concentração; ajudá-lo a melhorar seu comportamento social e interações familiares; reduzir ao mínimo os estímulos em sala de aula; evitar deixar que portas de armários na sala de aula fiquem abertas para impedir que os materiais que ali estão, com suas cores e formas, chamem atenção do aluno; o aluno deve se assentar longe das portas e janelas, para reduzir a dispersão; falar devagar, pausadamente; usar um tom de voz amigável; mostrar um ritmo organizado nas

ações; sinalizar com o tempo quando o aluno deve parar ou esperar sua vez.

Não existe proposta de intervenção pronta para esse transtorno, o que precisa acontecer é um trabalho efetivo em grupo, com cada membro responsável fazendo a sua parte. Esse trabalho em grupo não envolve somente os professores, mas toda a escola e, principalmente, a família.

Percebi que, após essas orientações e o auxílio dado à professora, o aluno teve uma melhora significativa no seu comportamento e na aprendizagem.

Assim, vale ressaltar que, se esse distúrbio não for tratado adequadamente na infância, pode deixar seqüelas na fase adulta. Em alguns casos, o TDAH pode vir acompanhado de outros distúrbios que podem prejudicar em muito o desenvolvimento do aluno. É de grande importância que pais e professores conheçam esse transtorno, bem como outros distúrbios, a fim de trabalharem em prol da saúde dos seus alunos.

REFERÊNCIAS:

<http://www.tdah.org.br>. Acesso em 10 de maio de 2008.

JOU, Graciela Y. de; WAGNER, Adriana; KUNRATH, Letícia Hoffmann. A educação dos filhos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: O que fazer? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 235-250, dez. 2006.

PRETY, Arlete dos Santos; SILVA, Cléber Ribeiro Álvares da; TRAVI, Marilene G. Gomes. Hiperatividade: características e procedimentos básicos para amenizar as dificuldades. **Revista do Professor**, Porto Alegre, n. 15, p. 47-48, abr./jun. 1999.

ROHDE, L. A. et al. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. 2, p. 1-16, 2000.

ARTIGO 12

AUTORA:

Eliane Conceição Braga Narciso

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

A ESCOLA E A FAMÍLIA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso realizado em uma escola pública, situada em uma área de risco, com uma aluna do ensino fundamental, de 11 anos, que ainda não sabe ler e escrever, sem acompanhamento da família, e que somente agora, no final do ano de 2008, está sendo alfabetizada.

Alice¹ sempre foi aluna de escola pública, tendo sido matriculada na escola atual no segundo semestre de 2007.

Ao chegar nesta escola e ser diagnosticada para a enturmação, percebeu-se que ela não havia sido alfabetizada.

A coordenadora chamou a mãe para obter informações sobre a aluna, saber quais os motivos da transferência e conhecer o ambiente fora da escola. Obteve somente justificativas de que a mãe naquele dia não poderia ir, pois estava trabalhando.

Segundo TELES (1993, p.32 e 33),

Outrora família e escola se completavam, se davam as mãos, se aliavam em relacionamento na defesa e orientação da criança, fosse o estabelecimento público ou privado. No mundo técnico de hoje, mais inseguro e violento, com sérias e profundas crises econômicas e mudanças de valores, em que nos encontramos, o contato dos pais com a escola se faz de maneira fugaz.

Por ser final do ano letivo e perceber a situação da aluna, a coordenadora reprovou a aluna, pois não havia sentido promovê-la para série seguinte na situação em que ela estava, uma vez que a mesma não apresentava nenhum tipo de distúrbio que precisasse da interferência de outros profissionais qualificados.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

Ao iniciar ano letivo de 2008, a coordenadora juntamente com a professora preparou um projeto de intervenção, em que o objetivo seria alfabetizar a aluna. Devido a essa intervenção, Alice está bem melhor, mas ainda continua com seus limites na leitura e na escrita.

Segundo a professora, ela demonstra interesse em aprender, pois sempre pergunta quando há dúvidas, mas, para a educadora, o acompanhamento de um fonoaudiólogo é de grande importância, pois se percebeu que há dificuldades em suas falas.

Segundo Tiba (2002), o problema atual dos nossos educandos é a falta de motivação para estudar. Alguns perguntam: Estudar para quê? Para passar de ano? Para ganhar presente?

Segundo Martins (1986, p. 10),

A escrita e a leitura são importantes na escola para uma motivação permanente, que dará condições futuras aos educandos em participar das grandes tradições da história da humanidade comparando suas idéias com as dos outros, organizando e reorganizando sua visão do mundo.

O papel da escola é fazer com que as crianças e os adolescentes tenham o desejo e o gosto pelo estudo, para que aos poucos eles possam se apropriar do conhecimento, aguçar a sua curiosidade e buscar novos conhecimentos. E isso não é possível se não houver uma parceria entre a escola e a família. Essa interação certamente resultará em ganho para os alunos.

REFERÊNCIAS:

TELES, José Francisco de Sá. **Pedagogia Familiar**. Salvador: Janamá, 1993.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa!** São Paulo: Gente, 2002.

ARTIGO 13

AUTORA:

Elisângela Patrícia Correa Lopes

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

TDAH: UMA JUSTIFICATIVA CONFORTÁVEL E INCONSEQUENTE

Resumo

Este artigo faz uma análise sobre os vários diagnósticos de TDAH usados como uma justificativa confortável para o fracasso escolar.

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sido considerado o transtorno neurocomportamental mais comum da infância e a condição de doença crônica com maior prevalência na idade escolar.

Em análise de um estudo de caso realizado em uma escola Municipal de Contagem – MG, podem-se formular os seguintes questionamentos:

- a) Será o TDAH apenas um rótulo dado pelos professores aos alunos com indisciplina?
- b) Quais são os sintomas do TDAH e como é feito seu diagnóstico?
- c) Qual criança precisa de remédios e como eles agem no cérebro?

Há pelo menos duas décadas, a professora Cecília Collares e a pediatra Maria Aparecida Affonso Moysés afirmam que professores e diretores adoram atribuir o fracasso escolar a questões de saúde (Moysés e Collares, 1992). Muitos alunos têm sido tachados de incapazes por não terem disciplina e são condenados a tomarem remédios fortíssimos.

Em pesquisas realizadas em 2006 pelo Instituto de Saúde de São Paulo, constatou-se que mais de 50% dos encaminhamentos que chegam à rede pública de saúde não passam de reclamações de dificuldade de aprendizagem.

Diagnosticar um aluno com TDAH tornou-se banal e para o professor é um conforto diagnosticar o aluno com hiperatividade, já que ele não consegue fazer com que o aluno

aprenda no ritmo dos demais.

Segundo a psicopedagoga Isabel Parolin, para diagnosticar o TDAH é preciso observar os seguintes sintomas que são: esquecer objetos com muita frequência, falar excessivamente, distrair-se com facilidade e ter extrema dificuldade de organização.

O diagnóstico do TDAH geralmente é feito a partir dos sete anos de idade e a maioria dos diagnósticos é feita com base nos sintomas clínicos relatados por pais e professores e interpretados por um pediatra, psicólogo, neurologista ou psiquiatra.

No entanto, esse diagnóstico muitas vezes é superficial. Muitos alunos são encaminhados com a intenção de se achar uma doença que justifique dificuldades de aprendizagem e a falta de autoridade e paciência dos pais.

A psicopedagoga Maria Cristina Natel afirma que, nos casos mais graves, as anfetaminas são remédios mais adequados para diminuir a falta de atenção e a agitação. As anfetaminas agem em uma área muito delicada, o sistema nervoso central, e, de maneira semelhante à cocaína, aumenta a atividade cerebral.

Ao observar o aluno que foi objeto do estudo de caso numa escola municipal de Contagem, percebia-se que ele, no dia em que não fazia uso do remédio, demonstrava forte inquietação e desatenção, mas, a meu ver, nada que identificasse hiperatividade, ao passo que, nos dias em que fazia uso do medicamento, tinha sintomas de prostração, parecia estar dopado.

Muito cuidado se deve ter antes de se firmar um diagnóstico tão sério quanto esse. Dar um diagnóstico de TDAH superficialmente, apenas para justificar nosso fracasso como educadores, pode trazer consequências que marcarão o aluno para o resto da vida. É preciso avaliar os efeitos colaterais

dos remédios e trazer a realidade para perto de nós: e se fosse comigo ou com meu filho? Com certeza pensaríamos duas vezes antes de um diagnóstico e de uma terapia medicamentosa.

Como diz a psicopedagoga Isabel Parolin, “Não há remédio que substitua um bom professor”. Acredito que colocar esse aluno mais perto e dar constantes estímulos e atividades diferenciadas capazes de explorar todos os sentidos e nunca promover tarefas extremamente longas são ações a serem empreendidas buscando envolver o aluno.

Por fim, devemos, acima de tudo, compreender que o mundo está agitado, que a velocidade das informações aumenta a cada dia e que as crianças são reflexos desse ritmo.

REFERÊNCIAS:

COMPRIMIDOS EM EXCESSO. In: **Nova Escola**. São Paulo. Fundação Victor Civita. 2007, n. 202, p. 36-42.

LOPES, Eliane Maria Teixeira. **A psicanálise escuta a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ARTIGO 14

AUTORA:

Janaína Duarte Andrade de Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

O AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Resumo

O artigo aborda a realidade de uma aluna com diagnóstico de autismo. Aos cinco anos, ela é inserida no contexto escolar de uma escola pública de educação infantil e nessa experiência vão surgir muitos desafios para equipe pedagógica.

Em uma escola pública de Belo Horizonte, foi matriculada uma aluna diagnosticada como autista. A mãe de Tainá¹ procurou a escola, uma vez que descobriu que a filha tinha o direito de estudar em uma escola regular e, além disso, necessitava trabalhar. Tainá, com cinco anos, demandava uma atenção especial da mãe, então não seria possível trabalhar fora nem resolver os problemas do cotidiano da vida.

A equipe pedagógica da escola se deparou com essa realidade e com um grande desafio no seu contexto. Para se sentirem mais preparados para essa nova realidade, se dispuseram a participar de um curso oferecido pela prefeitura sobre o autismo. A professora de Tainá começou a estudar mais profundamente o assunto e, observando sua aluna, percebeu que ela apresentava sintomas e atitudes realmente características desse diagnóstico.

Para Tainá era difícil se aproximar das pessoas, não conseguia ficar muito tempo dentro de um ambiente fechado e queria ficar andando pela escola. Às vezes, ela soltava gargalhadas sem motivos aparentes e fazia ruídos bem característicos dela. Ficava durante muito tempo sobre a ponta dos pés, como se fosse um vôo de uma borboleta. Ela não conseguia comer a merenda da escola e tinha crises de choro sem motivo aparente. Ela se assustava com as outras crianças e não conseguia se manter muito próxima a

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

elas. Não era possível estabelecer um diálogo com a Tainá, ela apenas repetia algumas palavras ditas por qualquer pessoa.

A professora, juntamente com a diretora e a supervisora, iniciou um trabalho para acolher Tainá de forma favorável ao seu bem estar e a seu desenvolvimento. A mãe de Tainá conseguiu um acompanhamento com psicólogo e, por isso, a aluna precisava se ausentar da escola uma vez na semana. Diante desses desafios, algumas medidas foram tomadas para que a socialização de Tainá fosse possível, de forma a contribuir também com o seu desenvolvimento intelectual.

Primeiramente, já era garantida à Tainá a presença constante de uma estagiária contratada pela escola. A estagiária fica o tempo todo com ela durante sua permanência na escola. A sua adaptação com a estagiária foi tranqüila e se acostumou a realizar as atividades dentro dos seus limites. Era permitido que Tainá trouxesse o seu lanche de casa e se alimentasse na sala separada das outras crianças. Ela podia sair da sala algumas vezes, devido ao fato de ter dificuldade de estar em um ambiente fechado durante muito tempo.

Na entrada da escola, era permitido que Tainá chegasse um pouco mais tarde. Ela conseguia realizar algumas atividades como colorir e pintar. O único fato preocupante para a equipe pedagógica foi a questão de Tainá ter que mudar de escola devido à sua idade no próximo ano escolar e, novamente, terá que se adaptar a uma nova escola e uma nova equipe enfrentará esse novo desafio.

Diante dessa experiência, constatou-se que, apesar de tantas mudanças e do esforço contínuo da equipe pedagógica, foi possível inserir na escola regular uma aluna com necessidade especial e com diagnóstico tão desafiador. Toda a escola se interessou e se

envolveu com a situação de Tainá e, de alguma forma, contribuiu para o seu desenvolvimento, lhe assegurando não somente seu desenvolvimento intelectual, mas também convívio social.

REFERÊNCIAS:

ELLIS, Kathryn. **Autismo**. Rio de Janeiro: Revinter, National Autistic Society, 1996. 181p.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993. 192p.

PERISSINOTO, Jacy; TAMANAHA, Ana Carolina; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. **Autismo**. São José dos Campos: Pulso. 2003, 65p.

ARTIGO 15

AUTORA:

Lílian Maria Reis da Silva

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

A DISLEXIA NA ESCOLA

Resumo

A dislexia é definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, diagnosticada geralmente no início do processo de alfabetização. A criança com suspeita de dislexia deve ser avaliada pela equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas. Após seu diagnóstico, o professor deve usar diferentes meios e estratégias de ensino, objetivando uma melhoria da aprendizagem do aluno com dislexia. Não é o aluno que necessita se adaptar à apreensão do conhecimento, mas o sistema escolar necessita se moldar ao problema, buscando, juntamente com os pais, diferentes estratégias para que se objetive o processo de ensino-aprendizagem da criança. A compreensão e a parceria são essenciais para garantir o futuro dessas crianças.

A dislexia é um dos distúrbios da aprendizagem mais comuns encontrados nas escolas. Muitas vezes, por falta de informação por parte do professor ou pela inexistência de materiais adequados para trabalhar, a criança disléxica é chamada de preguiçosa, pouco inteligente e indisciplinada.

Segundo DROUET (1995, p. 154),

atualmente, qualquer distúrbio de linguagem apresentado pela criança é tachado como dislexia, tanto pelos pais como pelos professores. O problema, entretanto, nem sempre está na criança e sim nos processos educacionais – sob a responsabilidade paterna – ou nos processos de aprendizagem sob o encargo da escola.

Cabe aos pais procurar a escola e, juntamente com os professores, trabalhar de maneira adequada o conteúdo escolar para não desmotivar a criança que possui dislexia. Faz-se necessário dar muita atenção para

que ela se sinta valorizada e estimulada para a aprendizagem.

Acreditamos que há muitos elementos que precisam ser explorados e conhecidos para o trabalho com a criança disléxica. O passo inicial é promover uma aula dinâmica que estimula a criatividade e desenvolve uma habilidade para lidar melhor com problemas. Utilizando métodos adequados de tratamento e com atenção e carinho, a dislexia pode ser superada, possibilitando à criança a obtenção de conhecimentos.

Considerando os inúmeros fatores que intervêm na problemática do processo de ensinar e aprender, abordaremos neste artigo a “dislexia”. O tema surgiu durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado, no Curso Normal Superior, Licenciatura para Anos Iniciais do Ensino Fundamental, quando observamos um elevado número de crianças com dificuldades de aprendizagem, principalmente na leitura e escrita. Através da pesquisa, procuraremos conhecer e trabalhar com diferentes estratégias de ensino com os alunos que apresentaram essa dificuldade nas observações realizadas.

Acreditamos que, ao pesquisar as causas e conseqüências da dislexia, bem como o seu diagnóstico, o professor facilitará o trabalho em sala de aula e conhecerá o desenvolvimento cognitivo da criança disléxica, objetivando uma orientação para melhor aprendizagem. Dessa forma, com diferentes estratégias de ensino e aprendizagem, se conseguirá a motivação e a vontade de aprender sempre mais.

DISLEXIA: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

A Dislexia se define como sendo uma dificuldade na leitura e na escrita. Na atualida-

de, a definição mais usada é de que a dislexia é um dos diversos distúrbios de aprendizagem, ela não é considerada uma doença, portanto, não se deve falar em cura.

Desde a pré-escola, é preciso que o professor preste atenção em alguns sintomas que a criança pode apresentar como: falta de atenção; incapacidade de brincar com outras crianças; atraso no desenvolvimento da fala e escrita e no desenvolvimento visual; falta de coordenação motora; dificuldade em aprender cantigas rimadas; falta de interesse em materiais impressos entre outros.

A Associação Brasileira de Dislexia tem registros de que cerca de 10 a 15% da população mundial tem dificuldade na aprendizagem, sendo que a maior incidência dessa dificuldade em nossas salas de aula não se deve à má alfabetização, desatenção, condição socioeconômica ruim ou baixa inteligência, mas por esses registros apresentarem um quadro disléxico. A dislexia, sem causa definida, é um problema neurológico, genético e, geralmente, hereditário caracterizando-se pela dificuldade acentuada na leitura, escrita, soletração e ortografia. Normalmente diagnosticada durante a alfabetização, ela é responsável por altos índices de repetência e abandono escolar.

Segundo Poppovic (1981, p. 29),

a fala, a leitura e a escrita não podem ser consideradas como funções autônomas e isoladas, mas sim como manifestações de um mesmo sistema, que é o sistema funcional de linguagem. A fala, a leitura e a escrita resultam do harmônico desenvolvimento e da integração das várias funções que servem de base ao sistema funcional da linguagem desde o início de sua organização.

Antes de atribuir a dificuldade de leitura à dislexia, os pais e professores deverão descartar os fatores a seguir, juntamente com um parecer clínico: imaturidade para aprendizagem; problemas emocionais; métodos defeituosos de aprendizagem; ausência de cultura; incapacidade geral para aprender.

Para fazer um trabalho de qualidade com o aluno portador de dislexia, a escola deve ter uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos clínicos, os quais devem iniciar uma minuciosa investigação para diagnosticar o distúrbio e verificar a necessidade do parecer de outros profissionais, como neurologistas,

oftalmologistas e outros, conforme o caso.

Para diagnosticar se o aluno é portador da dislexia, é necessário descartar alguns fatores muito comuns em sala de aula, tais como: dificuldades auditivas e visuais, lesões cerebrais (congenitas ou adquiridas), falta de afetividade, fracasso escolar e a hiperatividade. Depois de descartados todos esses fatores, com a ajuda de profissionais especializados, é necessário conhecer o parecer da escola, dos pais e levantar o histórico familiar e o desenvolvimento do aluno desde sua concepção.

Tratado em tempo, o disléxico pode contornar sua dificuldade na leitura e na escrita, mas não deixará de ser disléxico. Procedimentos didáticos adequados possibilitam ao aluno vir a desenvolver todas as suas aptidões, que são múltiplas. Através da história, temos conhecimento de pessoas que, apesar dos problemas, se tornaram pessoas ilustres: Leonardo da Vinci e Tom Cruise, Einstein e Nelson Rockefeller, Hans Christian Andersen e Agatha Christie, Ayrton Senna entre muitos outros.

Muitas dúvidas sobre a dislexia fazem com que passem a existir muitas informações que, muitas vezes, confundem os professores e pais ao invés de informar. A mídia, no Brasil, as poucas vezes que aborda o assunto, somente o faz de maneira parcial ou inadequada e, ainda, fora do contexto global das descobertas atuais da Ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já existem professores preocupados com a aprendizagem de todos os alunos, incluindo os com necessidades educacionais especiais. Por isso buscam aperfeiçoar-se cada vez mais através de leituras, cursos, palestras, etc. objetivando um maior conhecimento acerca das diferentes dificuldades e distúrbios que acometem a maioria dos alunos.

Cada vez mais é dever do professor buscar aperfeiçoar-se para trabalhar com todos os tipos de alunos. Faz-se necessário que o professor conheça os diferentes tipos de problemas de aprendizagem que podem aparecer em uma sala de aula: quais são, como diagnosticá-los, o que fazer, como trabalhar com a criança e quais as estratégias e recursos disponíveis para transmitir o conhecimento para esse ser que tem direito de aprender como os demais. Mas ainda

há um problema acerca desse assunto, pois existe pouca coisa escrita sobre a maioria dos problemas de aprendizagem que afetam as crianças, especialmente no início da alfabetização, bem como, a mídia dá pouco destaque ao assunto.

O diagnóstico demora muito a ser realizado pelo especialista na área, devido à burocracia que existe no Brasil, pois a lei diz que não se pode avaliar uma criança que esteja cursando a pré-escola. Mesmo que o professor detecte que seu aluno possua um problema, este só poderá ser encaminhado para uma avaliação psicopedagógica após dois anos de frequência na sala de aula, ou seja, no término da Primeira Série ou início da Segunda Série, mesmo assim ele ainda necessita ser avaliado pela equipe multidisciplinar da escola, que diagnosticará o problema e, em seguida, pedirá a avaliação de um especialista na área, o neurologista. Esse processo é muito demorado, pois há crianças que terminam o ensino fundamental e o problema não foi solucionado por falta de comprometimento de alguns profissionais que deveriam auxiliar os docentes, mas, em alguns momentos, atrapalham o bom encaminhamento do processo escolar.

REFERÊNCIAS:

CONDEMARIN, M.; BLOMQUIST, M. **Dislexia**: manual de leitura corretiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GAGNÉ, R.M. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.

OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PALACIOS, M. (org). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

POPPOVIC, A.M. **Alfabetização**: disfunções psiconeurológicas. 3. ed. São Paulo: Vetor, 1981.

POPPOVIC, A.M.; GOLUBI, G.M. **Prontidão para a alfabetização**: programa para o desenvolvimento de funções específicas. São Paulo: Veto, 1966.

ARTIGO 16

AUTORA:

Lucimary Marçal Pereira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Resumo

Este estudo de caso teve como objetivo observar a prática pedagógica dos professores, como entendem e lidam com alunos com déficit de atenção e hiperatividade. O objeto deste estudo foram alunos entre 7 e 12 anos de idade, que estudam em uma escola da rede municipal de Sabará – Minas Gerais.

Geralmente, as dificuldades de aprendizagem não se restringem apenas ao aspecto cognitivo, mas se estendem por todo o campo de atividade dos alunos, sejam elas de ordem comportamental¹, emocional ou social. É possível perceber um conjunto de vivências e dificuldades como, por exemplo: sentimentos, vivências acentuadas de incapacidade na resolução de tarefas e de atitudes agressivas, comportamentais etc.

Percebe-se que muitos alunos perdem a confiança na possibilidade de aprendizagem e manifestam comportamentos agitados para chamar atenção. Os dados a seguir se referem aos alunos que foram diagnosticados pelos professores com déficit de atenção e hiperatividade e observou-se que cada caso é diferente do outro, ou seja, cada aluno tem características próprias e, às vezes, comuns em alguns aspectos. Em relação ao comportamento dos alunos, os professores relataram:

O aluno A, 12 anos, não tem limites, desrespeita colegas, professores e funcionários da escola. Demonstra atitudes de agressividade com os colegas todos os dias. Não se interessa pelos estudos e não resolve as tarefas em tempo hábil, pois vive aprontando em sala de aula. Na opinião dos professores, esse aluno necessita de acompanhamento psicológico com urgência.

O aluno B, 10 anos, apesar da impulsividade, há momentos de carinho com a profes-

sora e os colegas. A criança tem interesse pelos estudos, gosta de cantar música infantil que envolva números ou animais. A criança não tem nenhum tipo de acompanhamento de profissionais na área, apenas toma um medicamento de rotina (calmante). Na opinião da professora, essa criança precisa de atendimento especializado urgente.

O aluno C, 9 anos, fala demais e não consegue ficar sentado por quinze minutos sem se levantar. Seu interesse na sala de aula é instável e a disciplina que mais gosta é matemática. Não toma nenhum tipo de medicamento, mas é um aluno que precisa de acompanhamento especializado.

O aluno D, 7 anos, tem comportamento igual ao dos colegas, embora tenha recebido muitas queixas de outros professores. Ele tem interesse pelos estudos e gosta de todas as matérias. A professora não vê essa criança como impulsiva, somente com dificuldade na aprendizagem. Ele está sendo acompanhado por psicólogo e fonoaudiólogo.

Diante desses relatos dos professores e de observações realizadas no campo de estágio, interessei-me em estudar o caso do aluno A, de nome Alexandre¹, que está repetindo a 2ª fase do 1º ciclo, ou seja, a antiga 3ª série do Ensino Fundamental e está correndo o risco de repetir o ano novamente.

De acordo com a professora, Alexandre apresenta dificuldades de leitura e escrita. É um aluno muito disperso, seu raciocínio lógico-matemático é lento e tem problemas no relacionamento com os colegas. Irrita-se facilmente por qualquer motivo e briga muito. Não realiza as atividades em sala no tempo adequado pelas confusões que apronta, pois vive sendo encaminhado para a coordenação. Não demonstra responsabilidade com as tarefas de Dever de Casa. Vive aprontan-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

do em sala de aula e precisa de acompanhamento psicológico.

Sabe-se que esse aluno possui um histórico familiar conturbado. Os pais são separados e a mãe trabalha fora o dia inteiro. Ele tem mais dois irmãos, de 10 e de 7 anos de idade, que ficam aos cuidados da avó materna, já idosa.

A mãe ressaltou o fato de que seus filhos são muito desatentos e incapazes de seguir ordens; insistiu que são impulsivos, agindo, por vezes, de maneira imprópria (principalmente, Alexandre: não controla a irritação em situações de conflito). Geralmente, não demonstra obediência a ninguém da família.

As características trazidas por essas informações, da professora e da mãe, permitem constatar problemas escolares com déficit de aprendizagem e hiperatividade. Geralmente, é mais difícil para pais e professores lidar com a hiperatividade do que com a lentidão para o aprendizado.

Observa-se que, no ambiente familiar desse aluno, não houve o acompanhamento da vida escolar de forma adequada, e parece não haver uma boa interação com os irmãos e a avó. A ausência da figura paterna é sentida, pois o envolvimento do pai no desenvolvimento das práticas educativas dos filhos não existe. Pode-se perceber, portanto, que há problemas na estrutura familiar desse aluno.

Contudo, a escola deve se preocupar com a formação humana e pessoal dos seus alunos, inclusive daqueles com déficit de atenção e hiperatividade. Quanto mais a escola atende alunos com dificuldades, mais importante é o seu papel de promover o desenvolvimento dos mesmos, pois, neste caso específico, a família não se encontra em condições de ajudar seu filho, necessitando do apoio da escola.

Observa-se que a professora se encontra em grande dificuldade: pois atender às necessidades desse aluno demandará mais tempo. Ela deverá criar estratégias metodológicas para fazer com que Alexandre consiga acompanhar as atividades solicitadas em sala de aula sem que as atrapalhe com seus comportamentos inadequados. Apesar do esforço, a professora deverá contar com o apoio dos coordenadores. Estes precisam estar sempre atentos ao cenário que se apresenta à sua volta, valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando

o cotidiano escolar. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional.

Percebe-se, ainda, que uma boa formação dos professores e a colaboração da coordenação pedagógica são fundamentais para que o aluno tenha suas limitações trabalhadas e estudadas. Por isso, o estudo continuado é um fator importante para procurar novas alternativas educacionais, de maneira que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino ministrado a todos os alunos em sala de aula.

Essa é uma tarefa árdua para os professores e assumi-la sozinhos não faz sentido algum. Necessita-se de apoio da escola e da família. Faz-se necessária a parceria com diversos serviços públicos sociais e de saúde, para que, juntos, possam fornecer o apoio necessário para o desenvolvimento integral do aluno.

Os problemas de comportamento e, conseqüentemente, a hiperatividade vêm sendo um caso preocupante na escola. A falta de conhecimento da família e dos educadores é o fator mais preocupante. Cabe aos profissionais se reunirem e refletirem sobre o problema, planejando ações que venham contribuir para o processo ensino-aprendizagem, reconhecendo que o centro da escola é o aluno.

Os problemas familiares, a baixa instrução dos pais, crianças criadas por apenas um dos pais ou outra pessoa, desestrutura emocional e psicológica dos pais ou responsáveis e nível socioeconômico muito baixo influenciam no mau comportamento das crianças, causando menos rendimento na aprendizagem. E esse mau comportamento pode nos levar a pensar que as crianças são portadoras de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Por isso, não devemos tirar conclusões precipitadas sem antes encaminhar a criança para avaliações com especialistas no assunto para fazer o diagnóstico.

Hoje, muitas questões estão sendo discutidas com a finalidade de possibilitar a permanência do aluno hiperativo dentro da sala de aula como, por exemplo, melhores formas de atendimento aos alunos, formação adequada de professores, esclarecimentos sobre o assunto para a comunidade escolar, adaptação curricular e melhoria do ambiente físico da escola.

Nessa perspectiva, estudiosos da área como Cypel (2003), Mattos (2005) e Furta-

do (2005), dentre outros, propõem algumas mudanças e/ou adaptações nas escolas com vistas a garantir a permanência do aluno portador de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade na escola, visto que esse tema é de grande relevância socioeducacional e se constitui num desafio para os educadores.

REFERÊNCIAS:

CYPEL, Saul. **Criança com Déficit de Atenção. Diagnóstico e terapêutica**. São Paulo: Editora Lemos, 2000.

FURTADO, Albertina. **Uma dificuldade de aprendizagem quase desconhecida e/ou mal interpretada**. A hiperatividade. Junho 2003. Disponível em: <<http://www.hiperatividade.com.br>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

MATTOS, Paulo. **No Mundo da Lua**. 4. ed. São Paulo: Editora Lemos, 2005.

ARTIGO 17

AUTORA:

Maria Auxiliadora de Lima

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

Professora de Ensino Fundamental na rede privada

CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: DESAFIOS E CONQUISTAS

Resumo

Este artigo é baseado em uma entrevista feita com uma pedagoga e relata os desafios e as conquistas vivenciados durante a execução e o desenvolvimento de um trabalho feito com uma turma de crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem em uma escola da rede municipal Contagem.

Segundo a pedagoga, falar sobre este estudo de caso agora, após alguns anos de caminhada, exige um pouco de reflexão sobre o trabalho desenvolvido, os espinhos desafiadores encontrados durante o processo e as conquistas alcançadas. A pedagoga deixa claro que, embora este não seja um estudo de caso feito com um determinado aluno, o trabalho que foi desenvolvido com uma turma de 25 crianças com diversas dificuldades de aprendizagens não deixa de ser um estudo de caso. Na entrevista, aponta a experiência que teve em uma escola em que trabalhou durante alguns anos. No cotidiano da escola, em algumas salas, foram se percebendo algumas crianças com dificuldades de aprendizagem. Na época, a escola se sentia de mãos atadas, pois não podia excluir aquelas crianças nem passá-las de ano e, ao mesmo tempo, não sabia o que fazer com elas.

Durante alguns anos, a escola foi se conscientizando das dificuldades dos professores de trabalhar com a inclusão daquelas crianças deficientes na sala de aula juntamente com as outras crianças “ditas normais”. Pelo fato de os professores não terem a formação adequada para atender àquelas crianças, a escola decidiu, depois de várias reuniões, selecionar todas as crianças que apresentavam determinados graus de deficiência, juntá-las em uma sala “separada” e fazer com elas um trabalho diferenciado. Aqui a pedagoga dei-

xa claro que a idéia não era apenas separar as crianças, o objetivo era desenvolver atividades extraclasses, aproveitando algumas horas do tempo escolar.

Para dar início ao processo, foram realizadas reuniões com os pais dos alunos para esclarecimento do motivo das medidas tomadas pelo corpo técnico administrativo em relação às mudanças na escola e saber o grau e o tipo de deficiência de cada aluno, bem como os tipos de tratamento envolvidos, com base em conversas com psicólogos e psicopedagogos. Eram em torno de 25 alunos na faixa etária entre 7 e 10 anos, a escola pertencia à rede municipal e, como na época não se falava em inclusão, a equipe administrativa sabia que não iria ser tarefa fácil de resolver, pois a instituição não tinha estrutura física nem econômica para sustentar aquele tipo de inovação que estava se iniciando na escola.

Devido à falta de recursos didáticos da escola, para o desenvolvimento do trabalho, a professora conta que foi preparando planejamentos juntamente com a supervisora da escola, lendo livros e discutindo idéias. Aos poucos, foram descobrindo formas de como trabalhar o desenvolvimento daquelas crianças. Geralmente, os trabalhos realizados eram de coordenação motora fina e grossa, ou seja, colocavam as crianças nas aulas de Educação Física para o desenvolvimento da psicomotricidade como: correr em cima de pneus, pular corda, jogar futebol, fazer exercícios que trabalhassem lateralidade, conceitos matemáticos, movimentos de pinça. Tudo isso de forma bem lúdica e sempre pensando no desenvolvimento das crianças. Parecia impossível o resultado, quase ninguém acreditava que aquelas crianças obteriam progresso, pois eram crianças com variados déficits. Para surpresa e satisfação do

corpo técnico administrativo da escola, no final do ano letivo, percebia-se um grande desempenho da turma, bom desenvolvimento cognitivo, desenvoltura na leitura e na escrita. Esta conquista representou o sucesso da escola e contribuiu para que acreditassem ainda mais no processo da inclusão.

Na época, a escola detectou que a maior porcentagem dos casos de deficiências na escola era resultado direto da falta de informações, da pobreza e dos baixos níveis de saúde na região, pois a maioria da população vivia em condições precárias.

O trabalho que se desenvolveu naquela escola hoje é chamado inclusão. Pode-se acreditar que, a partir do momento que a escola assume a sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira para programar e implantar seus projetos, ela passa a ser também responsável pelos resultados alcançados.

Muitas escolas, atualmente, estão trabalhando a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, embora sejam poucos os recursos que o governo oferece para o desenvolvimento desse processo.

Acredito ser preciso que todas as escolas que pretendem o trabalho de inclusão utilizem os meios de comunicação de massa para sensibilizar a opinião pública, convencendo os interessados a se aliarem à escola, fornecendo-lhes informações claras sobre o trabalho que se pretende realizar com as crianças com déficit de aprendizagem, abrindo, a partir daí, espaços para a participação dos pais e alunos em debates sobre as questões básicas da escola.

Segundo a médica da APAE de São Paulo, Eliza Moreira Garcez (1990),

A educação inclusiva, porém, não se faz só através da escola, deve envolver toda a comunidade e começar na família, desde o seu nascimento. Quando uma criança é mal amada, discriminada desde o início de sua vida, não conseguirá ser incluída em escola alguma. Ainda que não seja portadora de qualquer deficiência visível.

Portar qualquer tipo de deficiência não significa, necessariamente, ser improdutivo. O que precisamos ressaltar é que os professores não se percam deixando para trás a importância de alargar sempre seus conhecimentos e as possibilidades de acesso à reabilitação e à capacitação profissional.

Hoje em dia, a inclusão é motivo de várias críticas a professores sem preparação para enfrentar essa realidade. O governo não contribui com suporte ou subsídios para a qualificação dos profissionais. Portanto, é importante refletir que o déficit de aprendizagem que existe nas escolas é alvo de preocupação dos profissionais que nela atuam.

Para se conseguir trabalhar a inclusão, sabemos que é um grande desafio para os professores, pois são eles próprios que acreditam na inclusão é que têm que buscar recursos, modelos ou modos de como integrar a pessoa com déficit de aprendizagem na sala de aula. E podemos dizer que os maiores desafios para garantir a entrada e permanência desses alunos nas escolas são a falta de profissionais qualificados e o respeito pelas diferenças.

[...] a inclusão cresce a cada dia e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam cidadãos solidários. Para que isso se torne realidade em cada sala, sua participação, professor, é essencial. (Cavalcante, 2005).

ARTIGO 18

AUTORA:

Maria de Fátima dos Santos

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

O ALUNO PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWN PODE APRENDER A LER E A ESCREVER

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso realizado em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, com uma aluna portadora de Síndrome de Down na 1ª etapa do 1º ciclo do ensino fundamental.

Isabela¹ é portadora de Síndrome de Down, ingressou na escola pública com cinco anos de idade, no ano de 2006. Em 2007, com seis anos, estava matriculada na primeira etapa do primeiro ciclo do ensino fundamental.

Ao iniciar o ano letivo do ensino fundamental, Isabela começou a enfrentar novos desafios, pois se tratava de nova escola, nova professora, novos coleguinhas e um novo ambiente.

Ainda no primeiro bimestre daquele ano, a supervisora da escola já tinha conhecimento, a partir de conversas informais com a professora de Isabela, da dificuldade de adaptação que ela tinha, uma vez que era muito dispersa, agitada, agressiva, desatenta e não interagiu com os colegas nem com a professora. Isabela conseguia dispersar e distrair todos os alunos ao mesmo tempo, pois para eles tudo era muito novo também, uma vez que eles nunca tiveram um colega de classe portador de necessidade especial. Quando ficava fora da sala de aula, já ficava mais tranqüila, mas mesmo assim mudava toda a rotina da escola.

Inicialmente, a supervisora analisou a ficha de Isabela e chamou a mãe da aluna para indicar que procurasse outros profissionais para se ter um diagnóstico mais preciso. A supervisora recomendou um fisioterapeuta, um neurologista, um cardiologista, um psicólogo, um terapeuta ocupacional, um fonoaudiólogo, mesmo porque portadores de

Síndrome de Down precisam desse acompanhamento desde bebê e Isabela, já com seis anos de idade, só tinha o acompanhamento escolar.

Portadores de Síndrome de Down precisam de um acompanhamento multidisciplinar, pois essa síndrome afeta vários sistemas do corpo, por isso era de suma relevância que Isabela tivesse outros acompanhamentos, além do escolar. Então a mãe de Isabela procurou esses outros profissionais e o diagnóstico foi que aluna precisaria de acompanhamentos diários de fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia, e que os demais poderiam ser trimestralmente.

Segundo o especialista Caio Henrique (caio@pq.cnpq.br 26/06/2008, 23h06min),

A Síndrome de Down é uma moléstia que pode afetar boa parte dos sistemas do corpo: nervoso, cardiocirculatório, endócrino, gastrointestinal, visão, audição, entre outros. Entretanto, a gravidade do dano varia de caso para caso, portanto nem todos os indivíduos afetados apresentam quadros clínicos similares.

Algumas características físicas, no entanto, são comuns a quase todos: o formato das pálpebras (inclinadas no sentido superior), crânio curto no sentido anteroposterior, orelhas pequenas e malformadas, boca entreaberta com protusão de língua, perímetro cefálico discretamente reduzido, pele seca e descamante, baixa estatura e alterações nos dedos das mãos e dos pés, mesmo que em proporções diferentes.

No que se refere à deficiência mental, embora sempre presente, varia bastante quanto ao grau de características físicas e ao grau de deficiência mental de cada paciente.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

A partir de então, a supervisora da escola sentiu a necessidade de criar um projeto voltado para a educação especial, pois era preciso educar os profissionais, os alunos e os funcionários da escola para uma nova realidade, uma vez que ninguém sabia como proceder com Isabela. Diante disso, a supervisora procurou informar todas as pessoas da escola, abrindo discussões, trazendo-lhes artigos e textos sobre a referida síndrome.

Todos os professores, funcionários e alunos foram envolvidos no projeto, em todas as salas de aula se discutia a Síndrome de Down, os alunos faziam trabalhos sobre o tema e apresentavam para toda a escola. A supervisora observou que, antes, era preciso afinar os adultos para que Isabela entendesse aquele novo ambiente.

A supervisora, diante do diagnóstico de Isabela e do projeto desenvolvido na escola, procurou uma outra ajuda, entrou em contato com a Prefeitura de Belo Horizonte, solicitando uma estagiária para a aluna, mesmo porque alunos portadores de necessidades especiais têm direito a esse benefício. E, para ficar na sala de aula, Isabela precisava desse acompanhamento, pois seu comportamento dentro da sala prejudicava o andamento das aulas.

Quando a estagiária, estudante de pedagogia chegou à escola, a supervisora apresentou-lhe a aluna, informou-lhe detalhadamente o comportamento de Isabela e acrescentou que agora ela estava bem mais tranqüila depois de iniciar outros acompanhamentos.

Juntamente com os demais profissionais e todo o corpo docente da escola, a supervisora sugeriu que a professora orientasse a estagiária para trabalhar primeiro com atividades concretas e só posteriormente começaria com atividades abstratas. Por isso a professora e a estagiária de Isabela buscaram novas metodologias de ensino para atender às dificuldades de Isabela, pois se tratava de uma criança especial, então as metodologias também teriam que ser especiais.

No segundo semestre de 2007, o avanço de Isabela era visivelmente notável: ela já conseguia ficar na sala e desenvolver as atividades, reconhecia quase todo o alfabeto e os numerais de 0 a 9, reconhecia seu primeiro nome e sua interação com a turma era de impressionar. Os estímulos que Isabela recebia com os demais profissionais estavam

sendo de grande valia para o seu cotidiano escolar.

Segundo Caio Henrique (caio@pq.cnpq.br 26/06/2008, 23h06min),

embora não haja cura para a Síndrome de Down (é uma anomalia das próprias células, não existindo drogas, vacinas, remédios, escolas ou técnicas milagrosas para curá-la), nas últimas décadas as estatísticas têm demonstrado notáveis progressos: aumento de 20 pontos percentuais no QI (quociente de inteligência). Essa melhora na sobrevida e na qualidade de vida foi possível graças ao avanço dos diagnósticos e tratamentos. Sabendo-se quais são as enfermidades às quais esses indivíduos estão propensos, podemos desenvolver um trabalho preventivo, evitando, se possível, outra enfermidade e tratando-a precocemente quando necessário.

Com os portadores de Síndrome de Down deverão ser desenvolvidos programas de estimulação precoce que propiciem seu desenvolvimento motor e intelectual, iniciando-se com 15 dias após o nascimento.

No início de 2008, Isabela continuava com os outros acompanhamentos e tratamentos necessários e a mãe já conseguia perceber a importância desses acompanhamentos, já que Isabela se comunicava mais com ela e com os irmãos. Ela estava dócil e carinhosa e as brigas em casa quase não existiam mais. Por isso é preciso que crianças portadoras de Síndrome de Down comecem a ser estimuladas ainda bebês.

Atualmente, após desafios e descobertas, Isabela vem apresentando uma grande melhora no que diz respeito à interação com as pessoas e ao processo ensino-aprendizagem.

Existe uma grande expectativa por parte da escola em relação ao desenvolvimento de Isabela, uma vez que ela já consegue copiar seu nome, escrever seu nome sem a ficha, algumas letras do alfabeto e também alguns numerais, já consegue escrever as palavras "mamãe", "papai" e "neném" sem fazer cópia e a atividade que ela mais gosta é ditado soletrado, pois consegue acertar muitas letras e, algumas vezes, até palavras.

Após essa experiência, é possível constatar as possibilidades de uma criança portadora de Síndrome de Down. Recebendo os

estímulos necessários para o seu desenvolvimento, ela consegue ler e escrever.

REFERÊNCIAS:

Enciclopédia Britannica do Brasil.

Enciclopédia Concise digital.

<http://www.coladaweb.com/>

<http://www.biomania.com.br/>

<http://www.fsdown.com.br/>

ARTIGO 19

AUTORA:

Marilda Nunes de Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

RELATOS DE EXPERIÊNCIA POSITIVA EM UM CASO DE HIPERATIVIDADE

Resumo

Este artigo descreve a narrativa de uma professora que conseguiu ensinar um aluno hiperativo sem fazer uso de medicamento.

Em uma escola pública estadual de Belo Horizonte, está matriculado o aluno Moisés¹, com sérias dificuldades de se manter concentrado para realizar as atividades propostas. Devido a esse fator, ao término do primeiro bimestre, o aluno teve baixo rendimento escolar. Além disso, não conseguia se relacionar bem com os colegas, era agressivo, batia, não sabia brincar, por isso os colegas o excluía na hora do recreio e de outras brincadeiras.

A escola, então, decidiu entrar em contato com a família para coletar mais informações sobre o aluno, a fim de encontrar uma forma de sanar suas dificuldades.

O pai e a mãe de Moisés compareceram à escola, e a mãe disse que sofre de transtorno bipolar, que nunca teve paciência com o filho, e que nunca se preocupou em procurar um especialista para o filho. Os pais relataram sentimentos intensos de irritação, receio e cansaço, agrediam o filho diariamente tanto física quanto verbalmente.

O caso de Moisés tornou-se um desafio para sua professora, que resolveu fazer um estudo de caso, pois suspeitava que o aluno fosse hiperativo.

Para iniciar o estudo, ela utilizou uma ficha onde anotou todos os dados do aluno e o observava seu comportamento diariamente. Solicitou ao pai que levasse Moisés a um psicólogo para verificar se seu comportamento agressivo tinha um possível fundo emocional, já que era agredido constantemente.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Os dias se passaram e a professora não teve a resposta do pai sobre o psicólogo; sua angústia ia aumentando ao ver Moisés excluído pelos colegas e sem apresentar rendimentos. A professora, então, decidiu não ficar paralisada esperando o parecer do psicólogo ou de outro especialista, fez intervenções importantíssimas que mudou o histórico de Moisés.

Ela iniciou o trabalho fortalecendo a auto-estima de seu aluno, conquistando seu afeto e confiança, evitando punições excessivas, buscando atividades gratificantes e oferecendo atenção personalizada. Além disso, empreendeu medidas educativas, como conscientizar a criança sobre as conseqüências dos seus atos, orientar quanto à adequação de algumas atividades, cobrar combinações com firmeza e treinar habilidades compensatórias.

Mesmo sem contar com a ajuda de especialistas, a professora conseguiu com suas intervenções resultados significativos, dentre eles fazer com que Moisés fosse aceito pelos colegas, pois já não estava tão agressivo, tinha se conscientizado sobre a conseqüência de seus atos e, com a recepção da turma, sua auto-estima melhorou e apresentou mais interesse nas atividades propostas.

Mais tarde, porém, a professora conseguiu um especialista para Moisés, que lhe deu um diagnóstico de TDAH e o psiquiatra receitou Ritalina.

Moisés estava sendo medicado diariamente pelo pai, conforme orientação médica, porém a professora percebeu que ele estava ficando prostrado, sem ânimo e seu rendimento havia caído novamente. Resolveu, então, informar ao pai que, se quisesse suspender o medicamento, seria melhor, pois o aluno já estava adaptado à sala de aula e

dava conta de fazer as atividades sem o uso do medicamento.

Enfim, a suspeita da professora foi confirmada, Moisés era hiperativo, o diferencial é que ela não depositou suas esperanças no medicamento.

Isso é uma demonstra que a forma como o professor lida com a situação é determinante tanto no desenvolvimento psicológico do aluno quanto no crescimento de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS:

FERNANDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora**: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GARCIA, Célio. **Saúde Mental e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Autêntica, 1992.

ARTIGO 20

AUTORA:

Mônica Beatriz Viegas Mendes Silva

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM, O QUE FAZER?

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o estudo de caso de uma criança de 7 anos, que estuda numa escola da rede estadual de Belo Horizonte, manifestando dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

Há muitas décadas, os educadores denunciam, no Brasil, números alarmantes de evasão e de fracasso escolar.

Quando um aluno fracassa na aprendizagem, a escola lhe oferece uma segunda oportunidade: começar novamente o processo, retomar uma experiência em condições idênticas. Assim, o aluno que fracassa na sua incursão escolar é obrigado a repetir os mesmos traços, as mesmas palavras, até provar as suas dificuldades e alcançar os objetivos postos no planejamento.

Geralmente, as dificuldades de aprendizagem não se restringem apenas ao aspecto cognitivo, mas se estendem por todo o campo de atividade das crianças. Em muitas delas, com problemas de aprendizagem, é possível perceber um conjunto de vivências e dificuldades como, por exemplo: sentimentos de autodepreciação, vivências acentuadas de incapacidade, comprometimento da autoconfiança, posição de antecipação de fracasso. O que percebemos é que muitas perdem a confiança na possibilidade de aprendizagem.

Diante dessas considerações, interessei em estudar o caso de um aluno que está repetindo a primeira série em uma escola estadual, de nível socioeconômico médio/baixo, chamado neste relato de “JB”, que está sendo acompanhado por psicólogas voluntárias.

Segundo Dalva¹, a coordenadora da escola, ele tem dificuldades de leitura e escrita

1. Nome fictício, para preservar a identidade.

e não consegue apropriar-se do processo de alfabetização. Dalva acrescentou, ainda, que ele é disperso, tem problema no relacionamento com os colegas, é agressivo, não faz as tarefas de casa e brinca o tempo todo em sala de aula.

“JB” é o terceiro filho de uma família de quatro filhos, estando a mais velha com 12 anos, a segunda com 10 anos, “JB” com 7 anos e o mais novo com 4 meses, sendo este último irmão dele somente por parte de mãe.

Os pais são separados e a mãe trabalha fora, numa fábrica de doces, em horário integral. As crianças ficam sozinhas em casa, sendo assistidas pela irmã mais velha de 12 anos.

Em entrevista com a mãe de “JB”, ela nos relatou que a criança nasceu de uma gravidez não programada, num período em que os pais estavam vivendo uma crise muito forte no relacionamento.

Com poucos meses de nascido, a situação em casa tornou-se insustentável, pois a mãe descobriu que o pai tinha outra família.

À medida que “JB” crescia, se apegava ao tio com quem morava e, desde pequeno, muito carinhoso, enchia-o de afetos. Esse fato gerou ciúme nessa família e a esposa do tio não os aceitou mais nessa casa.

“JB” reclama muito da professora, dizendo que ela não gosta dele, grita com ele e com a classe.

Nesta pesquisa, estamos assistindo a uma criança de sete anos. É imprescindível que, em todos os momentos do diagnóstico, tenhamos a percepção global da criança, estando juntos o seu funcionamento cognitivo e suas emoções associadas ao significado dos conteúdos e ações. Faz-se necessário pesquisar o que ela já aprendeu, como articula os diferentes conteúdos entre si, como

faz uso desses conhecimentos nas diferentes situações escolares e sociais, como os usa no processo de assimilação de novos conhecimentos. É indispensável definir o nível pedagógico para se verificar a adequação à série que cursa. Algumas vezes a defasagem entre o nível pedagógico e as exigências escolares atuais pode agravar ou criar situações de dificuldades de aprendizagem.

Tomando a teoria de Jean Piaget, no desenvolvimento cognitivo, a imitação e o jogo estão ligados à formação da função simbólica. Piaget (1994) concebe o jogo como sendo a “assimilação do real ao eu, por oposição ao pensamento sério, que equilibra o processo assimilado”, ou seja, o jogo é uma busca de prazer, é a expressão afetiva de assimilação do real ao eu.

Para analisar a área cognitiva dentro das hipóteses levantadas, as psicólogas utilizaram como estratégias Jogos Psicopedagógicos, aplicação das Provas Operatórias e utilização de Jogos de Raciocínio.

A partir dessas sessões, perceberam que o modelo de aprendizagem de “JB” mostra-se centrado na repetição, na reprodução e na execução de fatos já aprendidos. Não parece apresentar autonomia suficiente para se expressar e verbalizar com desenvoltura. Sua produção fica presa aos conteúdos ensinados, o que limita a construção de novos esquemas para internalizar objetos de conhecimentos.

Observamos o trabalho realizado em sala de aula pela professora de “JB” em língua escrita. A atividade constou de um ditado de sílabas isoladas. Percebemos que o aluno, apesar de sua dispersão, realizou com agilidade os exercícios propostos, embora desconcentrado.

A professora mostrou-se impaciente diante das dificuldades, dos comportamentos e das interrogações da classe. Ela respondia aos alunos de maneira ríspida. Essa atitude nos pareceu deixar “JB” numa situação de insegurança quanto ao seu aspecto emocional.

Durante a atividade, observamos que ele movimentava as pernas incessantemente e parecia estar ansioso.

Segundo Fernández (1991), o problema de aprendizagem que constitui um sintoma ou uma inibição instala-se em um indivíduo, afetando a dinâmica de articulação entre os níveis de inteligência, organismo, corpo e desejo, resultando em um aprisionamento

da inteligência e da corporeidade por parte simbólica inconsciente.

Com a finalidade de entender melhor as dificuldades e a situação pessoal de “JB”, fizemos uma observação num contexto diferente da sala de aula, o recreio, e percebemos um comportamento interativo, demonstrando afetividade com os colegas e muita agilidade.

Durante o recreio, o aluno manteve-se tranqüilo e não manifestou qualquer forma de agressividade, conforme relato da supervisora e da professora.

A partir das observações feitas e de dados coletados na escola, através do desempenho das atividades realizadas com “JB”, as psicólogas não diagnosticaram qualquer problema em nível orgânico e patológico. Faz-se necessário, portanto, um acompanhamento psicopedagógico e orientação familiar. Com relação à escola, seria indispensável a mudança de metodologia e atualização da proposta pedagógica.

A escola, enquanto espaço de promoção do saber, tem a função de proporcionar momentos de dúvidas e descobertas. Já o educador, enquanto mediador da aprendizagem, tem, como uma de suas funções, investigar a dúvida, provocar o educando para a indagação do que anseia aprender e mostrar-lhe que há várias fontes de saber. (TAVARES, 1996).

O professor deve sempre despertar o interesse do aluno pela leitura e escrita. Assim, outra metodologia eficaz no processo ensino-aprendizagem são os jogos e brincadeiras que não podem ser considerados apenas como uma forma de divertimento, mas sim, como meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento da aprendizagem, e para manter o equilíbrio com seu mundo, a criança precisa brincar, jogar, criar e inventar, neste sentido, o jogo organizado constitui o melhor método para incutir princípios, normas e estabelecer padrões de desenvolvimento e aprendizagem. (MIRANDA, 1990).

REFERÊNCIAS:

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MIRANDA, E. de R. P. **Nossos Filhos e seus problemas**. Belo Horizonte: Interlivros, 1990.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

TAVARES, C. F. Curiosidade: uma aliada na aprendizagem. **Revista do Professor**. Rio Pardo: CPOEC. Nº 45. p. 31-32, janeiro/março, 1996.

ARTIGO 21

AUTORA:

Natália Padilha Martins

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

UM CASO PARA ESTUDO

Resumo

Este artigo tem apresenta uma situação na qual a não aceitação pelos pais de uma necessidade especial do filho é capaz de comprometer o seu desenvolvimento. Essa situação aconteceu em uma escola particular de Belo Horizonte (MG), onde dois irmãos apresentam alguma necessidade especial, de acordo com a professora e a coordenadora, mas sem um diagnóstico médico que confirme o quadro.

Uma queixa freqüente de coordenadores e professores é a resistência dos pais em aceitar que seu filho tenha alguma necessidade especial¹. Isso pode atrapalhar o desenvolvimento da criança, uma vez que é preciso a integração entre família, escola e profissionais qualificados para fazer uma educação que oportunize à criança condições de aprendizagem de acordo com suas necessidades.

Em uma escola particular de Belo Horizonte, existe um caso que exemplifica bem essa resistência da família como fator capaz de atrasar o desenvolvimento da criança. Luís, Jonas e Leticia¹ têm 4 anos de idade, são trigêmeos, filhos de um casal de médicos. Jonas apresenta desenvolvimento considerado normal, já Luís e Leticia apresentam características que os diferenciam das outras crianças de sua idade. Luís prefere ficar só, evita contato físico e até com os olhos, age como se estivesse em outro lugar ou em outra situação, não brinca com as outras crianças, tem dificuldades para se comunicar e apresenta alguns comportamentos ritualistas. Frente a essas observações, diria que Luís apresenta características de uma criança autista. Leticia é tímida, mas se relaciona bem com os colegas, não encontrando dificuldades na socialização, na resolução

de pequenos problemas corriqueiros e para cooperar com os colegas. Sua coordenação motora é comprometida, seus movimentos são lentos, os domínios reduzidos, tem dificuldades em compreender mensagens simples, demora a responder a comandos e executa atividades com lentidão.

As crianças, como é costume na instituição, foram enturmadadas em diferentes salas. Poucos meses após o início das aulas, surgiu a necessidade de uma avaliação médica de Luís e Leticia, devido aos comportamentos apresentados. Os pais, embora aparentemente tenham concordado com o pedido, não providenciaram a avaliação. Os irmãos que apresentam dificuldades não conseguiram acompanhar os colegas e foi sugerido aos pais que os três voltassem à série anterior, nesse caso, maternal 3. Os pais, inicialmente receosos, concordaram com a troca de turmas, uma vez que perceberam o baixo rendimento de seus filhos. Leticia apresenta certa melhora na elaboração de frases e com a timidez, mas ainda tem problemas com a coordenação motora e a compreensão de comandos. Luís não apresentou nenhuma alteração comportamental, não mostrou nenhuma reação, nem contrária nem a favor da mudança, manteve-se como na outra turma, alheio às atividades, mantendo-se disperso e silencioso (ou falando sozinho).

Ao analisar essa situação, pode-se perceber que os pais, não aceitando necessidade especial dos filhos, acabam por atrapalhar seu desenvolvimento. Trata-se de uma aceitação consciente, que reconheça as dificuldades de seus filhos bem como suas potencialidades, oferecendo, portanto, uma educação preocupada com não só com os aspectos pedagógicos, mas também com as questões relacionadas ao cotidiano da criança fora da escola, como a disciplina, a

1. Nomes fictícios, para preservar a identidade dos alunos.

auto-estima e outros fatores determinantes no desenvolvimento da criança.

Os pais, neste caso, criaram uma barreira entre escola e família, o que impossibilita a realização de um estudo aprofundado da situação. E a não realização do estudo de caso impede que medidas sejam tomadas com maior eficácia na elaboração de planos e atividades para a turma, que oportunizem às duas crianças maiores condições de aprendizagem e maior integração com a turma.

A partir das observações feitas, dos depoimentos de envolvidos no caso dos trigêmeos e de relatos da coordenadora, acredito ser imprescindível a criação ou a adaptação de técnicas de ensino às turmas nas quais essas crianças estão inseridas, bem como um apoio complementar de psicopedagoga e terapeuta ocupacional que possa orientar o trabalho com essas crianças, acompanhando o seu desenvolvimento.

ARTIGO 22

AUTORA:

Paula Ramos de Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

TRANSTORNO EMOCIONAL: ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO

Resumo

Este artigo tem como finalidade refletir sobre as dificuldades que a professora e a Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Fonte Boa encontraram quando depararam com um aluno com transtorno emocional.

Como se sabe, a escola é um universo de circunstâncias pessoais e existenciais que requerem do professor e do Coordenador Pedagógico ao menos uma boa dose de bom senso, quando não uma abordagem direta com alunos que acabam demandando uma atuação muito além do posicionamento pedagógico e metodológico da prática escolar.

O chamado “aluno-problema” pode ser reflexo de algum transtorno emocional, muitas vezes advindo de relações familiares conturbadas, de situações trágicas ou de algum transtorno do desenvolvimento. Esse tipo de estigmatização docente passa a ser um fardo a mais, mais um dilema e aflição emocional agravante. Para esses casos, o conhecimento e a sensibilidade dos professores e coordenadores podem se constituir em um bálsamo para corações e mentes conturbadas.

O Coordenador Pedagógico é uma peça mestra dentro da escola, por isso tem que estar atento para qualquer situação, dentro ou fora da sala de aula. Segundo Libâneo (2004, p. 62),

quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não se está supondo que ele deve ter domínio dos conteúdos e métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo do docente, operando uma intercessão entre a teoria pedagógica e os conteúdos e métodos

específicos de cada matéria de ensino, entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula.

Além disso, também é necessário que o supervisor tenha uma atitude clara diante do processo ensino-aprendizagem, diante da função social da escola e de todos os outros aspectos que envolvem o fazer na e pela educação. Medina (2004, p. 32) ressalta que “[...] é o trabalho do professor [...] que dá sentido ao trabalho do supervisor no interior da escola. O trabalho do professor abre o espaço e indica o objeto da ação/reflexão, ou de reflexão/ação para o desenvolvimento da ação supervisora.”

Portanto, é importante que o coordenador juntamente com o professor estejam preparados para conviver com a diversidade dentro da escola como desafio no sentido de explicitar as contradições e os conflitos consequentes dessa diversidade. Devem estar atentos aos discentes no que diz respeito ao comportamento e ao que trazem de diferente para o âmbito da escola, na tentativa de compreendê-los na sua totalidade.

Sabemos que todo aluno que apresenta qualquer tipo de dificuldade está sujeito a ser rotulado.

Para diagnosticar um aluno com transtorno emocional, devemos observá-lo cuidadosamente e buscar o auxílio de um profissional capacitado.

Por essa razão, neste artigo procuro mostrar o esforço que a professora, a coordenadora e a mãe do aluno fazem, com propósito de ajudá-lo a superar a sua dificuldade dentro e fora da sala de aula.

Quando um aluno tem dificuldades e não é ajudado nem compreendido pelos seus pais e educadores, sofre e sente-se freqüentemente humilhado por não conseguir acompa-

nhar os seus colegas e pode inclusive sofrer perturbações psicológicas. Os professores devem estar alertados para a situação do aluno e assim, numa atitude mais tolerante e carinhosa, ajudá-lo a ultrapassar as suas dificuldades.

Foi esta a principa¹ causa que levou a coordenadora pedagógica a realizar o estudo de caso juntamente com a professora do aluno em questão, que será designado simplesmente por “aluno”, anonimamente.

A Escola Estadual Fonte Boa¹ recebe alunos com características muito diferentes uns dos outros. Os problemas mais frequentes na escola são disciplina e violência, que são rotineiros e trabalhados no dia-a-dia com os alunos.

Mas o que chamou a atenção da coordenadora pedagógica e a levou a estudar o caso foi o comportamento de um determinado aluno de 15 anos da 8^a Série do Ensino Fundamental.

Segundo os relatos da professora desse aluno, na sala de aula ele demonstrava constantemente alterações no comportamento. Não se comunicava com os colegas nem mesmo com a professora, gostava de sentar próximo à porta e sempre saía da sala sem a permissão da professora. Era um aluno frequente, fazia as atividades propostas, mas sempre isolado do grupo. Não aceitava realizar trabalhos em grupos, demonstrando muita resistência. Às vezes levava para a sala de aula um rádio-fone e ficava cantando o tempo todo, perturbando a aula.

De acordo com a professora, várias formas de se trabalhar com ele foram feitas, mas tudo em vão. O aluno não apresentava mudanças.

A partir desses acontecimentos, foi necessária a intervenção da coordenadora.

Foi realizado, então, um estudo de caso do aluno, com base nas informações e anotações da professora e nas observações da coordenadora.

A família do aluno foi acionada na tentativa de buscar mais informações que poderiam contribuir com a escola. Segundo o relato da mãe, ele perdeu o pai aos 13 anos, que foi assassinado por engano por um traficante.

O pai era tudo para ele. De lá para cá, nunca mais o aluno foi o mesmo. Deixou de ter amizades entrando em uma profunda depressão.

O aluno também tinha problemas com

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

sua identidade, não aceitava o seu nome, pois era igual ao do seu pai. E isso se deu logo após a morte trágica do pai. Queria se livrar das lembranças tristes que tinha da cena que presenciou.

Com base nessas informações, a coordenadora pedagógica da escola e a professora do aluno se viram obrigadas a mudar a postura frente ao aluno.

Algumas atividades foram elaboradas especialmente para atender às necessidades do aluno. Foi criado um horário de acompanhamento, era o momento para ele expor todos os seus sentimentos. Nesse momento, ele contava só com a presença da coordenadora pedagógica.

Sua mãe também foi convidada a participar mais das ações da escola e da vida escolar do filho, na tentativa de ajudá-lo.

Tudo que podia ser feito por este aluno, no que dependia da escola, foi feito, mas, depois de muitas tentativas – alguns acertos e alguns contratempos, a escola percebeu que não cabia mais a ela e à família fazer algo pelo aluno. Ele foi encaminhado a um especialista (psiquiatra) para um trabalho mais elaborado. Logo que foi encaminhado, desistiu de estudar e, segundo as informações que a escola obteve, o aluno chegou a ir ao psiquiatra três vezes, desistindo também desse compromisso.

De acordo com a coordenadora pedagógica da escola, esse foi um dos casos que teve mais repercussão dentro da escola.

REFERÊNCIAS:

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão de Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MEDINA, A.S. **Supervisor escolar: parceiro político**.

ARTIGO 23

AUTORA:

Renata Raquel Marçal Mendes

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

Professora de Ensino Religioso na rede Estadual de Ensino

CASO CLÍNICO DE TDAH

Resumo

O presente artigo relata um estudo de caso desenvolvido pela supervisora pedagógica, tendo em vista um problema de TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade). Pretende-se caracterizar e analisar as causas desse transtorno a partir da análise de um caso ocorrido com um aluno do 1º ano do Ensino Médio, com base em pesquisas, observações e entrevistas com a supervisora pedagógica da escola.

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é o transtorno mais comum em crianças e adolescentes encaminhados para serviços especializados. Em mais da metade dos casos, o transtorno acompanha o indivíduo na vida adulta, embora os sintomas de inquietude sejam mais brandos.

Procurando conhecer a causa desse distúrbio em um aluno do Ensino Médio, a supervisora pedagógica da escola elaborou um estudo de caso. Foram analisadas as dificuldades que o aluno apresentava nas matérias e no relacionamento com demais colegas, pais, professores e funcionários da escola.

O aluno era tido como um aluno problemático que passou por 13 escolas e tendo sido expulso de todas por atitudes desrespeitosas. Normalmente não aceita ser chamado atenção e não respeita mulheres, somente homens. O caso chamou a atenção dos professores, pois o aluno não consegue ficar em sala de aula e, quando está, é “avoado”, estabonado e não consegue ficar quieto, apresentando grandes dificuldades com regras e limites.

Primeiramente, houve a necessidade de conversar com os professores para saber como era seu comportamento, seu envolvimento e seu desenvolvimento com relação às atividades propostas. Foi verificado que aluno não conseguia acompanhar as atividades, pois não conseguia ficar em sala de aula. O segundo passo foi contatar os pais para uma conversa, sendo verificados alguns pontos importantes a serem considerados. A mãe do aluno o teve com 12 anos de idade, foi criado como irmão da mãe pela avó sem a presença do pai. Não teve nenhum referencial masculino. Seu irmão mais novo apresentava o mesmo tipo de comportamento.

Para realização do estudo de caso, foi preciso que a família autorizasse e apoiasse sua realização. Após algumas pesquisas, a supervisora identificou que se tratava de um caso clínico de TDAH e, ao analisar o problema, concluiu que seria necessário encaminhá-lo a um profissional especializado.

Normalmente, esse tratamento é feito de forma multidisciplinar, envolvendo médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, psiquiatras, neurologistas, neuropediatras, pediatras etc., no processo, com técnicas específicas como a terapia cognitivo comportamental (TCC) aos cuidados dos psicólogos e psiquiatras, e o uso de medicações neuroestimulantes e medicamentos específicos no tratamento.

Na finalização desse processo, foi fundamental fazer uma avaliação adequada e objetiva da gravidade dos sintomas apresentados pelo aluno e também a qualidade de vida familiar, não só pela supervisora pedagógica, mas pelos profissionais que atenderam o adolescente.

Podemos observar a importância da família e da escola nesse processo. É necessário que ambos aprendam a lidar com essa

criança ou adolescente, que responde muito melhor ao reforço positivo do que à punição, pois esse indivíduo, perante a escola, a família e a sociedade, está sempre fora de contexto, sendo necessário muito cuidado ao lidar com suas emoções.

Para se obter sucesso nesse tipo de tratamento, verifica-se um bom suporte terapêutico, com diagnóstico técnico e terapia cognitiva comportamental, na qual a participação da escola, na figura do professor e do supervisor, da família como um todo e da equipe interdisciplinar propiciará um resultado satisfatório. Também é necessário envolver e motivar esse indivíduo para que ele mostre seu potencial, pois possui grande capacidade de aprendizado, é criativo, intuitivo e, na verdade, não apresenta déficit de atenção, mas uma inconstância na atenção e é capaz de uma hiperconcentração quando houver motivação.

A maior dificuldade na identificação do TDAH está na falta de conhecimento por parte dos professores, supervisores e diretores. Salas de aula cheias de crianças com TDAH, com professores sem saber o que fazer nem como lidar com elas, desmotivam o trabalho do professor. Turmas com “alunos especiais” que, às vezes, nem ao menos conseguem ser alfabetizados e que, normalmente, sentem falta de uma estrutura familiar que possa servir de ajuda para minimizar o problema, vão evoluir na evasão escolar ou até mesmo no envolvimento com drogas e delinquência. Os alunos com TDAH não precisam ser separados por turma, pois não possuem problemas cognitivos, só precisam ser tratados adequadamente por uma equipe interdisciplinar. É importante que o profissional de saúde mental possa apoiar o professor em sala de aula. É importante que professores tenham pelo menos uma noção básica sobre o TDAH, sobre a manifestação dos sintomas e as conseqüências em sala de aula. Saber diferenciar incapacidade de desobediência é fundamental.

REFERÊNCIA:

BARKLEY, Russell A. **Transtorno de Déficit de Atenção/hiperatividade**. 2. ed. São Paulo: Artmed.

ARTIGO 24

AUTORA:

Rita André de Souza Oliveira

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

RELATO DE HIPERATIVIDADE - TDAH

Resumo

A hiperatividade ainda é assunto polêmico, que muito se confunde com falta de limite ou agitação do aluno em sala de aula, bem como com uma questão de disciplina. Mas, afinal, o que retrata a hiperatividade de fato?

Este artigo descreve a narrativa de uma criança que apresenta dificuldade de concentração em suas atividades e no desempenho de suas atividades escolares. Essas características são relatadas em uma análise de caráter pedagógico.

Thiago¹ é uma criança que iniciou a sua trajetória escolar numa escola pública estadual, aos 6 anos, onde desde então apresentava dificuldades de concentração nas brincadeiras, expressava agressividade com os colegas, ficava isolado no canto, tinha dificuldade de se socializar e, em suas brincadeiras individualizadas, expressava formas de conduta agressivas, se colocava em situação de perigo e não tinha limites, desobedecia qualquer regra.

Atualmente, a criança se encontra matriculada na mesma escola na 4ª série do Ensino Fundamental e, desde o seu ingresso, a instituição fez inúmeros relatórios para compreender melhor suas atitudes e comportamento.

Thiago provém de uma família que vive em situação de conflito, havendo indícios de violência doméstica. Seu pai se apresenta uma pessoa violenta, espanca a criança com frequência, e, quando é chamado a comparecer na escola para tomar conhecimentos dos fatos ocorridos com Thiago, chega a espancar o filho na frente da coordenadora.

Preocupada com o comportamento do filho, a mãe procurou a escola para maiores esclarecimentos sobre o rendimento escolar

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

e o comportamento do filho. De acordo com as orientações da coordenadora pedagógica, em sala de aula, ambiente escolar, o aluno não consegue ter o mesmo nível de aproveitamento e desenvolvimento alcançado pelos seus colegas de ensino. Foram, identificados e observados alguns comportamentos pelos professores e coordenadores neste ano letivo.

O aluno é inquieto, indisciplinado, apresenta aspecto agressivo ao ser chamada a sua atenção, não é sociável com seus colegas de sala. Tem dificuldades de se concentrar, não tem compromisso com as atividades propostas, sempre não traz os materiais completos, não realiza as atividades avaliativas. Além de não participar das aulas, prejudica o bom andamento das atividades em sala de aula.

A escola buscou acompanhamento da família, fez indicações para acompanhamento especializado com psicólogos, mas a mãe do Thiago não conseguiu marcar psicólogo, apenas marcou uma consulta com um Clínico Geral responsável pela equipe saúde da família, que o encaminhou para análise psicológica e neurológica.

Entende-se que essa criança, apesar de apresentar sintomas de hiperatividade, vive em um ambiente hostil, é vítima de espancamento, presença violência e comportamento inadequado que se reflete em suas ações em sala de aula. São inúmeras as queixas de todos os professores que não conseguem trabalhar com a questão da hiperatividade e da disciplina.

Este artigo é baseado em um estudo de caso com situações complexas, que requerem a busca de conhecimentos para que se identifiquem estratégias que sejam propícias ao desenvolvimento comportamental e cognitivo de alunos que apresentem as ca-

racterísticas relacionadas e à promoção da inclusão de forma correta.

REFERÊNCIAS:

KNAPP, Paulo; ROHDE, L. A.; LYSZKOWSKI, Liseane; JOHANNPETTER, Juliana. Porto Alegre: Artes Medicas. 2002.

FONTES, Mariza Aguetoni. **Psicopedagoga e sociedade**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2006.

ARTIGO 25

AUTORA:

Rosângela Adriana de Abreu

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

Professora de Ensino Religioso em uma Escola Estadual de Minas Gerais

A ÉTICA NO COTIDIANO ESCOLAR

Resumo

Este artigo pretende refletir, à luz de referenciais teóricos e um estudo de caso, a abordagem do tema Ética em sala de aula, segundo a visão do professor, bem como os comportamentos e métodos que caracterizam essa abordagem. Para fundamentar a pesquisa, buscaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e algumas considerações sobre as mudanças sociais que atingem a contemporaneidade.

No contexto da sala de aula do ensino fundamental, identificamos a necessidade de uma reflexão de como vem acontecendo o trato do professor com o tema em questão.

Embora seja um termo bastante amplo, podemos conceituar Ética, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, como “um conjunto de princípios ou padrões de conduta” (PCN, 1998, p. 49). Assim, a ética, usualmente, pode ser entendida como relativa à moralidade, como avaliação dos costumes, preconceitos e conceitos, deveres e modos de proceder dos homens para com os seus semelhantes.

No decorrer da vida, de forma gradativa, as pessoas tendem a superar as suas dificuldades ou não. Na medida em que exploram as suas potencialidades, desenvolvem habilidades, competências e uma postura ética. “O homem, na sua essência, é um ser inacabado, num processo contínuo de vir a ser, mediado pelo acesso às interações sociais”. (GADOTTI, 1999, p. 44). As ações desafiadoras do contexto provocam ações e reações na sua desenvoltura, manifestando assim o seu caráter e sua personalidade.

Trazendo as reflexões acerca da ética para o campo da educação, sem perder de vista as mudanças que já ocorreram no sistema educacional brasileiro ao longo dos

séculos, é importante pesquisar se a escola ainda se alicerça em estruturas tradicionais que interferem diretamente no processo pedagógico e também como trata os conflitos éticos que, inevitavelmente, ocorrem em seu cotidiano.

Dessa forma, o objetivo deste estudo centra-se na questão: Como é feita pelo educador a abordagem do tema ética quando surge determinado conflito?

Para tanto, utilizou-se como metodologia um questionário com questões pertinentes ao tema, direcionado a uma professora de escola pública, para que, ao final, se consiga estabelecer inferências acerca da atuação da professora em situações cotidianas que envolvam conflitos éticos que possam ser confrontados com as teorias aqui pesquisadas.

Em uma emergente concepção, prevalece nos dias atuais o discurso de que é preciso trabalhar com os alunos levando em conta as suas individualidades diferenciadas, mas, na prática, faz-se necessário investigar se esse conceito tem a aplicação necessária.

De acordo com essa perspectiva, é preciso que o professor tenha consciência de que, para a realização do trabalho didático na perspectiva da ética, não basta apenas a compreensão dos princípios éticos fundamentais ou das doutrinas morais, mas também a necessidade de conhecimentos, por exemplo, na área das ciências do comportamento, que, aplicados, auxiliem os alunos na legitimação dos valores discutidos, com a articulação de uma vivência pessoal com as experiências da socialização.

Assim sendo, trabalhar a ética numa perspectiva da cidadania na escola possui um caráter de respeito à singularidade e à diversidade. Por exemplo, brincando, o aluno consegue vivenciar e medir as consequências dos seus atos. A partir daí, se podem

complementar as ações educativas por meio de palestras, cartazes, do material didático e através dos momentos de recreação.

Dessa forma, a ética orienta a conduta humana, formando hábitos e atitudes coletivos de modo que o educando seja um “agente pacificador” (PCN, 1998, p. 58), um disseminador dessas informações e conhecimentos.

A competência da escola democrática está em focalizar a qualidade das relações entre os agentes da instituição escolar. As relações sociais efetivamente vividas, experimentadas, são os melhores e mais poderosos mestres em questão de respeito às diversidades. Assim sendo, o que se apresenta como problema, neste caso, é a reflexão acerca da indagação: Para que servem os belos discursos sobre o Bem, se as relações internas à escola e são desrespeitosas? De que adianta raciocinar sobre a paz, fazer discurso sobre o respeito e o combate ao preconceito, se as relações vividas não demonstram tal atitude? Então, o cuidado com a qualidade das relações interpessoais na escola é fundamental¹. A democracia é um modo de convivência humana e os alunos devem encontrar na escola a possibilidade de vivenciá-la. Daí a importância de se promoverem experiências de cooperação, respeito e combate ao preconceito no cotidiano escolar.

Para elucidar este estudo de caso, passamos agora para os relatos da professora Manoela¹, demonstrando alguns conflitos éticos vivenciados em seu cotidiano em sala de aula.

Um menino de onze anos, com deficiência mental, era tratado como palhaço pelos outros estudantes. Certa vez, colocaram um papel com um palavrão em suas costas. Enquanto ele andava, os alunos e até os funcionários riam dele. Então chamei os alunos e os funcionários e deixei bem claro que manifestações preconceituosas e desrespeitosas contra aquele aluno ou qualquer outro portador de deficiência não seriam toleradas.

Segundo relato da professora:

Quando Ana, uma garota de oito anos, com deficiência física, começou a estudar na minha classe, os colegas a olhavam e tratavam como se tivesse uma doença contagiosa, al-

guns a chamavam de aleijada. Quase todo o dia Ana chorava na escola. Como eu não a rejeitei e me mantive próxima, tocando-a com respeito e carinho, oferecendo estratégias escolares que a levassem ao sucesso, os alunos aprenderam a conviver com ela e passaram a apoiá-la e a envolvê-la em todas as atividades.

Tais declarações reacendem a necessidade de a escola reconhecer o seu papel dentro de um contexto das diferenças. Enquanto agente pacificador e disseminador da justiça e do combate às desigualdades, a escola deve exercer essa função na tentativa de combater todas as formas de preconceito.

Muitas perguntas ainda não de ser formuladas no âmbito da ética no cotidiano escolar.

O estudo da Ética na visão de educadores exige do pesquisador uma escuta cuidadosa da interação entre teoria e prática.

Na busca de novos caminhos para lidar com os impasses, cabe aceitar a constatação de que as mudanças aceleradas na sociedade contemporânea estarão sempre estabelecendo novas necessidades de abordagens significativas que contemplem o sujeito em sua singularidade.

Fica evidente que o professor como mediador da prática educativa transformadora necessita de uma sólida formação teórica e prática que deve ser desenvolvida dialeticamente. Conjugação formação, autonomia, liberdade de expressão, compreensão das metas e dos objetivos da educação numa escola democrática é instalar a ética e o exercício da cidadania no espaço escolar.

Na medida em que o aluno apresentar as suas idéias, manifestar as suas emoções e os seus sentimentos, ele aprenderá a escutar e a respeitar a opinião do outro. Essas habilidades devem ser trabalhadas pelo professor, o saber ouvir e o respeitar.

A educação cidadã tem reflexo na vida das pessoas e da sociedade. Leva ao conhecimento, aos princípios que fundamentam as práticas sociais e o respeito às normas democráticas. Nesse caso, comprova-se a eficácia da abordagem bem sucedida do tema Ética, pois a sua prática associada aos saberes desenvolve e reafirma os valores culturais e sociais, resgatando a dignidade humana.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da professora.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Temas Transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã.** 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1994.

ARTIGO 26

AUTORA:

Roseli Aparecida Alves Campos

Endereço eletrônico: raacampos.rose@yahoo.com.br

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

COMPORTAMENTO AFETIVO-EMOCIONAL

Resumo

Inúmeras vezes nós, educadores, nos perguntamos o que fazer com o aluno que agride verbal e fisicamente os colegas sem nenhum motivo aparente. O que fazer diante desse dilema? O presente artigo relata o caso de uma criança que nos leva a refletir sobre a afetividade e como ela interfere no comportamento.

Afetividade¹ é um dos elementos que compõe o ser humano e orienta o seu comportamento, para o bem ou para o mal, ou seja, se o indivíduo não consegue exteriorizar e interpretar suas emoções, provavelmente ele se frustrará e não atingirá claramente seus objetivos, podendo até mesmo se prejudicar e/ou prejudicar outrem, tendo em vista que a nossa vida afetiva é composta de dois afetos básicos: o amor e o ódio.

Para os autores de *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*, a afetividade é parte integrante do nosso psíquico e nossas expressões não podem ser compreendidas se não considerarmos os afetos que as acompanham. Se analisarmos apenas alguns aspectos do ser humano, estaremos considerando-o como um ser fragmentado e corremos o risco de deixar de lado a análise de aspectos relevantes – é o caso do comportamento afetivo-emocional do aluno Sinésio², apresentado a seguir.

Que educador nunca se deparou com um

1. Afetividade: qualidade do que é afetivo – segundo o dicionário Silveira Bueno da língua portuguesa. Afetivo: relativo a afeto ou a afetividade. Que tem, ou em que há afeto; dedicado, afeiçoado, afetuoso, carinhoso – segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa.

No dizer da pedagoga da USP Izabel Galvão. “a afetividade é um dos principais elementos do desenvolvimento humano”. Revista Nova Escola, Ed. Especial Grandes Pensadores – Henri Wallon.

2. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

aluno inquieto e agressivo sem que ele tenha qualquer tipo de doença, síndrome ou distúrbio? O presente artigo retrata um exemplo típico desse dilema. Frequentemente, a criança que não sabe lidar com a própria afetividade é vista como “agressiva” e “sem limites”, mas o que fazer? Como ajudá-la?

Sinésio é um aluno aparentemente sem limites e agressivo. Tais características vinham atrapalhando a concentração dos seus colegas, bem como o seu desenvolvimento escolar, portanto, foi necessário fazer o estudo de caso acerca do seu comportamento afetivo-emocional.

O menino – que apresentava um comportamento atípico para a sua faixa etária – tinha seis anos de idade quando ingressou numa escola pública da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele não conseguia ficar um só minuto parado e concentrar-se em algo era quase impossível. Batia, xingava, cuspiam e mordida os colegas, falava palavras “feias”, respondia mal à professora, mostrava a língua, entre outras inúmeras demonstrações de agressividade.

É pertinente esclarecer que até a faixa etária dos 3 anos uma criança utiliza reações físicas para chamar a atenção dos adultos e expressar o que deseja e o que necessita. Como ela ainda não compreende o que sente e muito menos sabe lidar com os sentimentos, é comum vê-la agressiva ou chorando, pois é essa forma que encontra para reagir ao ambiente externo e suas variações e mudanças frente ao seu cotidiano. Assim é o Sinésio, aluno que, não sabendo como lidar com suas frustrações, vê na agressividade uma forma de pedir ajuda ao adulto mais próximo dele.

Ao lidar com esse tipo de situação, cabe ao professor e ao pedagogo conversar com esse aluno sobre suas atitudes e estimulá-lo

a expressar sua afetividade, seus sentimentos através da fala, da oralidade e não mais através do corpo, como outrora fazia; uma vez que “a criança responde às impressões que as coisas lhe causam com gestos dirigidos a elas” (Henri Wallon).

Nessa perspectiva, ambos os profissionais devem ficar atentos e procurar auxiliar o aluno a identificar a emoção que lhe causa o desconforto perante situações diversas.

Vale também se aproximar do educando, isso fará com que ele se sinta à vontade para expressar seus sentimentos e até mesmo tentar explicar o motivo dos gestos afoitos, dando-lhe oportunidade de perceber as regras de convivência. Segundo Briza e Del Claro (2005), algumas das ajudas que o professor pode fornecer ao estudante agressivo são: criar uma relação de amizade e confiança com ele; estabelecer claramente os limites; incentivar manifestações de afeto, segurança, senso de responsabilidade e de cooperação; nunca gritar, brigar ou discriminar esse aluno.

Gurgel (2006) sugere, entre outras coisas, que o professor fique no controle da situação, mantendo-se calmo em momentos de conflito, para evitar cair no mesmo estágio emocional da criança, tendo em vista o importante papel do educador na formação emocional do educando.

Professor e pedagogo devem estabelecer contato com a família do referido aluno, pois é por intermédio da comunicação que se cria um elo de confiança e abertura mútua entre pais e escola em prol do bem estar afetivo-emocional da criança.

O pedagogo deve se valer de conversas formais e, principalmente, informais com o próprio aluno e seus colegas, observar atividades realizadas em espaço livre, – o recreio, por exemplo, é um excelente momento de descontração no qual o aluno se mostra como ele é, proporcionando ao observador um emaranhado de possibilidades avaliáveis – e buscar junto ao professor detalhamento do comportamento do aluno em diferentes momentos e atividades em sala de aula e extra classe.

No que diz respeito à afetividade, Wallon, segundo Guimarães (2008), foi o pioneiro a levar para dentro da sala de aula não só o corpo da criança, mas também suas emoções. E fundamentou suas idéias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteli-

gência e a formação do eu como pessoa.

Portanto, o educador, antes de apontar que um determinado aluno é indisciplinado e sem limites, deve observá-lo com cautela e bem de perto, pois o diagnóstico pode ser apenas o de uma criança com “problema” de comportamento afetivo-emocional. E nesse caso o melhor é ajudá-lo e promover a boa convivência do grupo do qual ele é parte integrante. E, acima de tudo, o importante não é punir, é procurar soluções que amenizem as situações de agressividade até que o aluno aprenda a dominar melhor seus sentimentos e emoções, permitindo-lhe viver e conviver melhor consigo e com seus companheirinhos de escola.

É o que a coordenação pedagógica juntamente com as professoras envolvidas com o Sinésio vêm fazendo: ao invés de discriminá-lo, puni-lo ou tratá-lo com indiferença, elas continuam fazendo observações, pesquisas, estudos e relatos sobre ele para compreender cada vez mais e melhor as emoções que a afetividade provoca e suas conseqüências no comportamento cotidiano.

REFERÊNCIAS:

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. In: BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Vida afetiva. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1989. Cap. 14, p. 172-183.

BRIZA, Lucita; DEL CLARO, Pricila. **Aluno agressivo?** Ele precisa de afeto e de limites. Nova Escola, São Paulo, Ano XX, n. 184, p. 38-39, ago. 2005.

GURGEL, Thaís. Entre tapas e beijos. **Nova Escola**, São Paulo, Ano XX, n. 196, p. 68-69, out. 2006.

GUIMARÃES, Arthur et al. Henri Wallon, o educador integral. **Nova Escola**, São Paulo, Ed. Especial, n. 19, p. 74-76, jul. 2008.

GUIMARÃES, Arthur et al. Johann Heinrich Pestalozzi, o teórico que incorporou o afeto à sala de aula. **Nova Escola**, São Paulo, Ed. Especial, n. 19, p. 41-43, jul. 2008.

ARTIGO 27

AUTORA:

Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

Graduada em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

HIPERATIVIDADE – CONHECER E SE CONSCIENTIZAR

Resumo

O presente artigo relata um caso de hiperatividade infantil, um assunto complexo. A criança hiperativa representa um enorme desafio para pais e professores.

Sandra¹ foi matriculada em uma escola particular, por indicação de uma amiga, cuja filha ali estudava. A mãe relatou que Sandra é filha única do casal e desde os 3 anos de idade freqüenta escola. Ela fez 10 anos em novembro.

Sandra tem dificuldades no aprendizado, na higiene pessoal¹ e é muito ansiosa, não aceita regras, não consegue se organizar nas brincadeiras, é muito seletiva em relação às amizades e prefere crianças mais novas. Ela freqüentou outras escolas particulares e até o momento não apresentava o rendimento que os pais queriam. Repetiu a primeira série por duas vezes devido ao seu baixo desempenho no processo de aprendizagem e, com objetivo de obter um melhor rendimento, ela foi sendo matriculada cada ano em uma escola diferente. A diretora recebeu os pais, conversou muito com eles e efetivou a matrícula.

Sua adaptação foi se dando aos poucos, relacionava-se bem com os colegas, é uma criança dócil e passa a maior parte do tempo observando as crianças que estão ao seu redor.

Aos poucos seu comportamento foi mudando: às vezes muito agitada, outras vezes permanecia apática, como se estivesse em outra dimensão, apresentava dificuldades ao realizar as atividades e com isso não tinha interesse de fazer o que era proposto, rolava no chão, não parava dentro da sala e queria insistentemente mexer no lixo da sala, picava papel e colava. A professora buscava

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

soluções para reverter esse quadro, colocava o lixo em lugares de difícil acesso, oferecia exclusivamente para a aluna atividades diferentes das que a turma desenvolvia, na verdade eram as atividades desenvolvidas pela turma de alunos de 6 anos. Nesse contexto, foi possível observar que a aluna realizava tudo o que era proposto sem maiores dificuldades. No entanto, esse procedimento incomodava. Então a diretora solicitou que a mãe da aluna comparecesse à escola. Após relatar o que vinha acontecendo, sugeriu que a criança ficasse na sala das crianças de 6 anos e assim acompanhasse as atividades adequadas para ela naquele momento.

A mãe não aceitou, então a professora continuou a fazer atividades diferenciadas que planejava exclusivamente para Sandra de acordo com as dificuldades apresentadas. Em relação às alterações comportamentais, a mãe disse que Sandra era uma criança hiperativa, mas fazia tudo o que as outras crianças de sua idade fazia. Só que, na sala de aula, havia momentos em que ela rasgava as atividades, jogava seus pertences no chão. Não recolhia nada, saía de sala sempre com desculpa de ir ao banheiro. Quando a professora ia buscá-la, voltava gritando, repetia o nome de um colega várias vezes, chamando-o, e quando o mesmo lhe respondia ela ficava calada. Alguns funcionários da escola tinham somente a preocupação se ela iria passar de ano e isto incomodava muito a professora, pois estes sujeitos poderiam participar efetivamente na inclusão de Sandra na escola. A professora, sem ajuda da direção, se prontificou a conversar com a mãe novamente pedindo ajuda.

Sua mãe explicou que Sandra tem resistência em tomar o remédio, joga fora e fecha a boca. Às vezes fica até uma semana sem tomar o remédio por falta de renovação da

receita médica. Mesmo com a falta de tempo da mãe, ela se prontificou a acompanhar sua filha. As atividades de casa passaram a ser realizadas com a orientação da professora, que trabalhava muito com o lúdico. Criavam músicas, jogos e brincadeiras. Foi muito bom, pois se podia ver o desenvolvimento, Sandra memorizava tudo com facilidade, respondia a todas as perguntas da professora.

Na hora do recreio, gostava de ficar perto das crianças menores. Quando levava uma boneca para a escola, além de conversar sozinha, levantava a blusa e fingia estar amamentando.

Mesmo com o desenvolvimento de Sandra, sua mãe percebeu que podia fazer mais pela filha, então resolveu procurar ajuda de uma psicóloga, um terapeuta ocupacional e uma psicopedagoga. A professora foi convidada a participar de consultas junto com os pais, buscando maiores detalhes sobre a vida escolar de Sandra e, ao mesmo tempo, se orientando como deveriam ser desenvolvidas as atividades na sala de aula.

A psicopedagoga solicitou à mãe que fizesse uma avaliação da filha, relatando que Sandra apresenta dificuldades na linguagem, tem resistência para ir ao banheiro, retém as fezes e suja a calcinha. O processo de aquisição da leitura tem sido muito difícil, ela não consegue ler um texto e encontra-se muito aquém do esperado em sua idade cronológica. Com base nessa descrição, Sandra foi avaliada.

Após vários testes, concluiu-se que a capacidade de fluência verbal encontra-se em nível muito inferior, sugere-se alteração funcional na região fronto-temporal anterior do hemisfério dominante. Nos testes de fluência por categoria semântica, os resultados encontram-se flutuantes pela interferência de sua dificuldade de concentração.

A capacidade de linguagem expressiva e receptiva encontra-se prejudicada. A criança deverá ser avaliada por uma fonoaudióloga.

Avaliada pelo TDE, o desempenho apresentado em relação à leitura, à escrita e à aritmética encontra-se em nível muito inferior. Não é capaz de escrever frases simples e ler palavras que tenham mais de dois fonemas. O pensamento encontra-se desorganizado, confuso e a fluência verbal estereotipada.

Com base nesses dados, concluiu-se que o perfil neuropsicológico apresenta eficiência intelectual geral em nível inferior. Sandra

apresenta dificuldades instrumentais que interferem no desenvolvimento cognitivo.

O padrão neuropsicológico encontrado é congruente com as alterações funcionais que acompanham o quadro clínico e sugere alterações funcionais na ativação neural do córtex pré-frontal, regiões mediais temporais, áreas associativas têmporo-parietais (bilateralmente) e fronto-temporal anterior à esquerda.

Diante desse quadro, Sandra precisava de uma intervenção multidisciplinar, visando uma estimulação cognitiva global. E assim a professora procurou fazer, envolveu as crianças, os professores e os funcionários da escola. Em qualquer parte da escola que Sandra ia, ela teria uma atividade para fazer. Por orientação da psicopedagoga, as avaliações seriam orais, e o lúdico deveria ser explorado em todas as disciplinas.

Era preciso, enfim, conhecer, apostar e investir nas possibilidades e buscar as condições favoráveis para que pudesse concretizar, consciente de que ter “déficits” ou “limites” não impossibilitam aprender, avançar para além do estado em que se encontra, e assim se desenvolver.

Conhecer e ter consciência dos avanços da ciência se faz necessário em relação à criança com o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). É preciso olhar para além dos rótulos, numa ótica prospectiva – isto é, olhar “em frente”, “adiante”, ver que a criança “pode” e o que nós, educadores, “podemos” fazer com ela.

Acredito que o primeiro passo do professor seria observar se o estado de agressividade ou hiperatividade se instalou de forma permanente ou se é um estado temporário (circunstancial) e se a criança apresenta, em casa, dificuldades em se relacionar, falar, expressar emoções, entre outras. Depois, observar como ela brinca, se persiste nas atividades, se brinca mais sozinha ou com outras crianças.

Faz-se necessário a família refletir sobre o clima familiar, o que está sendo exigido da criança e a capacidade de tolerância dos adultos para com as atitudes dela.

Intervenções realizadas junto a esse aluno tornam-se importantes, pois envolvem estratégias como: modificação do ambiente, adaptação do currículo, flexibilidade na realização e apresentação de tarefas, adequação do tempo de atividade, acompanhamento de medicação.

Em um estudo de caso, é de suma importância que haja uma interação entre escola, pais e a criança, no sentido de poder oportunizar uma integração e uma inclusão efetiva. Não cabe à escola nem mesmo aos pais cruzarem os braços, mas sim buscar conhecimentos e alternativas para a criança hiperativa avançar no seu desempenho escolar.

REFERÊNCIAS:

BENCZIK, E.B.P. **Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade**: atualização diagnóstica e terapêutica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GOLDSTEIN, S.; GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Papyrus, 1994.

Hiperatividade e distúrbio de déficit de atenção. Disponível em: <<http://www.geocities.com/hotsprings/oasis/2826>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

INDISCIPLINADO ou hiperativo. **Nova Escola**. São Paulo. Fundação Victor Civita, n. 132; p.30-32 2000.

ARTIGO 28

AUTORA:

Rosemeire dos Santos Gonçalves

Graduada em Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso pela PUC Minas

A CO-RESPONSABILIDADE EDUCATIVA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: QUANDO O CASO É DISLEXIA

Resumo

O artigo é um breve relato de caso de dislexia, destacando a co-responsabilidade da ação do coordenador pedagógico na intervenção.

Dificuldade de aprendizagem, desinteresse pelos estudos, confusão da lateralidade e dispersão são sintomas podem parecer meros tropeços de um crescimento normal das crianças, no entanto, em alguns casos, é um sério problema. É a dislexia. Nesse contexto, a tarefa de pais e educadores é acompanhar e estimular, pois renova a esperança de que a criança evolua e conquiste o desempenho adequado.

No espaço escolar, encontramos os alunos “perfeitos”, que desenvolvem, são participantes, autônomos, possuem raciocínio lógico, são os alunos ideais, o desejo de todo professor. Quando aparecem casos isolados antagônicos, isso requer do coordenador pedagógico um trabalho direcionado, identificando, no contexto educacional, o problema cognitivo ou de ordem emocional que pode apresentar o aluno que não possui um bom desempenho escolar. De posse de algumas informações, faz-se o levantamento do caso.

Em uma escola da rede pública, Maria¹, com 10 anos de idade, está na 4ª série. Foi encaminhada pela professora com queixa de falta de atenção, desinteresse pelos estudos e não conseguir acompanhar a turma. Seria necessário o apoio da coordenadora.

Maria passou a ser acompanhada pela coordenadora. Apresentava um comportamento diferente dos colegas, nos momentos de brincadeira não interagia com a turma. Foi então submetida a uma avaliação pedagógica.

Foi constatado, na avaliação pedagógica,

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

que Maria é uma criança dócil, possui bons hábitos, utiliza com cuidado os materiais de uso coletivo, consegue localizar-se no esquema corporal, nomeia e reconhece as cores, domina a distinção entre letras e números, conhece o alfabeto. No sistema da numeração, comunica oralmente com seqüência e registra os números de 1 a 29.

Percebe-se que possui dificuldades em fazer amizades, chora quando sente que não é capaz de resolver alguma tarefa. Faz uma leitura hipotética de materiais impressos, possui desinteresse pelos estudos, evita tarefas que exijam esforço mental, apresenta problemas na comunicação oral. Suspeita-se de dislexia. A criança necessita de estímulo para desenvolver seu potencial no contexto escolar e emocional.

A dislexia é classificada em graus, pode ser leve, média ou severa, um atraso no desenvolvimento da linguagem, uma disfunção conhecida como distúrbio de aprendizado que não tem cura, mas pode ser tratado.

No caso de Maria será necessária a intervenção de especialistas dos campos da psicologia e da fonoaudiologia. Um trabalho integrado entre os especialistas, a coordenação da escola e a família.

O coordenador pedagógico, na constatação de um caso de dificuldade de aprendizagem, deverá agir prontamente, valorizando os conhecimentos prévios do aluno, auxiliando com ações que favoreçam a aprendizagem, respeitando sempre o ritmo de aprendizagem de cada um e deixando de rotular o aluno que somente tem ou traz problemas para a escola. Esse olhar do coordenador pedagógico é fundamental na vida dos vários atores sociais no processo educativo, alunos, pais e professores.

Cabe, portanto, ao coordenador pedagógico um papel co-responsável no caso de disle-

xia, de dificuldade de aprendizagem. Assim, o objetivo da construção da educação é se aproximar das necessidades do aluno para fazer uma intervenção precoce.

REFERÊNCIAS:

DOR, Joel. **Sintomas e traços estruturais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GOMES, M.F.C.; CASTRO, M.G. de. **Dificuldades de Aprendizagem na Alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MEUR, A. de Estaes. **Psicomotricidade**. Educação e Reeducação. São Paulo: Manolo, 1984.

Artigos

Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais

REVISTA ELETRÔNICA - “O CASO É O SEGUINTE...” COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: COLETÂNEA DE ESTUDOS DE CASOS

ARTIGO I

AUTORA:

Adriana Camargo de Figueiredo

Endereço eletrônico: dricamargo2002@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: UM DESAFIO NO CONTEXTO ESCOLAR

Resumo

Este artigo relata o estudo de caso de um aluno com dificuldade de aprendizagem de uma escola particular de Belo Horizonte. Nele foram relatadas as intervenções realizadas para sanar a dificuldade de aprendizagem apresentada pelo aluno. Também foram discutidos os fatores que podem causar uma dificuldade, assim como a importância de o professor refletir sobre sua prática docente.

Este artigo baseia-se no estudo de caso do aluno Gabriel¹, de 8 anos, estudante da 2ª série do ensino fundamental de uma escola particular de Belo Horizonte.

Em conversa com a coordenadora pedagógica, foi relatado que a professora desse aluno sempre se queixava de suas atitudes em sala. Segundo a professora, ele não tinha organização espacial, seqüência ao escrever, não realizava as atividades propostas, era muito distraído, apresentava dificuldade no pensamento lógico-matemático, na leitura e na escrita, suspeitando-se, portanto, de uma 'Dificuldade na Aprendizagem'. A situação era preocupante visto que Gabriel tinha tido bom rendimento escolar no ano anterior.

Sabe-se que muitos fatores podem causar uma dificuldade de aprendizagem na criança, o que torna fundamental questionar se essa dificuldade é devida ao ensino ou à aprendizagem, pois ambas andam juntas, tornando-se impossível saber de quem é a "culpa" maior. Sendo assim, cabe à escola diagnosticar a dificuldade para tomar as providências cabíveis. Neste caso, a coordenadora iniciou um processo de investigação para tentar entender quais os motivos desse comportamento apresentado pelo aluno.

Primeiramente, a coordenadora chamou a mãe do aluno para colocá-la a par da situação escolar de seu filho e para saber se

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

ela já havia notado alguma alteração em seu comportamento. A mãe relatou à coordenadora que o filho não queria ir para a escola porque a professora havia dito que ele seria reprovado devido às suas notas baixas. Nesse momento, a coordenadora percebeu que o problema estava dentro da própria escola e que era preciso intervir junto à professora para que ela refletisse sobre sua prática docente.

Na maioria das vezes, as escolas não estão preparadas para lidar com as dificuldades de aprendizagem que o aluno apresenta em determinadas áreas. Corrêa (2001, p. 28) afirma que, geralmente elas desqualificam o aluno, aprisionando-o no lugar de quem não sabe, nem pode aprender, porque assim é visto pelo professor e por especialistas. O aluno acaba por acreditar e assumir o rótulo que lhe é atribuído. Nessa perspectiva, o professor deve ter a consciência do seu papel no processo de ensino-aprendizagem de seu aluno. É imprescindível perceber que cada aluno é único e que o mesmo método de ensino não atende a todos os alunos. Ele deve refletir constantemente sobre suas atitudes em relação aos alunos e estar atento no sentido de identificar qualquer tipo de dificuldade que possa ocorrer dentro da sala de aula. Assim será possível iniciar, o mais rápido possível, o trabalho pedagógico adequado para "cercar" a dificuldade apresentada.

Na época, a escola contratou os serviços de uma psicopedagoga para que juntos pudessem buscar estratégias de intervenção adequadas com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas pelo aluno. A partir das orientações desse profissional, foi realizado um trabalho com a professora de Gabriel. Esse trabalho consistiu na reestruturação dos métodos de ensino utilizados em sala de aula. A professora recebeu diversos

materiais que serviram de apoio para a realização do trabalho com o seu aluno.

A coordenadora pedagógica procurou saber quais eram as atividades de maior interesse do aluno, chegando à conclusão de que Gabriel se interessava muito pelas atividades lúdicas, desenvolvidas nas aulas de educação física.

A partir desse momento, a coordenadora orientou a professora de Gabriel a fazer encontros individuais com ele na tentativa de reaproximar os dois, uma vez que a atitude da professora em relação a Gabriel criara uma barreira entre eles. O aluno também foi encaminhado para um acompanhamento com o psicólogo, que realizava as sessões tanto na clínica como na própria escola.

Nesse sentido, em continuidade ao trabalho desenvolvido em parceria entre coordenador e professor, no intuito de auxiliar o aluno Gabriel a superar as suas dificuldades na aprendizagem, foram desenvolvidas atividades lúdicas, como, por exemplo, o jogo de Argolas, o jogo da Amarelinha, Setação e Seqüência. Foram trabalhados os conceitos de adição, subtração, multiplicação e divisão com materiais concretos. No caso da leitura e da escrita, a professora de Gabriel utilizou diversos portadores de texto, permitindo que o aluno escolhesse o de seu maior interesse.

A partir das intervenções, é possível dizer que Gabriel melhorou o seu desempenho escolar. Melhorou a relação interpessoal com a professora, está mais concentrado nas aulas, desenvolve todas as atividades propostas, tem melhorado nos aspectos da leitura, da escrita e do raciocínio lógico-matemático, alcançando notas acima da média exigida pela escola.

Nessa perspectiva, infere-se que é preciso entender que as crianças com dificuldade de aprendizagem não são, de forma alguma, seres incapazes, apenas precisam de um tempo maior e de um ensino mais elaborado. Para isso é preciso criar novos contextos que se adaptem às individualidades de cada aluno, valorizando o que cada um sabe, a fim de reforçar e ampliar suas potencialidades e não reforçar suas dificuldades.

REFERÊNCIAS:

CORRÊA, Rosa Maria. **Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

ARTIGO 2

AUTORA:

Aline Augusta Carvalho

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN: DESAFIOS

Resumo

O presente artigo destaca temas referentes à questão da inclusão de crianças com Síndrome de Down (SD) na escola regular. Ainda que nos dias atuais as escolas se digam inclusivas, infelizmente tem-se notado que parte dos profissionais da educação ainda não possui preparação para desenvolver com essas crianças atividades que realmente as façam sentir valorizadas no meio em que estão incluídas.

O Brasil tem passado, nos últimos anos, por um grande desafio. O desafio de incluir crianças que possuem diversas deficiências na escola regular. Focando a Síndrome de Down, podemos visualizar claramente quantas são as crianças que deixaram de estudar em escolas especializadas para prosseguirem suas vidas escolares em escolas da rede regular de ensino público ou privado. As mudanças de realidade dessas requerem cuidados e dedicação por parte de toda a sociedade, pois quando uma criança com necessidades educacionais especiais (NEE) é aceita em uma instituição de ensino comum, várias barreiras devem ser transpostas: vencer o preconceito e promover a mudança, a adaptação na metodologia de ensino de forma a atender, realmente, às necessidades do aluno.

Na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), é reforçado o direito que todos os sujeitos com deficiência têm perante o ensino escolar. É destacado que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e alcançando uma educação para todos.

A escola é o lugar ideal para a iniciação

e o incentivo de uma sociedade mais inclusiva. Nessa perspectiva, Carvalho (1998, p. 170) comenta que a escola pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns, nas classes ditas regulares, onde devem ser desenvolvidos os trabalhos pedagógicos, que sirvam a todos indiscriminadamente.

Pesquisei uma instituição de ensino que me permitisse fazer um estudo de caso voltado exatamente para a Síndrome de Down e fui acolhida carinhosamente por uma instituição particular de ensino da rede regular. A turma era do 3º Período da educação infantil e nela estava matriculado o Vítor¹, de 7 anos de idade, que possui a SD. Na esperança de que eu pudesse ajudar de alguma forma no processo de ensino-aprendizagem desse educando, a diretora me permitiu fazer o estudo.

Inicialmente, notei que essa criança era alegre, gostava muito de brincar, individualmente e com seus colegas de classe, e aceitava a minha presença sem dificuldades. Porém, quando a professora regente solicitava que guardassem os brinquedos para que a aula fosse iniciada, essa criança se tornava agressiva, chorava demasiadamente e não respondia com aceitação ao pedido da professora. Para que os demais alunos pudessem concentrar durante a aula, a educadora me pedia para sair da sala como o Vítor. Assim que ela me fazia o pedido, eu logo saía, e aos poucos fui conhecendo sua história.

Pedi à coordenadora que me deixasse ler todos os relatórios referentes à sua vida escolar e, se possível, me permitisse marcar uma reunião com seus pais. Fui atendida. No terceiro dia que eu estava na escola, pude conversar com os pais de Vítor, que acredi-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

tavam seriamente em minhas intenções. Expliquei a eles que eu estava ali de passagem, e meu objetivo era criar um meio que possibilitasse a essa criança maior envolvimento nas aulas, já que até mesmo os pais diziam que ele não teria capacidade de aprender a ler e a escrever. Ao ouvir isso, me senti impotente diante a crença desses pais. Pensei: se eles não acreditavam na capacidade do filho, por que o estavam deixando freqüentar uma escola com padrão tão elevado em nível de ensino-aprendizagem? Quase desisti nesse momento.

Posteriormente, apresentei à coordenadora de ensino da instituição um modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Segundo Pereira e Vieira (1996), o PDI é um instrumento de ensino que permite aproximar o conteúdo às capacidades individuais e às necessidades educacionais de cada educando, buscando ajudá-lo a apropriar-se das habilidades e competências propostas nos currículos escolares. Após 12 dias que estava fazendo meu estudo e com um pouco de conhecimento a respeito do Vítor, propus à instituição o desenvolvimento de um PDI, voltado para suas necessidades e que também pudesse atender a seus desejos. Como esse aluno se sentia bem ao brincar, aconselhei a professora a desenvolver uma metodologia de ensino baseada na ludicidade, usando jogos e brincadeiras que proporcionassem a todos os alunos a compreensão dos conteúdos de uma forma mais divertida.

Fiz esse estudo durante um mês e pude perceber que a professora começou a se sentir mais segura para lidar com Vítor, começando a lhe impor limites e também adaptando sua metodologia de ensino às habilidades que esse aluno apresentava. Além de brincar com seus colegas, agora Vítor começou a compartilhar momentos de estudo como, por exemplo, trabalho em grupo com o objetivo de apresentarem uma história para o restante da turma.

Quanto à direção da escola, demonstrouse satisfeita com o trabalho e prometeu empenhar-se em conhecer e pesquisar documentos que promulgam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Disse querer estar preparada para receber os próximos alunos com NEE que quiserem estudar na escola. E que logo buscaria meios que possibilitassem ao corpo docente melhor conhecimento sobre a inclusão.

A inclusão ainda está “engatinhando”, é como uma criança que está aprendendo a caminhar, toma vários tombos, mas insiste, até conseguir. Espero que, assim como essa diretora, essa instituição, muitas escolas busquem meios que ajudem a inclusão a acontecer nos espaços escolares, pois se a geração de nossas crianças crescerem visando à aceitação de diferenças no âmbito escolar, certamente no futuro a sociedade como um todo será efetivamente uma “sociedade inclusiva”.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, R, Edler. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro. Ed. WVA, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Trad. Edilson Alkmim Cunha. Brasília: CORDE, 1994.

MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

ARTIGO 3

AUTORA:

Amanda dos Santos Ferreira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

O PERCURSO DE UM ALUNO COM TDAH NA ESCOLA

Resumo

O diagnóstico tem sempre tarefa fundamental no trabalho com qualquer aluno com necessidades especiais. Douglas, por muito tempo, foi vítima de um transtorno que ninguém conhecia, mas depois do diagnóstico e do esforço das pessoas que se envolviam com ele, sua qualidade de vida melhorou absurdamente.

Douglas¹ era extremamente diferente dos demais. Fazia parte de uma ONG que atendia alunos carentes e com risco social iminente. Todos os alunos da ONG não eram quietos nem perfeitos, mas ele se sobressaía.

Douglas era o “problema” da sala, tinha crises agressivas, chutava portas, quebrava janelas, agredia verbal e fisicamente colegas e professores, não conseguia terminar suas atividades, tinha extrema dificuldade ao ser contrariado e tinha sido deixado de lado pela escola e pela família. Nesse momento, somente a ONG poderia ajudá-lo.

O problema é que as pessoas que faziam parte dessa ONG não sabiam como ajudá-lo, na verdade, todos tinham um pouco de “medo” dele, pois era muito agressivo e praticamente não aceitava a aproximação de ninguém, o que ele queria era agredir as pessoas, quebrar as coisas e ser tido por todos como aquele a quem deveriam temer.

Os anos foram passando, Douglas já estava na ONG há mais ou menos três anos e o seu problema continuava e se agravava. Muitas tentativas foram feitas com ele, muitos recursos didáticos foram utilizados, alguns nunca tiveram resultado, outros o tiveram por pouco tempo.

Quando completaram quatro anos que ele estava na ONG, sua professora foi trocada e esta, vendo o comportamento de seu aluno,

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

rapidamente o enviou para uma avaliação psicológica. Nessa avaliação, após conversas entre a psicóloga e a professora e após vários testes, ficou diagnosticado que ele tinha Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH.

Esse transtorno detectado em Douglas causa muitos prejuízos às crianças. Na escola, elas são consideradas pelos professores como aquelas que possuem energia acima do normal. Na sala de aula, parecem “movidas por um motor”, não aguardam sua vez de falar e de participar das brincadeiras. Leite (2008) diz que pessoas com esse distúrbio possuem dificuldade em terminar tarefas já iniciadas, perdem objetos, não conseguem se lembrar de compromissos, nem relaxar, falam muito e possuem comportamento desmedido. Isso se dá pelo fato de a pessoa com TDAH possuir os três pilares: desatenção, impulsividade e hiperatividade.

Segundo Leite (2008), TDAH só existe quando há um transtorno e transtorno, segundo ele, o déficit de atenção, se torna prejuízo a partir do momento que esse prejuízo não é passageiro. Portanto, vê-se que o TDAH não tem cura.

Pessoas que possuem esse tipo de transtorno são crianças esquecidas, possuem dificuldade em prestar atenção e não controlam seus impulsos. Esse transtorno, ao contrário do que muita gente pensa, não é causado por falta de disciplina, ele é causado por influência genética. Um pai ou uma mãe com TDAH não garante, mas aumenta as chances de seu filho também ter.

Por esses motivos Douglas enfrentava tantas dificuldades. A partir do diagnóstico, foi tomada uma série de medidas que o ajudavam a conviver com seu transtorno. Uma das atitudes tomadas, inicialmente, foi a introdução “Ritalina”, uma droga que auxilia

muito no tratamento.

Para Capellini (2008), uma maneira de atenuar as dificuldades escolares encontradas pelos alunos com TDAH é fazer o uso de tratamento medicamentoso. Segundo ele, esses medicamentos atuam diretamente nos neurotransmissores, controlando os sintomas de agitação, impulsividade e desatenção freqüentes nesses casos, além de produzir um efeito positivo sobre a auto-estima e sobre a relação da família com a criança.

Malloy (2008) aponta que os profissionais da educação devem se apoiar em conhecimentos científicos e não no senso comum para o trato com esses alunos. Para ele, hiperatividade e desatenção não são sinônimo de TDAH e que este só existe quando há prejuízos para a pessoa.

Além do tratamento medicamentoso, houve também uma intensa transformação no aspecto pedagógico. Foi criado para Douglas um programa de intervenção que fazia com que ele participasse das atividades de sua turma de maneira diferente, mas ao mesmo tempo inclusiva.

Seus professores passaram a usar de estratégias como: evitar excessos de estimulação concorrente, gratificar ou corrigir os atos dos alunos imediatamente, evitar tarefas longas, evitar esperas desnecessárias entre uma tarefa e outra, não disponibilizar alternativas de mudança após a escolha, disponibilizar um tempo maior para que o aluno pudesse realizar suas tarefas, trabalhar com monitores e deixar clara a dinâmica da sala de aula, entre outras.

Mattos (2005) diz que a capacidade de memória dessas pessoas pode ser melhorada com alguns passos simples como: sempre vincular aquele conteúdo com outro já internalizado, não insistir na memorização quando o aluno estiver cansado, não fazer com que ele memorize muita coisa de uma vez, usar de brincadeiras para a memorização, etc.

Malloy (2008) complementa a informação de Mattos (2005) dizendo que as tarefas dadas para um aluno com TDAH devem sempre ser segmentadas em vários comandos.

Na escola onde Douglas estuda, foi montada, primeiramente, uma agenda de tarefas do dia, e nessa agenda a professora colava tudo aquilo que o aluno deveria cumprir. Esse método o ajudava a se organizar.

As tarefas dadas pelo professor eram segmentadas, ele fazia as mesmas coisas que os

colegas, mas de forma diferente, pois fazia em menor quantidade e em tempo diferente.

A professora também passou a nunca deixá-lo ocioso, Douglas sempre tinha uma tarefa nova para fazer: por muitas vezes tinha que buscar coisas na secretaria ou ajudar a professora em alguma tarefa. Isso o ajudava a manter sua mente ocupada e a passar o dia de maneira mais tranqüila.

As informações também passaram a ser segmentadas, dadas a ele como passos a serem seguidos, uma de cada vez, e uma informação só era transmitida quando a anterior era compreendida e executada.

Para Lucena (2008), para lidar com esses tipos de dificuldades, faz-se necessária uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar que possa respeitar a individualidade do aluno, fazer uma avaliação freqüente das necessidades do aluno, valorizar suas conquistas, estabelecer metas possíveis e reais além de proporcionar a ele uma avaliação diferenciada.

Com os esforços da escola, da família, da ONG e dos psicólogos, Douglas conseguiu superar grande parte de suas dificuldades. Hoje ele é uma criança bem mais tranqüila, consegue participar das atividades da escola e da ONG e consegue conviver com as pessoas que o cercam.

O entendimento acerca das dificuldades enfrentadas por nossos alunos é ponto chave para que possamos ajudá-los no combate a dificuldades que, muitas vezes, fazem com que eles se tornem distantes de nós e de sua família.

No caso de Douglas, foi evitado que ele se tornasse um adulto sem diagnóstico, que poderia envolver-se com drogas e ter problemas em seu emprego. Pessoas com TDAH, segundo Leite (2008), vivem impactos profundos em sua vida, desde que não tratados. Segundo ele, essas pessoas possuem maior possibilidade de prejuízos como: repetência escolar, gravidez na adolescência, acidentes de trânsito, divórcios, doenças sexualmente transmissíveis, etc.

É de extrema importância se pensar que a observação atenciosa de família e da escola ajudam bastante no diagnóstico e no tratamento de pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS:

CAPELLINI, Giancarlo. **Medicação e escola. Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação.** Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

LEITE, Wellington B. O que é TDAH - Histórico e quadro clínico. **Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação.** Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

LUCENA, Aline. **Aprendizado e TDAH.** Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

MALLOY, Leandro. **Técnicas em sala de aula I e II.** Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua.** 4. ed. São Paulo: Lemos Editorial, 2005.

ARTIGO 4

AUTORA:

Ana Gabriela Aguiar de Carvalho

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

Professora da Educação Infantil

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALUNO COM PROBLEMAS DE CONCENTRAÇÃO E AUTO-ESTIMA

Resumo

O artigo relata um caso de falta de concentração e baixa auto-estima de um aluno de 9 anos, na fase 2 (3ª série) de uma escola pública. O aluno necessita de acompanhamento psicológico para que possa se auto-enxergar como um sujeito capaz de desenvolver suas atividades e alcançar suas metas de forma proveitosa. Além disso, sua concentração deve ser mais bem trabalhada para que sua aprendizagem não fique tão prejudicada.

Rui¹ não apresenta problemas de socialização ou adaptação: demonstra ter boa relação com os demais colegas e com os professores, é bastante carinhoso e atencioso com todos à sua volta.

Sua dificuldade se refere à sua concentração. Ele se mostra bastante agitado, não se fixa em um único lugar dentro da sala (trocando de cadeira por diversas vezes durante o período de aulas), não termina suas atividades em tempo hábil, é desorganizado com relação aos seus pertences.

Sua auto-estima também é bastante prejudicada. Não acredita em seu potencial e coloca dificuldades em tudo. Acha que não tem condições de aprender e sempre que uma atividade é feita necessita de estímulos durante toda sua execução para que chegue ao seu término. As professoras precisam chamar sua atenção a todo momento para que sua concentração esteja voltada somente para a tarefa daquele período. Às vezes, demonstra ter dificuldades com contatos visuais.

O aluno demonstra gostar das brincadeiras propostas, mas se desconcentra rapidamente, fazendo com que seu interesse por elas diminua consideravelmente.

Nota-se que a sua coordenação motora também é comprometida: o menino não se

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

mostra ágil em cópias e não consegue seguir as pautas do caderno na escrita.

O estudo de caso foi feito para que se pudesse encontrar uma solução para as dificuldades encontradas pelo aluno, visando não deixar sua aprendizagem ficar defasada o que, acredita-se, atrapalharia ainda mais sua condição dentro da escola.

A metodologia utilizada foi a análise dos aspectos que traziam mais dificuldades para seu período escolar. As observações citadas foram feitas pelos professores e pela coordenação da escola, com a ajuda dos pais.

A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O aluno ingressou na escola sem demonstrar qualquer problema com relação à disciplina e/ou à socialização. Notava-se o quanto era carinhoso, apesar de não manter contatos visuais freqüentes.

Após o período de adaptação, observou-se a sua dificuldade em se aceitar como participante ativo de seu aprendizado. Ele tinha a auto-estima bastante prejudicada.

Rui demonstra conhecer menos do que realmente sabe. Em trabalhos coletivos, encontra dificuldades para sua execução. Se a proposta for um trabalho individual, é necessário que um professor mantenha-se ao seu lado para que ele consiga terminá-lo. Tarefas extensas não apresentam grandes resultados, a sua atenção se perde e as atividades ficam pela metade, mesmo com o auxílio e acompanhamento direto de um profissional.

Por ter uma enorme dificuldade de concentração e atenção, cogitou-se a hipótese de um quadro de TDAH, ainda não confirmado.

INTERVENÇÃO PROPOSTA

O aluno iniciou sua participação no “Projeto Tempo Integral”, que propicia um melhor acompanhamento dos educandos que apresentam dificuldades escolares. A escola é em tempo integral e os alunos, na parte da manhã, têm uma professora específica para auxílio nas áreas cognitivas mais prejudicadas.

Rui permaneceu somente por um tempo no projeto, já que sua família alegou seu cansaço por ter que ficar fora de casa durante todo o dia, mas se comprometeu a colocá-lo em um reforço escolar.

RESULTADO DAS INTERVENÇÕES

Durante o período em que freqüentou o “Projeto Tempo Integral”, Rui apresentou um avanço significativo em sua aprendizagem. Na alfabetização, encontra-se, hoje, na fase alfabética. Sua leitura é silabada.

Ainda apresenta um pouco de resistência às produções de textos e, se a atividade for um pouco mais extensa que as habituais, perde o interesse e a concentração. A coordenação motora e a espacial ainda necessitam de estímulos para um desenvolvimento mais visível e firme.

CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS

Analisando este estudo de caso, nota-se o quanto uma intervenção pedagógica bem planejada e aplicada é importante para um desenvolvimento satisfatório. Tomar conhecimento das situações que afetam o aprendizado de um aluno facilita seu progresso e o trabalho do professor. E buscar quais as intervenções mais eficazes é de fundamental importância.

Sabe-se que ainda é tarefa complicada encontrar soluções para todos os problemas apresentados pelos educandos nas escolas, mas um bom projeto traz enormes vantagens para que o aluno possa, em conjunto com seus professores e famílias, buscar soluções para suas dificuldades.

O que se observa com relação ao Rui é que a família foi essencial para o desenvolvimento de seu aprendizado, na medida em que, mesmo o tirando da atividade que o deixava cansado e sem ânimo, buscou outra forma

de intervenção – o acompanhamento escolar particular. Sem o apoio da família, talvez o trabalho fosse prejudicado.

Percebe-se que ele continua necessitando de intervenções, ainda apresenta dificuldades de concentração e coordenação motora e sua alfabetização ainda precisa de estímulos e atividades específicas para que se concretize de forma eficaz. A melhora da auto-estima foi um aspecto que facilitou o trabalho e o desenvolvimento do aluno. Hoje, ele se mostra um pouco mais seguro e confiante, o que propicia melhores condições para a realização de suas tarefas. O diagnóstico sobre o possível quadro de TDAH continua em aberto.

Seria importante, também, propiciar a ele algumas consultas médicas para analisar a situação de sua visão e de sua audição, bem como sua saúde como um todo. Problemas que afetem essas áreas podem contribuir para uma diminuição do interesse pelas atividades da escola.

ARTIGO 5

AUTORA:

Ana Izabelli França Pinheiro

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

O QUE ANDA ACONTECENDO COM A EDUCAÇÃO

Resumo

O presente artigo relata um estudo de caso feito com um aluno de 6ª série com dificuldades de aprendizagem, procurando compreender o que anda acontecendo com os alunos e como a escola tem procurado auxiliá-los.

Conhecemos muitas histórias verídicas no nosso dia-a-dia que nos chocam como pedagogas. E a história que abordaremos neste artigo não é muito diferente das que acontecem hoje nas escolas públicas do Brasil.

As escolas têm convivido, recentemente, com as dificuldades de aprendizagem e, assim, muitos alunos são “empurrados” para conteúdos complexos sem entender a base desse conteúdo.

A alfabetização é a maior dificuldade encontrada pelos alunos, pelas escolas e pelas famílias, pois temos, em nossas escolas, alunos que se encontram no final do ensino médio sem saber ler, escrever ou interpretar corretamente, ou com muitas dificuldades.

Griffo (2001) afirma a existência de teorias que tentam explicar os fracassos escolares na alfabetização, demonstrando a inter-relação existente entre elas. Além disso, expõe que, a partir das análises feitas, é possível perceber como as teorias e as práticas escolares estão conectadas e exercem um papel fundamental na consagração da ideologia dominante, demonstrando que tais teorias favorecem ao grande aumento do preconceito lingüístico com as crianças das classes desfavorecidas.

É perceptível, então, que as dificuldades enfrentadas pelos alunos se encontram no processo da alfabetização. E isso é resultado de várias ações de preconceito lingüístico.

Jefferson¹ é um aluno que apresenta difi-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

culdades no seu processo de desenvolvimento escolar, freqüenta uma escola estadual da região Nordeste de Belo Horizonte e está na sexta série do ensino fundamental. O aluno é semi-analfabeto, ingressou na atual escola no ano de 2008 e possui muita dificuldade. Não tem um comportamento “exemplar” em sala, pois incomoda os professores e os colegas em momentos inoportunos.

Começamos a observar o aluno e concluímos que ele era semi-analfabeto devido à enorme dificuldade em ler e escrever, na dificuldade de compreensão dos textos e por não realizar cópias do quadro negro. Seu caderno possuía apenas algumas poucas anotações. Encontrávamos o aluno sempre pelos corredores da escola. Quando verificávamos o porquê desse fato, concluíamos que o professor que estava na turma no momento o tinha mandado para fora de sala.

Os professores do aluno constantemente reclamavam de seu comportamento em sala. Chamamos Jefferson para conversar e para avaliar a nossa hipótese de que tinha algo atrapalhando o seu desenvolvimento.

Para resolvermos a situação, iniciamos a conversa com o aluno e percebemos que ele, às vezes, tem o interesse de buscar novos conhecimentos, mas infelizmente ele já foi marcado pelos professores e eles não permitem que ele assista aula. Com essa conversa, descobrimos que quem o ajuda com as atividades de casa é a irmã mais velha.

Conversamos com a família e descobrimos que o aluno possui toda a estrutura familiar, os pais querem o melhor para seus filhos: a irmã mais velha e o irmão mais novo de Jefferson estudam na mesma escola e possuem algumas dificuldades. Os pais são analfabetos.

Em nossa conversa com a família, soube-mos que Jefferson possui uma doença, ele

sofre constantemente com crises epiléticas que estão sendo controladas com o uso de um remédio. Mas, visualmente, o aluno não tem nenhuma seqüela.

A partir dessas informações, começamos a investigar mais profundamente o aluno. Vimos que ele tem um desenvolvimento normal e não tem motivo aparente para tais comportamentos. Assim, devíamos auxiliá-lo na construção de seu conhecimento.

Visando à melhoria e à construção do conhecimento de Jefferson, o colocamos como aluno da Escola integral. No período da manhã, ele frequenta a sala de sexta série e, no período da tarde, participa de uma sala de reforço escolar. Esse programa durará o ano inteiro.

Com todas as dificuldades por que passa a educação, ainda existem professores que não ajudam, de forma alguma, os alunos. A educação no Brasil vive um momento de transição e necessitamos nos adaptar.

Jefferson é apenas um caso, existem milhares semelhantes ou até piores. Jefferson hoje está melhorando sua leitura, possui um amor com a educação artística, gosta de ir à escola e tem procurado ficar na sala. Mas, necessitamos de auxílio do poder público para que o direito à educação seja verdadeiramente exercido.

REFERÊNCIA:

GRIFFO, Clenice et al. **Dificuldades de Aprendizagem na Alfabetização**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ARTIGO 6

AUTORAS:

Ana Júlia de Oliveira Moura Vilela

Paulinnie Jassie Vilela Machado

Graduandas em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS COM AUTISMO

Resumo

Diante de muitas questões aparentemente simples, mas cuja natureza controversa exige um pouco mais de aprofundamento e reflexão do que uma mera descrição de técnicas, o trabalho de intervenção que realizamos pretende elencar alguns pontos na melhoria do processo de ensino-aprendizagem e algumas propostas para familiares e educadores que auxiliam no desenvolvimento e na independência futura do autista.

Em meados da década de 1930, um grupo de crianças chamou a atenção pelo comportamento diferente das outras crianças da época. Não olhavam nos olhos quando alguém lhes dirigia a palavra, tinham dificuldades em se comunicar oral e gestualmente, interessavam por objetos de pouca veemência, resistiam ao contato físico, apresentavam oscilações no comportamento e agiam como se fossem surdos.

Até aquele momento, ninguém se interessara em pesquisar o porquê de tais comportamentos, até que surgiu Léo Kanner, médico austríaco residente nos EUA, pioneiro nos estudos nessa área e nomeou tal transtorno como autismo. No início da década de 1940, Kanner escreveu seu primeiro artigo, *Distúrbios Autísticos do Comportamento Afetivo*, acompanhando cerca de 11 crianças.

A partir das pesquisas de Kanner, surgiram vários estudiosos, até mesmo cientistas, que vêm comprovando com mais de seis décadas de estudo que autismo é um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, uma alteração cerebral/comportamental. Mesmo com um período extenso de pesquisas, existem muitas incógnitas relacionadas a esse transtorno, até mesmo no campo científico.

Atualmente, estudos na área do autismo ainda são incipientes, assim, a cada dia, são descobertos novos casos.

Os processos educacionais para crianças autistas em que vemos resultados satisfatórios são os de abordagens na área psicopedagógica como, por exemplo, o TEACCH (Treatment and Education for Autistic and Related Handicapped Communication Children), que permite desenvolver as potencialidades dos indivíduos autistas de maneira intensiva, visando atender suas necessidades específicas.

Acredita-se que esse método contribui para um melhor processo de ensino-aprendizagem dos alunos por ser um acompanhamento pedagógico focalizado, criando um ambiente seguro, amplo, com significado e estruturado.

Pensando dessa forma, foi iniciada uma intervenção em uma escola que atende alunos com necessidades educacionais especiais, localizada na região centro-sul de Belo Horizonte, Minas Gerais, com 45 alunos com deficiências sem restrições.

Essa escola oferece aos alunos atendimentos especializados – área pedagógica, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Educação Física, Artes e Yoga. Possui uma estrutura muito boa em relação a algumas síndromes, como Deficiência Mental, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, mas para seus alunos com TID (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento) não é bem preparada.

As pessoas com TID, especificamente com autismo, são consideradas isoladas. Esse estigma pode ser decorrente da forma de trabalho desenvolvida pelas escolas ou até da falta de cuidados e de atenção dos familiares para com a criança.

O trabalho de intervenção realizado pretendia elencar alguns pontos na melhoria do processo de ensino-aprendizagem e algumas propostas para familiares e educadores que

auxiliam no desenvolvimento e na independência futura do autista.

Nessa perspectiva, todos precisavam ser envolvidos, principalmente a família, uma vez que os autistas precisam de um ambiente sadio, calmo, com rotinas e limites para que tenham uma melhor vivência.

Devido aos padrões cognitivos e comportamentais característicos do autista, o aluno não consegue se identificar no meio em que vive. Primeiramente, ele precisa se identificar no meio onde vive, adaptando as regras, leis e padrões independentes.

Através do método, serão oferecidas ao aluno algumas formas de se desenvolverem atividades de vida diária (AVD) e atividades de vida prática (AVP), para que ele possa ser independente, autônomo, receptivo e transmissor de comunicação, e contribuir para a assimilação do conceito de causa e efeito.

Após os estudos bibliográficos para melhor entendimento do assunto, foi realizada a coleta de dados e, em seguida, aplicou-se o TEACCH, método de organização espacial do aluno.

Entende-se que esse método contribui para um melhor processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por ser um acompanhamento pedagógico focalizado. Essa abordagem, além de ser conhecida como TEACCH, pode ser vista como “Método dos Cartões” ou como “Tecnologia Basicamente Skinneriana”, por ser bastante repetitivo.

Nossa maior preocupação no momento de aplicação foi a importância da inclusão na vida de uma pessoa com TID (transtornos invasivos do desenvolvimento), especificamente do autista, inserindo-o no seio não só escolar, mas também familiar e social.

Nosso resultado foi satisfatório. Todos os alunos superaram nossas expectativas.

Esperamos que com este trabalho possamos ter contribuído para que outros profissionais percebam que o aluno com deficiência, especificamente o aluno com autismo, precisa de atenção, carinho e, acima de tudo, organização, antecipando tudo que acontecerá com ele e respeito ao seu ritmo.

REFERÊNCIAS:

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GAUDERER, Christian E. **Autismo**. 3. ed. São Paulo. 1945.

GAUDERER, Christian E. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: uma atualização para os que atuam na área - do especialista aos pais. Brasília: MAS, CORDE, 1993.

MELLO, Ana Maria S. **Autismo, um guia prático**. 2. ed. São Paulo, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação internacional de doenças**. 9. ed. São Paulo, 1984.

ROCHA, Adriana; JORGE Kristi. **Uma criança especial – O impressionante relato da história de Adriana Rocha, 13 anos, autista e sua sabedoria inovadora**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ediouro, 1998.

STAINBACK, William e Suzan. **Inclusão – um guia para educadores**, Porto Alegre: Artmed, 1999.

TUSTIN, Frances. **Autismo e psicose infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ARTIGO 7

AUTORA:

Ana Maria Arruda Silva

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A IMPORTÂNCIA DO APOIO FAMILIAR NA FORMAÇÃO ESCOLAR

Resumo

Este artigo tem como objetivo alertar os pais para a necessidade de acompanhar a trajetória escolar de seus filhos, independente se eles estão cursando a educação infantil, o ensino fundamental ou o ensino médio.

Alguns pais pensam que precisam acompanhar a trajetória escolar de seus filhos apenas durante a educação infantil ou até o 5º ano/9 (antiga 4ª série). Ao passarem para o 6º ano/9, eles imaginam que seus filhos se tornam independentes, que conseguem se organizar sozinhos.

Esses pais estão muito enganados, o apoio familiar é sempre necessário. É por pensarem assim que alguns pais perdem as melhores etapas da vida de seus filhos.

Quando chegam no 6º ano/9, as crianças levam um choque, pois a quantidade de disciplinas aumenta, os trabalhos de casa e, conseqüentemente, as datas das provas podem coincidir, pois não há mais preocupação em poupar os alunos de fazerem apenas uma avaliação por dia. Essas crianças passam a ser tratadas pelos professores e por seus pais como pessoas responsáveis.

Este artigo tem o objetivo mostrar que, algumas vezes, o baixo rendimento escolar de uma criança é resultado da falta de acompanhamento familiar. Quando nos referimos ao acompanhamento familiar, queremos chamar atenção daquelas pessoas mais próximas, pai, mãe, avós, irmãos e até mesmo tios da criança.

Nos estágios durante o curso, vivenciamos esses fatos de perto. Uma criança com baixo rendimento escolar foi convidada para uma conversa com o intuito de se verificar o porquê da falta de interesse pelos estudos.

No decorrer da conversa, ficamos sabendo que ela não era assistida por seus pais,

no que se refere respeito aos estudos. Ficamos sabendo também que sua mãe havia lhe abandonado quando ainda era bebê, deixando-a apenas na companhia do pai. A mãe só a via nos finais de semana (quando tinha tempo) ou nas férias (pois passava alguns dias com ela).

Ela também nos relatou que seu pai se casara novamente e que ela não se relacionava muito bem com sua madrasta.

Diante desse quadro, foi sugerido pela escola um acompanhamento psicológico.

Nos laudos da psicóloga, ficou bem claro que essa situação a afeta profundamente. Apenas para completar o histórico da criança, sua mãe teve recentemente um outro bebê, porém do sexo masculino.

Após todas estas investigações, ficamos nos perguntando como essa criança estava superando todas essas turbulências familiares.

Com relação às notas da criança, é um caso grave, pois ela corre o risco de ser reprovada, caso não haja uma reação imediata. Ela demonstra não gostar das aulas, dos trabalhos em grupo e sempre está isolada.

Após o início das sessões com a psicóloga, o comportamento da criança mudou, está mais centrada nas aulas e com muita esperança de ir morar com a mãe e conviver com seu novo irmãozinho.

Apesar dessas mudanças, seu pai foi chamado para uma conversa com a coordenadora para analisarem juntos os resultados positivos desse acompanhamento. Como não podia comparecer à escola por falta de tempo, ligou para saber qual a pauta da reunião. A coordenadora, para não prejudicar mais a criança, passou para ele as boas notícias. Ele se comprometeu acompanhar mais de perto sua filha, mas até o final do estágio isso não estava acontecendo.

Como podemos perceber, o acompanhamento familiar é de suma importância para o amadurecimento de uma criança e a posição do coordenador pedagógico.

Segundo Vieira (2003 p. 87),

“Além de lidar com o sentimento dos professores, dos alunos e dos gestores da escola, o coordenador pedagógico irá trabalhar também com seus próprios e com o fato de que, muitas vezes, os sentimentos demonstrados por cada um dos participantes da escola são contraditórios entre si. Portanto, torna-se importante compreender a afetividade humana e encaminhar as situações com sabedoria”.

REFERÊNCIA:

VIEIRA, Marili M. da Silva. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**, 2003.

ARTIGO 8

AUTORA:

Caroline Costa Nascimento Andrade

Endereço eletrônico: carolzinhasjdr@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DE SE TER COMPROMISSO E DEDICAÇÃO

Resumo

O presente artigo tem como base um estudo de caso que vem sendo realizado em uma escola da rede privada de ensino. Muitos são os desafios que a Educação nos traz. Devemos estar preparados para enfrentá-los, com amor e determinação, pois o que fizermos hoje pode ser determinante para o futuro de muitas crianças.

Lucas¹, hoje aos 6 anos de idade, ingressou na escola aos 3 anos, no Maternal III. Era uma criança que não conversava e não socializava; brincava sempre sozinho, conversava sozinho, não gostava de música alta, não olhava para as pessoas quando conversava com elas, apresentava dificuldade de concentração e chorava muito, gostava de realizar atividades em que poderia ficar sozinho. Sua coordenação motora ampla era muito comprometida, apresentando grandes dificuldades para correr, subir e descer obstáculos. Apresentava movimentos repetitivos.

Quando Lucas foi matriculado, veio como transferência de uma outra unidade da mesma rede, onde já havia sido feito um pedido de exame neurológico, que os pais se recusaram a fazer.

No decorrer de seu percurso no Maternal III, a escola tentava convencer os pais de que algo deveria ser feito, mas não havia aceitação por parte deles. Com insistência, Lucas foi encaminhado para uma Terapeuta Ocupacional, que acreditava que ele apresentava características autistas.

Lucas passou para o 1º período. Não aceitava nem assimilava ordens que eram dadas pela professora para toda a turma; não aceitava perder, chorava muito; apresentava dificuldade para entender comandos verbais e para passar recados.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Durante todo o ano, fez acompanhamento com a T.O., apresentando progresso: estava mais adaptado à escola, expunha suas vontades, pedia ajuda quando precisava, sua fala estava mais clara. Ainda assim, tinha preferência por ficar sozinho e brincar sozinho.

Era sempre encorajado pela professora a brincar com os amigos; às vezes tentava, mas permanecia por pouco tempo, acreditasse, devido a sua dificuldade motora, optando sempre por brincar sozinho com atividades que exigiam pouco movimento.

Hoje, Lucas encontra-se no final do 2º período. Continua com o acompanhamento com a T.O., duas vezes por semana, uma vez realizado individualmente e outra com mais uma pessoa, para trabalhar sua socialização.

No início do ano letivo, Lucas demonstrou insegurança, necessitando sempre de atenção individualizada por parte da professora e da coordenadora.

No decorrer do ano, houve um progresso muito significativo em seu desenvolvimento: adaptou-se à turma, relacionando-se de forma segura e tranqüila com a professora, expressando muitas vezes de forma clara seus desejos e frustrações. Sua fala ainda não é muito clara, apresentando troca de letras. Demonstra ainda, na maioria das vezes, gostar de brincar sozinho, mas, com incentivo da professora, já consegue aceitar o grupo, participando em alguns momentos de brincadeiras coletivas. Demonstra prazer e interesse na realização de seus trabalhos, revelando preferência por atividades de escrita, não apresentando dificuldades nessa área. Demonstra avanço na forma com que segura o lápis, sendo lembrado, sempre que necessário, a segurá-lo corretamente. Necessita da professora para realizar algumas

atividades de motricidade ampla (correr, subir e descer obstáculos), demonstrando insegurança (ainda assim, seu progresso nessa área é visível). Vem aceitando o estímulo do grupo. Durante as atividades realizadas, Lucas requer aprovação da professora, demonstrando sinais de ansiedade através de gestos repetitivos. Participa dos projetos realizados em sala, ouvindo os colegas, levantando o dedo para contar acontecimentos do dia-a-dia e colaborando com opiniões.

De acordo com a última reunião realizada entre a T.O., a coordenadora do colégio e a professora, foram traçados aspectos que precisam ser enfatizados como: amarrar sapato, melhorar a postura trabalhando o tônus (o aluno escorrega muito na cadeira, quando está sentado), trabalhar mais as letras (reconhecimento), trabalhar movimentos de pinça, trabalhar a ousadia nos movimentos amplos, encorajando-o sempre, organizar atividades em dupla para favorecer a interação entre as crianças e motivar Lucas a brincar com os colegas, procurar chegar perto de Lucas e abaixar na altura de seus olhos para dar comandos verbais. Foi sugerido pela T.O. que Lucas praticasse judô, pois o mesmo pode lhe proporcionar um bom desenvolvimento. A sugestão foi aceita pela família.

A preocupação atual dos profissionais que acompanham o caso é o desafio que está por vir ao ingressar na 1ª série/9, que é a fase de alfabetização. Será realizada uma reunião com os pais até o final do ano letivo, para que esse assunto seja abordado e analisado. Os profissionais apostam no sucesso de Lucas e estão dispostos a encarar o desafio com boas expectativas, mesmo sabendo que daqui para frente o resultado será mais concreto e visível. Acreditam ser muito válido que o aluno tenha essa oportunidade ao invés de fazer com que ele repita o 2º período.

Pode-se perceber o grande envolvimento e a interação dos profissionais que acompanham Lucas. Sua melhora é muito significativa e ele vem crescendo a cada dia. Vale ressaltar a importância de se ter por perto profissionais capacitados e preparados para lidar com esses desafios, pois eles dão suporte para um desenvolvimento real e significativo. É fundamental, também, que todo o trabalho realizado tenha o apoio e a ajuda da família, que é a base de todo o percurso. Escola e família devem ter uma ação conjun-

ta para buscar o desenvolvimento pleno do educando.

ARTIGO 9

AUTORA:

Daniella Araújo da Rocha

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DÉFICIT DE ATENÇÃO E MUDANÇAS REPENTINAS DE HUMOR PREJUDICAM A APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo relata o estudo de caso de uma criança com dificuldade de aprendizagem. Discute questões relacionadas a essa temática, assim como aponta as intervenções pedagógicas desenvolvidas com o aluno. Ele apresenta um comportamento agitado, com mudanças repentinas de humor.

Carlos¹ é aluno da 4ª série do ensino fundamental, matriculado em uma escola inclusiva da região metropolitana de Belo Horizonte, freqüente no projeto de tempo integral. Este é o primeiro ano de Carlos nesta escola.

Segundo a coordenadora, a escolha de matriculá-lo na escola se deu porque a família mora nas proximidades da escola. Ao conversar com a coordenadora, a família expôs que Carlos é um menino agressivo por causa de uma doença hereditária e que outros membros da família tiveram dos médicos o laudo de “doido”. De acordo com relatos da coordenadora, a mãe manda o filho para escola por não saber lidar com ele em casa.

Segundo Garcia (1998), é importante lembrar que as atitudes dos pais têm um impacto importante sobre a auto-estima das crianças. Infelizmente, alguns pais de crianças com dificuldades de aprendizagem promovem a importância com suas baixas expectativas.

Num primeiro momento, o que pôde ser colhido pela coordenadora é que o aluno apresenta comportamentos agressivos tanto com os colegas quanto com a professora regente da turma.

O aluno foi observado durante o recreio, podendo ser relatado que ele gosta de brincar com outros colegas, joga futebol durante as aulas de Educação Física sempre

liderando as brincadeiras, mas, quando era contrariado pelos colegas, mudava seu comportamento e ficava bastante agressivo. Apresenta energia extra de sensibilidade em relação àquilo que o cerca, mudanças extras de humor, ou insiste em fazer as coisas à sua maneira.

Na sala de aula, demonstra desinteresse e baixa concentração para desenvolver as atividades propostas pela professora. O aluno não fica assentado durante as aulas, o que prejudica não só ele, mas toda a turma.

Segundo Fonseca (1995, p. 151), a mudança de comportamento, que está na raiz da aprendizagem, será tanto mais viável e modificável quanto mais sistemática e dirigida for a intervenção pedagógica, tendo em consideração os processos de inibição e de processamento de informação específicos de cada educando.

Carlos foi encaminhado, em outubro deste ano, para tratamento com psicólogos, fonoaudiólogos e neurologistas, por demonstrar agressividade em alguns momentos e por apresentar mudanças de humor repentinas, alterando seu comportamento, quando se depara com problemas banais.

A partir daí algumas avaliações foram feitas. Ele foi acompanhado pela psicopedagoga da escola que, ao aplicar-lhe um teste, pôde observar que ele apresenta déficit cognitivo nos aspectos lógico-matemáticos, pouco domínio das unidades numéricas e dificuldade em estabelecer e identificar termo a termo e em conservar e quantificar o que se pede.

A coordenadora precisa intervir, monitorando o aluno no seu processo educacional. Foi essencial desenvolver o relacionamento cooperativo com os professores do aluno e com toda equipe escolar para que se pudessem desenvolver as estratégias para melhorar o atendimento do aluno.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Mas nem sempre um aluno passa pelo mesmo ritmo que seus companheiros. Assim como a habilidade cognitiva, verbal e motora é, geralmente, atrasada entre essas crianças, podem também ocorrer retardos no desenvolvimento emocional e nas habilidades sociais (GARCIA, 2001, p. 194).

Carlos, por exemplo, apresenta facilidades em classificar, tem noção de tamanho, consegue escrever o primeiro nome, reconhecendo as letras maiúsculas e minúsculas, mas não consegue ler o que se pede nas atividades propostas.

Nesse momento a coordenadora interveio, para que o aluno não perdesse a confiança e a auto-estima que ele ainda lhe resta, pois sabemos que a baixa auto-estima prejudica de forma significativa a motivação escolar.

Os problemas de comportamento na sala de aula ou uma mudança de humor podem ser os primeiros sinais de um problema de aprendizagem. Uma avaliação para dificuldade de aprendizagem não apenas deve comprovar que existe uma lacuna significativa entre o potencial para aprender de uma criança e seu desempenho real em uma ou mais áreas escolares fundamentais, mas também deve determinar que a criança teve a oportunidade adequada de aprendizagem e investigar e destacar uma variedade de outras possíveis causas de baixo desempenho.

REFERÊNCIAS:

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ARTIGO 10

AUTORA:

Eliane Machado de Matos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

UMA CRIANÇA COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E/OU DÉFICIT DE ATENÇÃO

Resumo

As análises deste artigo recaem sobre um estudo de caso realizado numa escola pública da rede estadual da região leste de Belo Horizonte. Essa ação se efetivou através de investigações executadas pela coordenadora pedagógica da escola em parceria com professores, outros profissionais e órgãos públicos. Enfocam-se os procedimentos e as ações utilizados pela coordenadora pedagógica, para intervir e solucionar o caso de uma aluna que apresentava dificuldades de aprendizagem.

É comum os professores perguntarem se um distúrbio de aprendizagem é uma patologia e se ele teria responsabilidade sobre o tratamento.

Como contribuir para a melhoria do desempenho escolar de uma criança como distúrbio de aprendizagem?

A dificuldade de aprendizagem afeta não apenas o comportamento da criança como também sua auto-estima e sua relação com o outro.

A escola precisa assumir o importante papel de organizar os processos de ensino, de forma a favorecer o máximo a aprendizagem do aluno. Para isso é necessário que direção, coordenação, equipe técnica e professores se unam para planejar e implementar técnicas e estratégias de ensino que melhor atendam às necessidades dos alunos que se encontram sob sua responsabilidade.

O mais importante é que o professor conheça a dificuldade apresentada pela criança e reconheça que essa criança necessita de ajuda.

O estudo de caso objeto deste artigo se iniciou no ano de 2005. Diz respeito à aluna Gabriela¹, então com doze anos, matriculada na 5ª série de uma escola pública da região

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

leste de Belo Horizonte. Segundo relatos da diretora, a criança freqüentava a escola desde a pré-escola e já nessa época observava-se que seu desempenho estava abaixo do esperado para uma criança de sua idade.

Gabriela demonstrava um comportamento apático na maioria do tempo, não se comunicava efetivamente com os colegas e professores, apenas falando o necessário. Demonstrava grande dependência para resolução de problemas simples, como onde se sentar, quando entrar na sala de aula. Sua auto-estima também parecia ser baixa, podendo ser percebida em seu olhar quase sempre dirigido para baixo sem fixar-se no comunicador.

Através de uma avaliação feita pela pedagoga da escola e por uma psicóloga, a família foi informada da dificuldade constatada durante o ano letivo. Os pais foram chamados para várias entrevistas no período e, também, no ano seguinte.

Gabriela foi encaminhada ao atendimento psicopedagógico clínico em junho de 2005, além de receber acompanhamento da psicopedagoga da escola e reforço pedagógico e de sido encaminhada à fonoaudióloga, desde fevereiro do mesmo ano.

As queixas escolares relatadas pela professora foram: grandes dificuldades no domínio da leitura e da escrita, apresentando omissões de letras ou distorções escritas freqüentemente invertidas, e lentidão para escrever, não acompanhando os conteúdos propostos. Percebia-se dificuldade em manter atenção em tarefas ou jogos, não dava atenção quando lhe dirigiam a palavra, não seguia instruções e não terminava os deveres escolares, tinha dificuldades para organizar tarefas e atividades, evitava ou relutava em envolver-se em tarefas que exigissem esforço mental constante, perdia

coisas necessárias para a execução de tarefas como, por exemplo, lápis, brinquedos e livros, distraía-se com estímulos alheios às atividades e apresentava esquecimento nas atividades diárias.

A partir daí, foram feitas algumas avaliações e acompanhamento pelas pedagogas e psicopedagogas da escola, constatando-se que, no desenvolvimento cognitivo, apresentava déficit nos aspectos lógico-matemáticos, pouco domínio das unidades numéricas e em estabelecer correspondência termo a termo, conservar e quantificar, no entanto, apresentava facilidade para estabelecer critérios para classificar e incluir classes.

Nas avaliações perceptivas, observou-se: lentidão no planejamento motor de letras e números, bem como em copiar símbolos e perceber posições opostas nos símbolos, e velocidade para escrever abaixo da média.

Nos testes específicos de linguagem, apresentou grandes dificuldades em memorização de letras e números, seqüência de palavras e rimas.

Na linguagem oral, apresentou dificuldades em emitir corretamente certos sons, trocando-se os sons de T e D, P e B.

Na anamnese, constatou-se que aprendeu a falar e a andar tardiamente, o que merece maior atenção para seu ritmo de aprendizagem e aquisição de habilidades.

A partir do diagnóstico, a abordagem com a criança esteve centrada nas habilidades perceptivas, gestão mental e abordagem metacognitiva. Durante as sessões, foram estabelecidos como objetivos o resgate da auto-estima, a conquista de vínculos com pessoas fora do contexto familiar e o vínculo afetivo com o contexto escolar, melhorando conseqüentemente a relação com a aprendizagem.

A escola utilizou de procedimentos facilitadores tais como:

- Estabelecer contato visual sempre que possível, facilitando uma maior sustentação da atenção.
- Propor uma programação diária tentando cumpri-la; se possível, além de falar colocá-las no quadro. Em caso de mudanças da rotina, comunicar previamente.
- Estimular o desenvolvimento de técnicas que auxiliem a memorização usando listas, rimas, músicas etc.
- Determinar intervalos entre as tarefas como forma de recompensa pelo esforço feito.

Essa medida aumenta o tempo de atenção concentrada e reduz a dispersão.

- Adotar sistema de pontuação, incentivos e recompensas.
- Incentivar a leitura, utilizando procedimentos alternativos como o uso do computador.
- Estimular a prática de fazer resumos em tópicos, facilitando a estruturação das idéias e a fixação dos conteúdos.
- Destacar palavras-chaves, fazendo uso de cores, sublinhados ou negritos (principalmente nas palavras em que a criança demonstra maior grau de dificuldade de fala ou escrita).
- Evitar tarefas longas, subdividindo-as em tarefas menores.
- Manter constante contato com a família, tentando utilizar informações fornecidas por ela com o objetivo de compreender melhor o aluno.
- Procurar nesses encontros enfatizar os ganhos e não apenas pontuar as dificuldades.
- Evitar chamar a família apenas quando há problemas.
- Estimular a atividade física.

Atualmente, Gabriela tem vencido o reatamento, comunicando-se melhor com seus colegas, participando e percebendo a realidade com mais entusiasmo, escrevendo e lendo com mais confiança. Continuam ocorrendo algumas inversões na escrita, mas ela consegue se corrigir, identificando a inversão, o que antes era uma tarefa quase impossível para ela.

Ensinar é uma tarefa que impõe desafios diários para o educador. Ensinar uma criança com distúrbios na aprendizagem é ainda mais desafiador. Na maioria das vezes, os educadores não sabem o que fazer, se sentem cansados, perdidos e sem apoio. Entretanto, é impossível recusar o direito dessas crianças a um ensino adequado para as suas necessidades. Para isso, as leis da inclusão estão mais abrangentes e rígidas.

É impossível ignorar a presença dessas crianças na sala de aula. O déficit de atenção não é apenas um problema comportamental da criança ou da família, crianças que apresentam grande dificuldade em cumprir tarefas que exigem habilidades para resolução de problemas e de organização apresentam, em grande número de casos, comprometimento com o aprendizado.

Além dos professores e da família, é importante que os demais profissionais da escola também participem do processo de planejamento educacional e terapêutico para uma efetiva forma de ensino adequada a essas crianças.

Além das dificuldades apresentadas pela criança neste estudo de caso, verifica-se que Gabriela apresenta também características positivas, tais como: criatividade, grande sensibilidade, forte senso de intuição. Verifica-se, ainda, que a desatenção pode melhorar quando as atividades que estão sendo realizadas são significativas e interessantes.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. Disponível em: <<http://www.tdah.org.br>>.

SANTOS, Marta Carolina dos. **Estudo de Caso a partir da Epistemologia Convergente**. Itajaí (SC): monografia, 1999.

ARTIGO II

AUTORA:

Erlaine Soares Mota

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A PARCERIA ESCOLAR PARA FORTALECER O TRABALHO PEDAGÓGICO

Resumo

Este artigo discute a necessidade de consolidar parcerias indispensáveis no cotidiano escolar de uma coordenadora pedagógica no desempenho de suas funções, a fim de exercer uma prática centrada no desenvolvimento integral do aluno.

A escola abre espaços para a entrada e a participação da família de forma a fortalecer os objetivos e propósitos pedagógicos, estabelecendo-se, assim, a parceria entre família e escola que constitui o encontro de diferentes pessoas para realizar um objetivo comum. A parceria em questão é a educação do aluno, o que significa assumir juntos essa educação. Essa relação supõe confiança mútua e cumplicidade, conversas, trocas, discussões dos problemas e assunção conjunta das decisões tomadas. (ORSOLON, 2006, p. 179).

Essa parceria é muito importante para dar continuidade ao trabalho pedagógico da escola, principalmente em se tratando de alunos com necessidades educacionais especiais, porém, por determinados motivos e contextos, ela é muito difícil de acontecer, mas não significa que seja impossível.

Luiz¹, atualmente com 16 anos, tem o diagnóstico de deficiência visual, estuda em uma escola da rede pública na periferia da região metropolitana de Belo Horizonte e cursa o 9º ano do ensino fundamental. Desde 2007, não é freqüente às aulas, não se dedica aos estudos, apresenta dificuldade de estabelecer relações interpessoais, não utiliza os recursos oftalmológicos prescritos, tais como lupa, caderno com pauta reforçada, lápis 4B e encontra-se, portanto, atrasado pedagogicamente em relação aos colegas.

Devido à falta de interesse e ao seu auto-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

conceito, o aluno não desenvolve as atividades que tem condições de desenvolver. Desde a sua entrada nessa escola, além de conversas individuais e orientações ao próprio aluno, os profissionais buscam parcerias com a família para o aumento da autoconfiança no sentido de levá-lo a se interessar pelas atividades escolares, não somente pelo ambiente escolar. Porém, por força de baixa auto-estima da própria família em relação às suas potencialidades, capacidades e habilidades, a parceria sempre foi negada.

Os pais de Luiz não participam das reuniões semestrais, para as quais todos os pais são convocados, e raramente comparecem às convocações individuais. Em uma das reuniões individuais a que os pais compareceram, foram abordados assuntos como necessidade de acompanhamento escolar familiar e acompanhamento especializado.

Segundo os pais, não têm tempo nem disponibilidade para se envolverem nessa questão escolar, pois trabalham em tempo integral. Eles também disseram que a última consulta oftalmológica foi em 2004, quando perderam toda a esperança de melhora no desenvolvimento do filho. Os pais foram orientados sobre as diversas formas de acompanhamento escolar. Quanto ao desenvolvimento do filho, a escola é uma ponte e um suporte para o seu sucesso, se realizada uma parceria. Também lhes foi entregue um encaminhamento ao médico oftalmologista e clínico. Pensou-se na possibilidade de encaminhamento psicológico, porém, naquela circunstância, dada a passividade e baixa auto-estima, deixou-se a cargo do médico o encaminhamento. Aos pais foi aconselhado que deveriam procurar um acompanhamento psicológico para conversarem a respeito de suas angústias, desejos e anseios, pois o atendimento de um psicólogo é uma conver-

sa sadia e prazerosa que todos deveriam ter. Foi agendada uma nova reunião no prazo de 2 semanas, para que tivessem tempo de realizar as orientações sugeridas. Essa reunião foi remarçada 6 vezes, pois nunca foi possível os pais comparecerem nem mesmo a filha.

Estudos mostram que adolescentes com dificuldade de aprendizagem estão mais propensos a abandonar os estudos. (STRICK e SMITH, 2001, p. 86). Em conversas individuais com o aluno, ficou explícito que sua família não procurou nenhum atendimento às orientações e encaminhamentos. Para ele não há nenhuma expectativa de vida adulta através da sua formação escolar, não tem interesse em dar continuidade aos estudos visando formação do ensino médio ou outros subseqüentes.

Muitas vezes, o coordenador, dependendo da necessidade e não havendo parcerias, precisa, além de tomar iniciativas para a solução dos problemas, tentar parcerias de acordo com o seu poder de influência no ambiente escolar. O exercício do poder que aqui se entende é aquele que atua ao produzir e mobilizar ações consentidas pelos indivíduos ao fazê-los produtivos, neutralizando-os em sua capacidade de resistir (MATE, 2006, p. 146). Ciente da gravidade do problema, a coordenadora ficou à espera de alguma oportunidade para conversar com os pais ou um deles.

Em uma primeira oportunidade de encontro com a mãe, ao findar do horário escolar, a coordenadora a convidou, com insistência e firmemente, de forma a repreendê-la e a não poder negar o pedido. Novamente, foi passada à mãe a necessidade de acompanhar o desenvolvimento escolar do seu filho, bem como de levá-lo às consultas encaminhadas. Pelo fato de Luiz ser um aluno de 16 anos, pronto para assumir determinadas responsabilidades, ele foi convidado a participar da reunião para reforçar a necessidade de se cuidar de sua realidade escolar e sentimental. Diante dessa situação, a mãe disse se comprometer mais com o acompanhamento escolar do filho, em acordo com Luiz, que também garantiu ter esse compromisso. Ao final da conversa, Luiz recebeu um encaminhamento para o psicólogo. Somente após um ano de insistência, Luiz iniciou o acompanhamento psicológico semanalmente.

Por desinteresse, o aluno continua a não usar nem mesmo levar para a escola os re-

ursos oftalmológicos indicados. O seu comportamento e sua relação interpessoal estão melhorando gradativa e lentamente. Embora a família tenha se comprometido firmemente, ainda permanece comparecendo raramente às reuniões e convocações. Sobre parceria realizada com o psicólogo, já se fala em início de acompanhamento dos seus pais.

Brandão (1989) conceitualiza a educação como uma fração de experiência endocultural, que se reflete no meio escolar. Nessa perspectiva, infere-se que essa educação deve ser voltada para o desenvolvimento pessoal, social e profissional, ou seja, a integração no meio da sociedade, fazendo valer os direitos e deveres de todo o cidadão. Nessa perspectiva, a coordenadora, em conversas individuais com Luiz, o questionou sobre certos assuntos de seu interesse com o objetivo de (re) organizar ou (re) planejar a implementação do Projeto Viver, fruto da parceria entre professores, funcionários e comunidade. Assim, Luiz passou a participar do Projeto Viver que realiza, diariamente, atividades de oficinas profissionalizantes, de reciclagem, desportivas, orientações pedagógicas e sexuais, em horário oposto ao de aula.

Contudo, infere-se que a parceria entre família e escola é fator determinante para o sucesso do aluno. Porém, se muitas vezes ela é realizada parcialmente, não cabe à coordenação trabalhar parcialmente, mas sim reconhecer que suas concepções, atitudes, iniciativas, decisões e intervenções são fatores que determinam o fracasso ou o sucesso do aluno. A esse coordenador compete formalizar outras parcerias, investir em conhecimentos e saberes pedagógicos, além de conhecer de desenvolvimento humano, a fim de propor uma educação de qualidade e integral para os seus educandos.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MATE, Cecília Hanna. O coordenador pedagógico e as relações de poder na escola. In: PLACO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ORSOLON, Luzia Angelina Marino. Trabalhar com as famílias: umas tarefas da coordena-

ção. In: PLACO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

STRICK, Lisa; SMITH, Corine. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ARTIGO 12

AUTORA:

Fabiana dos Santos Ferreira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

OS BENEFÍCIOS DA ESTIMULAÇÃO PARA O APRENDIZADO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Resumo

Este artigo trata das dificuldades de aprendizagem de uma aluna com Síndrome de Down e dos resultados com uma intervenção pedagógica.

O presente artigo teve origem no Trabalho de Conclusão de Curso. Com base em investigações sobre o tema, aborda dificuldades de aprendizagem na Síndrome de Down e as intervenções pedagógicas para a melhora da aprendizagem do aluno.

Inclusão está sendo muito discutida, porém poucos se preocupam com os processos e as modificações que devem ocorrer para que ela aconteça. Essas modificações englobam a escola, a comunidade e a família.

A escola é o primeiro espaço social ao qual a criança tem acesso, sendo um direito assegurado por Leis, entre elas a Constituição Federal. No caso da criança com deficiência ou necessidades educacionais especiais, a escola é um passo importante para que, futuramente, ela se torne pessoa autônoma e ativa na sociedade.

Nesta linha, Vygotsky define o papel da escola como o local que impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas.

Portanto, para que isso aconteça, é necessário que seus direitos e singularidades sejam respeitados. E quanto a este aspecto, sabe-se que a maioria das escolas não conta com estrutura física, materiais pedagógicos adaptados nem professores qualificados.

No entanto, a escola campo de estágio permitiu e acreditou num projeto de intervenção que tinha como objetivo geral, através de atividades lúdicas, obter um melhor

desenvolvimento cognitivo, motor, do raciocínio lógico, do esquema corporal e, consequentemente, do processo de aprendizagem da aluna. Inicialmente, acreditava-se que aluna estaria com um desenvolvimento melhor se estivesse recebendo a estimulação necessária.

Segundo Oliveira (1997, cap. 4), Vygotsky define aprendizagem como *“o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc., a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas.”*

O Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem (National Joint Committee on Learning Disabilities) define a dificuldade de aprendizagem como

[...] um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, raciocínio ou habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital [...] (NJCLD, 1997).

Podemos então listar alguns dos fatores que desencadeiam essas dificuldades:

Orgânicos: pré, peri ou pós-natais, responsáveis por distúrbios no sistema nervoso central;

Psicológicos: ansiedade, inibição, angústia, sentimento de rejeição;

Ambientais: a dinâmica familiar, a estimulação que a criança recebe desde os primeiros dias de vida e a escola.

A Síndrome de Down está associada a algumas dificuldades de habilidades cognitivas e físicas, variando de retardo mental,

apresentando poucos casos de retardo mental profundo.

A aluna observada apresentava dificuldade de concentração e de permanecer sentada, “escrevia” em tudo que estava ao seu alcance. Encontrava-se na fase de garatuja. As atividades propostas foram baseadas na psicomotricidade e duravam em torno de 30 a 45 minutos.

As primeiras intervenções basearam-se em desenhos da aluna sobre ela, sua família, sua escola, sua professora, seus colegas de classe e a escrita espontânea do nome. Percebeu-se que a aluna não faz distinção entre pai e mãe, todos para ela são mãe, a escrita do nome era ilegível, não lembrando em nada o seu nome. No desenho dos colegas de classe e da professora, ela conseguiu desenhar a letra inicial.

Para o raciocínio lógico e memória foi utilizado quebra-cabeça e dominó de figuras, que possuíam as mesmas formas, porém tamanhos diferenciados. A aluna demonstrou dificuldade apenas quando foi trabalhado o jogo da memória.

Para a coordenação motora fina e a percepção corporal, utilizou-se massa de modelar caseira e a aluna tinha que desenhar o corpo. Percebeu-se que o esquema corporal não está introjetado, apenas a cabeça, o tronco e um braço ficaram no local certo.

Passar por entre obstáculos como debaixo da mesa e por entre cadeiras foi utilizado para trabalhar a lateralidade.

Sabe-se que o processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down é gradativo e lento. Segundo Moeller (2006, p. 29), “*quase todas as reações demoram mais que o normal, o que deve ser levado em conta quando trabalhamos ou vivemos com elas*”, por isso as atividades eram curtas e significativas.

Durante a realização de algumas atividades, a aluna mostrava-se resistente, algumas vezes por se sentir cansada ou por perceber que a maioria das pessoas a sua volta cede às suas vontades. Nesse momento, era necessário sensibilidade para tentar contornar a situação.

A professora mostrou-se presente e entusiasmada com os resultados obtidos, como a escrita do nome, já sendo possível perceber algumas letras e também pelo fato de ela apontar e oralizar quais eram essas letras. Resultado de um trabalho específico realizado com o nome, no qual eram trabalhados as vogais e o alfabeto.

Com base nas atividades desenvolvidas, percebeu-se gradativamente o desenvolvimento da aluna nos aspectos trabalhados, porém notou-se que o tempo deveria ser maior.

Esses trabalhos não finalizaram, apenas abrem novas possibilidades de estudos sobre a Síndrome de Down, as capacidades cognitivas das pessoas que possuem deficiência e o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

NACK, Beathe Soraya; FISCHER, Julianne. Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica. **Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICGPG**, out./dez./2004, vol. 2, n. 7.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e Desenvolvimento**: Um processo Sócio-Histórico. São Paulo. Scipione, 1997.

ARTIGO 13

AUTORA:

Fernanda de Sousa Rodrigues

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas.

INDISCIPLINA E AGRESSIVIDADE

Resumo

Este artigo refere-se a uma criança indisciplinada e agressiva que, além das dificuldades de aprendizagem, prejudica toda a sala em decorrência de suas atitudes.

Atualmente, estamos enfrentando um momento crítico na educação, alunos agressivos, indisciplinados e, conseqüentemente, com grandes dificuldades de aprendizagem. Diante desse desafio enfrentado na realidade educacional, buscaram-se formas de intervenção com o objetivo de tornar esse aluno interessado sanando, assim, suas dificuldades.

A partir das observações feitas com Cristiano¹, aluno repetente do 2º ano do 1º ciclo em uma escola estadual na periferia de Belo Horizonte, constatou-se que ele é indisciplinado, agressivo, disperso, apresenta dificuldades de leitura, escrita e não socializa com os outros colegas de sala. Suas atitudes impedem o desenvolvimento de toda a turma e o dele próprio.

Como Cristiano demonstra desinteresse pelas atividades abordadas em sala, a coordenação e os professores modificaram algumas metodologias para despertar nesse aluno o interesse pelas atividades e uma melhor socialização com os colegas. Infelizmente, são raros os momentos que o aluno se permite realizar com interesse alguma atividade. Diante das dificuldades com o aluno, a coordenação solicitou à mãe que comparecesse à escola para expor a situação que a criança apresenta.

A partir da conversa com a mãe, constatou-se que Cristiano não recebe assistência familiar, a mãe demonstrou estar alheia aos problemas apresentados pelo filho, também não atendeu à orientação para encaminhá-lo

para acompanhamento médico e psicológico, uma vez que o seu comportamento destoa dos demais colegas e de crianças na mesma faixa etária.

No decorrer do ano de 2007, o aluno apresentou poucos avanços em relação à leitura e à escrita, continuava agressivo, inquieto, não socializava com os colegas, desrespeitava as regras e os combinados estabelecidos pelo grupo e uma característica que assustava os professores: não assumia a responsabilidade sobre os atos cometidos, insistia em negar quando não culpava um colega.

No retorno das férias, Cristiano faltou todo o mês de agosto. A escola entrou em contato com a família para obter informações, justificaram que ele estava realizando exames e tratamentos. Não houve comprovação dos procedimentos. Por isso o caso foi encaminhado para o conselho tutelar dado o excessivo número de faltas e o mau comportamento apresentado a escola. Após o comparecimento ao conselho tutelar, o aluno retornou à escola, sendo acompanhado pela mãe, sempre que possível no período do intervalo, com o objetivo de ajudar a “tomar conta” dele, mesmo assim seu comportamento em sala não teve alterações.

No final do ano de 2007, o aluno apresentava 64 faltas e, de acordo com o parágrafo único do artigo 81 do regimento escolar e a lei municipal 3.583, de 10/09/2002, o aluno permanecerá no 2º ano do 1º ciclo.

No decorrer deste ano, o aluno apresenta poucas melhoras, mantendo o mesmo comportamento. Em raros momentos aceita o contato com os colegas, precisa da intervenção constante da professora para a realização das atividades.

De acordo com Mielnik (1982, p. 60),

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Crianças excessivamente inquietas, agitadas, com tendências à agressividade, se destacam no grupo pela dificuldade de aceitar e cumprir as normas, às vezes, não conseguindo produzir o esperado para sua idade. Estas crianças representam um desafio para suas famílias e escola, cabendo a estes estabelecer os métodos de orientação mais condizentes a cada situação e estabelecer os níveis de regimes necessários para obtenção da disciplina.

De acordo com o autor, cabe realmente à escola e à família. Neste caso, a escola tem tentado todas as metodologias para ajudar o aluno e, diante da recusa da família em apoiá-lo, sente-se impossibilitada diante das tentativas fracassadas. A coordenação continua tentando fazer com que o aluno se interesse e minimize suas dificuldades, mas ainda assim existe a falta de apoio que é de extrema importância tanto para a escola como para o aluno.

Ao final deste ano, a escola convocará a família mais uma vez, para que juntos possam tomar providências quanto aos problemas apresentados por Cristiano, com o objetivo de promover o seu interesse pela escola.

REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE. Lei Municipal n. 3.583, de 10/09/2002.

MIELNIK, Isaac. **O Comportamento Infantil:** Técnicas e Métodos para entender Crianças. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1982.

ARTIGO 14

AUTORA:

Flávia Barros Sá Santos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

HISTERIA

Resumo

O artigo relata a importância da ação pedagógica no cotidiano escolar de uma aluna com histeria, cujo diagnóstico inicial era depressão. No decorrer das intervenções pedagógicas e em contato com os profissionais da saúde que acompanham a aluna, afirma-se que o diagnóstico atual é mesmo de uma psicose denominada histeria com transtorno bipolar.

O presente artigo relata um estudo de caso feito no Colégio Redentor¹ e mostra a postura, os procedimentos e as atitudes da coordenadora pedagógica que assiste a aluna Hellen² que, inicialmente, apresentava um quadro de depressão, mas que, posteriormente, passou a ser de histeria com transtorno bipolar, laudo firmado pela psiquiatra que acompanha a aluna.

Hellen foi matriculada no Colégio em 2006, com 15 anos de idade, na 1ª série do ensino médio. Nessa ocasião, a escola ainda não havia percebido nada de “anormal” em seu comportamento, ou seja, seus comportamentos eram vistos como característicos de uma adolescente, no entanto, em 2007, quando a aluna foi para o 2º ano, a situação começou a se agravar, pois a aluna passou a ter desmaios e crises de choro incontroláveis.

Quando Hellen tinha apenas seis anos de idade, perdeu seu único irmão que, na época, estava com cinco anos.

Segundo familiares e vizinhos, o acontecimento se deu por negligência da mãe, pois as crianças eram espancadas e trancadas dentro de casa. Devido aos espancamentos, o menino teve uma infecção no ouvido, a mãe tentava contornar a situação em casa, sem levar a criança ao médico, até que ele apre-

sentou febre muito alta, não tendo a mãe alternativa a não ser levá-lo a um hospital. Os médicos não puderam fazer mais nada pelo menino, pois a situação da criança já estava muito grave, o menino estava com uma infecção generalizada, o que o levou a óbito.

Hellen continuou morando com sua mãe, mas, pelo que se observa, a convivência é muito difícil, sua mãe relata que a filha não a deixa dormir, troca a noite pelo dia, grita com ela e é extremamente autoritária. Até que ponto pode-se acreditar numa mãe que foi capaz de cometer um erro tão grave com seus filhos? A aluna, porém, diz que sua mãe não gosta dela e implica com tudo o que ela faz, mas não reclama de agressão.

Segundo Flores et al. “*histeria é uma psicose cujos conflitos emocionais inconscientes surgem na forma de uma severa dissociação mental, ou como sintomas físicos, tais como: dormência/paralisia de um membro, perda da voz ou cegueira. Hoje já se sabe que histeria pode se manifestar tanto em homens quanto em mulheres, sendo mais comum na adolescência.*”

Estudos sobre histeria demonstram que ela vem sendo pesquisada desde a Antiguidade grega e também foi a principal doença investigada por Freud, dando origem à psicanálise.

Freud acreditava que os pensamentos perturbadores e conflituosos mantidos no inconsciente, apesar de reprimidos, levam a um grande sentimento de culpa e ansiedade que acaba interferindo na atividade mental consciente, consumindo energia psíquica vital, que estava em busca de uma liberação. Impossibilitadas de manifestar todos esses sentimentos angustiantes, as pessoas apresentam os sintomas somáticos, como: paralisia total, tremores, tiques, contrações ou

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

convulsões, afonia, tosse, vômito, náusea e soluços.

A teoria de Freud sobre histeria, que contou com a colaboração de Breuer, considera que essa neurose era causada por lembranças reprimidas de grande intensidade emocional (2006). No caso de Hellen, em momentos de “ataques histéricos”, houve situações em que se pôde perceber que ela estava tendo algum tipo de lembrança, pois falava do irmão como se ele ainda estivesse vivo. Uma de suas falas era “Ela quer matar meu irmão”. Nesses momentos a coordenadora intervinha tentando acalmá-la e trazê-la de volta a si.

Afirma-se, atualmente, que os sintomas histéricos estão mesclados com outros tipos de distúrbios e transtornos neurológicos, o que vem evidenciar o laudo dado pela psiquiatra de Hellen ao constatar que ela tem histeria com transtorno bipolar.

Com relação ao transtorno bipolar, trata-se de um conjunto de sinais ou sintomas que pode durar semanas ou meses e que causa um estado de humor instável, ou seja, a pessoa pode estar bem em determinado momento e, de repente, ter uma reação explosiva. Geralmente, os sintomas de uma pessoa com transtorno bipolar são de uma mistura de sentimentos como medo e tristeza repentina. É importante saber que, para atenuar os prejuízos do momento, é necessário apoio, compreensão e disponibilidade de familiares e amigos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a coordenadora, os professores e seus colegas, além de apoiarem e compreenderem, ainda procuram agir de forma a reduzir os fatores que desestabilizem o seu humor. Embora não tenha cura para esse transtorno, existe tratamento, por isso o acompanhamento farmacológico deve ser feito por toda a vida.

Constatou-se através das conversas com psicólogos e outros profissionais da Clínica de Acompanhamento Psico-Sócio-Educacional (CAPSE) que, devido a problemas familiares enfrentados pela aluna desde a infância, é que ela estaria manifestando tais comportamentos.

No início do primeiro semestre deste ano, a aluna causou muitos problemas no ambiente escolar, interferindo no andamento das aulas por causa de seu comportamento (muitas perguntas e comentários, desmaios repentinos, ataque de choro e outros, durante as aulas), o que gerou constrangimento

tanto entre a aluna e os professores, quanto entre a aluna e os colegas. Nos momentos em que a aluna se mostra com esses comportamentos, a coordenadora intervém de forma firme, porém com paciência, mostrando-lhe alternativas de como poderia agir diante de determinada situação tentando acalmá-la.

Os colegas já ficavam esperando qual o próximo acontecimento com Hellen, pois já estavam acostumados a ter que levar literalmente a colega nos braços até a coordenação.

Diante da situação atual, a escola conta com o apoio do CAPSE, que objetiva atendimentos terapêuticos nas áreas da psicologia, psicanálise, psicopedagogia e outros.

Sempre que a aluna apresenta alguma crise que a escola não tem condições de ajudá-la ou quando os desmaios são muito frequentes, o colégio solicita a ajuda do CAPSE, que envia uma Kombi para buscar a aluna no colégio. Depois que esta é atendida, os profissionais mantêm contato tanto com a família quanto com a escola.

A partir do segundo semestre deste ano, a aluna passou a ter crises de desmaios frequentes no colégio, na rua e em casa. Como sua mãe não demonstrava estar tomando as providências necessárias, a coordenadora sentiu-se no dever de tomar uma posição mais enérgica perante a situação, entrando em contato com o pai, que reside em São Paulo. O pai imediatamente providenciou a viagem de Hellen para São Paulo, para que assim, pudesse acompanhar mais de perto a situação da filha e tomar as providências necessárias.

É importante ressaltar que a escola tinha uma visão errônea a respeito do pai, pois até o momento, nunca havia entrado em contato com a escola. No entanto, a partir deste momento, o pai se colocou à disposição da escola para ajudar no que fosse possível, mas, devido aos estudos de Hellen e por ele ter constituído um novo lar, ficaria impossibilitado de trazer Hellen para sua companhia definitivamente.

Em São Paulo, Ellen passou por consultas com outros psicólogos e psiquiatras, que confirmaram o diagnóstico feito pelos médicos que acompanham a aluna em relação à histeria e ao transtorno bipolar.

Ao retornar de São Paulo Hellen retomou seus estudos e passou a demonstrar uma significativa melhora.

Hellen é muito inteligente e dedicada aos

estudos, por esse motivo não quis ficar um período maior com o pai, afinal queria retomar os estudos.

Atualmente, Hellen não tem apresentado crises, tem se dedicado bastante aos estudos e, segundo a coordenadora, alcançará os resultados necessários para ser aprovada em todas as disciplinas.

De modo geral, pode-se afirmar que, para conviver com pessoas com problemas, é necessário ter muita paciência e compreensão, além de uma total disponibilidade.

REFERÊNCIA:

FLORES, Sonia et al. **Histeria**. Disponível em: <<http://www.com/pt/freud.html>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

ARTIGO 15

AUTORA:

Flávia de Oliveira Dias Amaral

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

TDAH, DDA OU FALTA DE LIMITES?

Resumo

Este artigo tem como objetivo conceituar os diferentes tipos de patologias relacionadas à Hiperatividade, como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) e DDA (Desordem de Déficit de Atenção), compreendendo suas diferenças e como cada um pode afetar a vida das crianças no ambiente escolar e familiar. Enfatiza a importância de um tratamento conjunto, família, escola e profissionais especializados, para melhor desenvolvimento do aluno e destaca, ainda, o cuidado de não se rotular o aluno antes de um diagnóstico clínico.

Inúmeros são os problemas que podem influenciar a aprendizagem e os comportamentos dos alunos nos dias atuais. Dentre eles destaca-se o TDAH que, muitas vezes, é confundido com outro problema relacionado à dificuldade de atenção, o DDA. Esses problemas merecem atenção especial, pois muitas crianças são tidas por pais e educadores como crianças que possuem TDAH só porque apresentam algumas características relacionadas ao transtorno. É preciso tomar cuidado para não rotularmos essas crianças sem que alguns cuidados sejam tomados inicialmente.

A escola Aprendendo Brincando¹, da rede privada de ensino, localizada em Contagem, é uma instituição aberta para receber alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, vem demonstrando lentidão nos processos do estudo de caso do aluno Pedro², que já apresenta problemas de comportamento desde a chegada à escola. Foi pedido aos pais o encaminhamento a um neuropediatra, mas ainda não houve o retorno dessa avaliação.

Faz-se, portanto, necessário realizar o diagnóstico o mais cedo possível para evitar

sofrimentos desnecessários ao aluno. É necessário poder diferenciar se um aluno está com problemas de comportamento por não conseguir prestar atenção devido à sua deficiência, ou se está apenas brincando com o problema e causando indisciplina.

Nós, profissionais da educação, não temos capacidade de diagnosticar nenhuma patologia, tendo assim que tomar cuidados para não rotularmos a criança dizendo que ela “possui” algo. Ao percebermos algum comportamento fora do normal, é necessário pedir aos pais esse encaminhamento ao profissional específico para poderem avaliar e diagnosticar.

É preciso tomar cuidado para não confundirmos TDAH com DDA, que não tem a ver com distúrbio/disfunção neurológica. O indivíduo com DDA pode apresentar desenvolvimento normal e QI de médio a superior. Pode ter aprendizado satisfatório, mas ser disperso ou desatento, hiperativo ou extremamente tímido, ou então alternando hiperatividade e retração. Pedro apresenta sintomas relacionados a essas patologias, mas precisamos que seja avaliado por profissionais qualificados. Diagnosticado pelo neurologista, além de providenciar um acompanhamento psicopedagógico e outros tratamentos necessários, os pais e os professores podem e devem ajudar tomando alguns cuidados.

Em primeiro lugar, a escola e os pais devem trabalhar em conjunto para orientar o aluno. Em hipótese alguma, deve haver contradições entre escola e pais. Deve haver, em casos mais severos, além do tratamento multidisciplinar, o medicamentoso. Quanto aos professores e aos pais, é preciso treinar o aluno para dedicar-se a atividades cada vez mais longas (jogos de memória, xadrez, ditados etc.). Essas atividades deverão co-

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

meçar com curtos períodos e se estendendo aos poucos. Outro aspecto importante é estabelecer horários claros para o aluno dormir, comer, estudar, brincar, etc., estimular o aluno a participar de esportes e de artes de acordo com suas aptidões, além de incentivar sua auto-estima, elogiá-lo quando houver progresso, por mínimo que seja. É necessário um trabalho conjunto de profissionais especializados com a escola, com o intuito de atender suas demandas.

REFERÊNCIA:

OLIVIER, Lou. **Distúrbio de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

ARTIGO 16

AUTORA:

Gislaine Linhares Sabino Batista dos Santos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

O VALOR DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Resumo

No âmbito escolar, temos presenciado o alto índice de alunos com dificuldades de aprendizagem. Muitos profissionais da educação justificam essa ocorrência com falta de interesse dos educandos, problemas familiares e sociais, além de várias deficiências ou condutas típicas. No entanto, raramente ou quase nunca, encontramos que a dificuldade do aluno está relacionada com falta de afetividade dos educadores para com seus educandos.

Afetividade é um tema não muito discutido no interior dos ambientes escolares, mas um fator muito relevante no processo ensino-aprendizagem. É um tema dos mais polêmicos a ser tratado no âmbito educacional, isto devido à resistência e à má informação de diversos profissionais da educação em relação à afetividade. Eles acreditam que esse sentimento está diretamente relacionado à ação de amar, e defendem que a escola não é um local para essa relação afetiva, e sim um ambiente de estudos e aprendizagem.

Segundo Soares Amora (2000), a afetividade está relacionada ao sentimento de amizade, dedicação, cooperação e comprometimento. Nesse sentido, percebe-se que há um equívoco em relação ao assunto, acarretando resistência dos professores e dificuldades de aprendizagem para determinados alunos.

Nos dias atuais, o que mais temos presenciado nas instituições escolares são alunos com dificuldades na aprendizagem. Em seus relatórios individuais de desenvolvimento escolar, percebe-se que as justificativas para tais ocorrências são as mais diversas, desde problemas sociais até distúrbios de aprendizagem. No entanto, raramente ou quase nunca, encontramos que as dificuldades dos alunos estão diretamente relacionadas com

causas traumáticas sofridas no decorrer do ano com determinados professores.

Diante dessa colocação, apresentamos a seguir o relato de um estudo de caso realizado em uma escola estadual no município de Contagem, que possui parceria com uma instituição filantrópica. Nessa instituição, os alunos freqüentam horários contra turnos das aulas convencionais, podendo, assim, realizar atividades escolares e aulas de reforço, participar de jogos e brincadeiras, desenvolver habilidades artísticas e realizar suas refeições diárias.

No início do primeiro trimestre do ano de 2008, na instituição filantrópica Menino Jesus¹ foi percebido pela professora Ana Rita² que seu aluno com 7 anos de idade estava com resistência para atividades relacionadas com a leitura e a escrita. Esse fato estava incomodando-a já há algum tempo. Então, ela resolveu investigar os motivos desse desinteresse, já que, no ano anterior, o aluno estava se desenvolvendo bem no processo de alfabetização, realizando pequenas leituras e arriscando algumas escritas.

Segundo Emília Ferreiro *apud* Silva (1999), esse momento corresponde à fase alfabética, pois a criança já consegue estabelecer correspondência entre fonema e grafema³. Ela compreende que uma emissão oral (sílabas) pode ser formada por uma, duas ou três letras.

Nesse sentido, pode-se perceber que o aluno já havia atingido a compreensão do sistema da representação da linguagem escrita, além das leituras realizadas.

1. Nome fictício para identificar e classificar a instituição filantrópica

2. Nome fictício da professora da instituição filantrópica

3. Dar forma escrita a uma palavra

Em virtude de tanto desinteresse, Ana Rita procurou sua coordenação, sugerindo expor o problema para a Escola Estadual Antônio Mourão⁴, instituição regular frequentada pelo aluno.

Os dias foram passando, até que, em um determinado momento, encontravam-se Ana Rita e o aluno a sós, e ele lhe revelou que não gostava mais de ler, pois ele era burro e jamais conseguiria ser como seus colegas. Essa fala preocupou muito a professora. Em conversa com outros alunos da turma, foi-lhe relatado que, em um determinado dia, a professora realizava atividades de leitura e pediu a ele que lesse. O aluno não conseguiu desenvolver bem a leitura, então, em meio a todos os colegas, ela disse: “Você não sabe ler, não consegue fazer nada, é um burro”. Desde então o aluno não quis mais saber de livros, leituras.

Corrigir uma pessoa publicamente ou criar codinomes pejorativos aos alunos pode ser uma atitude impensada que, ao longo da vida desse ser, significará uma barreira de impossibilidades.

Diante desse episódio, Cury (2003, p. 85) faz um alerta aos professores dizendo:

Um educador jamais deveria expor o defeito de uma pessoa, por pior que ela seja, diante dos outros. A exposição pública produz humilhação e traumas complexos difíceis de serem superados. Um educador deve valorizar mais a pessoa que erra do que o erro da pessoa.

Com tais atitudes, muitos professores criam traumas, feridas que são profundas e poderão acompanhar os educandos por toda a vida. Bons professores respeitam os pensamentos e os momentos dos seus alunos. Isso não quer dizer que se irá permitir que eles façam o que quiserem, mas proporcionará a aprendizagem em um ambiente agradável, no qual o professor não é simplesmente aquele que transmite os conteúdos, mas acompanha o aluno nas dificuldades que surgem ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

E é diante das vivências no âmbito educacional que podemos perceber a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Não significa que temos que amar nossos alunos, mas nos preocupar, nos importar com as dificuldades e fazer algo para que eles possam vencer os entraves que sur-

4. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

gem ao longo de suas vidas, principalmente se estes forem os obstáculos educacionais.

Os alunos devem ser estimulados a superar e a enfrentar suas dificuldades. Esse pode ser um momento em que os professores irão marcar os alunos. Mas é preciso que os profissionais da educação estejam atentos a tais marcas que poderão ser constituídas de forma positiva ou negativa.

No relato anterior, temos a presença desses dois profissionais, aquele que se preocupou com as condições em que seu aluno se encontrava, e aquele que criou marcas profundas em seu educando. Em relação às marcas que podem ser inseridas nos alunos, temos a seguinte afirmação de Cury (2003, p. 72):

Ser um mestre inesquecível é formar seres humanos que farão a diferença no mundo. Suas lições de vida marcam para sempre os solos conscientes e inconscientes dos seus alunos.

Os professores são o espelho dos alunos e, a todo momento, estão sendo observados. Por isso, é importante a percepção de cada atitude em sala de aula, pois uma vez implantado o trauma o retorno desse sentimento é um pouco conturbado.

Em relação a esse retorno, o aluno com dificuldades para leitura foi encaminhado para tratamento psicológico, além de ter sido transferido de turma e turno por sugestão da coordenadora. Segundo Ana Rita, ainda não se pode perceber evolução acerca das dificuldades do aluno, sabe-se que a trajetória será longa e agora, mais que nunca, os estímulos deverão ser frequentes de modo que o objetivo seja alcançado, o gosto pela leitura. Ele continua frequentando a instituição filantrópica além de ser acompanhado pelas professoras e coordenadoras das respectivas instituições.

Com base neste registro, é possível perceber como determinadas expressões podem bloquear a vida de algumas pessoas. É importante que os professores saibam lidar com suas emoções, além de atentarem para os seres que estão a sua frente.

A todo momento, os sujeitos se expressam. Se atentos, pode-se perceber que determinados alunos não estão bem somente pelo olhar, por gestos agressivos ou até mesmo pelo modo de se movimentar. Se os professores estiverem atuando e percebendo

seus alunos, irão desvendar vários mistérios que podem ser as justificativas para determinados problemas que surgem ao longo da trajetória estudantil.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da expressão verbal, do toque e do olhar de um professor para com seus alunos. O corpo fala e, a todo momento, pode-se perceber a comunicação dele sem a utilização da linguagem oral.

Nesse sentido, enfatiza-se que *“O afeto e a inteligência curam as feridas da alma, reescrevem as páginas fechadas do inconsciente”*. (CURY, 2003).

REFERÊNCIAS:

AMORA, Antônio Soares. Mini-dicionário Soares Amora da Língua Portuguesa. São Paulo, 2000.

CURY, Augusto. Pais brilhantes professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

SILVA, Regina Helena Pranke da. Alfabetização características das etapas na construção da leitura e da escrita. Revista do Professor, n. 42, 1999.

ARTIGO 17

AUTORA:

Irani Vieira Ilário

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DIFICULDADES NA LEITURA E NA ESCRITA ASSOCIADAS À INDISCIPLINA

Resumo

Para que o processo de aprendizagem da leitura e da escrita aconteça de forma eficaz, é necessário estabelecer uma boa relação entre o professor e o aluno. No entanto, a indisciplina, que se tornou uma queixa comum entre os professores, dificulta e causa o atraso na fase da alfabetização dos alunos. Dessa maneira, é imprescindível a parceria da escola com a família, além, é claro de metodologias variadas por parte do professor.

Durante o período em que fiz estágio em uma escola pública em Belo Horizonte, que atende alunos, em sua maioria, de baixas condições socioeconômicas, acompanhei uma turma de educação infantil, com alunos entre 5 e 6 anos, e pude verificar que alguns deles possuíam dificuldade de concentração para realizar as atividades propostas, apresentando, conseqüentemente, atitudes indesejadas tanto com os colegas quanto com a professora, atrapalhando o ambiente escolar.

Por diversas vezes, presenciei situações conflituosas que, na maioria das vezes eram originadas pelo Alberto¹, que perturbava os momentos em sala de aula e também fora dela, dificultando a interação entre os alunos durante as brincadeiras.

Apesar de mostrar-se interessado em atividades que envolviam desenhos e coloridos, em jogos e brincadeiras em geral, Alberto se dispersava facilmente com sons produzidos pelos colegas ao seu redor ou vindo de outros locais da escola. Ele se mostrava um aluno bastante agitado e, freqüentemente, voluntarioso, proferindo palavras ofensivas, chegando a agredir os colegas e aqueles que tentassem impedir os ataques. A ocorrência de tais fatos obrigou a direção a solicitar, constantemente, a presença dos pais do

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

aluno na escola. Na maior parte das vezes, entretanto, não houve retorno.

O aluno recebia pouco apoio por parte do grupo familiar. Sua mãe, cozinheira, trabalhava em um restaurante o dia todo e, enquanto ela estava fora, Alberto ficava na companhia de sua avó, dois tios e seus três irmãos maiores. De acordo com relato da coordenadora, ele ingressou na escola aos 4 anos e logo no início já havia feito acompanhamento com uma psicóloga. Entretanto, devido às dificuldades com o transporte, a mãe abandonou as consultas e a escola não recebeu um diagnóstico preciso sobre o comportamento do aluno. Recebeu apenas um relatório, que foi arquivado.

Notamos que determinados comportamentos repetidos por Alberto representavam o desgaste das relações e dos momentos que vivenciava em ambientes extra-escolares. A repetição de palavras torpes, o interesse precoce com relação a questões que envolvem a sexualidade, a compreensão de assuntos referentes à criminalidade etc. estavam ligados, de acordo com os relatos do próprio aluno, a situações que aconteciam na rua ou em casa, freqüentemente presenciadas por ele. Essas condutas, segundo a professora e a coordenadora da escola, culminavam na indisciplina, no insucesso do processo de ensino-aprendizagem, além de causar estresse ao corpo docente.

Além desse quadro de comportamento de indisciplina do aluno, de contestação à autoridade do professor, das agressões verbais e físicas, entre outras, incompatíveis com a aprendizagem escolar, percebeu-se que Alberto apresentava dificuldades com relação a atividades que envolviam a leitura e a escrita. A professora relatou que o aluno levava mais tempo que o restante da turma para fazer a cópia no caderno dos conteúdos

que ela escrevia no quadro e que, quando Alberto conseguia realizar as atividades dentro do tempo indicado, era necessário que o refizesse, pois apresentava uma falta de limite com relação ao espaço disponível, ou seja, uma folha onde era possível escrever um texto Alberto registrava apenas uma palavra. Também apresentou dificuldade para aprender a escrever o seu nome e a identificá-lo entre o nome dos colegas de classe, para reconhecer letras do alfabeto ao manusear livros, revistas, jornais, etc. Como relatado inicialmente, os desenhos e as cores nesses materiais chamavam mais sua atenção do que propriamente os textos, as palavras.

Segundo a coordenadora, em reunião com a mãe do aluno, já foi comunicado que as habilidades e o desempenho esperado para sua idade não atingiram o percentual desejado. A família também foi informada que o comportamento inadequado de Alberto contribuiu para o surgimento das dificuldades constatadas durante o ano letivo. De acordo com Fonseca (1995), as atitudes dos pais, o interesse e o encorajamento, bem como o grau de estimulação e de interação linguística, representam um papel determinante no ajustamento social da criança e nos seus resultados. Portanto, é necessário traçar ações de prevenção, que incluem esclarecimento e aconselhamento aos pais e maior integração e participação deles na vida da escola.

A intervenção se dava por meio do reforço que o aluno recebia dos professores que perceberam sua dificuldade no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Eram desenvolvidas atividades voltadas para a linguagem oral que visavam aperfeiçoar a compreensão auditiva. Ainda assim, propo-nho uma intervenção baseada no estímulo da memória visual, através de cartazes, com letras do alfabeto, números, famílias silábicas, o que contribuirá significativamente para a fixação dos sistemas da escrita; nas tarefas que trabalhem orientação espacial, para que o aluno consiga ter uma percepção de forma, posição, relação de espaço e controle visuomotor; no incentivo ao aluno para prática de exercícios que envolvam a leitura e a escrita nos ambientes fora da escola, a fim de fortalecer o trabalho desenvolvido na instituição de ensino; na realização de jogos, brincadeiras e outras atividades lúdicas que aprimorem a concentração, o equilíbrio e o limite às regras, no intuito de desenvolver nos alunos capacidade de reprodução des-

as mesmas características em situações semelhantes e também como recurso para diminuir a indisciplina, colaborando assim nos aspectos sociais, motores e cognitivos, além de ser uma forma dinâmica da construção do conhecimento.

REFERÊNCIA:

FONSECA, Vítor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ARTIGO 18

AUTORA:

Jaqueline Justino de Moraes

Endereço eletrônico: jjackmoraes@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

COMO TRABALHAR COM A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo apresenta, de forma sintética, os principais fatos de um estudo de caso de um aluno com dificuldade de aprendizagem, com o intuito de auxiliar no trabalho dos docentes e pedagogos conhecendo melhor o seu aluno e auxiliando no processo de ensino-aprendizagem.

A cada dia nos deparamos com as dificuldades de aprendizagem dos nossos alunos. Como saber suas causas e como poder ajudá-los? No presente artigo, apresenta-se um estudo de caso realizado por uma professora da rede municipal de ensino, na região do Barreiro.

As dificuldades de aprendizagem de um aluno de 10 anos, matriculado no segundo ano do segundo ciclo, chamaram a atenção da professora, pois, por mais que ela realizasse atividades individualizadas, ele não conseguia aprender, apresentando dificuldades na leitura, na compreensão das letras, na conversão de letras e sons, falta de atenção, dificuldade extrema na realização das tarefas, entre outras.

Através das observações da professora, ela realizou um estudo de caso com o objetivo de identificar o real problema do aluno. Essas observações e conclusões serão descritas neste artigo, com o intuito de informar os procedimentos adotados pela professora na busca de uma solução para a dificuldade de aprendizagem do seu aluno.

A professora, ao observar que um dos seus alunos não conseguia acompanhar as aulas e que tinha muitas dificuldades na realização das atividades propostas, se sentiu inquieta e transtornada, o que é muito comum quando se trata de uma professora preocupada com o desenvolvimento dos seus alunos. O primeiro passo dessa professora foi desenvolver atividades individuais para

esse aluno com o intuito de observar mais de perto o processo de aprendizagem do aluno. Sendo assim, ela elaborou uma apostila com atividades simples, voltadas para alunos da alfabetização. Para sua surpresa, seu aluno de 10 anos não sabia identificar nem as letras do alfabeto.

Sendo novata na escola, procurou a Coordenação da escola para saber se seu aluno tinha algum diagnóstico dado pela família. Foi-lhe informado que o aluno tinha dificuldades para aprender e tinha sido reprovado uma vez, pois, por se tratar de uma escola que trabalha com ciclos, o aluno não poderia ser retido mais vezes. Caso comum para a maioria dos seus alunos. A professora conhecia as dificuldades dos seus alunos, mas, no caso desse aluno, as situações eram diferentes, pois ele realmente não conseguia acompanhar nenhuma das atividades, nem mesmo era alfabetizado. Como podemos observar, a professora não foi devidamente informada pela Coordenação da escola sobre seus alunos, o que dificultou ainda mais o seu trabalho, pois essas informações são primordiais para que o professor elabore seu plano de trabalho. Essa é uma grande falha da Coordenação da escola.

Para a professora, conhecer as reais dificuldades desse aluno era um grande desafio, para isso elaborou um estudo de caso, no qual traçou todo o perfil do aluno e suas dificuldades. Segundo a professora, ela suspeitava de dislexia. Segundo Grégoire e Piérart (1997), a criança com dislexia tem dificuldade para leitura, comete inversões de letras, sílabas, confusões e confusões auditivas.

A professora, sob a orientação da coordenadora, realizou algumas atividades de identificação¹, como:

1. Projeto de Intervenção Pedagógica realizado por Jês-

- Ortografia: ditados, produções textuais com palavras simples, como gato, caneca e macaco;
- Memorização: brincadeiras e atividades que envolviam seqüência;
- Noção tempo: atividades de rotina;
- Lentidão: cumprimento de prazos e acompanhamento de tarefas;
- Imaturidade social: atividades em grupo;
- Matemática: atividades com resolução de problemas e cálculo.
- Foram observadas pela professora as seguintes manifestações do aluno:
- Atraso no desenvolvimento da linguagem;
- Leitura e escrita incompreensíveis;
- Dificuldade de memorização;
- Problemas com organização;
- Lentidão com as tarefas;
- Dificuldade com os números.

Diante do quadro, foi realizado um estudo bibliográfico a respeito da dislexia e como trabalhar com esse aluno.

Segundo Shallice e Warrington (1980) apud Ellis (2001), há várias formas de dislexia, as periféricas e as centrais, sendo elas subdivididas em grupos. Cada uma delas tem características distintas. Após todo o processo de avaliação, foi realizada uma reunião como os pais do aluno para poder colocá-los cientes da situação, sendo orientados a procurar profissionais especializados para um diagnóstico final. O aluno foi realmente diagnosticado como uma criança com dislexia.

Através do trabalho realizado, foi possível elaborar estratégias que ajudariam o aluno no seu processo de aprendizagem. A professora, juntamente com a Coordenação escolar e com a orientação dos profissionais que acompanhavam o aluno, realizou um trabalho diferenciado para ele. Colocou-o em uma carteira próxima ao quadro, as leituras sempre eram repetidas para ele, era proporcionado um tempo maior para a realização das atividades, houve um maior acompanhamento do aluno, a professora reservou o seu horário de projeto, duas vezes na semana, para a realização de aula de reforço e todas as atividades propostas

sica Rodrigues e Kênia Figueiredo, alunas do 8º período do curso de Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais da PUC Minas.

na sala foram adaptadas para esse aluno. Para Lopes (2005), “*cada criança requer uma estratégia diferente*”, sendo necessário que o professor sempre avalie qual a melhor forma de se trabalhar com seu aluno. É através de um trabalho diferenciado com o aluno que podemos ajudá-lo em seu desenvolvimento, tanto cognitivo, quanto social.

Ao identificar dificuldades de aprendizagem em um aluno, devemos elaborar estratégias que propiciem o reconhecimento dos fatores que estão impedindo esse processo de aprendizagem, assim, podemos realizar atividades que alcancem nossos objetivos como educadores, sendo um deles o verdadeiro desenvolvimento e bem-estar de nossos alunos.

REFERÊNCIAS:

ELLIS, Andrew w. **Leitura, Escrita e Dislexia: Uma análise cognitiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FIGUEIREDO, Kênia; RODRIGUES, Jêssica. **Projeto de Intervenção Pedagógica: Desmistificando a dislexia**. Belo Horizonte: Trabalho apresentado na disciplina de Prática de Ensino, PUC Minas, 2008.

GRÉGOIRE, Jacques; PIÉRART, Bernadette. **Avaliação dos problemas de leitura: Novos modelos teóricos e suas aplicações diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LOPES, Áurea. Dislexia: Será que seu aluno tem esse problema?. **Nova Escola**. São Paulo: Ed. Abril. dez. 2005.

ARTIGO 19

AUTORA:

Jéssica Rodrigues Romualdo

Endereço eletrônico: rodrigues1207@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas. Auxiliar de classe em uma escola privada em BH e responsável por treinamentos de certificação de qualidade em uma empresa secular.

O OLHAR DE UM EDUCADOR: A DESCOBERTA DE UM ALUNO

Resumo

Este artigo relata um estudo de caso, suscitado em uma escola da rede privada em Belo Horizonte. Alerta para a importância do olhar do educador quanto às alterações e necessidades de seus alunos e vislumbra frentes de intervenção da direção escolar em uma situação-problema por ela identificada.

É inegável que para ajudar alguém se faz necessário conhecer a sua história. Muito mais que isso, porém, é estar atento às situações em torno desse alguém. Isso sim é tarefa das mais essenciais em se tratando de pedagogos, coordenadores escolares, professores e direção escolar. E é sob esta ótica que se viabiliza a descrição deste estudo de caso, cuja identificação partiu da direção escolar, em atuação humanizada e ética, na busca pelo ato mais pedagógico de fazer o outro feliz, vendo-o para além do metro quadrado de sua carteira escolar, direcionando o olhar para as mudanças ocorridas com ele, que já não parecia o mesmo e demonstrava “gritar” por uma urgente intervenção.

Augusto Vieira¹ é aluno da 7ª série do ensino fundamental no Núcleo de Estudos Educar (NEE)² desde a Educação Infantil e, aos 12 anos, ainda durante a 6ª série, passou a apresentar mudanças de comportamento que despertaram o olhar da direção da escola para uma necessidade de investigação. Partindo do histórico inicial do educando, a direção da escola levantou a suspeita de TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), em face dos comportamentos estereotipados e repetitivos do aluno. No entanto, pela impossibilidade de diagnóstico isolado, buscou

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.
2. Nome fictício, para preservar a identidade da instituição.

junto aos pais do garoto algum indicio que pudesse confirmar ou refutar as suspeitas iniciais, com a orientação de um acompanhamento terapêutico que respaldasse os levantamentos feitos.

De imediato, um novo dado: havia um desequilíbrio familiar com quadro de tratamento antidrogas pelo pai e de extrema surpresa pela mãe que, até então, não constataria nenhum desvio comportamental do filho. Esta, porém, ainda que visivelmente abalada pelas condições vividas atualmente em sua casa, revelou-se aliada importante na continuidade do estudo e tratamento que o filho demandara, prova evidente de que a família é parceira essencial no trabalho conjunto com a escola, que se agregará às iniciativas dos profissionais da saúde, quando necessárias ao tratamento de alunos com alguma necessidade educacional especial.

Tomando-se como indagação a mudança brusca de comportamento de Augusto, manifesta em atos de inquietude, pânico, ações repentinas de impulsão e arrependimento, sem desconsiderar que as manifestações se davam principalmente na escola e em confronto com o grupo de pessoas à sua volta, atrelada a indícios de fobia e não havendo perdas de desempenho escolar até então, o aluno passou a ser observado de perto, angariando cuidados e atenção expressa da diretora que parecia ser refúgio do educando em seus momentos de crise e alteração. Paralelamente, Augusto passou por uma avaliação neurológica, psicológica e psiquiátrica, por meio das quais se diagnosticou quadro de Distúrbio Bipolar, e para este passou a receber os tratamentos médicos iniciais. Contudo, não se percebiam melhoras comportamentais, muito pelo contrário, o garoto a cada dia demonstrava maior desinteresse pelos estudos, picos de memória

que remetiam a “apagões” de consciência e a manifestações de Síndrome do Pânico. Não demorou muito, o aluno começou a evadir e passou cerca de dois meses afastado da escola para tratamento com novos terapeutas. O afastamento, porém, trouxe novos ganhos. O médico agora responsável pelo aluno alertou quanto ao erro do diagnóstico inicial e sinalizou a presença de Déficit de Atenção associado a um quadro depressivo. Dava orientação à escola quanto aos meios alternativos para lidar com a agressividade repentina de Augusto e com a iminente curiosidade sexual aflorada, orientou a procura por professores particulares que dariam suporte educativo ao menino e reforçou a necessidade de intervenção proposta pela direção escolar quanto a “abrir o jogo” com os colegas de classe acerca da dificuldade enfrentada pelo colega de turma.

Desde então, o educando passou a ser atendido em suas dificuldades, tendo respeitados seus momentos de introspecção, evitando-se confrontá-lo com situações de pressão, sendo-lhe permitida a realização de provas em momentos oportunos e separados, assim como a execução de atividades orais quando da receptividade do mesmo pela tarefa.

Augusto hoje se trata com o uso controlado do medicamento Ritalina, continua o tratamento terapêutico e é sabido pela família e pela escola que sua recuperação é processual e, embora tenham sido obtidos significativos avanços, ainda está em andamento. Em face da queda de rendimento e das constatações feitas de suas dificuldades, o aluno foi aprovado em conselho de classe e requer ainda um maior envolvimento dos docentes para sua adaptação e inclusão escolar, conforme suscitado pela própria diretora da instituição.

Frente à análise do caso e às propostas e alternativas sugeridas pela direção escolar para o aluno em questão, o que nos vale é perceber a importância do olhar do educador, haja vista que se a direção não estivesse atenta, talvez o aluno ainda não tivesse sido atendido conforme necessita e outras complicações poderiam ter ocorrido. Para embasar essa afirmativa, remeto à LDB, que em seu art. 64 trata das disposições dos profissionais da administração e direção escolar, tomando como critério a necessidade de formação dos mesmos em face de suas atribuições. Somente um profissional

capacitado poderia despertar-se para uma necessidade despercebida até mesmo aos olhos dos docentes no cotidiano de sala de aula, expressa nos corredores, mas invisível aos olhos de muitos. Para esse fim, confirmam-se também as disposições nacionais da experiência docente como pré-requisito ao exercício de quaisquer outras funções de magistério, tal como a coordenação e direção escolar (Art. 67, parágrafo único), haja vista ser praticamente impossível lidar com os entornos escolares sem considerar os pressupostos existentes no dia-a-dia das experiências em classe e do contato direto com os alunos.

Que bom seria se todos os educadores tivessem esse olhar diferenciado para cada aluno, soubessem da importância do trabalho multidisciplinar entre profissionais da educação e da saúde, validassem a parceria entre as famílias e fossem refúgio dos educandos em suas carências mais contidas... Educar é muito mais que disciplinar, é formar sem esvaziar a sala de aula da relação afetiva e da experiência vivida. Para finalizar, compartilho o pensamento de Ruben Alves: “Aprendemos palavras para melhorar os olhos”, para perceber que só pelo educar de nosso olhar de educador, descobriremos verdadeiramente nossos alunos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Lei n.9394/96/ apresentação Ester Grossi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 113 p.

SOUZA, Mônica Maria Ribeiro Campos. O pedagogo e a importância de sua ação. IN: Coordenação Pedagógica: **Coletânea de Estudos de Casos**. Belo Horizonte, PUC Minas, v. 1.n. 1, jan./jun.2008.

ARTIGO 20

AUTORA:

Joyce Mary Patrício de Novais

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

FAMÍLIA, ESCOLA E DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo relata a importância da presença da família no acompanhamento de um aluno com dificuldade de aprendizagem. O artigo possibilita aos especialistas em educação novas maneiras de intervir nas escolas utilizando como meio a família, para proporcionar ao aluno um bem-estar e ajudá-lo na aprendizagem e no seu desenvolvimento.

Inúmeras pesquisas, trabalhos e artigos abordam a presença da família na vida escolar de seus filhos, mostrando que essa participação é positiva quando existe firmeza quanto aos propósitos e valores morais, apoio mútuo e sentido de continuidade.

Do ponto de vista da escola, envolvimento ou participação dos pais na educação dos significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino (CARVALHO, 2000).

Quando o aluno tem resultados satisfatórios, não há necessidade de chamar os pais. As professoras recorrem aos pais quando se sentem frustradas e impotentes, quando o aluno apresenta dificuldade de aprendizagem ou comportamento com a qual não podem lidar. Existem, no entanto, famílias que estão totalmente presentes e buscam junto com a escola meios que viabilizem o desenvolvimento do seu filho.

O presente artigo relata um estudo de caso em que as informações e o envolvimento da família contribuíram para que uma intervenção pedagógica tivesse bons resultados com um aluno que estava com grandes dificuldades em sala de aula.

Marcelo¹ é aluno do 3^a ano do 1^o Ciclo (antiga 2^a Série), em uma escola pública de Contagem. O aluno apresentava dificuldades para cumprir regras ou combinados coletivos. Demonstrava dificuldades de relacionamento interpessoal, era muito agitado e inquieto em sala de aula. Tinha muita dificuldade de concentração, não demonstrava responsabilidade em fazer ou cumprir as atividades em sala de aula e as extraclasse de maneira completa.

Com base nessas informações, a Escola tomou a primeira decisão: mudar o aluno de sala, pois pensaram que fosse uma questão de adaptação. Foram quatro mudanças durante o ano. Sem obter sucesso e mantendo constante observação, a coordenadora, juntamente com a professora que estava acompanhando o aluno, iniciou um projeto de intervenção.

As alternativas que vinham sendo adotadas pela professora juntamente com a Coordenadora Pedagógica não estavam surtindo efeito e, com isso, decidiram estudar o caso e buscar novos meios para que o aluno obtivesse um resultado desejado.

Para a realização do projeto de intervenção, tiveram um contato com um psicólogo para passar as suas observações e verificar se realmente havia necessidade de intervenção médica ou se seria somente uma dificuldade que o aluno estava encontrando ou se os professores não estavam sabendo lidar com o problema.

Obtendo orientação do especialista, solicitaram a presença do pai e da mãe, explicaram as dificuldades enfrentadas pela escola em relação ao aluno e os aconselharam a encaminhar seu filho para um psicólogo.

A família não conseguia entender a situação, pois considerava normal o desenvolvi-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

mento do seu filho. Segundo a descrição dos pais, em casa ele apresentava um comportamento tranqüilo e sempre que solicitado desenvolvia as atividades sem apresentar dificuldades. Chegaram a pensar, inicialmente, em tirar o filho da escola. Após vários diálogos com a coordenadora e a professora, perceberam a necessidade e recorreram ao auxílio do psicólogo.

Paralelamente às consultas ao psicólogo, a professora e a coordenadora desenvolveram atividades diferenciadas para o aluno, pois percebiam sua dificuldade de concentração. Algumas das atividades foram feitas extraclasse para não modificarem a rotina da sala de aula.

Outra medida adotada foi a mudança de localização na sala, o colocaram próximo a alunos que o auxiliavam nas atividades solicitadas pela professora e, assim, pudesse interagir com as outras crianças atenuando as dificuldades de relacionamento interpessoal.

Para que a família estivesse mais presente à realidade do aluno, sempre que necessário era solicitado que eles realizassem uma visita à escola para presenciarem as ações do filho. Muitas vezes perceberam que algumas atitudes do aluno, como não realizar as atividades dentro do proposto, adivinham de métodos utilizados dentro de casa, como, por exemplo, se realizasse uma atividade receberia um presente. Com isso, como o aluno não percebia que ganharia nada na realização da atividade, não as fazia. Segundo Ferrari (2001), as condições ambientais e familiares estão relacionadas com o desenvolvimento global do indivíduo e as interações vivenciadas podem promover a melhora da capacidade de interações do sistema nervoso.

Com base no relato da família, a coordenadora e a professora optaram por mudar esses hábitos, pois o aluno deveria reconhecer que as atividades seriam para o crescimento intelectual. Fizeram uma cartilha de pessoas que obtiveram sucesso na vida estudando. O aluno sempre era incentivado a ler essa cartilha e algumas vezes recebia reforço, com palavras que estimulassem seu ego, para que o interesse pelas atividades acontecesse. A princípio parecia que não estava tendo resultados, porém, com o tempo, passou a realizar as atividades em sala de aula e já conseguia interagir com os outros alunos.

O trabalho realizado surtiu o resultado almejado. O aluno hoje está mais envolvido com os outros, mais feliz e apresentando um desenvolvimento escolar satisfatório.

Com base no estudo de caso, percebe-se a importância da presença da família na escola, pois com o seu envolvimento surgem informações do ambiente familiar que podem contribuir para as mudanças e intervenções realizadas na escola.

O empenho e o envolvimento dos profissionais da educação são de extrema importância. Infelizmente, encontramos profissionais desmotivados que, em casos como este, simplesmente optam por deixar o aluno de lado sem tomarem as providências cabíveis.

O presente artigo é dedicado a todos os profissionais da educação e às famílias, pois o tema é de grande importância para educação e o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS:

FERRARI, E. A. M. et al. Plasticidade neural: relações com o comportamento e abordagens experimentais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, p. 2, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 nov. 2008.

CARVALHO, E. P. C. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Caderno de Pesquisa**. v. 34, n. 121, São Paulo, jan./abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100003-&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 nov. 2008.

ARTIGO 21

AUTORA:

Juliana Mara Castro Diniz

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO ESTUDO DE CASO

Resumo

Este artigo discute a importância da atuação da coordenação pedagógica na realização de um estudo de caso e a importância de, quando necessário, encaminhar os alunos para atendimentos com profissionais especializados. Isso vai garantir o sucesso acadêmico e pessoal da criança.

O presente estudo de caso foi realizado com uma criança de 6 anos de idade que cursa a 1ª série/9, em uma escola privada de Belo Horizonte. As dificuldades na aprendizagem apresentadas pela criança foram o que instigou a iniciação da investigação sobre o problema. Ela apresenta baixa auto-estima, diferencia-se do grupo pelo tamanho e pelo tônus muscular, demonstra dificuldades na fala e motoras, além de comprometimentos na leitura e na escrita.

No início do ano, relacionava-se muito bem com a professora, no entanto, como algumas cobranças começaram a surgir devido ao conteúdo pedagógico, demonstra-se, atualmente, insegura e reage com choro nas situações de conflito e que necessitam de intervenção. Já com os colegas apresenta bom relacionamento, “vai de acordo com a maré”. Sempre recorre à ajuda deles, mas em atividades livres, como recreio ou pátio, fica sozinha.

Segundo os pais, tais comprometimentos tenham sido ocasionados devido ao nascimento prematuro. Mas é possível perceber uma insistência da família em “retardar” o avanço natural da criança e as dificuldades são a cada dia mais evidentes.

A família demonstra ser bem resolvida, embora, em algumas atitudes, principalmente da mãe, percebe-se uma preocupação sobre a relação da criança com o grupo, se há ou não uma diferença entre eles, por exemplo. A mãe se refere à criança como sendo a

“patinho feio”. Há uma superproteção familiar, evidente no relato da mãe dizendo que a criança ainda utiliza fraldas para dormir.

A professora solicitou, juntamente com a supervisão da escola, um acompanhamento pedagógico em casa. No início do acompanhamento, resultados positivos foram alcançados. Houve melhora na organização, na escrita e um pequeno avanço na leitura, mas atualmente a criança vem criando consciência de suas dificuldades, gerando frustrações e regredindo em tudo que havia alcançado.

Pode-se observar que ela tem criado uma noção a respeito de tudo que aconteceu e acontece em sua vida. Ao ser submetida à prova de seleção para uma escola, a aluna foi reprovada e isso contribuiu para que seu comportamento agravasse.

A auto-estima baixa gera uma série de comprometimentos emocionais para uma criança, acarretando problemas em vários setores de sua vida, em especial o acadêmico. Nessa criança, o problema vai além da auto-estima. A relação de cuidado excessivo da família e a forma como se porta com a professora e os amigos são agravantes. Fisicamente, ela apresenta estereótipo diferente das demais crianças, mas a solicitação de um acompanhamento psicológico que possa detectar outros comprometimentos e, conseqüentemente, tratamento não é cogitada pela coordenação pedagógica. Ela considera que as ações realizadas internamente e em parceria com a família são, temporariamente, suficientes. A coordenação pedagógica reconhece as dificuldades da criança, embora não tome decisões que levem ao diagnóstico de outros comprometimentos.

Tal situação evidencia a importante atuação do coordenador pedagógico em relação ao encaminhamento adequado de crianças

que apresentem dificuldades na aprendizagem, principalmente quando ações simples são realizadas e os benefícios não são suficientes.

O estudo de caso torna-se essencial na rotina de uma escola e, quando as decisões extrapolam o âmbito pedagógico e escolar, o encaminhamento a profissionais adequados e especializados deve ser imediato. A escola não pode simplesmente omitir um problema por qualquer motivo que seja. A função dela é sinalizar aos pais as observações feitas sobre a criança, apontando sua real situação e disponibilizando a eles apoio e possibilidades para melhoria que, na presente situação, é a procura por outro profissional que poderá atuar.

Neste caso específico, o que está em questão é a vida escolar e particular de uma criança. Ela possui direito de oportunidades e ter suas necessidades atendidas faz parte desse direito. Cabe à escola, sempre e em qualquer situação, avaliar o lado do aluno, contribuindo para que Todas essas necessidades sejam assistidas. Trata-se de um pequeno ser que, mesmo ocultamente, clama por ajuda, e esta não lhe pode ser negada.

ARTIGO 22

AUTORA:

Keila Mara Magalhães

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

POSSIBILIDADES PARA UM ALUNO COM TDAH

Resumo

Este artigo retrata o cotidiano de um aluno com TDAH, matriculado em uma escola particular regular em Betim, região metropolitana de BH.

Guilherme¹ foi matriculado no Colégio Dom Joaquim², em Betim, no ano passado, em uma turma de 1ª série, turma que condizia com sua faixa etária, na época ele tinha 7 anos. No entanto, ao longo do ano, Guilherme não conseguia acompanhar a turma com êxito, demonstrava dificuldades que excediam ao normal. Além de demonstrar uma enorme falta de atenção e falta de motivação, ele não progredia nas atividades realizadas em sala. Não terminava as tarefas que começava, cometia muitos erros, não se concentrava nas atividades lúdicas, tinha dificuldade em se organizar, evitava tarefas que exigiam esforço, distraía-se com qualquer coisa, era muito descuidado com as coisas, sem falar nos aspectos motores – demonstrava inquietação, movimentava constantemente os pés e as mãos, levantava-se o tempo todo, falava muito, corria para todos os lados, apresentava atitudes aceleradas.

A escola notou que no comportamento de Guilherme havia algo diferente e solicitou que fosse encaminhado a uma orientação psicológica. Em pouco tempo, a psicóloga em parceria com a escola finalizou o diagnóstico de Guilherme, TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, um transtorno cuja base sintomatológica é o déficit de atenção, a hiperatividade motora e a impulsividade. Quando falamos em déficit de atenção/hiperatividade, estamos nos referindo a um quadro sintomatológico de base neurológica que pouco tem a ver com a criança travessa,

malcriada, agitada e indisciplinada. Infelizmente, quando saiu o resultado, Guilherme já havia perdido quase todo o ano. A direção e a coordenação começaram a se informar e a trabalhar para que Guilherme não perdesse o ano letivo, mas não conseguiram que ele concluísse o ano apto para a 2ª série.

Após várias reuniões com a família, com a psicóloga e com a professora, decidiram reter Guilherme e começar com ele novamente a 1ª série, porém utilizando um novo método de trabalho, desta vez adaptado e inclusivo, de modo que todas as suas necessidades educacionais pudessem ser sanadas e atendidas.

Iniciado o ano de 2008, Guilherme foi matriculado novamente em uma sala de 1ª série, porém várias intervenções começaram a ser feitas de imediato.

A partir de informações colhidas no relatório diagnóstico, foi montado um plano individualizado para Guilherme, e escola, com o apoio da equipe psicológica, montou também um programa específico de acompanhamento, com orientação educacional para os pais. Adaptações no currículo foram necessárias, a professora precisou assumir algumas posturas diferenciadas em relação ao dia-a-dia de Guilherme em sala de aula.

Para Guilherme, os períodos de realização dos trabalhos eram mais curtos. Dada a falta de controle e as atitudes aceleradas, ele necessitava e recebia mais instruções individuais que os demais alunos, criaram-se listas de regras em sala, mas com mensagens que não eram ambíguas, escritas de maneira positiva. Além disso, a aprendizagem precisava envolver bastante o lúdico, tornando assim as atividades mais interessantes e agradáveis, o que era uma forma de prender a atenção de Guilherme, pois ele se desprendia com muita facilidade, ou perdia o

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

2. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

interesse. Sua carteira foi levada para perto do quadro, evitando que ele pudesse se distrair com informações ao redor, e próxima da mesa da professora, para que ela pudesse melhor atendê-lo. Até o material escolar que Guilherme levava para a escola precisou ser adaptado, materiais sem desenhos e com poucos estímulos visuais, para evitar que se distraísse com eles também. Toda a equipe pedagógica se empenhou em promover um processo educacional inclusivo e de qualidade para Guilherme. Como hoje o desempenho de Guilherme é bem mais satisfatório que na mesma época do ano passado, não será retido novamente na primeira série por méritos próprios. Ele será promovido para a segunda série.

Fica evidente que todos os esforços e a dedicação de toda a equipe pedagógica em ajudar Guilherme lhe propiciaram um melhor atendimento em suas necessidades educacionais, tornando seu processo de ensino e aprendizagem inclusivo, com superação de limites e respeito às diferenças.

REFERÊNCIA:

GONZÁLES, Eugenio (Org.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ARTIGO 23

AUTORA:

Kênia Figueiredo Campos Rodrigues

Endereço eletrônico: keniafigueiredo@click21.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A AÇÃO PEDAGÓGICA EM BUSCA DE UM DIAGNÓSTICO

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o estudo de caso de um aluno de sete anos, que está cursando a 2ª série do Ensino Fundamental de uma escola da rede particular de ensino de Belo Horizonte. Será mostrado o motivo pelo qual o estudo foi feito, a ação da escola frente a esse aluno, a posição da família referente à dificuldade apresentada e como está sendo a sua aprendizagem.

O estudo de caso foi feito devido ao comportamento que vinha sendo apresentado por um aluno de 7 anos, da 2ª série. Na primeira série, já eram detectadas certas dificuldades durante o tempo que passava na escola.

Ao contatar a família, a equipe escolar tinha como objetivo prestar um auxílio a esse aluno, fazendo com que seu comportamento apresentasse alguma melhora, possibilitando-lhe uma aprendizagem tivesse algum progresso significativo.

Desde a 1ª série, já havia sido percebida certa agitação e distração em sala de aula, que refletiam em sua aprendizagem. Diante dessa ocorrência, a equipe pedagógica decidiu por acionar a família com o intuito de averiguar se as dificuldades eram percebidas também no âmbito familiar. Essa metodologia foi adotada pelo fato de a escola acreditar na possibilidade de serem de cunho emocional as reações e comportamentos do aluno.

Davi¹ é uma criança muito esperta, porém é muito disperso e apresenta um comportamento difícil e uma dificuldade de aprendizagem acentuada. O acompanhamento com ele vem sendo feito desde a primeira série, sendo que já foram inúmeras as providências tomadas para tentar solucionar o seu problema, porém, sem êxito.

Após várias tentativas seguidas de insu-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

cessos, a família foi acionada para tentar novas estratégias que pudessem surtir algum efeito. Os pais informaram que o comportamento dele era o mesmo em casa. Após muitas conversas e tentativas de ajuda ao aluno, foi marcada uma visita ao neurologista, que receitou Ritalina®, uma medicação de tarja preta, em razão da constatação de um déficit de atenção.

O efeito da medicação foi logo percebido, tanto pela escola quanto pelos pais, pois ele passou a ficar um pouco mais concentrado e calmo. Em contrapartida, ele começou a demonstrar certa apatia. Não comia direito e deixou de lado suas rotinas, passando a ficar muito quieto e em constante sonolência.

Diante os efeitos colaterais provocados pela medicação, a mãe suspendeu o remédio por conta própria, optando por um tratamento homeopático, que oferecia menores efeitos colaterais.

Com toda essa mudança e a nova medicação, voltou-se a perceber no aluno toda a inquietação, dispersão e falta de interesse anteriores.

Como a mãe parou o tratamento iniciado pelo neurologista e continua com o tratamento homeopático, as dificuldades permanecem, optando a escola por maneiras diferenciadas de atender o aluno.

A equipe pedagógica passou a ter um olhar diferenciado, começou a adotar medidas que pudessem colaborar com sua aprendizagem e comportamento. A professora colocou a cadeira de Davi na frente da fila, de onde ela o acompanha melhor. Ela tem solicitado muito a atenção do aluno, conseguindo fazer com que ele se volte para ela. Durante as atividades, a professora pede ao aluno que faça a leitura em voz alta, pergunta-lhe o que entendeu e dialoga sobre a questão proposta em sala de aula. Através dessa metodologia,

ele começou a se desenvolver um pouquinho melhor, porém nada de extraordinário foi percebido.

A família não tem feito nenhum novo acompanhamento, apesar da cobrança da equipe escolar. Atualmente, ele continua com a mesma medicação homeopática, porém sem nenhuma melhora visivelmente percebida.

Como o quadro do aluno continua o mesmo, a equipe pedagógica vem atuando da melhor forma possível, porém continua agindo sem ter certeza de que a forma como está trabalhando com o aluno é a melhor para seu desempenho.

Esse é um caso muito típico em que a equipe escolar quer atuar, mas não pode, pois não sabe a forma correta e nem quais meios podem ser usados com o aluno, já que não se sabe exatamente o que está ocorrendo. Em casos como esse, fica muito difícil uma intervenção, haja vista a dificuldade em continuar insistindo com os pais que procurem saber o que está acontecendo.

Para que o processo educacional ocorra de forma positiva e completa, deve haver uma constante interação entre família, escola e aluno, principalmente em casos em que se detecta alguma dificuldade por parte do educando.

Com tudo isso, quem perde é o aluno, pois sua atuação continua limitada, o que dificulta e diminui sua aprendizagem, permanecendo sem receber qualquer intervenção adequada por parte da equipe escolar e da família.

ARTIGO 24

AUTORA:

Lílian Geralda de Oliveira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DIFICULDADE DE APRENDIZADO: UM ESTUDO DE CASO

Resumo

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre o desempenho de uma criança de 6 anos, do 1º ano do 1º ciclo, de uma escola pública municipal. O objetivo é analisar como se realiza um estudo de caso, as medidas e os procedimentos adotados e o envolvimento da família.

A atuação da escola e do professor em relação a um aluno com dificuldade de aprendizagem e de comportamento serviu como alvo de investigação e estudo para a área educacional.

Neste estudo de caso, o professor assumiu o papel de mediador coordenando as interações do aluno na sala de aula bem como a sua aprendizagem.

A importância desse papel é assinalada por Coll (1996, p. 299): “[...] as relações dos alunos podem chegar a incidir de forma decisiva sobre a consecução de determinadas metas educativas e sobre determinados aspectos de seu desenvolvimento cognitivo e socialização”.

Para Davis, interações educativas são aquelas que exigem coordenação de conhecimentos e ações em torno de objetivos comuns e que sejam pautadas pela simetria, ou seja, pela oportunidade de participação dos alunos, no tempo e espaço interativo, favorecendo a expressão individual e a troca de experiências.

O aluno objeto da investigação demonstra um comportamento diferenciado, que se destaca entre as outras crianças. Segundo relatos colhidos na escola, ele demonstra comportamentos agressivos, gosta de andar pela sala e pela escola, se envolve com todos os colegas e apresenta confusão de pensamento. Ele se expressa com clareza e, ao sentir contrariado, se torna agressivo. Não se concentra nas atividades e nunca as con-

clui. Encontra-se em um nível defasado, em relação às outras crianças, além de apresentar grande dificuldade em seguir regras.

A professora e coordenadora trabalham esses entraves junto às famílias com o objetivo de intervir junto à criança para garantir a aprendizagem.

Foi possível verificar, segundo relatos da família, que esse fato deve-se a antecedentes familiares como repressão, maus tratos, chegada de bebê na família, além de demonstrar comportamentos agressivos desde bebê.

A coordenação encaminhou a criança para tratamento psiquiátrico, enviando um relatório sobre o comportamento e rendimento do aluno. A família rejeitou tal procedimento e encaminhou a criança apenas ao psicólogo, alegando que a criança não é louca. A psicóloga, entretanto, nunca enviou relatórios sobre o tratamento para a escola, apenas a família diz que seu comportamento advém de ordem emocional.

Analisando o caso, percebe-se que, embora a família participe da vida escolar do aluno, ela não aceita as suas dificuldades e as intervenções da escola, descentralizando assim o seu papel.

Com isso, podemos concluir que esse tipo de estudo fornece subsídios para compreender as dificuldades da escola para trabalhar em parceria com família e psicólogo.

REFERÊNCIAS:

COLL, Ramey. **O que os pais falam sobre as suas habilidades sociais e a de seus filhos.** 1996.

DAVIS, Willian Morris. **Papel e função do avaliador na escola.** 1993.

ARTIGO 25

AUTORA:

Lílian Grazielle Ferreira de Souza

Endereço eletrônico: liliangfsouza@hotmail.com

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A HIPERATIVIDADE (TDAH), O GRANDE DESAFIO ESCOLAR

Resumo

Durante muitos anos, crianças sofrem os abusos da ignorância educacional de forma a rotulá-las como desobedientes diante da sociedade que as cerca. Essa realidade é ainda mais evidente em crianças e adolescentes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) que, após conviverem com sua dificuldade, através de seu comportamento advertem a sua família, a escola e os amigos a como respeitarem suas diferenças para que eles possam superar seus limites.

O presente artigo tem como objetivo relatar um estudo de caso realizado em uma escola comum da rede particular de ensino na qual se encontra matriculado o Eduardo¹ com conduta hiperativa.

Após muitas observações e reuniões com os pais, o aluno foi encaminhado a especialistas por apresentar um quadro que sugere TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção associado à hiperatividade².

Segundo relatos da professora, Eduardo incomoda os colegas com atitudes de provocação; conversa fora da atividade proposta; anda, corre e pula no espaço da sala de aula, pelos mais variados motivos; mostra-se agressivo com os colegas, joga materiais e brinquedos pela sala ou nos próprios colegas. Entretanto, ao mesmo tempo, está atento a tudo que acontece na sala de aula e ao que a professora fala, solicita, orienta ou ao que a atividade do momento requer, verbalizando e realizando o proposto com rapidez, porém com pouca ou nenhuma correção.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.
2. O TDAH está associado com comorbidades importantes que vão desde perturbações no desempenho escolar até problemas de ordem psicossocial na vida do indivíduo. Dentre elas, destacam-se as alterações na coordenação motora, interferindo na aprendizagem escolar e nas atividades cotidianas.

Pelo exposto, pode-se perceber que algumas crianças com TDAH ultrapassam a fama de travessos, engraçadinhos e se transformam em verdadeiro transtorno na vida dos pais, dos professores e de todos que estiverem a sua volta. Elas parecem ignorar as regras de convívio social e, devido ao incômodo que causam, acabam sendo consideradas de má índole. No entanto, é preciso deixar claro que as crianças hiperativas não são, de forma alguma, más. Além disso, elas não se convencem facilmente e não conseguem se concentrar na argumentação lógica dos pais e professores, já que essas crianças têm extrema dificuldade em sentar e dialogar.

Por outro lado, ainda é comum encontrar entre leigos a noção de que a criança hiperativa seja apenas malcriada, agitada ou mal educada pelos pais. Esse tipo de acusação freqüentemente resulta em sensação de fracasso pelos pais. Por isso, é muito importante que os profissionais estejam preparados para suportar e desfazer esse mito.

Segundo pesquisa da Associação de Pais e Amigos dos Hiperativos, o TDAH é um dos transtornos mentais mais freqüentes nas crianças em idade escolar, atingindo 3 a 5% delas. Apesar disso, continua sendo um dos transtornos menos conhecidos por profissionais da área da educação e mesmo por profissionais de saúde. Há ainda muita desinformação sobre esse problema.

Outro fato que parece sustentar essa hipótese é que pacientes com TDAH tendem a vir de famílias com alguma desestruturação ou que contenham algum histórico de problemas psiquiátricos. Do ponto de vista neuropsicológico, parece haver certa concordância de que o Locus Ceruleus, o Córtex Pré-Frontal, o Tálamo e o Córtex Parietal estariam relacionados ao TDAH. Há ainda

alguma idéia sobre possíveis alterações na estrutura cerebral, especialmente do lobo frontal direito e da parte anterior do corpo caloso. Em pacientes com TDAH, porém, os achados até o presente momento não permitem uma conclusão sobre essa hipótese.

Muitas vezes os professores são os primeiros a detectar o problema, já que podem comparar a conduta entre crianças da mesma idade. Quando se suspeita que a criança possa estar sofrendo desse transtorno, deve-se realizar uma consulta com um profissional especializado. Existem escalas, como a Escala de Conners, amplamente utilizadas como escore de suspeita, com versões validadas em populações latinas. Com Eduardo não foi diferente: felizmente o diagnóstico e a intervenção foram realizados antes que houvesse maiores prejuízos em sua vida escolar.

Sabe-se que só o tratamento que combine três aspectos pode ser efetivo em longo prazo. De acordo com especialistas, o plano terapêutico se baseia fundamentalmente em três premissas: adequação das opções educativas, psicoterapia e tratamento farmacológico.

1. ADEQUAÇÃO DAS OPÇÕES EDUCATIVAS

Existem várias técnicas para melhorar a aprendizagem, destacando-se as seguintes:

- Proporcionar um ambiente muito bem estruturado ajuda a criança a ordenar-se.
- Propiciar ambientes onde haja a menor distração possível.
- Supervisionar pessoalmente as tarefas.
- Estabelecer um tempo extra e fixo para que copie seu trabalho, lembrando que quando o tempo se esgotar deve parar e não deixar passar do limite.
- Fracionar as tarefas em intervalos curtos de tempo, com descansos entre uma e outra.
- Usar métodos que permitam o autocontrole, como cronogramas, agendas e listas.

2. PSICOTERAPIA

Atualmente, se tem provado maior efetividade com o uso de terapias do tipo cognitivo-comportamental e com o apoio à fami-

lia para restabelecer e conservar um vínculo adequado.

3. TRATAMENTO FARMACOLÓGICO

Os fármacos chamados psicoestimulantes como, por exemplo, o metilfenidato (Ritalina®) têm permitido, junto com a psicoterapia, melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dessas crianças. O médico especialista pode utilizar outras medicações, como os antidepressivos. Devem realizar-se controles periódicos, valorizando, entre outros, o apetite, o crescimento e o sono, que são os problemas mais freqüentes que se associam ao uso desses medicamentos.

É natural que exista certa preocupação por parte dos pais em usar os fármacos por tanto tempo, mas devem sempre ser avaliados os riscos e os benefícios do tratamento, juntamente com a qualidade social e escolar da criança.

Na escola onde se deram as observações, as estratégias para intervenção se pautaram em orientações trazidas pelos especialistas e pelos pais do aluno, sendo realizadas reuniões mensais ou de acordo com a necessidade da troca de informações e recomendações.

Acredita-se que o pedagogo é o profissional que articula as ações necessárias desde as primeiras observações até o fechamento do diagnóstico feito por especialistas.

O QUE MELHOROU APÓS AS INTERVENÇÕES

De acordo com o relato da mãe, após as intervenções, foi observada melhoria na atenção e na concentração do filho, porém, segundo ela, não ocorreram mudanças referentes ao comportamento hiperativo. Quanto ao relacionamento com os demais, foi relatada pouca mudança positiva. Questionada sobre o aproveitamento escolar, a mãe relatou melhor desempenho na leitura, na escrita e no cálculo.

Conforme relatado pela professora, houve melhoria significativa na aprendizagem escolar após as intervenções. Porém, às vezes Eduardo ainda demonstra troca de letras, embora a freqüência dessas trocas lentamente venha diminuindo.

Segundo a professora, ele demonstra maior capacidade de atenção e concentra-

ção, porém, pouca diminuição na conduta hiperativa. O relacionamento com os demais colegas melhorou e Eduardo parece um pouco mais maduro.

Quanto à coordenação motora foi percebido avanço na motricidade fina, principalmente através de atividades de desenhos, pinturas e recortes.

Tanto a mãe quanto a professora concordaram quanto à melhoria no aproveitamento escolar e na atenção do garoto. Os resultados encontrados neste estudo estão de acordo com os dados de outros autores quanto ao benefício das intervenções motoras na criança com esse transtorno. As intervenções motoras em uma criança com indicadores do TDAH influenciaram positivamente na motricidade fina, no equilíbrio, no esquema corporal e na organização temporal. Foi constatada mudança de nível do desenvolvimento motor de “inferior” para “normal baixo”. Portanto, a análise referente a esses dados apresentados permite considerar que os objetivos das intervenções possibilitadas pela ação rápida e eficaz da coordenadora da escola se mostraram eficientes no desenvolvimento motor, na atenção e concentração, no relacionamento e no aproveitamento escolar.

REFERÊNCIAS:

BASTOS, F.; BUENO, M. (1999). **Diabinhos:** Tudo sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Disponível em: <<http://www.neurociencias.nu/pesquisa/add.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2008.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora:** a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

SOUSA, Celeste Aparecida Dias e. **Estudo de caso de alunos com distúrbios de comportamento e /ou aprendizagem:** como fazê-lo. Belo Horizonte, 2005

ARTIGO 26

AUTORA:

Luciana Olinda de Oliveira

Endereço eletrônico: luliolinda@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

À INCLUSÃO NA ESCOLA PLURAL

Resumo

O presente artigo relata um estudo de caso de um aluno que tem a Síndrome de Williams e que estuda em uma escola plural na região noroeste de Belo Horizonte. Relata o processo de inclusão que o aluno vem vivenciando, seus altos e baixos e como sua relação com os educadores com os quais convive e conviveu mudou seu comportamento e influenciou no seu processo de ensino-aprendizagem.

O caso escolhido foi o de um aluno que tem uma síndrome muito rara: a Síndrome de Williams. Mais conhecida como Síndrome de Williams-Beuren, essa doença genética é relativamente rara: atinge um indivíduo a cada 20 mil nascimentos, aproximadamente. Essa síndrome não é transmitida geneticamente. Não tem causas ambientais, médicas ou influência de fatores psicossociais.

As pessoas com essa síndrome possuem uma face característica descrita como a de um duende, com um conjunto de discretos sinais faciais, como o nariz pequeno e a boca grande. Essa síndrome tem impacto sobre diversas áreas do desenvolvimento, incluindo a cognitiva, a comportamental e a motora, podendo ter déficit de atenção e hiperatividade. Algumas características de personalidade são particularmente comuns nas crianças com Síndrome de Williams: grande sociabilidade; entusiasmo exuberante; grande sensibilidade com as emoções alheias; sentem-se excessivamente à vontade com estranhos; pequeno intervalo de atenção; memória excelente para pessoas, nomes e locais; grande sensibilidade aos sons e ansiedade (especialmente com acontecimentos futuros).

A escola plural na qual o aluno estuda tem em seu projeto uma nova concepção de ensino, em que se propõe que a aprendi-

zagem do aluno ocorra sem as rupturas existentes na organização escolar em séries. A aprendizagem torna-se um processo contínuo que ocorre juntamente com o desenvolvimento biológico do educando, valorizando a sua formação global humana.

A inclusão é um tema atual com que muitos profissionais da educação deparam diariamente nas escolas. Não sabem, entretanto, como lidar com esse assunto e com as crianças com necessidades educacionais especiais que são matriculadas nas escolas regulares sem que seus professores (na maioria) tenham os conhecimentos necessários para trabalhar com elas.

Com Pedro¹ ocorreu de uma maneira diferente. No 3º ano do 1º ciclo (antiga 2ª série), ele se deparou com uma professora diferente, daquelas que não encontramos tão facilmente. Uma professora inovadora e realista, que sabia das reais possibilidades e capacidades do aluno, bem como de suas limitações, o que mudou a visão de escola da criança, que servia apenas para brincar e fazer bagunça. Essa professora, além de ser pedagoga e psicóloga, com a ajuda de uma estagiária conseguiu trabalhar o processo de ensino-aprendizagem do aluno com recursos como: atividades fora de sala de aula com jogos silábicos e matemáticos, adaptação de atividades feitas em sala pelos outros alunos, trabalhos com cadernos sem pauta, a fim de trabalhar a sua escrita, trabalhos manuais com recorte, massinha e argila.

Todo esse processo, além de trabalhar com a aprendizagem do aluno, desenvolvia outros aspectos como: coordenação motora, psicomotricidade, percepção visual e musical, integração com o grupo e até momentos de descontração e relaxamento em suas horas mais agitadas devido à hiperatividade.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Alunos com necessidades educacionais especiais enfrentam grandes barreiras ao entrar em uma escola comum, por estar acostumada com alunos ditos “normais” e, quando se vê diante de alunos especiais, não sabe e não está preparada para lidar com eles.

No final do ano, a criança foi para o outro ciclo. Outros professores, outros amigos, outro horário, outra vivência. Infelizmente ali não havia mais a professora inovadora que, com suas estratégias de ensino, estava conseguindo alfabetizá-lo. A partir daí, o menino estava novamente limitado, pois não havia mais nenhum apoio como o que anteriormente teve. Sua professora regente e a de apoio não entendiam a real necessidade de uma intervenção com o aluno. Achavam que ele era um menino indisciplinado e malcriado, mas, na verdade, sua doçura estava apenas escondida juntamente com todo aquele processo de aprendizagem que ele perdeu.

A partir desse relato que muito variou e modificou a vida do aluno, é possível repensar nossa atuação como pedagogos na escola perante a sociedade, pois é necessária a escolarização das crianças com necessidades educacionais especiais e, para que isso ocorra, todos os profissionais que trabalham com a educação devem ter um embasamento na área de educação inclusiva, para que ela seja feita de uma forma diferente e consciente, a fim de que a criança possa realmente aprender e gozar dos mesmos direitos que qualquer outra criança.

Como disse o Doutor Hugo Otto Beyer, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Uma criança com necessidades educacionais especiais, antes de ser alguém impedido por uma deficiência, é alguém capaz de aprender.”

REFERÊNCIAS:

Escola Plural: **O direito a ter direitos.** Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/educacao/escola-plural.htm>>. Acesso em: 07/11/2008.

SW BRASIL. Disponível em: <<http://www.swbrasil.org.br/site/default.php>>. Acesso em: 12/11/2008.

ARTIGO 27

AUTORA:

Manoela Pinto Bezerra

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

ESCOLA ATIVA CONTRA A VIOLÊNCIA FAMILIAR QUE DÁ ORIGEM À DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo apresenta o relato da coordenação pedagógica de uma escola municipal situada na região leste de Belo Horizonte. A instituição atende a um público de classe média-baixa e, dentro de sua filosofia educacional, procura promover uma educação de qualidade para todos. Neste artigo, retrata-se o estudo de caso de uma aluna que apresenta alterações de comportamento que comprometem o seu rendimento escolar. Para a realização deste trabalho, foi analisada a violência como um fator que interfere na aprendizagem bem como o papel da família, da escola e do educador frente a essa situação.

André¹ tem 17 anos e cursa o 2º ano do Ensino Médio. Está na escola desde a 7ª série e sempre se apresentou interessado em todas as atividades. Nunca foi reprovado nem perdeu média, sempre foi destaque em sala pelo seu desempenho escolar. O aluno pertence a uma família de classe baixa e reside em um bairro da periferia próximo da escola, porém sua realidade não representa para ele motivo de dificuldades ou limitações, pelo contrário, enfrenta-a confiantemente como se fossem desafios. Nos conselhos de classes, o aluno é sempre elogiado pela sua capacidade de se relacionar com todos na escola. A mãe sempre acompanha e comparece na escola para reuniões e eventos e sempre que é solicitada.

Em fevereiro de 2008, o aluno retornou das férias se comunicando muito pouco com os colegas e professores. André não conversava, não sorria nem mesmo brincava com as pessoas. Após conversas entre os professores e a coordenação do turno, os mesmos desconfiaram de algum problema de saúde ou conflito familiar que pudesse estar afetando o emocional do aluno.

O aluno foi chamado para uma conversa com a coordenação, e relatou que não havia nada de anormal, apenas um pouco de desânimo. A mãe de André foi convocada diversas vezes para uma reunião com a coordenação e professores, mas não comparecia com argumentação de problemas de saúde sérios e relata que o ambiente familiar se encontra normal. Os dias passavam e o aluno permanecia em seu quadro de isolamento. Nesse período, o aluno perdeu sua primeira média e a situação se mostrava mais agravante.

Passa-se mais um mês e a mãe é chamada na escola para uma nova reunião e, após momentos de conversa, ela desabafa e relata toda a situação de violência vivenciada em casa com o marido, sempre com brigas na frente dos filhos inclusive André. Logo em seguida, a mãe é recomendada a denunciar o esposo e encaminhar o filho para um acompanhamento psicopedagógico.

O aluno tem apresentado dificuldade de aprendizagem, devido às situações relacionadas pela mãe. A escola acompanha metodicamente o desenvolvimento do aluno, promovendo intervenções entre o corpo docente, realiza reuniões semanais com a mãe, aconselhando-a a se divorciar do marido, em face das agressões físicas que se tornam cada vez mais sérias. A mãe se compromete com a educação do filho, dizendo que irá se separar, mas cinco meses se passaram e a mãe ainda não apresentou nenhuma atitude em prol do divórcio.

A escola, então, denunciou a mãe para o Conselho Tutelar. André é, inicialmente, acompanhado de perto pelo assistente social responsável pelo amparo ao menor e a mãe, após ameaça de ter a guarda de seu filho tomada, finalmente, denuncia o marido que, logo em seguida, é preso.

Após a prisão do pai, André permanece

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

na escola, e já não presencia a mãe sendo agredida. Com o intenso acompanhamento pelo corpo docente, o aluno começa a apresentar melhoras em seu desenvolvimento educacional. Aos poucos volta a sorrir e a se comunicar com os colegas, professores e funcionários da escola.

O que se nota, a partir deste relato, é que a escola está diariamente desafiada pelas exigências da atualidade, tendo que apresentar constantes intervenções, a partir de uma pedagogia inovadora, pois, para que aconteça uma educação de qualidade, é imprescindível o desenvolvimento de intervenções na escola voltadas para a complexidade e a variedade das interligações existentes entre a escola, o contexto no qual todos estão inseridos e a família.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, **que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.**

ARTIGO 28

AUTORA:

Mara Rúbia Mendes de Oliveira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A HISTÓRIA DE UMA ALUNA COM TDAH NO CONTEXTO ESCOLAR

Resumo

Muitas crianças com TDAH – Transtorno do Déficit e Atenção e Hiperatividade são muito inteligentes e, se lhes dermos uma chance, elas poderão ser bem sucedidas. Foi isso que aconteceu com a Mary, depois de ter sido dada a ela a chance de mostrar suas qualidades.

Mary¹ é aluna de uma escola municipal. Era a “aluna problema” da escola, devido ao seu comportamento: agressividade, dificuldades em concluir tarefas e falta de atenção. Devido à falta de acompanhamento familiar e ao despreparo da equipe escolar, só me cabia tentar ajudar, já que eu sou estagiária de inclusão nessa escola.

As professoras e a administração escolar estavam perdidas e despreparadas para lidar com a aluna, devido ela ser agressiva e não concentrar nas atividades propostas. Todos acabavam tendo “medo” dela.

Então fui encaminhada pela prefeitura para estagiar nessa escola, para auxiliar a aluna Mary, com diagnóstico fechado de TDAH. Foi-me passado que a aluna era muito difícil devido a seu mau comportamento, pois ela não parava no lugar, não se concentrava, era agressiva, trazia muitos transtornos para a escola e se perdia a todo momento. Esses sintomas caracterizam hiperatividade e impulsividade.

Muitas são as pessoas que acham que esse distúrbio é causado por falta de limites e disciplina. Essas pessoas estão enganadas, pois, segundo Mattos (2005), ele é causado por influência genética. Um pai ou uma mãe com TDAH não garante que seu filho terá TDAH, mas aumentam as chances de seu filho também ter.

Mesmo Mary fazendo uso de medicamento, não era suficiente para sanar os problemas que a aluna acarretava para a escola. A partir dos dias que fui tendo contato com ela, junto com a professora regente da sala, criamos métodos e técnicas, garantindo a sua inclusão no contexto escolar.

Nós passamos a utilizar vários meios que pudessem facilitar a vida dessa aluna: fizemos uma rotina visual bem estabelecida, possibilitando a ela mais segurança ao realizar uma atividade, diminuimos os estímulos visuais na sala, já que pessoas com TDAH se distraem com muita facilidade, a professora evitou realizar tarefas longas, disponibilizando dessa forma um tempo maior para ela realizar as tarefas.

Malloy (2008) aponta que os profissionais da educação devem se apoiar em conhecimentos científicos, ajudando o seu aluno a conviver melhor com as dificuldades. Segundo ele, esse transtorno não é curado com a idade adulta, ele apenas é menos perceptível visto que as pessoas aprendem a lidar com seus sintomas.

Com a nossa dedicação, a aluna hoje se encontra participativa nas atividades e o seu convívio com as pessoas ao seu redor é possível. A participação ativa dos estagiários e o interesse dos professores é a ferramenta fundamental para diminuir as dificuldades que esses alunos apresentam.

Dessa forma, vejo que é de grande importância a participação de todos e também o quanto é importante os professores e estagiários receberem cursos de capacitação.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

REFERÊNCIAS:

CAPELLINI, Giancarlo. Medicação e escola. In: **Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação**. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

LEITE, Wellington B. O que é TDAH - Histórico e quadro clínico. In: **Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação**. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008

LUCENA, Aline. Aprendizado e TDAH. In: **Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação**. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

MALLOY, Leandro. Técnicas em sala de aula I e II. In: **Palestra realizada durante o 1º Simpósio de TDAH para profissionais da educação**. Belo Horizonte, 11 de outubro de 2008.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua**. 4. ed. São Paulo: Lemos Editorial, 2005.

ARTIGO 29

AUTORA:

Márcia das Graças de Assis Reis

Endereço eletrônico: mg.reis@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

UM PROCESSO DE INCLUSÃO BEM SUCEDIDO

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar informações relacionadas à inclusão e suas dificuldades na rede pública de ensino.

Hoje, percebem-se grandes mudanças na área de educação e com isso podemos notar progressos e transtornos. Um problema visível é a má preparação dos professores para trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais, ou seja, não estão capacitadas para esse desafio. Por isso, vemos uma inclusão bem diferente do que se propõe.

Em uma escola municipal do bairro Taquaril, em Belo Horizonte, foi matriculado Henrique¹, uma criança com Paralisia Cerebral. Esse aluno não demonstrava habilidade alguma em sala de aula.

A escola o recebeu muito bem, mas os professores demonstraram resistência em recebê-lo em sala, pois os docentes não apresentavam habilidades para trabalhar com o desenvolvimento dessa criança.

Diante dessa situação, a direção da escola entrou em contato com o setor de inclusão da prefeitura para a disponibilização de uma estagiária que pudesse auxiliar o professor em sala. Após a chegada dessa estagiária, percebe-se que a criança obteve ganhos, demonstrou um maior desenvolvimento. Antes, além da professora não demonstrar conhecimento sobre como trabalhar com o aluno, ela ainda não tinha como dar uma atenção especial devido a sua classe de 28 alunos.

Com o auxílio da coordenadora e da professora, a estagiária buscou em livros e revistas meios que pudessem viabilizar a inclusão de Henrique. No decorrer do ano letivo, com o auxílio da estagiária, o desen-

volvimento do aluno foi muito expressivo.

Graças ao desenvolvimento de Henrique, para todas as crianças com necessidades especiais que são matriculadas na escola, a diretora envia um requerimento à prefeitura para a disponibilização de uma estagiária, pois é assim que a escola encontrou o início do que poderá ser chamado de “solução” da inclusão.

E isso é ressaltado por Stainback (1999, p. 21), que diz:

Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Hoje a escola conta com três crianças com paralisia cerebral.

Pode se dizer que hoje a escola progride no que diz respeito à inclusão. Tudo é acompanhado de perto pela direção e coordenação da escola.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

REFERÊNCIA:

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian.
Inclusão: **Um Guia para Educadores**. Trad.
Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Mé-
dicas Sul, 1999.

ARTIGO 30

AUTORA:

Maria Oliveira Costa

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E O DESAFIO DA ESCOLA

Resumo

O artigo aborda a questão da violência escolar em escolas públicas da região metropolitana Belo Horizonte situadas em áreas de risco. E ainda como a violência pode transformar uma realidade marcada por vários problemas sociais.

O presente artigo aborda a questão da violência e como as escolas públicas do ensino fundamental da região metropolitana Belo Horizonte vêm enfrentando esse desafio no dia-a-dia.

A escola em questão oferece hoje uma educação de qualidade, pois é de grande interesse por parte dos educadores e pais, enquanto meio de responder aos problemas sociais que permeiam a comunidade escolar, principalmente de baixa renda. Nesse sentido, torna-se necessário e de extrema valia que os envolvidos nesse processo criem alternativas e planos de ação visando melhorias no ensino-aprendizagem.

Na sociedade atual, várias crianças e adolescentes convivem constantemente em risco social, passando por situações de violência simbólica, discriminação e rejeição. Além disso, são privadas das oportunidades que as fariam conscientes de seus direitos e deveres, que as levariam à valorização das regras morais e de boa convivência. Essa privação faz com que haja nesses alunos baixa da auto-estima e a não conscientização da posição de cidadãos críticos e reflexivos que devem assumir.

O ambiente escolar, como um local de socialização, deve favorecer o resgate dessas crianças e jovens do risco social. Essa é uma tarefa coletiva, pois segundo Makarenko: “A prática pedagógica é a organização do coletivo, para a educação da personalidade no coletivo e somente através do coletivo”.

Uma escola comprometida com a formação integral não pode deixar de trabalhar conceitos indispensáveis na construção do homem que se deseja. Cidadania e paz têm de fazer parte do trabalho da escola, quando o que se visa é a mudança da própria sociedade.

Segundo Bourdieu (1966),

A preocupação de ajustar o ensino às características individuais não surge somente do respeito às pessoas, do bom senso pedagógico. Ela faz parte de uma exigência de igualdade; a indiferença às diferenças transforma as desigualdades iniciais, diante da cultura, em desigualdades de aprendizagem e, posteriormente, de êxito escolar.

Na escola, através do trabalho de campo, pôde-se observar e tomar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos, porém a mesma não consegue o apoio do conselho tutelar ou mesmo da família para solucionar os problemas mais simples, o que dificultando bastante o trabalho da escola.

A escola possibilita meios de oferecer uma educação de qualidade, proporcionando reforço escolar, oficina pedagógica e quadra poliesportiva para a prática de atividades físicas e esportivas.

Com o trabalho que se desenvolve, nota-se uma mudança de comportamento, de atitudes por parte de alguns alunos. Como a escola está inserida em áreas de risco, o desafio é maior: proporcionar aos alunos uma educação de qualidade e fazer com que os mesmos desejem para si melhorias e transformações. A participação de todos altera positivamente o comportamento que existe na escola, sendo de fundamental importância o papel assumido por ela no processo de construção de valores, favorecendo

a formação dos alunos como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres em nossa sociedade.

Observa-se, portanto, que a educação, como formadora de nossos jovens, como provedora dos recursos humanos ou como instrumento de autoconscientização e integração, é o elemento com maior poder na conquista de qualidade de vida e de justiça social, uma vez que é ela que produz modificações, a fim de atuar positivamente na sociedade.

Com esse estudo, foi possível perceber o quanto é significativo o trabalho realizado pelas escolas para com os envolvidos no processo: alunos, professores e comunidade.

Observou-se a necessidade de reflexão a respeito dos problemas educacionais, de forma a serem compreendidos dentro de uma visão global do complexo social e de suas implicações históricas.

Sendo assim, é indispensável que ela reflita criticamente sobre o que realiza, dando significado a cada ação, no sentido de estimular o jovem a pensar, a criticar e a buscar alternativas saudáveis de viver.

Como educadora considero este trabalho de valia para o nosso conhecimento social e profissional, ampliando e mudando a visão em relação às escolas situadas em periferias. Foi possível perceber que, com a efetiva implantação dos projetos e com o envolvimento dos atores, os problemas existentes podem se transformar e assim, realmente, fazer a diferença na formação dos alunos, levando-os a desenvolver um conjunto de competências pessoais e sociais, preparando-os para melhor corresponder e enfrentar as exigências do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Regina Lúcia Brandão. Informação e Cidadania contra as drogas. **Revista Amae Educando**. n. 271, ano XXX, outubro de 1997, p. 6.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Caderno Cedes**, v. 19, n. 47. Campinas, dez. 1998.

BAZILLI, Roberto Ribeiro (Org.). **Padrões de Saúde Pública entre os escolares de ensino de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo**. SEE, 1989.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Projetos Educacionais Especiais/Secretaria de Projetos Educacionais**. Brasília: MEC/SE PESPE, 1994.

CAPRILES, René. **Makarenko: O nascimento da Pedagogia Socialista**. São Paulo: Scipione, 1989. 183 p.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: Das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 183 p.

ARTIGO 3 I

AUTORA:

Marilda da Silveira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

HIPERATIVIDADE

Resumo

A equipe pedagógica de uma escola estadual localizada na região do Barreiro, ao perceber o comportamento diferenciado de um aluno repetente da 6ª série, procura os pais do aluno para verificar se ele tem conhecimento do problema detectado e se ele tem um acompanhamento especializado.

A equipe pedagógica da escola procurou os pais de Marcos¹ e questionou sobre o comportamento do aluno. Relatou que é um aluno muito agitado, tem dificuldades de aprendizagem, não consegue prestar atenção nas aulas, não permanece sentado em sua carteira e tem dificuldades em ficar sem falar.

Segundo as informações dos pais, foi feito um estudo de caso e desde os dois anos de idade ele tem acompanhamento de psicólogos, neurologista e psiquiatra, sendo diagnosticada a hiperatividade, estando em uso de medicamento.

A hiperatividade é uma desordem do déficit de atenção. Os sintomas variam de brandos e graves e podem incluir problemas de linguagem, memória e habilidades motoras. Embora a criança hiperativa tenha, muitas vezes, uma inteligência normal ou acima da média, o estado é caracterizado por problemas de aprendizado e comportamento.

A criança com hiperatividade apresenta os seguintes comportamentos:

- Dificuldade de concentração (a criança vive no mundo da lua);
- Não escuta quando lhe dirigem a palavra;
- Não aceita tarefas que envolvam trabalho mental;

- Não se envolve em brincadeiras e não as mantém por muito tempo;
- Tem dificuldade em aguardar sua vez;
- Fala sem parar;
- Não consegue parar sentado;
- Não consegue seguir regras;
- Fica ligada dia e noite.

Foi feita uma avaliação pedagógica do aluno e a equipe pedagógica especializada da escola observou as habilidades cognitivas e meta cognitivas, motoras e psicomotoras, interpessoais/afetivo, comunicacionais e habilidades acadêmicas nas disciplinas: língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências, bem como os conhecimentos e as capacidades do aluno, as dificuldades que apresentou e a intervenção pedagógica com o aluno em sala de aula.

Nas habilidades observadas, foi possível identificar que o aluno, apesar da falta de concentração e interesse, tinha um aprendizado bem elementar, possuindo todas as habilidades motoras normais, uma comunicação normal, um comportamento atípico, às vezes, apático em sala de aula e esperto em atividades desportivas.

Ele tem uma excelente comunicação com gestos e oralmente, consegue dar recados, é socialmente aceitável e gosta de esportes. Nas habilidades acadêmicas observadas, o aluno lê e escreve textos simples e consegue se comunicar oralmente, consegue resolver problemas simples, entende os fatos históricos e acontecimentos mais elementares.

O aluno tem noção de espaço e localizações no seu cotidiano e fora dele, algumas noções básicas dos conteúdos programáticos. Consegue compreender os hábitos de higiene, alimentação, fatos e importância da natureza e outras noções básicas.

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Nas dificuldades, o aluno apresenta pouca atenção mental, dificuldades na escrita, leitura razoável, dificuldade em interpretação de textos e situações problemáticas, sendo um aluno muito disperso e inquieto, o que dificulta sua aprendizagem. Não existem dificuldades motoras, o aluno tem dificuldades em conter reações nervosas, ficar quieto, concentrar-se. Apresenta erros de concordância verbal, escrita, pensamento lógico, criatividade e exposição de idéias e argumentação.

O aluno tem dificuldades de interpretação, pesquisa e construção do seu conhecimento, tem dificuldade em localizar fontes de informação. Apresenta dificuldades em pesquisar, não se interessa por anotações, não consegue localizar informações e estabelecer atitudes de estudo individualizado.

Nas intervenções pedagógicas desenvolvidas com o aluno em sala de aula, houve encaminhamento psicológico, com a família, o percurso do aluno foi decidido no conselho de classe e está matriculado no projeto Aluno de Tempo Integral com apoio pedagógico e de orientação educacional.

Nas habilidades acadêmicas, houve intervenções do conselho escolar, dos professores do ensino fundamental, dos professores do projeto, da família e orientação da equipe pedagógica quanto ao percurso do aluno.

Houve intervenção do conselho escolar, orientação da equipe pedagógica e aulas particulares, houve uma intensificação nas atividades de matemática, história, geografia e ciências, contando sempre com o apoio da família, da equipe pedagógica e dos especialistas que sempre acompanharam o aluno.

Após a finalização do estudo de caso, a equipe pedagógica tranqüilizou os pais dizendo que a escola procuraria formas adequadas de como poderia lidar com o aluno. A escola estaria à disposição dos pais para quaisquer dúvidas, pois o aluno receberá todo o apoio necessário, trabalhando várias intervenções para que fosse menos difícil o quadro do aluno

REFERÊNCIA:

BENCZIK, Edyleine Beline Peroni. **Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

ARTIGO 32

AUTORA:

Michele Cinthia de Souza Macedo Passos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, EM ESCOLAS INCLUSIVAS

Resumo

O presente artigo tem como referencial um estudo de caso de uma aluna com necessidades educacionais especiais, realizado em uma escola inclusiva. O objetivo foi investigar como o professor lida com o aluno que tem necessidades educacionais especiais. Nos relatórios da aluna com Síndrome de Down, o educador justifica o fracasso escolar da aluna pela falta de um atendimento individualizado devido à sua deficiência.

Educar é realizar uma obra de projeção sobre o futuro. A pedagogia tem de ser, acima de tudo, uma ciência de fins, uma ciência de direções. A educação é uma obra de projeção, no tempo e no espaço. Os seus resultados só podem ser verdadeiros quando o indivíduo se comporta na vida com a dignidade, a elevação e a firmeza requeridas pelas circunstâncias.

Segundo Rogers (1977, p. 108),

são três as condições fundamentais à aprendizagem: ter empatia, aceitar incondicionalmente o aluno e ser autêntico. A empatia permite que o educador compreenda os sentimentos do aluno e lhe comunique que ele está sendo compreendido. A aceitação positiva incondicional consiste em aceitar os alunos como eles são, sem julgá-los; a afeição do professor pelos seus alunos deve ser incondicional, o professor deve aceitar os alunos sem reservas. Ser autêntico, honesto ou congruente significa “ser-o-que-se-é”, a pessoa congruente se aceita e se compreende. Se o professor oferecer essas três condições, então, as crianças serão livres para aprender.

Através de um estudo de caso realizado em uma escola da municipal de Sarzedo, foi analisada a situação de uma aluna com Síndrome de Down.

drome de Down.

A aluna teve seu primeiro contato com a escolarização com quatro anos e meio. No ano de 2007, a aluna, então com quatro anos e meio, freqüentou uma creche em período integral durante um mês, pois não se adaptou.

A aluna foi matriculada em 2008, no 2º período da educação infantil, onde permanece até o momento. Ela não se adaptou ao período integral da escola, chegando a apresentar sintomas febris. A criança está a menos de um ano na escola atual, chegou a freqüentar um atendimento educacional especializado, por um período curto.

O diagnóstico clínico da criança é de síndrome de Down, atestado por um médico geneticista. A aluna não faz uso de medicamento, mas faz acompanhamento clínico com fonoaudiólogo e geneticista. A última consulta com o fonoaudiólogo foi em junho e última consulta com o geneticista foi em janeiro de 2008.

Como o objetivo central do trabalho foi analisar um estudo de caso, observamos como o professor se sente em relação à aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

Segundo o relatório de habilidades acadêmicas observadas pelo corpo docente da aluna com Síndrome de Down, destacam-se os seguintes resultados: decodifica as letras, porém não distingue umas das outras; decodifica os números, porém não distingue uns dos outros; nas disciplinas de História, Geografia e Ciências, a aluna acompanha oralmente de maneira razoável; a aluna apresenta dificuldades em raciocínio, registro e atenção.

No que diz respeito à intervenção pedagógica, só constava que a aluna necessitava de um atendimento mais individualizado

quanto ao acompanhamento de sua rotina escolar. Nas observações feitas pela pedagoga constava: “acreditamos que a presença de um profissional da área da educação para atender a aluna de forma individualizada seria de suma importância para incentivá-la no cotidiano escolar”.

Ao término do estudo desenvolvido, pôde-se perceber que, se o profissional da educação não tiver uma formação continuada que o capacite para trabalhar com a inclusão, nada será feito pelo aluno, que precisa do apoio e da atenção do professor. O educador irá sempre esperar a ajuda de um terceiro. Na verdade, ao invés de educar o aluno, ele o estará excluindo.

Que inclusão é essa que o aluno com necessidades educacionais especiais, para aprender, precisa de outro profissional que irá atender essa criança individualmente, reforçando sua incapacidade de aprender juntamente com as outras crianças da classe?

Percebe-se o quanto o educador está inseguro com a inclusão. Não se trata de um julgamento, se o professor é competente ou não, e sim de abrir os olhos do governo, para que ele invista em seus profissionais da educação, para que não prejudiquem os alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso incluir sim, mas com competência, com sabedoria e preparação.

REFERÊNCIA:

ROGERS, Carl. **Liberdade para aprender**. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ARTIGO 33

AUTORA:

Nayara Maria Gomes da Costa

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA INDISPENSÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO

Resumo

Este artigo baseia-se no estudo de caso de um aluno com problemas no comportamento, advindos do ambiente familiar, identificados pela coordenadora pedagógica da escola. Além disso, apresenta uma análise sobre a relação família e escola e salienta a importância dessa parceria para o desenvolvimento do educando.

Miguel¹, 8 anos, é aluno da 1ª série do ensino fundamental de uma escola da rede estadual, localizada na periferia de Belo Horizonte. O aluno pertence a uma família de classe social baixa e convive em um ambiente familiar muito complexo.

Segundo relato da coordenadora da escola, ele tem problemas comportamentais, é agitado, desobediente e agressivo. E, de acordo com a professora, seu comportamento rebelde prejudica o seu rendimento escolar.

Diante desse quadro, o aluno foi chamado para uma conversa junto à coordenação, que constatou que a situação dele era preocupante, pois ele agredia as pessoas com palavras, era intolerante e brigava com os colegas por qualquer motivo.

A mãe de Miguel foi convocada várias vezes pela escola para uma reunião com a coordenadora. Mas nunca comparecia, alegando estar muito atarefada.

Após ser comunicada que a escola pretendia acionar o Conselho Tutelar, a mãe do aluno compareceu. Quando questionada sobre a conduta do filho na escola, ela relatou que Miguel havia modificado o seu comportamento desde o assassinato do pai, que acontecera há um ano. Emocionada, não se conteve ao dizer que a criança presenciara a cena do crime, fato que a coordenadora pedagógica desconhecia.

Diante disso, a coordenadora sugeriu que

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Miguel fizesse um acompanhamento psicológico, pois estava abalado emocionalmente, desmotivado e deprimido, o que refletia no seu comportamento.

A direção da escola pediu ajuda a uma psicóloga que trabalha como voluntária em uma ONG instalada na comunidade onde a escola funciona. A psicóloga atendeu a solicitação da direção e iniciou suas terapias com êxito.

A coordenadora da escola constatou também a necessidade de uma intervenção pedagógica interna, que foi realizada em sala de aula por meio de trabalhos e dinâmicas em grupo, que tinham como objetivo motivar a interação e estimular a socialização do aluno com os demais colegas da turma.

Além disso, a coordenadora pedagógica sugeriu que a professora investisse em jogos e brincadeiras, com a finalidade de trabalhar regras e afetividade.

Considerando a atuação da coordenadora pedagógica neste estudo de caso, é importante ressaltar que formar um cidadão não é tarefa apenas da escola. No entanto, como local privilegiado de trabalho com o conhecimento, a escola tem grande responsabilidade nessa formação, pois recebe crianças e jovens, possibilitando-lhes construir saberes indispensáveis para sua inserção social. A família, nesse processo, também desempenha um papel muito importante por contribuir com a formação e o desenvolvimento do aluno. É ela que disciplina e estimula a criança em várias etapas de sua vida, inclusive a escolar.

Portanto, é necessário que a escola e a família se interajam e compartilhem as responsabilidades, buscando soluções para compreender e resolver os problemas que surgem no âmbito educacional. Pais e professores devem caminhar juntos, pois têm o

mesmo objetivo: preparar esses sujeitos para a vida.

Nesse sentido, Parolin (2005) afirma que toda aprendizagem é resultado da parceria essencial entre a família e a escola. Sendo assim, a aprendizagem acontecerá de forma mais prazerosa e eficaz na medida em que a família assumir a responsabilidade com seu filho na escola, dando-lhe o apoio necessário e trabalhando em parceria com a instituição de ensino.

Dias (1992) acrescenta que é em família que a criança constrói seus primeiros vínculos com a aprendizagem e forma seu estilo de aprender.

Por isso é importante que a escola se preocupe em estreitar os laços com a família, pois ambas são pontos de sustentação de um ser humano e, quando interagem em prol da formação de nossos educandos, proporcionam aos alunos a solidez e a confiança necessárias para que, nas etapas posteriores de ensino, se consolide para cada um desses alunos uma formação da melhor qualidade.

Portanto, é necessário que a escola e a família sintam-se parceiras nessa preciosa tarefa de educar, para que o aluno se desenvolva e supere as dificuldades existentes.

As intervenções pedagógicas começaram no início do segundo semestre de 2008 e, de acordo com a coordenadora pedagógica da escola, o aluno apresentou melhorias em seu comportamento.

REFERÊNCIAS:

DIAS, Maria Luiza. **Vivendo em família**: relações de afeto e conflito. São Paulo: Moderna (Coleção polêmica), 1992.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores**: a relação entre família, escola e aprendizagem. Curitiba: Positivo, (Série práticas educativas), 2005.

ARTIGO 34

AUTORA:

Patrícia Aparecida da Silva

Endereço eletrônico: patriciaasilva@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO COTIDIANO ESCOLAR

Resumo

O presente artigo aborda a importância das observações dos professores quanto às dificuldades apresentadas por seus alunos e as possíveis intervenções para facilitar a superação das dificuldades apresentadas.

O problema foi percebido em uma escola da rede pública municipal de Belo Horizonte, pela professora Magda¹, substituta, ao deparar com a aluna Adriana². Quando viu a professora Magda, Adriana ficou estática, sem mexer um músculo sequer. Foi necessário que uma colega a levasse à sua carteira, para que ele pudesse se assentar. A professora achou estranha a reação da aluna e passou a observá-la, percebendo algumas dificuldades psicomotoras. Magda levou o “problema” à coordenadora, que chamou os pais e encaminhou a criança para especialistas. Estes ainda não conseguiram concluir o diagnóstico do problema.

No entanto, alguma coisa tinha que ser feita. Como Magda é pedagoga e sabe das responsabilidades quanto à construção do ser humano, como membro de uma sociedade, sua função era intervir de alguma forma para ajudar aquela criança. Adriana tinha que interagir com as demais pessoas da escola; assim, a professora iniciou seu trabalho a partir de suas práticas educativas.

E essa afirmação é reforçada por Schimied-Kowarzik (1983) citado por Libâneo (2002, p. 32):

A educação é função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da re-

generalização de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais.

Magda começou sua intervenção trabalhando a socialização com jogos e brincadeiras que enfocam a afetividade e a confiança de Adriana e toda a turma, a coordenação motora nas aulas de educação física onde desenvolvia atividades de domínio do equilíbrio, a consciência do próprio corpo, a organização do esquema corporal e a orientação no espaço, o controle e a eficácia das diversas coordenações globais e parciais, ou seja, maiores possibilidades de adaptações ao mundo exterior.

Segundo Picq (1988, p. 21), “a educação psicomotora é uma ação pedagógica e psicológica, utilizando meios da educação física, com o objetivo de normalizar ou melhorar o comportamento da criança”. O que reforça as estratégias adotadas por Magda para obter um bom resultado no processo de reeducação psicomotora e de socialização de Adriana.

Submetida a atividades simples, Adriana passou a realizar atividades até então jamais desenvolvidas por ela. Sua coordenação motora, que era bastante comprometida, melhorou muito e ela passou a construir garatujas, andar com mais facilidade, brincar com todos os seus colegas e interagir com as pessoas fora de seu contexto familiar. Hoje, Adriana brinca com outros alunos normalmente e seu desenvolvimento é notá-

1. Nome fictício, para preservar a identidade da professora.

2. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

vel a cada dia. Seus pais estão muito felizes com seu desenvolvimento, embora haja uma grande caminhada a ser percorrida. Com o retorno da titular, a professora Magda saiu da escola, mas suas intervenções foram de grande valia para o desenvolvimento dessa criança.

Com isso conclui-se que uma professora sensível é capaz de encontrar pequenos e grandes problemas que podem ser sanados com medidas simples, basta fazer com que essas crianças sejam percebidas e assistidas. Nesse sentido, a educação torna-se uma prática social atuante na configuração da existência humana individual e grupal. As intervenções necessárias para que as crianças possam viver bem em sociedade são deveres do educador, mas vale a pena ressaltar que a ajuda da família é de fundamental importância para que o exercício da práxis seja favorável na resolução dos problemas que possam vir a surgir no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS:

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

PICQ, Lawrence. **Educação Psicomotora e Retardo Mental.** Tradução Antonio Francisco Magalhães Cardoso. São Paulo: Editora Manole, 1988.

ARTIGO 35

AUTORA:

Patrícia Rodrigues Rosa

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso feito em uma escola estadual de Belo Horizonte, enfatizando a dificuldade de aprendizagem de um dos alunos das séries iniciais que apresenta baixa visão.

O artigo apresenta o estudo feito com o aluno Marcelo¹, com oito anos de idade, estudante da 2ª série/9 do ensino fundamental numa escola pública de Belo Horizonte.

Marcelo estudou anteriormente em outra escola municipal tendo sido transferido por preferência da família, por morarem mais próximo da escola atual.

De acordo com a supervisora, Marcelo chegou à escola apresentando um comportamento diferente dos demais alunos. Sempre desanimado, não conseguia acompanhar a turma, dormia nas aulas e não interagiu com os outros alunos, se isolando deles. Já é o segundo ano que o Marcelo está na escola e há um ano e seis meses que a supervisora procurou a família informando as dificuldades que seu filho apresentava.

A professora explicou a situação de seu aluno para a supervisora e pediu ajuda a ela para juntas procurarem solucionar ou amenizar o problema que estava afetando a aprendizagem de Marcelo.

No início, os familiares apresentaram resistência, argumentando que ele estava apenas com preguiça de estudar, porque em casa ele é muito atento e age normalmente.

A supervisora e a professora continuaram a observar o Marcelo em suas atividades e a cada dia percebiam o quanto ele estava piorando. Chegaram algumas vezes a fazer algumas reuniões informais com o próprio

aluno para tentar sondar alguma coisa com ele, mas nada falava.

Inicialmente, achavam que ele apenas era uma criança tímida, propuseram a ele que se assentasse em das primeiras cadeiras, mas ele se recusou. Continuaram a pesquisa e descobriram que os outros alunos o titularam de “burro”, pois não aprendia nada e não copiava nada que estava escrito no quadro. Seu caderno não tinha registro nenhum e o que estava escrito sempre estava incompleto.

Certa vez, a professora, explicando uma atividade em sala, percebeu que o Marcelo estava com os olhos meio retraídos e achou estranho e lhe perguntou se estava com alguma dificuldade. Ele respondeu que não e que tudo estava normal.

Após alguns meses de observação, a professora e a supervisora decidiram comunicar à família sobre as suspeitas que elas tinham sobre a dificuldade do Marcelo. Pediram aos pais que procurassem um profissional da saúde, mais precisamente um oftalmologista, pois acreditavam que fosse algum problema de visão, que pudesse ser resolvido com os óculos.

Os pais concordaram em levar o filho, mas não o fizeram de imediato.

A escola novamente teve que intervir, informando aos pais que procurassem um especialista com urgência, senão seu filho seria muito prejudicado, podendo até repetir o ano por não conseguir acompanhar a turma nas atividades.

Vendo que nada adiantou, a instituição encaminhou o aluno para um oftalmologista, que confirmou as suspeitas. Só não imaginavam que fosse tão grave: Marcelo tem baixa visão.

Os pais têm grande parcela de contribuição nessa dificuldade de aprendizagem

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

apresentada pelo Marcelo. Muitas vezes os pais negligenciaram, não buscando ajuda nem observando atentamente as atitudes diferentes que seu filho demonstrava.

Ao identificar o problema que causa a dificuldade de aprendizagem de Marcelo, foi possível ajudá-lo e incluí-lo. Na sala, ele está assentando em uma das primeiras cadeiras, a supervisora e a professora estão elaborando atividades adequadas à sua necessidade. Hoje, pode-se perceber o quanto o desenvolvimento do Marcelo melhorou, bem como seu relacionamento com os outros alunos.

É de extrema importância que se observemos e fiquemos atentos aos alunos que estão no interior das escolas, para que possamos ajudá-los. Assim, é possível intervir e alcançar a desejada inclusão, um direito irreversível.

REFERÊNCIA:

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão - Um Guia para Educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ARTIGO 36

AUTORA:

Poliana Caetana da Silva

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

AS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DO EDUCANDO E O OLHAR ATENTO DO SUPERVISOR ESCOLAR

Resumo

As mudanças hormonais na adolescência podem provocar mudanças de comportamento, irritabilidade e desinteresse, porém é importante estar atento quando esses comportamentos provocam indisciplina e agressões físicas. Retrata uma adolescente de uma escola estadual envolvida com o mundo das drogas.

Irritada, agressiva, teimosa, respondona, desinteressada, eram reclamações constantes dos professores no horário de intervalo sobre a aluna Paula¹ de 16 anos da turma 704. Tal postura já era percebida por funcionários da escola havia semanas, porém não se importaram, acreditando ser apenas coisas da idade.

As mudanças de comportamento geraram desinteresse em participar das aulas, que passou a não assisti-las, desrespeitou normas da escola e causou inimizades. Diante dessas atitudes, entendidas como fora do padrão aceitável, ela passou a ser tratada com rejeição e indiferença pelos alunos e por alguns professores.

Paula começou a se relacionar com uma aluna, trocando carícias e beijos à vista de alunos com sete e oito anos de idade, no horário de aula, gerando grande tumulto. Os pais dessas crianças exigiam explicações da escola. A partir dessas cobranças externas, a supervisora tomou iniciativa.

A aluna recebeu advertência pelo comportamento e por estar fora de aula sem permissão. Gritos e falas de preconceito foram suas respostas para aquela posição da supervisora, que exigiu um comportamento e postura de aluna, dando o caso por encerrado. Um momento para se aproximar e conversar o sobre as mudanças de atitudes foi perdido, a supervisora não escutou a aluna.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

Matos (2006, p. 34) relata que:

Saber ouvir transcende o ato de escutar; é compreender a pessoa que se expressa; é entender a mensagem que ela transmite; é assimilar o que é dito por palavras, atitudes, gestos ou silêncio; é perceber a grandeza da essência da comunicação e do diálogo; é alcançar a plenitude do relacionamento humano.

Os problemas continuaram na semana seguinte, com acréscimo de agressão física e perturbação no horário de aula em outras turmas. A supervisora estava diante de um confronto e precisava de soluções. Em conversa com os professores, eles foram os primeiros a sugerirem a presença dos pais, pois consideravam a aluna um caso perdido e desejavam sua transferência, uma vez que atrapalhava muito quem queria estudar.

Os pais foram convocados e a aluna somente entraria na escola com a presença do responsável. O pai compareceu e informou estar desesperado, pois a filha havia mudado muito, estava agressiva e muito respondona, e pediu ajuda à escola.

Na semana seguinte, a aluna não compareceu à escola, mas foi vista pelos colegas em um bar na frente da escola com um senhor com mais de 50 anos de idade que, segundo consta, é integrante de um grupo de traficantes do bairro.

A supervisora, diante da situação, percebeu que a aluna estava perdida e que não podia deixar os estudos. Procurou Michelle², sua irmã que estudava no outro turno e cuja professora de português dava aula para as duas.

A supervisora procurou a professora, relatou o caso para, juntas, procurarem uma

2. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

solução, e a professora ficou incumbida de conversar com a irmã de Paula com objetivo de compreender o que estava acontecendo com a aluna.

Paula e a irmã compareceram na escola no dia seguinte. A supervisora e a irmã conversaram com ela, explicando-lhe o perigo desse envolvimento e o tempo de estudos que estava perdendo, pois já havia repetido série mais vezes e suas notas estavam ruins. A aluna sentiu-se envergonhada e contou que há um mês estava usando maconha e que não queria continuar, mas estava triste na escola, não tinha amigos e alguns professores não lhe davam atenção.

A partir dessa conversa, a supervisora compreendeu a mudança de comportamento e pediu a ela que procurasse uma ajuda psicológica e combinou com Paula que durante o horário de educação física as duas iriam conversar.

Com os professores, fez uma reunião na qual se propuseram que todos escutassem os seus alunos e promovessem rodas de discussão sobre adolescência, drogas, medo e futuro profissional, com o objetivo de que todos percebessem que passam pelas mesmas incertezas na adolescência, mas existem várias maneiras de encarar a realidade. Diante a importância do diálogo como formação do sujeito, Vieira (2003, p. 84) diz:

Da interação que ocorre no interior da escola entre os professores como colegas, com os alunos e os coordenadores, decorre a construção de identidades profissionais e a formação de valores, atitudes e concepções de educação, de homem e de sociedade; um processo contínuo e complexo.

Com o apoio psicológico, foi diagnosticado que a aluna estava depressiva e, como estava em quadro de tristeza, pode ter iniciado o uso de entorpecente para suprir sua solidão. Passaram-se três da identificação do problema e a aluna ainda está em tratamento. Segundo Tiba (2005, p. 138), "*muitos jovens atribuem à maconha poderes que ela não tem, num preconceito positivo.*"

Atualmente, a aluna tem a supervisora como referência e confidente, suas notas e comportamento melhoraram, está mais próxima dos amigos e dos professores e o risco de se envolver com as drogas, segundo relatório psicológico, são mínimos.

A intervenção neste caso foi no princípio e a família mostrou-se colaboradora. Em alguns casos, no entanto, a intervenção não ocorre a tempo ou não tem suporte da família. Por isso temos como resultado muitos jovens perdidos pelos mundos das drogas

O profissionalismo, a persistência e a sensibilidade da supervisora foram de extrema importância. No momento em que todos haviam desistido da aluna, ela buscou encontrar soluções, pois acreditava que o que a aluna vivia era momentâneo e que, se não tivesse ajuda, poderia sofrer conseqüências piores para o futuro.

REFERÊNCIAS:

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TIBA, Içami. **Adolescentes: Quem ama, educa!** São Paulo: Integrare Editora, 2005.

MATOS, Gustavo Gomes. **A Cultura do Diálogo: Uma Estratégia de Comunicação nas Empresas**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2006.

ARTIGO 37

AUTORA:

Pollyanna Barbieri Pazzini

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

TRANSTORNO F70: UM ESTUDO DE CASO

Resumo

O presente artigo relata o estudo de caso de um aluno que foi acompanhado por especialistas desde os seus 9 anos de idade, tendo um diagnóstico e tratamento errados por anos, o que interferiu em todo o seu desenvolvimento educacional e sua socialização. Seu diagnóstico verdadeiro foi dado quando o adolescente já tinha 16 anos, através de interferências de familiares.

O caso objeto do estudo foi o do adolescente Lucas¹, hoje com 17 anos, aluno do 1º ano do ensino médio.

A trajetória de Lucas junto a especialistas iniciou-se quando ele tinha mais ou menos 9 anos de idade, através de um pedido de encaminhamento feito por sua professora na época, devido ao seu baixo rendimento e à desmotivação.

A mãe de Lucas começou sua caminhada levando-o a uma psicopedagoga, que o acompanhou durante 2 anos, sem obter resultado satisfatório. Em seguida, foi encaminhado para um renomado psiquiatra, que o deu o diagnóstico de TDAH.

A família de Lucas sentiu-se aliviada por saber o diagnóstico. Nessa época, ele já estava com 12 anos e mantinha um rendimento muito abaixo da média, era desmotivado, tinha baixa auto-estima e apresentava dificuldades de relacionamento com seus pares de idade, era muito imaturo e “inocente” para sua idade, sendo a “chacota” da sala, o bobão, por isso às vezes brigava com colegas, demonstrando muita agressividade.

O psiquiatra receitou-lhe um medicamento que o deixaria mais “tranquilo”, a Ritalina®, mas o efeito foi desastroso. Lucas ficava a maior parte do tempo dopado, o que contribuiu para que seu rendimento escolar caísse mais ainda, pois não conseguia pres-

tar atenção ou se concentrar. No entanto, a família se mostrou satisfeita com o efeito do remédio, pois Lucas não demonstrava mais agressividade e os problemas disciplinares na escola diminuíram.

Lucas mudou de escola, a mãe o matriculou em uma escola especial, pois achava que lá o garoto teria uma atenção mais adequada, voltada para sua aprendizagem, mas ele piorou ainda mais, não se adaptou à escola, pois era uma escola especial com alunos com deficiência mental e síndromes diversas em uma mesma sala. Muitos colegas eram agressivos e um em especial, psicótico, o ameaçava. Lucas então voltou a ter problemas disciplinares na escola, além do baixo rendimento.

Lucas fez provas de seleção em várias escolas, mas não passou em nenhuma. Sua mãe queria que estudasse em escolas tradicionais, que não atendiam às reais necessidades dele.

Através da pressão de alguns familiares, a mãe de Lucas suspendeu o uso de Ritalina® e o levou a um especialista em homeopatia, o que ajudou muito, pois ficou menos agressivo e com um poder de concentração um pouco maior. Começou a ter aulas particulares diariamente, o que facilitou o processo, melhorando a auto-estima e motivando Lucas.

Após 2 anos do início do tratamento homeopático, Lucas começou a fazer também um acompanhamento psicológico e, aos poucos, foi melhorando seu rendimento na escola.

Duas pessoas da família começaram a questionar o diagnóstico dado a Lucas e “induziram” sua mãe a levá-lo a uma neuropediatra. Descobriu-se, então, que o garoto esteve o tempo todo com diagnóstico errado e que o uso da Ritalina® só havia pre-

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

judicado ainda mais o seu desenvolvimento escolar e disciplinar. O real diagnóstico de Lucas é Transtorno F70, que, segundo Datasus – CID10, é caracterizado por “Amplitude aproximada do QI entre 50 e 69 (em adultos, idade mental de 9 a menos de 12 anos). Provavelmente devem ocorrer dificuldades de aprendizado na escola. Muitos adultos serão capazes de trabalhar e de manter relacionamento social satisfatório e de contribuir para a sociedade”.

A neuropsiquiatra que atende Lucas disse que não é necessário o uso de medicação e o progresso percebido até então era a maturação “natural” do cérebro. Segundo ela, quando Lucas completar 20 anos de idade, será como os outros jovens de sua idade, tendo uma vida social tranqüila.

Hoje, ele tem ainda alguns problemas de concentração, raciocínio lógico e memorização, mas já está muito melhor do que quando entrou na escola em que estuda há 2 anos. Seu “tempo” é um pouco diferente dos outros alunos de sua sala, mas os professores respeitam esse “tempo” e o motivam muito.

Sendo assim, devemos intervir apenas nos pontos citados anteriormente, com:

Atividades de fixação (com repetições), principalmente em matemática;

Aulas particulares diárias, mantendo contato direto com o professor, estabelecendo atividades complementares como para casa, problemas matemáticos e desafios, para desenvolver o raciocínio lógico;

Revisão da matéria e correção de exercícios dados, sempre que possível.

Através do relato, podemos perceber a necessidade de um diagnóstico preciso, pois, no caso de Lucas, o diagnóstico errado acarretou um atraso em seu desenvolvimento e o uso desnecessário de um medicamento. A família é de fundamental importância em todo o processo, cabendo a ela incentivar e valorizar o adolescente.

Observamos também a importância de professores esclarecidos, que respeitam o “tempo” de seu aluno e o motivam o aprendizado.

REFERÊNCIA:

DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/webhelp/f70_f79.htm>. Acesso em: 10/11/2008.

ARTIGO 38

AUTORA:

Regiane Rodrigues Cristino

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

RECEBENDO ALUNO COM BAIXA VISÃO

Resumo

Este artigo aborda a questão de um aluno com baixa visão matriculado em uma escola pública de Belo Horizonte. Como os profissionais da educação ainda não estão capacitados para atender a essa demanda, existem professores que estão dispostos a trabalhar em conjunto, para que a aprendizagem de seus alunos se consolide com sucesso.

Nos estágios que realizamos durante o curso, deparamos com várias situações nas escolas que nos levam de encontro com a teoria que aprendemos dentro de sala de aula. Às vezes, com nossos conhecimentos, podemos auxiliar professores e alunos para solucionar alguns problemas que surgem no decorrer do ano letivo.

Na escola pública municipal em que fiz estágio, existia um aluno de baixa visão. Quando ele foi matriculado, a direção da escola ficou apreensiva quanto à possibilidade de realização de um trabalho de qualidade com esse “tipo” de aluno. Na escola, não havia professores capacitados plenamente para que a inclusão acontecesse de fato, mas como se tornou uma lei, a escola se deparou com uma situação nova.

De acordo com Sasaki (2005),

A inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade, de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve

ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Victor¹ tem nove anos e cursa a segunda série do Ensino Fundamental. Ele estudava em uma escola da rede estadual e este ano foi matriculado na Escola Reviver² por ser uma escola “inclusiva”. Sua mãe acreditava que nessa escola o aprendizado de seu filho seria melhor, já que ele estava “atrasado”.

Segundo a mãe, Victor possuía o diagnóstico de baixa visão, devido a sua Alta Miopia, que é um defeito de refração elevado (\geq a 6 dioptrias), freqüentemente hereditário, associado a outros aspectos degenerativos. O risco de descolamento de retina é elevado, devendo ser tomadas as precauções necessárias.

Segundo a Secretaria de Educação Especial – MEC, a definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa, devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual interferindo ou limitando a execução de tarefas e o desempenho geral.

Uma pessoa com baixa visão apresenta grande oscilação de sua condição visual, de acordo com o seu estado emocional, as circunstâncias e a posição em que se encontra, dependendo das condições de iluminação natural ou artificial.

A baixa visão traduz-se numa redução do rol de informações que o indivíduo recebe do ambiente, restringindo grande quantidade de dados que este oferece e que são importantes para a construção do conhecimento sobre o mundo exterior. Em outras palavras,

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.
2. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

o indivíduo pode ter um conhecimento restrito do que o rodeia.

Victor é alfabetizado, porém sentia grandes dificuldades para enxergar o que a professora escrevia no quadro. Usa óculos e sua mãe estava sempre em contato com a professora para que, juntas, pudessem realizar um trabalho de qualidade para Victor.

A escola ainda utilizava mimeógrafo e as letras das atividades eram muito claras, o que dificultava a visualização para Victor e, conseqüentemente, seu rendimento era prejudicado.

A professora se esforçava em disponibilizar para Victor atividades com letras mais escurecidas, (a professora contornava com caneta preta a atividade que era mimeografada). Foi sugerido para que a professora utilizasse atividades digitadas e impressas com letras em caixa altas e fonte 22 - 24 (Arial) para que a compreensão de Victor fosse facilitada.

O aluno se curvava sobre os cadernos para conseguir realizar as atividades, o que estava lhe causando dores nas costas e, possivelmente, poderia afetar sua postura futuramente. Foi sugerido que a escola adquirisse uma carteira de plano inclinado (uma carteira cuja base poderia ficar de várias alturas para auxiliar o aluno).

A partir de conhecimentos adquiridos em outros estágios e na faculdade, pude sugerir para a direção e a professora de Victor algumas mudanças para favorecer o aluno e o trabalho da professora:

- Colocar Victor na primeira carteira da fila do meio, assim, poderia auxiliá-lo a enxergar toda a extremidade do quadro; se necessário, colocá-lo próximo ao quadro. Observar também se não existe reflexo de iluminação no quadro;
- Disponibilizar atividades com contraste - azul/amarelo, verde/azul, branco/preto;
- Utilizar lápis 4B ou 6B, pois lápis comuns tornam a leitura um pouco difícil para alunos com baixa visão;
- Estimular a autonomia de Victor, pois ele tem regras estabelecidas a cumprir dentro da escola e da sala de aula;

A partir de execução de algumas sugestões feitas à professora e à coordenação da escola, pôde-se notar certa melhora na aprendizagem de Victor, uma vez que este passou a executar suas tarefas com mais prazer. Este resultado também foi percebido

pela mãe, que relatou à professora o interesse demonstrado por Victor pelas atividades com melhores contrastes que eram disponibilizados para o aluno.

A escola se propôs a adquirir a carteira de plano inclinado, já que poderia também servir para outros alunos, se Victor não estivesse mais nesta escola nos próximos anos.

Diante o caso, pode-se perceber que o trabalho em conjunto, visando um objetivo que é o de auxiliar o aluno no seu crescimento e na sua aprendizagem, torna-se possível uma vez que a professora e a coordenação dão liberdade para que essa troca de experiência aconteça e o aprendizado do aluno se consolide com sucesso.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica. **Compreender a Baixa Visão**. Portugal, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica. **Alunos Cegos e com Baixa Visão**. Portugal, 2008.

LIMA, Eliana Cunha; FELIPPE, Maria Cristina Godoy Cruz. **Convivendo com a Baixa Visão: da criança à pessoa idosa**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 2007.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. MEC. Brasília/DF, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Inclusão - revista da educação especial, out./2005.

ARTIGO 39

AUTORA:

Renata Alves Marçal

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ESCOLA NOS DIAS ATUAIS

Resumo

Este artigo relata a questão da participação da família no acompanhamento do progresso escolar dos filhos. Embora, nos dias atuais, as famílias muitas vezes delegam à escola suas responsabilidades pela educação das crianças, não há como prescindir de um envolvimento familiar, principalmente quando a criança apresenta sinais de desvios e transtornos.

A educação, no Brasil, tem enfrentado grandes desafios que nos remetem a um novo pensar, a uma nova forma de agir e, principalmente, a repensar novas práticas pedagógicas dentro do contexto escolar. Atualmente, um dos principais aspectos que vem se alterando com maior intensidade diz respeito às responsabilidades que são atribuídas à família.

Hoje em dia, a presença das mulheres no mercado de trabalho, dividindo suas despesas mensais com maridos/companheiros, tornou-se normal. Dessa forma, a criança é inserida cada vez mais cedo no ambiente escolar e essa inserção precoce tem forçado as escolas a ampliar suas tarefas para além dos compromissos educacionais.

Durante a realização do estágio de supervisão escolar em uma escola privada em Belo Horizonte, tive a oportunidade de acompanhar as dificuldades enfrentadas por uma educadora da 4ª série do Ensino Fundamental com um aluno. Ele tem 11 anos de idade e freqüenta a escola desde o maternal III.

Diversas vezes presenciei a educadora adentrar a sala da Coordenação Pedagógica reclamando do aluno. Em outras circunstâncias, o próprio aluno lá aparecia, conduzido pela professora, para realizar as tarefas escolares pendentes, ou para conversar com a coordenadora e, posteriormente, com a diretora. Enquanto isso, o restante da

turma seguia para as aulas especializadas ou mesmo para o recreio. Além dos deveres de casa, que sempre não eram concluídos, a professora relatou que durante as aulas o aluno se comportava de maneira estranha. Às vezes, dormia durante as aulas, chegava à sala de aula e nem abria a mochila para retirar os materiais e ficava sempre calado e pensativo.

Na maioria das vezes, provocava e agredia os demais colegas com palavras desrespeitosas. Segundo a professora, em algumas ocasiões, o aluno demonstrava grande interesse pelo tema proposto durante as aulas, de maneira participativa e obtendo resultados satisfatórios nas avaliações.

A cada dia a professora percebia que o comportamento do aluno não condizia com os demais alunos da turma. Explicitou a situação à Coordenadora, os pais foram convocados para uma reunião a fim de buscar subsídios que pudessem ajudá-los a compreender a situação e esclarecer o que havia de errado.

A coordenadora e a professora adotaram inúmeras alternativas, porém não estavam surtindo resultado até aquele momento. Mesmo assim, não houve nenhuma modificação em sua conduta. Elas já não conseguiam conversar com os pais pessoalmente. Os únicos contatos ocorreram através de bilhetes na agenda escolar do aluno ou em raros telefonemas da coordenadora.

A instituição adota o sistema de dividir o ano letivo em três etapas. A mãe assustou-se com as notas no boletim do filho ao chegar ao final da segunda etapa, porque corria sério risco de ser reprovado direto, sem direito a fazer recuperação. Nesse momento, ela resolveu marcar um horário de atendimento com a professora e a coordenadora, quando, enfim, tomou consciência da situação

problemática de seu filho dentro da sala de aula. A mãe estava inconformada e questionando os motivos que levariam seu filho a comportar-se de maneira estranha, pois o considerava uma criança inteligente e até mesmo com um desenvolvimento adiantado para sua idade. A coordenadora orientou-a que buscasse um apoio especializado para seu filho, para avaliação e aconselhamento.

Após vários testes, o aluno foi diagnosticado como portador de Transtorno Bipolar. Segundo o Gentil Filho, trata-se de:

Algumas alterações funcionais do cérebro que possui áreas fundamentais para o processamento de emoções, motivação e recompensas. Na verdade, trata-se de um transtorno de humor que oscila entre o pólo da euforia, da mania ou da hipomania, do qual faz parte esse comportamento excitado e desorganizado, e o pólo da depressão, retomando a pessoa depois o equilíbrio sem grandes prejuízos comportamentais nem na integração das emoções e dos pensamentos. Se não distinguirmos a criança apenas rebelde e desafiadora da que tem um temperamento desfavorável, hostil e irritado porque é portadora de transtorno de humor bipolar e se quisermos educá-la com severidade exagerada, ela reagirá negativamente. Esse transtorno requer tratamento adequado.

A mãe contratou uma professora particular para que o aluno não fosse reprovado na escola, após o diagnóstico dado pelo neuropediatra, o que acabou surtindo um bom resultado. O aluno conseguiu recuperar suas notas perdidas e conseguiu ser aprovado, apesar de ter ficado em recuperação em Português e História.

Segundo a coordenadora, parece que a família não deu muita importância à deficiência de seu filho, ignorando o tratamento e o atendimento especializado.

Ao que tudo indica, a família continua “sem tempo” para o filho e transferindo para a escola a responsabilidade de, além de educá-lo, cuidar para que ele não leve para casa problemas que eles não estão dispostos nem demonstram interesse em solucioná-los.

REFERÊNCIA:

GENTIL FILHO, Valentim. **Conhecendo o inimigo**. Disponível em: <http://drauziovarella.ig.com.br/entrevistas/valentim_bipolar.Asp>

ARTIGO 40

AUTORA:

Rosângela Andréia Araújo dos Santos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

PROBLEMAS DISCIPLINARES E NA APRENDIZAGEM: REFLETINDO O OLHAR E A PRÁTICA EDUCATIVA

Resumo

Alguns alunos demonstram resistência a qualquer proposta. São agressivos, inquietos e têm dificuldade de aprender. Este artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos dos problemas de disciplina relacionados com os distúrbios de aprendizagem de aprendizagem.

As crianças, para se tornarem cidadãos com conhecimento, precisam de uma boa formação. Isso é possível quando se busca uma prática docente repleta de idéias, reflexões, leituras, discussões. Os professores querem sempre que seus alunos aprendam e se interessem pelo que vão aprender, mas quando apresentam resistência a qualquer proposta, respondendo de maneira agressiva ou com indiferença, não conseguindo ficar quietos, sentados, ou desenvolver qualquer atividade, essa prática educativa se transforma em um desafio.

Luana¹, educadora numa turma do 5ºano/9 de uma escola pública de Belo Horizonte, vivenciou essa situação. No princípio deste ano, recebeu em sua sala, o aluno Jorge², de 14 anos e com dificuldade acentuada na aprendizagem. Ele tinha problema disciplinar, não respeitava os colegas, não conseguia ficar quieto dentro de sala, subia nas carteiras e não conseguia desenvolver nenhuma atividade, por qualquer motivo ficava extremamente agressivo, apresentando total descrédito em relação a tudo o que ouvia, era difícil até mesmo para a professora a tarefa de corrigi-lo de forma construtiva. Luana solicitou a presença dos responsáveis para tentar resolver essa situação e descobriu que seu aluno se comportava da mesma forma em casa. A família não sabia

como agir com ele. Então, a professora solicitou uma avaliação de um especialista para a família. Passados alguns dias, ela recebe uma avaliação informando que Jorge tem hiperatividade, distúrbio de aprendizagem ocasionado por problemas neurológicos.

Para Galvão e Abuchan (2008),

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) não é uma doença, é um transtorno neurobiológico, inicialmente vinculado a uma lesão cerebral mínima. Nos anos 1960, devido à dificuldade de comprovação da lesão, sua definição adquiriu uma perspectiva mais funcional, caracterizando-se como uma síndrome de conduta, tendo como sintoma primordial a atividade motora excessiva. Existe também o Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA) sem hiperatividade. O transtorno nasce com o indivíduo e já aparece na pequena infância, quase sempre acompanhando o indivíduo por toda a sua vida. O transtorno se caracteriza por sinais claros e repetitivos de desatenção, inquietude e impulsividade, mesmo quando o paciente tenta não mostrá-lo. Existem vários graus de manifestação do TDAH. A dificuldade desse aluno em se alfabetizar provoca sérios problemas e atritos com o professor e a direção da escola. A combinação desses problemas com a hiperatividade e a impulsividade, por um lado, amplifica os problemas disciplinares e, por outro lado, gera no aluno uma aversão ao ambiente escolar.

O verdadeiro comportamento hiperativo interfere na vida familiar, escolar e social da criança. As crianças têm dificuldade em prestar atenção e aprender. Como são incapazes de filtrar estímulos, são facilmente distraídas. Essas crianças podem falar muito, alto demais e em momentos inoportunos.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da professora.

2. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Estão sempre em movimento, sempre fazendo algo e são incapazes de ficar quietas. São impulsivas. Não param para olhar ou ouvir. Devido à sua energia, curiosidade e necessidade de explorarem surpreendentes e aparentemente infinitas, são propensas a se machucar e a quebrar e danificar coisas. As crianças com hiperatividade toleram pouco as frustrações. Elas discutem com os pais, professores, adultos e amigos. Fazem birras e seu humor flutua rapidamente. Essas crianças também tendem a ser muito agarradas às pessoas. Precisam de muita atenção e tranquilidade. É importante para os pais perceberem que as crianças não entendem as regras, instruções e expectativas sociais. O problema é que elas têm dificuldade em obedecer. Esses comportamentos não são propositais, os mais caracterizados são tratados com medicamentos.

Jorge passou a tomar a medicação para o controle desse distúrbio e, aos poucos, a sua rotina foi sendo compreendida e incorporada ao cotidiano escolar. O aluno começou a aceitar as intervenções da professora e a apresentar menos resistência para realizar as atividades. Nesse movimento, começou a demonstrar os conhecimentos e conceitos construídos com a mediadora e a pedir ajuda frente a alguma dificuldade.

Segundo Orlandi (2002), é importante estar atento ao discurso, e não meramente à mensagem que desejamos transmitir, pois não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos. Conhecer as relações de força e sentidos que envolvem esse aluno pode auxiliar na amenização dos problemas disciplinares e na aprendizagem.

Torna-se, portanto, fundamental a capacitação de professores e dirigentes escolares sobre os temas abordados, para que possam melhor compreender e ajudar o aluno em suas dificuldades e desajustes, ao invés de se constituírem em mais um fator agravante desse desajuste.

REFERÊNCIAS:

DÉFICIT de Atenção e Hiperatividade. Disponível em <www.abcdasaude.com.br/artigo>.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4ª ed. Campinas (SP): Pontes, 2002.

ARTIGO 41

AUTORA:

Rosilene Patrícia dos Santos Assumpção

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

Professora interventora do Projeto Tempo Integral, E.E. Tomás Brandão

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ALUNO COM PROBLEMA DISCIPLINAR E COGNITIVO

Resumo

O objetivo desse artigo é especificar as principais dificuldades disciplinares e de alfabetização de um aluno da escola pública, visando a emergência em solucionar a sua agressividade com a ajuda de psicólogo e intervenções em grupo para vencer as dificuldades de escrita e leitura.

O artigo relata o estudo de caso de um aluno da rede pública estadual, hoje no 3º ano do Ensino Fundamental. O caso foi detectado pela professora e pela comunidade escolar, já que interferia no trabalho de toda a equipe escolar.

O estudo de caso tinha como objetivo compreender e buscar estratégias de intervenção para superar ou minimizar os problemas apresentados pelo aluno.

A metodologia utilizada foi a observação de aspectos indicadores de conflitos; a saúde, aspectos cognitivos, afetivos, emocionais, sociológicos e comportamentais. Essas observações foram feitas juntamente com o relato dos professores, no diálogo com o aluno, em momentos de descontração, bem como, com os colegas de sala. Decorrida essa etapa, foi proporcionada uma entrevista com os pais para uma anamnese, visando o direcionamento do estudo. Após as observações, a coordenadora reuniu os dados para propor possíveis intervenções.

O aluno ingressou na escola, na fase introdutória, demonstrando grande dificuldade de socialização. Agredia fisicamente colegas e professores. Não demonstrava interesse nas atividades propostas e até mesmo nas brincadeiras. Fazia muita birra, saía de sala com frequência e sem permissão.

Após o período de adaptação, o aluno passou por um período de observação feito pela coordenadora. Após, os pais foram chamados à escola. O problema foi exposto

a eles e a coordenação indicou o aluno para um acompanhamento com especialistas.

A família não se posicionou a respeito, mas, em 2007, o aluno melhorou bastante em relação à agressividade, porém, continuou apático, sem interesse. Até mesmo fora da sala de aula, em momentos lúdicos, ele apresentava resistência. Somente no final do ano, demonstrou maior interesse no processo de ensino-aprendizagem.

Foi diagnosticada a fase silábica na escrita. Ele continua fazendo birras, tendo atitudes infantis. Chora por qualquer motivo, fica emburrado, e quando está assim, não atende às pessoas, quando solicitado.

É um aluno totalmente inquieto. Mexe com os colegas, coloca apelidos e quando reagem, fica nervoso, bate, não respeita e não obedece quando é repreendido. Vive sempre em conflitos, porque não consegue resolvê-los.

Em relação à leitura, o aluno consegue ler somente palavras com sílabas simples, mas não consegue fazer relação com todos os sons (letra/som). Não reconhece todas as letras do alfabeto, confundindo-as. Até mesmo no próprio nome ele as confunde.

No raciocínio matemático, tem dificuldades com relação à lateralidade e consegue somente comparar quantidades até o número nove. Quantidades maiores que o número cinco, ele retoma ao numeral um. Reconhece os números até vinte, mas sem quantificá-los.

Em agosto de 2007, iniciou-se o Projeto Tempo Integral, em que os alunos com mais dificuldades ficavam o dia inteiro na escola. O aluno foi encaminhado para esse projeto. Esta seria a intervenção proposta pela coordenação da escola. No projeto, o aluno chegava à escola por volta das sete horas e trinta minutos, era servido o café da manhã,

e, ao meio dia, era servido o almoço. Às treze horas iniciava o estudo do período escolar.

Durante o período do projeto, o aluno participava de jogos visando à alfabetização, trabalhos de arte, música e teatro, com o objetivo de melhorar sua socialização. Manuseava e vivenciava experiências matemáticas, participando de atividades como a organização de um supermercado com sucatas. Nessa atividade, as crianças vendiam, controlavam estoque, trabalhavam formas, cores, lateralidade, adição, subtração etc.

O trabalho com o aluno era exaustivo, pois constantemente regredia em suas atitudes e cognição. A socialização era o primeiro déficit a ser vencido. Era importante para ele ter um bom relacionamento com os colegas e professores para que pudesse desenvolver a sua aprendizagem. Sem vencer esse problema, o aluno não conseguiria um ambiente favorável à aprendizagem.

Com muitos conflitos e conversas individuais e em grupo, o aluno foi vencendo aos poucos suas maiores limitações. A professora passou a ser atendida nas solicitações e o aluno se tornou menos agressivo.

Quanto ao lado cognitivo, o aluno melhorou significativamente na participação das atividades, demonstrando, assim, maior interesse. As atividades de alfabetização propunham desafios individuais, não promovendo a disputa, mas a conquista pessoal de cada tarefa.

As intervenções foram feitas pela escola, porém a família não conseguiu acompanhamento psicológico para o aluno.

No início de 2008, o aluno regrediu em relação ao seu comportamento e, por decisão da escola, foi afastado do projeto como forma de forçar a família a procurar um especialista. A estratégia foi bem sucedida e a mãe conseguiu acompanhamento para o filho. Nessa fase, o aluno já estava alfabético, mas suas produções eram limitadas. Escrevia com muitos erros e sua grafia não apresentou melhora.

Por volta do terceiro mês de 2008, o aluno retornou ao projeto. Demonstrou melhora significativa no comportamento. Mostrou-se mais autônomo e seguro para resolver seus conflitos. Estava em acompanhamento psicológico, mas, em alguns momentos, ainda fazia birra e tinha acessos de raiva.

No segundo semestre de 2008, o acompanhamento psicológico foi retirado por questões familiares e o aluno regrediu novamen-

te no seu comportamento. No cognitivo não houve regressões nem avanços.

Segundo Boynton (2008),

as questões disciplinares interferem muito na aprendizagem do aluno e solucioná-las torna-se uma questão primordial. A administração adequada do comportamento do aluno é um aspecto extremamente importante, que todo professor deve desenvolver, já que, além de auxiliar na criação de um ambiente positivo, afeta muito na aprendizagem escolar.

O controle da agressividade precisa ser administrado pela criança e quando esta não consegue fazê-lo sozinha, é necessária a ajuda de especialistas como psicólogos ou psiquiatras.

O controle emocional do aluno nos parece ser o principal problema para o avanço nas questões cognitivas. O trabalho de intervenções pedagógicas fica completamente impossibilitado diante do psicológico do aluno.

O trabalho de intervenção com o aluno continua, apesar da falta de acompanhamento e preocupação da família com a situação.

REFERÊNCIAS:

BOYNTON, Mark, BOYNTON, Christine. **Prevenção de Problemas disciplinares**: Guia para educadores. Trad. Ana Paula Pereira Breda. Porto alegre: Artmed, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998 (Pensamento e Ação no Magistério).

CAPOVILLA, A. G. S. e CAPOVILLA, F. C. **Problemas de Leitura e escrita**. Como identificar prevenir e remediar numa abordagem fônica. São Paulo: Memnon, 2000.

CARRAHER, T. N. & Rego, L. L. B. Desenvolvimento cognitivo e alfabetização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 65, 1984, p. 38-55.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. Diana Myriam Lichtenstein, Porto Alegre: Artes médicas, 1985.

SANTOS, M. T. M.; NAVAS, A.L.G. P. **Distúrbios de leitura e escrita: Teoria e prática.** São Paulo: Manole, 2002

ARTIGO 42

AUTORA:

Sabrina Ferreira de Souza

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

O COTIDIANO DE UMA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA PRIVADA

Resumo

Este artigo discute a dificuldade de uma criança que apresenta TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), deficiência motora e dificuldades na fala, no acompanhamento escolar e na relação social com os professores e alunos.

O presente estudo de caso foi realizado com uma criança de 10 anos de idade que cursa a 4ª série, em uma escola particular de Belo Horizonte. O que instigou o início da investigação foi conhecer as dificuldades de aprendizagem apresentadas pela criança. Ela entrou na escola bem pequena com um diagnóstico não fechado de comprometimento e baixa auto-estima. Diferencia-se do grupo, tem dificuldades na fala e motora, além de comprometimentos na leitura e na escrita.

Segundo a coordenadora, os pais disseram que a menina começou a falar aos quatro anos de idade e a parte motora também foi atrasada, porém ela possui uma equipe de profissionais como neuropsiquiatra, fonoaudióloga, terapeuta, psicóloga, psicopedagoga e uma professora particular. Para sanar as necessidades da menina, é feito um trabalho entre a equipe e a escola. Os profissionais vão sempre à escola e participam de reuniões com a coordenadora e a professora e, sempre que necessário, dão orientações. A escola sempre atende às necessidades da aluna, dando explicação individualizada, deixando-a sempre na frente. As avaliações são diferenciadas, as provas de matemática são orientadas, não faz cálculos, só na calculadora, as provas de outras matérias são feitas com consulta ao livro, os colegas sempre ajudam copiando a matéria e explicam novamente os assuntos que não foram assi-

milados. Hoje ela está trabalhando o concreto e já consegue produzir textos.

Segundo a coordenadora, a aprovação sempre ficou para o conselho de classe. Hoje ela está na 4ª série e é como se estivesse na 1ª série. É uma criança saudável, com um afetivo-emocional abalado, pois é carinhosa e, ao mesmo tempo, agressiva quando deseja algo. Apresenta dificuldade de aprendizagem. A sua relação sociológica e cultural, segundo a professora, é excelente e a família dá muito apoio, estando sempre presente e fazendo tudo o que estiver ao seu alcance.

No entanto, o comportamento da menina leva a professora a fazer vários questionamentos. No começo, ela aponta que foi muito difícil trabalhar com ela, nada dava certo, é uma menina aparentemente tranqüila, mas que não pode ser contrariada, pois se torna agressiva com a professora e com os colegas, chegando a morder. Tem uma tendência muito grande de se isolar se fica cansada, e se os colegas não fazem do jeito dela, fica com raiva e fecha a cara. Além de tudo, é uma menina mimada e muito esperta. Segundo a professora, quando fica sabendo que suas amigas no outro dia vão fazer algo que ela não vai conseguir, ela faz chantagens levando balas e outras coisas para comprar as amigas e assim elas ficam com pena e acabam deixando de fazer ou ficam mimando-a.

Segundo a professora, os pais também compram os colegas da filha – cada dia da semana tem algo diferente na casa e uma colega é convidada, sempre fazendo as vontades e suprimindo as necessidades da filha. A família faz de tudo para a filha, mas às vezes não passam para a escola que não têm ou não querem ter consciência da realidade, pois não aceitam que a filha tenha um distúrbio neurológico. A professora ainda afirmou que

os pais confirmaram ter mandado o laudo da criança para a escola, porém nunca o viram, e ficaram de mandar outro, mas nunca mandam. Nas reuniões, foi estipulado para a família colocá-la em aulas de dança, de artes ou mesmo na natação, para estimular os seus movimentos e desenvolver sua criatividade, mas a resposta dos pais é que ela não tem tempo para essas atividades, pois seu tempo está preenchido. O tempo que a menina teria para ficar com os pais, eles a colocaram em aula particular de 11 as 12, toda quinta-feira antes da sua aula.

As intervenções na escola, segundo a coordenadora, são sempre inseri-la em todas as atividades possíveis, fazendo provas na coordenação e deixando-a participar de vários projetos que a escola oferece como dança, teatro, natação, jogos na educação física entre outros.

A menina, segundo a professora não consegue manter o social, às vezes fica o tempo todo se mexendo na carteira, ou tira e coloca objetos na bolsinha de lápis e não presta atenção na explicação da matéria e, quando a professora pergunta a turma se alguém tem alguma dúvida, a menina pergunta se pode copiar a matéria, sem noção nenhuma do que foi falado.

Como a aluna se encontra na 4ª série, o conselho de classe terá que decidir novamente se irão aprová-la para a 5ª série do ensino fundamental, pois terá que ser feito um outro tipo de trabalho.

Pelo relato, o estudo de caso é essencial na rotina de uma escola. A escola não pode simplesmente omitir um problema por qualquer motivo que seja. É sua função comunicar aos pais as observações feitas a respeito dos alunos, apontando sua real situação e disponibilizando apoio e possibilidades para superação das dificuldades.

ARTIGO 43

AUTORA:

Shirley Talise Santos de Erédia

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

AS ESCOLAS E AS DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

Resumo

A principal ênfase para a educação do surdo é desenvolver a linguagem e a evolução de habilidades de comunicação. Assim, é preciso pensar e repensar a metodologia de que o surdo necessita para seu desenvolvimento e que lhe ofereça oportunidade de igual modo, visando o crescimento e o desenvolvimento do ser, capacitando-o a viver em sociedade.

Tem sido constante objeto de estudo observar que as perdas auditivas leves ou moderadas que passam despercebidas durante os primeiros sete ou oito anos de vida da criança possam desencadear um processo de ensino/aprendizagem falho e/ou com lacunas ao longo do tempo. Essas deficiências podem ter sido adquiridas tardiamente ou evoluído durante o desenvolvimento da criança. Mais tarde, essas crianças serão rotuladas na escola como desatentas, inquietas, ou até mesmo como vítimas de um distúrbio de aprendizagem.

A audição e seu processo perceptual são descritos de diversas maneiras. Alguns audiologistas enfatizam os aspectos anatômicos e neurológicos da audição, outros seguem uma abordagem mais desenvolvimentista, enfatizando o modo como se processa o desenvolvimento da função auditiva, ou seja, como o bebê reage aos primeiros sons ocorridos no mundo e como se dá a maturação das células nervosas.

As dificuldades no estudo da percepção auditiva decorrem, principalmente, do fato de que está muito vinculada ao momento de emergência da língua oral e de seus níveis de desenvolvimento. É importante ressaltar que a percepção auditiva está relacionada com a atribuição de significado que o indivíduo determina a todo momento. Há um complexo número de eventos que acontecem

durante o seu desenvolvimento e a atenção e a memória são aspectos importantes nesse processo.

No estudo do desenvolvimento da função auditiva da criança ouvinte, pesquisadores observam, entre outros aspectos, o fato de que os bebês, desde os primeiros meses de vida, são capazes de discriminar (capacidade de perceber semelhanças e diferenças entre os estímulos sonoros) entre vozes de pessoas e ruídos em geral. Essa observação sustenta a afirmação de que se considera desnecessário o trabalho de “percepção auditiva” como é feito nas escolas – faz-se o uso de instrumentos sonoros ao invés da fala para diferenciar forte e fraco na preparação do período de alfabetização.

Fica evidenciado também que a fragmentação da criança em habilidades específicas (motoras, auditivas, visuais etc.) não corresponde a um avanço no processo educacional, na medida em que essas atividades são totalmente desvinculadas do momento do desenvolvimento que a criança vive. É possível que sejam “treinadas” habilidades que a criança já desenvolveu nos primeiros meses de sua história de vida. É importante ressaltar que a audição também exerce a função de proteção ou defesa e orientação em relação ao meio ambiente. Isto se dá desde os primeiros momentos de vida e estará relacionado com os outros sentidos através da tomada de consciência do mundo sonoro.

A responsabilidade de facilitar o processo educacional de um indivíduo surdo é de todos nós, educadores, e não apenas do Governo, dos especialistas e dos pais. Encontra-se, então, quase uma infinidade de nuances nas propostas educacionais e é comum a afirmação de que, antes de qualquer coisa, “cada criança é uma criança”. É viva, esperta e tem suas maneiras especiais de ser, como

todos os seres humanos, que se distinguem uns dos outros através de suas diferenças.

Sabe-se que a situação do professor em sala de aula não é nada fácil. Quando não está com uma classe de 40 alunos em uma escola pública, ele sofre a pressão da escola particular, que tem compromissos de apresentar “produto”, devido à competição do mercado ou mesmo para responder às expectativas elevadas dos pais. Na resolução n. 73, de 23/06/78, que ainda vigora, estão previstos, para o surdo, Ensino Itinerante – o professor especializado locomove-se, indo a diferentes escolas onde há crianças surdas que necessitam de atenção individualizada –, sala de recursos - atenção para as necessidades específicas de um grupo de surdos que estivessem freqüentando o ensino regular – e classe especial.

Geralmente, as crianças que respondem a sons de fala sem Aparelho de Amplificação Sonora beneficiam-se de um aparelho de amplificação não muito potente. A opção metodológica para o atendimento especializado é a abordagem auditiva. Mas, quando a criança está distante da fonte sonora, o uso da leitura orofacial pode auxiliá-la para o recebimento de informações.

O atendimento especializado pode ter uma curta duração – seis meses, mais ou menos. Após esse período, mantêm-se encontros de três em três meses com a criança e a família, depois se aumenta ou se diminui o intervalo entre eles, segundo as necessidades individuais da criança.

Segundo a Lei 9.394/96, é relevante ressaltar:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Inciso 1. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Inciso 2. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exerci-

cio da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Inciso 1 Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Inciso 2 O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Inciso 3 A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A principal ênfase para a educação do surdo é desenvolver a linguagem e a evolução de habilidades de comunicação. Portanto, é preciso pensar e repensar a metodologia de que o deficiente auditivo necessita para seu desenvolvimento e que esta lhe ofereça oportunidade de igual modo, visando o crescimento e o desenvolvimento do ser, capacitando-o a viver em sociedade.

O aluno já iniciou o ano de 2007 em progressão parcial em matemática e história. Aparentemente, não há nenhum motivo evidente que o leve à falta de interesse pelos estudos.

No mês de março do ano de 2007, a família foi chamada para relatarmos que a aluno continuava a manifestar a mesma atitude dos anos anteriores. Desrespeita os colegas e professores, não acompanha a turma, não faz todos os registros, pouco faz de correções das atividades e sempre incomoda as aulas. Os professores do aluno confirmaram aos responsáveis todas essas características e um dos professores está indignado, devido à enorme falta de respeito, e argumenta sobre a impossibilidade de trabalhar com o aluno.

Após essa conversa com a família, aler-

tando sobre as atitudes do aluno, ele recebeu 28 ocorrências referentes à postura, responsabilidade sobre os estudos e respeito aos colegas e, principalmente, aos professores.

Mesmo diante das várias tentativas de apaziguar a situação, o aluno continua com as mesmas atitudes de falta de compromisso com os estudos, brincando o tempo todo, desrespeitando os professores, com uma enorme indisciplina.

Conversamos, mais uma vez com a família para buscarmos a verdadeira razão o estivesse levando a essa conduta. Não conseguimos identificar nada. Dialogamos com o aluno mais uma vez para tentarmos perceber ou identificar algo que demonstrasse o motivo de tal “agitação”. Assim, propusemos aos professores que modificassem sua didática com o aluno e a supervisão manteria um apoio psicopedagógico com ele.

Depois de certo período e várias chances, percebemos que o aluno, apesar das intervenções, manteve a mesma atitude e continua sem querer ser ajudado. Outras estratégias deverão ser tentadas.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas ao lidarmos no dia-a-dia com o aluno, é importante ressaltar que cada aluno carrega consigo uma bagagem de informações e conhecimentos que precisa ser valorizada e preservada.

Portanto, a responsabilidade de facilitar o processo educacional de um indivíduo surdo é de todos nós.

REFERÊNCIAS:

BEVILACQUA, Maria Cecília. **A criança deficiente auditiva e a escola**. São Paulo: CLR Balieiro, 1987.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da educação**. Brasília, 1996.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. **Necessidades Educacionais Especiais e Intervenções Pedagógicas para Alunos com Deficiência Auditiva**. **Belo Horizonte**: PUC Minas, 2/2006. Notas de aulas ministradas.

DINIZ, Isabella Scalabrini Saraiva. **A Construção do Conhecimento de Ciências I**. **Belo Horizonte**: PUC Minas, 2/2006. Notas de aulas ministradas.

ARTIGO 44

AUTORA:

Silvana Lúcia Gomide dos Santos

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM: DESAFIO DA ESCOLA

Resumo

Este artigo discute as dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita no processo de alfabetização. Procura refletir as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do aluno em sua totalidade, visando os aspectos afetivo, cognitivo e psicomotor. O interesse pelo tema merece a atenção, no sentido de resgatar o interesse, a motivação dos alunos nas atividades escolares, utilizando todos os recursos que se fizerem necessários.

O processo de alfabetização de crianças com dificuldades na aprendizagem tem levado os educadores a refletir sobre a prática pedagógica e por que os alunos apresentam dificuldades no momento da alfabetização. Percebe-se que há falta de comprometimento da família e também da escola, o que resulta nas dificuldades apresentadas pelos alunos em vários aspectos como: cognitivo, afetivo, social e familiar.

Nesse sentido, as crianças, ao se defrontarem com a dificuldade de aprendizagem (DA), se vêem em uma situação de conflito, causando extremo desconforto, o que leva o aluno a mudar seu comportamento, apresentando por várias vezes situações de má conduta na sala de aula, no intuito de mudar o foco de sua D.A. para a indisciplina. Outras vezes essas situações levam a criança a se isolar, negando qualquer tipo de participação em sala de aula e o próprio aluno se sente fracassado.

A Escola Iluminar¹, da rede pública, localizada na periferia de Belo Horizonte, demonstra-se aberta para atender as crianças que apresentam D.A. Para tanto, no ato da matrícula, a pedagoga faz a enturmação por pares de idade e, logo que as crianças começam a freqüentar a escola, é feito um diagnóstico em todas as turmas, com o in-

tuito de detectar ou não problemas de D.A., para oferecer aos alunos uma educação de qualidade e com subsídios que sirvam para minimizar esses problemas de D.A. no processo de alfabetização.

Carlos², atualmente com 10 anos de idade, encontra-se matriculado na 4ª série do ensino fundamental. Possui D.A. e comportamentos inadequados com relação aos demais colegas. Em alguns aspectos, demonstra normalidade no processo de ensino-aprendizagem, em outros, demonstra extrema D.A. Nesse sentido, Carlos vem demonstrando falta de limites e de organização do pensamento, desordens de atenção, problemas perceptivos e dificuldades de memorização. Tão logo a escola percebeu a D.A. e a constatação dos outros aspectos, escolheu na sua equipe uma professora alfabetizadora adequada para a turma de Carlos, a fim de desenvolver atividades que atendessem à demanda do aluno, respeitando suas limitações, reabilitando sua auto-estima a partir de uma ação sistemática focada no problema, propiciando a ele melhor desenvolvimento.

O papel do profissional da educação é imprescindível e decisivo. O desenvolvimento de cada aluno remete ao particular, ou seja, a criança depende da escola e de si mesma em suas inter-relações.

De acordo com Teixeira (1978), o processo de alfabetização não é suficiente para a compreensão da leitura, como prioridade e para ascensão de novos saberes. Para que alcance o domínio da linguagem, o aluno precisa aprender a ler com “eficiência”, para compreender não apenas as palavras, mas maiores unidades de significação. Na aprendizagem infantil, é necessário estimular vários saberes e novos significados.

1. Nome fictício, para preservar a identidade da escola.

2. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

Promover a compreensão desses problemas é ser capaz de ir além na dificuldade da criança, é reconhecer as diferentes versões, buscar explicações e propor hipóteses que favoreçam o melhor conhecimento dos alunos e dos professores na busca de adaptar a realidade dos alunos aos desafios da escola.

Ferreiro (1992) afirma que, a partir da pré-escola, a integração social da criança ocorre com maior intensidade, pois passa a ter outros contatos, fora do ambiente familiar, restrito a poucas pessoas e passa a interagir com elas. Assim, a exploração do mundo começa quando a criança é aguçada por sua curiosidade. Por certo, na prática pedagógica, são encontradas muitas barreiras que o educador deve encarar, como a falta de participação das famílias na vida escolar do aluno.

Em razão disso, faz-se necessária a mudança das práticas pedagógicas, levando em conta as necessidades de cada aluno em particular e compreendendo que cada ser é único. A aprendizagem do aluno não depende só dele mesmo, mas do ajustamento que lhe é proporcionado pelo professor, podendo, assim, avançar em seu aprendizado e também fará progressos por si mesmo, desde que seja estimulado a ser um sujeito crítico e autônomo.

REFERÊNCIAS:

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, Ondina. **Psicologia do sucesso**. v. 3, São Paulo: Egérica, 1978.

ARTIGO 45

AUTORA:

Thaiana Carolina Alves de Moraes Campos

Endereço eletrônico: Thaiana.moraes@hotmail.com

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

O FRACASSO ESCOLAR E O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL

Resumo

Este artigo aborda a relação entre dificuldades escolares e comportamentos anti-sociais que tanto se evidenciam em pesquisas. Hoje, a família representa um alicerce de toda a estrutura da sociedade, as raízes morais e a segurança das relações humanas. Abandonos familiares vinculados ao fracasso escolar, na maioria das vezes, remetem ao fracasso social.

A desestabilização econômica, a fragilização de vínculos familiares, bem como mudanças nos valores e na estrutura das famílias, também são características da sociedade atual. Além disso, constata-se um grande aumento da criminalidade e da violência, o que cria em uma sociedade sentimentos de insegurança. Evidenciamos esse fato geralmente em famílias menos favorecidas, que utilizam seus recursos na busca de sobrevivência, não dedicando o tempo adequado de sua vida para educação, lazer e cultura. Diante do panorama evidenciado, pretende-se relatar neste artigo a relação existente entre abandonos familiares vinculados ao fracasso escolar que remetem a comportamentos anti-sociais.

Para abordarmos o assunto, é preciso conceituar comportamento anti-social, que é bem relatado por Kazdin e Buela-Casal (1998) que dizem que o comportamento anti-social se refere a todo comportamento que infringe regras sociais, ou que seja uma ação contra os outros, como condutas agressivas, furtos, vandalismo, piromania, mentira, ausência escolar e/ou fugas de casa. Mas, para que esses comportamentos sejam considerados um transtorno de conduta, eles precisam apresentar cronicidade e ocorrer em alta intensidade ou magnitude, dependendo da natureza do comportamento. É essencial que o indivíduo apresente um conjunto de

ações anti-sociais que se repitam por um período duradouro.

Abordaremos o caso de Pedro¹, com de 10 anos, aluno de uma escola pública de um bairro de periferia. Vive em uma família com baixos níveis de afeto, pouca coesão e ausência de monitoramento de suas atividades, pouco vínculo afetivo nas relações interpessoais, nível socioeconômico reduzido, tem influência de colegas, que o acabam desvirtuando. Considerado aluno-problema por todos na escola, ele apresenta comportamentos inadequados para um pré-adolescente de sua idade, além de baixo desempenho escolar. Ele desencadeia comportamentos anti-sociais, fugas repentinas por vários dias, sem que ao menos a família se preocupe.

Além da família, a escola é outra instituição que tem importância no desenvolvimento de crianças e jovens, pois é o local onde se busca a integração social, a troca de experiências, o aprendizado e a preparação para o futuro. O colégio onde Pedro estuda se deparou com várias situações alarmantes a respeito de seu comportamento. O baixo desempenho escolar, o comportamento inadequado dentro de sala e as faltas absurdas no decorrer do semestre letivo fizeram com que o aluno fosse encaminhado para o conselho tutelar, em busca de uma solução para o seu problema. Por várias vezes, Pedro foi encontrado pela polícia, vagando e fazendo vandalismos pelas ruas. Como o aluno estava de uniforme, na maioria das vezes foi deixado na escola, para que a família fosse buscá-lo.

Estudante da 4ª série, Pedro tem muita dificuldade na leitura e na escrita das palavras. Considerado um dos mais fracos de sua turma, outro problema que se evidencia

1. Nome fictício, para preservar a identidade do aluno.

em sua postura são as amizades inadequadas que, em sua maioria, são meninos envolvidos na marginalidade.

A escola já buscou várias formas de ajudá-lo. A família foi contactada. Punições foram aplicadas pela escola, mas até o momento nenhum resultado satisfatório foi conseguido.

A escola, em seu processo educativo, deve motivar experiências positivas de aprendizagem, pois se vive em uma sociedade em constante transformação. Crianças e adolescentes apresentam comportamentos anti-sociais devido à baixa auto-estima que, muitas vezes, resultam de experiências negativas. Patterson e colaboradores (1992) apontam que, em meados do século XX, já se realizavam estudos mostrando a conseqüência negativa de crianças serem rotuladas como fracassadas. Diante disso, é possível refletir que não é somente a baixa auto-estima que causa baixo desempenho escolar ou comportamento anti-social, mas também o oposto, ou seja, o fracasso escolar e social pode acarretar baixa auto-estima, produzindo várias conseqüências para o indivíduo.

REFERÊNCIAS:

KAZDIN, A. E. e BUELA-CASAL, G. **Conduta anti-social**. Madrid: Pirâmide, 1998.

PATTERSON, G.; REID, J. e DISHION, T. **Antisocial boys**. E.U.A.: Castalia Publishing Company, 1992.

ARTIGO 46

AUTORA:

Vanessa Aparecida de Souza

Endereço eletrônico: vanessanot@hotmail.com

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPORTÂNCIA DO OLHAR ATENTO DO PROFESSOR

Resumo

As crianças da educação infantil, ao ingressarem na escola, se deparam com uma nova realidade, elas saem do âmbito familiar para um meio social mais amplo, no qual ela aprenderá a se relacionar com outras pessoas. É nessa fase que elas se desenvolvem e se reconhecem. A escola assume um papel muito importante na vida do aluno. É necessário que o professor e a escola de uma forma geral estejam atentos à criança, para que não deixem aspectos importantes passarem despercebidos, como o caso de uma criança que foi diagnosticada como surda e, na escola, se percebeu que ela ouvia. A atenção e percepção da professora mudaram o rumo da história desse aluno, principalmente em seu aspecto educacional.

O presente artigo parte de um estudo de caso disponibilizado pela escola na qual realizei o estágio curricular do curso de Pedagogia. Relata a história de um aluno que ingressou na escola com o diagnóstico de uma criança surda e, após poucos meses, foi percebido pela professora que o aluno escutava.

A escola é uma instituição pública municipal que atende alunos da educação infantil, de 0 a 6 anos, situada na região do Barreiro, em Belo Horizonte.

O interesse pelo caso começou quando uma criança de três anos chegou à escola com um diagnóstico de um Hospital conceituado de Belo Horizonte, sendo considerada como surda.

A escola recebeu o aluno e, no decorrer das aulas, a professora começou a observar a criança. Como as aulas de educação infantil envolvem muita música e brincadeiras, a professora reparou que a criança olhava e virava-se em direção ao sinal de alguns sons.

A professora comunicou à coordenação da escola e começou-se uma observação mais

sistemática e atenta, bem como o registro do desenvolvimento do aluno.

O espaço escolar é um lugar privilegiado por conseguir fazer com que a criança se sinta em liberdade, revelando seus sentimentos, se relacionando com o outro. Quando a criança encontra aconchego e segurança, ela confia e se entrega, deixando claras situações que, às vezes, passam despercebidas pela família. Segundo Maria das Graças¹,

[...] Temos o espaço escolar como um elemento curricular, estruturando oportunidades de aprendizagens por meio das interações possíveis entre crianças e objetos e delas entre si. Assim considerando, o espaço na educação infantil não é somente um local de trabalho, um elemento a mais no processo educativo, é, antes de tudo, um recurso, um instrumento, um parceiro do professor na prática educativa. (Revista Criança, jan. 2005).

É sempre importante que a escola busque uma relação de proximidade com a família, pois essa relação é indispensável no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Através das trocas de experiência entre ambas, podem-se descobrir particularidades do aluno que, às vezes, são essenciais para a resolução de problemas.

É de grande importância o olhar atento do professor ao seu aluno, pois os momentos em que as crianças estão inseridas na escola revelam muito sobre elas, e essa é uma oportunidade muitas vezes única de uma observação mais sistemática aos sinais que o aluno expressa. Segundo a publicação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a

1. Maria das Graças Souza Horn é professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRGS, atuando na área de educação infantil.

Educação Infantil (2006), as crianças, antes mesmo de se expressarem pela linguagem falada, se expressam pela linguagem corporal, gestual, musical, do faz de conta, entre outras. E é nessas manifestações que é possível abstrair particularidades do desenvolvimento infantil. Pegando um gancho nesse sentido, a professora, a partir de suas observações juntamente com a coordenação da escola – vale ressaltar a grande importância da colaboração e parceria da coordenação em seus quatro momentos: acompanhamento, assistência, orientação e articulação aos docentes (FALCÃO FILHO, 2005) – começou a desenvolver um trabalho pedagógico com esse aluno, buscando obter mais indícios concretos de que ele ouvia. Foram realizados diversos trabalhos direcionados para estimular a audição, a percepção, o corpo, o equilíbrio, entre outras. O registro era uma constante e um apoio importantíssimo para demonstrar os avanços do aluno.

Após algumas semanas de trabalho, a coordenadora convocou os pais do aluno, juntamente com a professora, para uma reunião, na qual foram colocadas as observações e o trabalho realizado com o aluno. A professora e a coordenadora chegaram ao entendimento de que a criança ouvia, mesmo com dificuldades, e que não era totalmente surda. Elas sugeriram que os pais procurassem ajuda médica especializada para uma reavaliação do diagnóstico. A escola fez um encaminhamento para o especialista. Os pais da criança procuraram o médico, no mesmo local em que o aluno foi diagnosticado como surdo. Estão realizando um trabalho com o aluno. Realmente, constataram baixa audição e não surdez totalmente. O aluno está fazendo tratamento com fonoaudiólogo e estão verificando a possibilidade do uso de um aparelho de audição.

O olhar atento, a observação e a perspicácia da professora contribuíram para mudar o rumo da vida desse aluno. É de suma importância que a família e a escola estejam em sintonia constante, para trocarem experiências.

O professor tem muito a contribuir na formação de seus alunos. Ele deve estar atento, ser amigo, companheiro, e conquistar a confiança de seus alunos para poder intervir e contribuir positivamente na vida deles.

O presente trabalho serve como exemplo para despertar nos professores o olhar aten-

to e a grande responsabilidade que tem em suas mãos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica** – Brasília. DF. 2006, v. 1.

FALCAO FILHO, José Leão M. **Coordenador pedagógico**. Presença Pedagógica, v. 13, n. 75, maio/jun. 2007.

Revista Criança, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/reccrian38.pdf>>.

ARTIGO 47

AUTORA:

Vanessa Betônico de Oliveira

Graduanda em Pedagogia com Ênfase em Necessidades Educacionais Especiais pela PUC Minas

ABUSO SEXUAL COMETIDO PELO PAI

Resumo

O presente artigo relata o estudo de caso de uma aluna que vem sendo acompanhada por especialistas de educação e de áreas específicas, como psiquiatria, psicopedagogia, ginecologia, neurologia e clínica. A aluna em questão possui hoje nove anos de idade e sofreu hipóxia peri-natal, o que gerou deficiência mental leve. O que levou a fazer um estudo de caso da menina não foi a deficiência mental e sim o abuso sexual cometido contra ela pelo pai.

O caso escolhido como objeto de estudo foi de uma criança de nove anos, Gisele¹, aluna de uma escola inclusiva da rede municipal de ensino.

A descoberta do abuso se deu através de relatos da própria aluna, que contava com muita naturalidade o que acontecia entre o pai e ela quando a mãe saía para trabalhar.

No princípio, os especialistas em educação e os professores acharam que era imaginação da menina, por ter visto os pais em ato sexual. Após algum tempo, a aluna ganhou uma monitora para acompanhar seu percurso escolar e foi aí que a coisa mudou de figura. Estudante de psicologia, a monitora percebeu que a menina contava muitos detalhes do que vinha lhe acontecendo e pediu que a coordenação tomasse alguma providência. Foi então que a escola começou a investigar a família da garota e, por meio de conversas informais, descobriu que sua mãe era esquizofrênica, teve depressão pós-parto e trabalhava como diarista, deixando Gisele sob os cuidados do pai na maior parte do dia.

Após a constatação de que Gisele poderia realmente estar sofrendo abuso sexual pelo pai, a escola fez a primeira denúncia ao Conselho Tutelar que, após investigar e solicitar exames e testes psicológicos e ginecológicos,

1. Nome fictício, para preservar a identidade da aluna.

constatou que a menina realmente havia sido vítima de abuso sexual/estupro. Diante da situação, o conselho retirou a guarda da menina dos pais e os encaminhou para tratamento psicológico, além de mover uma ação contra o pai da menor. Após algum tempo, a família entrou com o pedido da guarda da menina, alegando que o abuso não fora cometido pelo pai. Por falta de provas, a justiça concedeu a guarda. No entanto, nada mudou. Mesmo respondendo processo por estupro, o pai deu seqüência a seu abuso e ainda ameaçou tirar a menina da escola, o que não intimidou os gestores da escola em realizar mais uma denúncia. Dessa vez foi mais complicado, porque a justiça solicitou um exame de espermograma que comprovou o sêmen do pai, que ficou preso por algum tempo. Gisele passou a morar apenas com a mãe, que jurou não aceitar o marido de volta. Mas, quando ele saiu da cadeia, com a ajuda de alguns conhecidos da justiça, voltou a morar com a mulher e Gisele novamente sofreu abuso.

Isso aconteceu durante quatro anos e durante esse tempo o pai de Gisele sempre arrumava alguém para livrá-lo de sua responsabilidade diante da justiça.

Ao conversar com a garota, fica clara a importância e a necessidade de interromper esse ciclo vicioso que é o abuso sexual.

Em julho de 2008, a escola fez mais uma denúncia que não deu em nada.

Apesar dos acompanhamentos psicopedagógico e neurológico, é visível que o que acontece com a aluna está prejudicando cada dia mais o seu desenvolvimento cognitivo. Ela não utiliza nenhum medicamento e os médicos fazem questão de deixar claro que o remédio da garota é ficar distante dos pais. Mas tão grande é a inocência da meni-

na e a insanidade da mãe, que não percebem o mal cometido pelo pai da garota.

Os familiares não se envolvem; os motivos, esses ninguém conhece.

Resta agora a justiça intervir e fazer jus ao seu nome.

- Foram sugeridas as seguintes intervenções:
- Tomada da guarda da criança pelo Conselho Tutelar;
- Encaminhamento da menor para instituições e tratamento;
- Orientações aos familiares dos riscos que correm sendo coniventes com a situação ou ignorando-a;
- Encaminhamento da mãe para tratamento mais especializado;

Justiça em favor da garota.

Através da coleta de dados e do relato feito, ficam nítidas a seriedade e gravidade de uma situação como essa. A escola não pode interferir de forma efetiva, mas é preciso que alguém seja justo e honesto no julgamento dessa causa.

Abuso sexual de qualquer natureza é crime previsto em lei.

Formatação do Documento:

Edição de Estilos		Tipos			Parágrafo			
Partes	Elementos	Fonte	pt	cor	esq.	dir.	recuo	Alin
Capa	Título	Bookman Old Style	21	■	0	0	0	Cent.
Capa	Autor	Bookman Old Style	14	■	0	0	0	Esq.
Capa	Editora	Bookman Old Style	16	■	0	0	0	Dir.
Capa	Outros (Apre. Ed. Agr. Ded.)	Bookman Old Style	14	■	0	0	0	Just.
Pré-textual	Folha de rosto	Bookman Old Style	21	■	0	0	0	Cent.
Pré-textual	Ficha formatação	Bookman Old Style	10	■	0	0	0	Esq./ Cent.
Pré-textual	Resumo Título	Californian FB	15	■	0	0	0	Just.
Pré-textual	Resumo Texto	Bookman Old Style	15	■	0	0	0	Just.
Textia;	Texto Título	Californian FB	19	■	0	0	0	Cent.
Textual	Texto Capitular	Bookman Old Style	4c	■	0	0	5	Just.
Textual	Texto Parágrafo	Bookman Old Style	10	■	0	0	5	Just.
Textual	Texto em Itálico	Bookman Old Style	10	■	0	0	5	Just.
Textual	Número da página	Day Roman	8	■	0	0	0	Esq./Dir.
Textual	Cabeçalho Autor	Berlin Sans FB	9	■	0	0	0	Esq./Dir.
Textual	Cabeçalho Obra	Berlin Sans FB	9	■	0	0	0	Esq./Dir.

* Foram adicionados ao documento a formatação: hifenização, opções de separação, alinhamento à grade de linha de base e em algumas colunas foram justificados todas as linhas.

Formatação do Papel:

Tamanho da página: A5
Dimensões do papel: 209,903 mm x 297,039 mm
Orientação: Vertical